



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

**CRISTIANE SILVA NOGUEIRA**

**TERRITÓRIO DE PESCA NO ESTUÁRIO MARAJOARA:  
comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de  
Salvaterra (Pará)**

Belém  
2005

CRISTIANE SILVA NOGUEIRA

**TERRITÓRIO DE PESCA NO ESTUÁRIO MARAJOARA:**  
comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de  
Salvaterra (Pará)

Dissertação apresentado ao Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos da Universidade Federal do Pará, com  
requisito parcial ao título de Mestre em Planejamento do  
Desenvolvimento.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

Belém  
2005

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Nogueira, Cristiane Silva

Território de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará) / Cristiane Silva Nogueira; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. – 2005.

178 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2005.

1. Pesca Artesanal – Marajó, Ilha do (PA). 2. Quilombos – Marajó Ilha, do (PA). 3. Territorialidade humana – Marajó, Ilha do (PA). 4. Pesca – Marajó, Ilha do (PA). 5. Pescadores – Marajó, Ilha do (PA). I. Acevedo Marin, Rosa Elizabeth, orientadora. II. Título.

---

CDD 21. ed. 639.2098115

CRISTIANE SILVA NOGUEIRA

**TERRITÓRIO DE PESCA NO ESTUÁRIO MARAJOARA:**  
comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de  
Salvaterra (Pará)

Dissertação apresentado ao Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos da Universidade Federal do Pará, com  
requisito parcial ao título de Mestre em Planejamento do  
Desenvolvimento.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Orientador – NAEA/UFPA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Valeria Sarpédonti  
(Examinador Externo)

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Ligia T. L. Simonian  
(Examinador – Interno)

**Resultado:** Aprovado

À Deus, a minha família e a todos os  
companheiros e companheiras das comunidades quilombolas de Salvaterra.

## AGRADECIMENTOS

A minha verdade é que esta obra foi feita a um número incontável de mãos. Foram elas que acolheram, que me ergueram, que afagaram, que orientaram, que por vezes negaram, que informaram, que se sensibilizaram, que compartilharam, que uniram forças, que transferiram suas forças, por isso agradeço:

A Deus, por ter permitido a realização deste sonho-projeto de vida.

Aos Projetos de pesquisas coordenados pela Dr<sup>a</sup> Rosa E. Acevedo Marin: “Águas da Pan-Amazônia: institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores políticos e estratégias” financiado pelo CNPq ASCIN/PROSUL, subprojeto: “Campesinato étnico em Salvaterra (ilha de Marajó): acesso, controle e qualidade dos recursos hídricos”. CNPQ/UNAMAZ/UFPA/CCB e o projeto de Pesquisa “Estudos e Publicações sobre grupos negros no Pará”. SEJU/UNAMAZ/PROGRAMA RAIZES que concederam recursos financeiros para o trabalho de campo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) pela concessão a Bolsa de Mestrado, que foi fundamental na concretização desta obra,

A todas as pessoas integrantes das 12 comunidades quilombolas de Salvaterra. Em especial para o Sr. Lair Alcântara e sua família, da comunidade Deus Ajude, Dona Elizabeth de Mangueiras e Dona Maria José, da comunidade de Bacabal pela acolhida sincera e amiga e pelas valiosas informações,

A Luzia Betânia Alcântara, seus filhos Isabele, Ismael e Yasmin, sua mãe Dona Dulce e suas irmãs Rita, Jaqueline e Aline, pela amizade, sorrisos e companhia. Bete sei que sem você não seria possível, agradeço a participação nas pesquisas de campo, muito obrigada amiga.

À orientação da Dr<sup>a</sup>. Rosa E. Acevedo Marin, a quem não tenho palavras para expressar o apoio dispensado. Agradeço a precisa orientação, a gentileza, paciência e dedicação. Saiba que a sua confiança no meu trabalho, o seu incansável apoio e disposição à produtividade foram fundamentais e indispensáveis à conclusão deste sonho-projeto. Agradeço por me mostrar que a pesquisa é muito mais do que elaborar ou refutar hipóteses. Sempre soube que não há neutralidade na pesquisa, mas a senhora permitiu que eu encontrasse o que procurava.

À Dr<sup>a</sup>. Ligia T. L. Simonian, pelas indicações propostas na qualificação do projeto. Ao Dr. Maurílio A. Monteiro, pelas referências de autores e possibilidades de análise sobre ao desenvolvimento endógeno. Ao Dr. Armin Mathis por ter lido o meu projeto inicial e acreditado nele, e pelas críticas construtivas ao meu dossiê durante as disciplinas ministradas no curso.

Ao Sr. Carlos Romano Ramos, responsável pelo laboratório do LAENA, pelo apoio técnico preciso à elaboração dos mapas dos “territórios de pesca” usados neste trabalho.

À dona Ana e as meninas da biblioteconomia que gerenciam a biblioteca do NAEA com eficiência e sensatez. A Nazaré, da secretaria e ao Marcelo do Setin por encurtar e facilitar a burocracia do PLADES. A Regiane, que mesmo sem me conhecer ajudou nas difíceis tarefas da área da informática. E aos dois rapazes da Xerox do NAEA, Adilson e Afonso, que sempre agilizaram alguma cópia ou encadernação e também distribuíram palavras de amizade.

À Rita de Cássia, por seu apoio nas pesquisas de campo e tentativas de me por nos eixos, pelo afeto, pelas conversas e trabalhos compartilhados na UNAMAZ, pela comida de boa qualidade, por tudo enfim.

Aos meus colegas da turma de mestrado Ricardo, Eva, Ana Lúcia, Rosilene, Márcia, Marco Antônio, Márcio, José Antônio, Marco Aurélio, Michelly, Roberto, Geani, Sandra, Vicente, e Suzuki pelas confraternizações, conversas descontraídas e controvérsias que conseguimos compartilhar, mesmo as que tive, impedimentos e fiquei sabendo depois.

A minha irmã Shirley Nogueira, por ser amiga, cúmplice, companheira e parceira

À minha mãe Benedita Maria S. Nogueira, pelos conselhos e incentivos desde tenra idade que indicavam ser eu capaz de construir a minha “história”, por me apoiar sempre mesmo sem entender o que de fato eu estava querendo buscar, por cuidar de minha filha Luíza enquanto eu estava ausente na pesquisa. Agradeço pela força e carinho que dedica a seus filhos, netos e marido, por seu amor incontestado e afago nas horas de aflição. Saiba que sem você esta obra não aconteceria.

Tu não sabe?

O quê?

Tu ainda não sabe?

[...]

O Abaí fechado. Ordem do Seu Manoel Raimundo. O povo recebeu proibição de pegar peixe. O administrador mandou armar dois vigias na boca e no meio do rio contra quem se atreva a pescar. [...].

No Abaí, moravam tios, amigos, ali morava um povo que queria bem. Sem o Abaí, como passaria o povo? Tinha que desmanchar as barracas, largar os sítios, onde achar o peixe, onde armar novas barracas? [...].

[...] E quanto peixe no rio! Lembra-se bem, de uma vez, que viu a tarrafa do velho Fulgêncio branqueando de pescada. E foi ali que nasceu, aprendeu a pescar, a tarrapear, a ter conhecimento com os peixes e suas manhas, preferir o tucunaré, desprezar a traíra, medir o tamanho dos pacus na palma da mão [...] Era o rio de sua família, de sua nascença, nas suas margens aprendeu a tocar violão, fez a primeira serenata, conheceu a primeira rapariga [...] Foi ali que viu, pela primeira vez, era ainda bem molequinho, fedendo a peixe, cavalo, um cavalo e um boi de montaria. Agora o administrador fechava o rio, o rio pertencia ao filho do falecido Coronel, a água do Abaí era para os bois beberem. Que os peixes apodrecessem, a ordem era para os vigias atirarem com seus rifles se vissem o povo pescar.

O Abaí o chamava.

[...]

Se o administrador mandou, o Nicanor, que tomava conta do Abaí, era lá o comissário, dobrou a ordem. O povo se queixou. Então Nicanor mandou matar os porcos, campo não era cocho, queimou as roças, a terra era para as pastagens, prendeu gente, xadrez e faxina eram a criação e a lavoura dos que não sabiam obedecer a lei. Não bastava tudo isso Nicanor dizia que coronel Coutinho havia comprado o rio da Marinha, com a falta de água nos campos o Abaí tinha de ser o bebedor de gado. O rio era dos bois não era dos homens.

(Dalcídio Jurandir, 1947)



## RESUMO

Trata-se do estudo das águas de trabalho de um grupo de pescadores artesanais quilombolas. Tais áreas localizam-se nos limites geográficos de Soure e Salvaterra (Ilha de Marajó/Pa). Entretanto, os territórios de pesca estão para além destes limites. Eles são ambientes de reprodução social deste grupo de trabalhadores que os identifica como de uso comum. Foi possível perceber a partir da técnica da história oral e de um censo domiciliar que esta atividade extrativa é a principal desenvolvida em comunidades pesqueiras quilombolas como Caldeirão, Mangueiras e Pau Furado. Entretanto, esta atividade responsável pelo alimento diária de mais nove comunidades, além das citadas, vem sendo restringida por uma Oligarquia local que, desde longa data, proíbe o acesso aos rios e lagos destes grupos familiares. Entendendo que esta situação é geradora de muitos conflitos e que vem inibindo e prejudicando uma parcela significativa do grupo negro rural de Salvaterra, cerca de 42,9%, este trabalho baseia-se nas teorias do etnodesenvolvimento para afirmar que situações como esta precisam ser identificadas e percebidas pelas instituições governamentais responsáveis. Os territórios de pesca precisam ser visualizados pelos planos de desenvolvimento regional de uma maneira que possibilite aos verdadeiros trabalhadores destes ambientes o direito de manejá-lo e defendê-lo, como vem fazendo ao longo de muitas gerações, as duras penas.

Palavras-chave: Território de pesca. Pescadores artesanais. Territorialidade. Conflitos de pesca.

## ABSTRACT

This study is about groups of traditional fishermen working in a non-industrial scale, either for their own subsistence or for trading. Such groups come from rural black communities, in Salvaterra, located within the municipality boundaries of Salvaterra itself, and the municipality of Soure, both in the Island of Marajó, State of Pará, Brazil. However, the groups' fishing territory is located beyond such limits, in an environment of social reproduction, identified by the fishermen as a space for common use. Through techniques such as oral history and housing count, we found out that fishing is the main activity for communities like Caldeirão, Mangueiras, Barro Alto, and Pau Furado. However, this activity – which is the daily source of food for other nine communities, besides those already mentioned – has been restrained by a local oligarchy, whose members forbid family groups to have access to rivers and lakes. We understand that this situation generates a lot of conflict, inhibiting and causing damages to a significant number of people in the rural black group living in Salvaterra (around 42.9 percent). This work is based on ethno development theories in order to state that situations like this must be identified and recognized by the public institutions responsible for this matter. Fishing territories must be acknowledged in regional development plans in a way that original users will have the right to manage and defend them, as it has been done by many generations.

**Key words:** Fishing territory. Traditional fishermen. Territoriality. Fishing conflicts.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa1 - A Localização das comunidades negras rurais de Salvaterra.	21
Quadro 1- Número absoluto de informantes por comunidade	26
Quadro 2- Relação de Lagos, portos, igarapés e poço encontrado ao longo Igarapé Siricari.	41
Mapa 2- Áreas identificadas preliminarmente como territórios de pesca das comunidades negras rurais de Salvaterra	45
Mapa 3- Localização dos Pontos de pesca e o rio do Saco, territórios de pesca das comunidades negras de Salvaterra	46
Quadro3- Frequência absoluta por comunidade rural negra de Salvaterra	57
Quadro 4- Resumo de artes e/ou modalidades de pesca usadas pelas turmas de lago e de rio por pescadores artesanais comerciais e de subsistência.	102
Quadro 5- Relação de iscas usadas no caniço e no espinhel para capturas de espécies de peixes nos territórios de pesca de subsistência das comunidades negras de Salvaterra	115
Quadro 6 - Levantamento etnoictio das espécies de água doce, capturadas nos territórios de pesca de produção e comercialização dos pescadores artesanais de Salvaterra.	116
Quadro 7 - Levantamento etnoictio das espécies de água salgada* e estuarinas, capturadas nos territórios de pesca de produção e comercialização dos pescadores artesanais de Salvaterra.	117
Esquema1- Esquema ilustrativo da Rota externa e Rota interna do pescado capturado em Lagos da região.	120
Esquema 2- Rota Externa Direta (Durante a safra, nos rios).	121
Esquema 3- Rota Externa Indireta (durante a safra,nos lagos de fazenda)	125
Quadro 8- Relação de categorias antagônicas/motivos/características do enfrentamento, pelos recursos pesqueiros de uso das comunidades quilombolas de Salvaterra	130
Quadro 9- Relação de Propriedades localizadas no município de Salvaterra	154

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Dona Gersila Barbosa (Mangueira) foi o símbolo da mulher negra	28
Fotografia 2- Lugar denominado piscina, segundo os pescadores artesanais comerciais	43
Fotografia 3- Porção próxima à comunidade de Bacabal e Barro Alto, denominada Cachoeira – Santa Luzia, durante a maré baixa	52
Fotografia 4 - Fotografia 4 - Furo do Miguelão, durante a maré baixa	54
Fotografia 5- Exemplos de peixes consumidos por uma família em um dia, na comunidade de Mangueira: 1- mandi; 2- tainha; 3- pescada; 4- acará-tapioca; 5- tucunaré; 6- apapa; 7- sardinha; 8- matrinhão; 9- camurin; 10-acará e o 11- piranha-caju.	85
Fotografia 6- Igarapé Mãe de Deus, porção dos arredores de Caetano (Siricari).	91
Fotografia 7 - Dona Maria de Nazaré Bento com uma rede camaroeira tecida por ela.	92
Fotografia 8 - Palhetas e Agulhas (da esquerda para direita) confeccionadas artesanalmente por Dona Elizabeth (São João/Mangueiras)	98
Fotografia 9 - Barraca das turmas de Mangueira desabitada, primeiro dia de campo.	101
Fotografia 10 - Feitoria da turma de Mangueira, habitada por cerca de 20 homens, segundo dia de campo.	102
Fotografia 11 - Momento de paisagem. Na foto estão o Sr. Silvano (o Bobo), responsável pela	105
Fotografia 12 - Ponte do Coração que liga as Fazendas Quero -Ver e Santa Rita, destruída por funcionários do IBAMA em 2003 e reconstruída pelos fazendeiros em 2004.	140
Fotografia 13 - O caniço denominado “Sirirrica” de Deus Ajude	147
Fotografia 14 - O Chalé construído as margens do manguezal, em área da União próximo a comunidade	148
Fotografia 15 - Rampa no meio da estrada entre Pau Furado e a comunidade de BarroAlto	152
Fotografia 16 - Lago Veneza, nas proximidades do povoado de Providência, totalmente pisoteado pelos búfalos	153

## LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1- Percentual de indivíduos das comunidades negras de Salvaterra.	59
Gráfico 2- Relação de classes etárias das comunidades negras rurais pesqueiras de Salvaterra- Ano de 2003/04.	60
Gráfico 3- Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Deus Ajude	71
Gráfico 4- Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Siricari.	72
Gráfico 5 - Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Providência.	73
Gráfico 6 - Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Boa vista	74
Gráfico 7- Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Mangueira.	74
Gráfico 8- Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Salvá	75
Gráfico 9- Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Bacabal	76
Gráfico 10 - Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Barro Alto	77
Gráfico 11- Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Pau Furado	77
Gráfico 12- Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Paixão	78
Gráfico 13- Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Caldeirão	79
Gráfico 14- Média percentual relativa do consumo de farinha e açaí nas comunidades de Deus Ajude e Providência	84
Gráfico 15 - Média percentual relativa do consumo de farinha e açaí nas comunidades de Deus	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Frequência relativa de gênero em comunidades pesqueiras.	61
Tabela 2 - Demonstrativo de Adesão de Sócios (2000/2004) da Colônia Z-2.	64
Tabela 3-Relação de captura/pescador e durante 6 campanhas na turma de Mangueiras do ano de 2004.	103
Tabela 4- Relação de captura/pescador e durante seis campanhas na turma de Mangueiras do ano de 2004.	104
Tabela 5- Relação de Projetos financiados pelo PRONAF-B (Salvaterra) - ano 2003.	110
Tabela 6- Sumarização dos recibos dados a um arrendatário de mangueiras pelos donos de algumas das fazendas que ficam a margem do rio do Saco (Soure / Ilha de Marajó).	142
Tabela 7- Número absoluto de bovinos e bubalinos no Município de Salvaterra & diferença percentual/ano	150

## LISTA DE SIGLAS

ASCIN	Assessoria de Cooperação Internacional
BASA	Banco da Amazônia
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CPATU	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido
DAP	Declaração de aptidão ao PRONAF
DEE	Departamento Estadual de Estatística
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
INPA	Instituto de Pesquisa da Amazônia
LAENA	Laboratório de Análise Espacial
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PESCART	Plano de Assistência ao Pescador Artesanal
PLADES	Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento
PNP	Programa Nacional para a Diversificação Agropecuária
PPA	Plano Plurianual de Aplicação
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROSUL	Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia
RED	Rota Externa Direta
REI	Rota Externa Indireta
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SEAP	Sindicato dos trabalhadores rurais, Secretaria Estadual de Pesca
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	17
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
1.2 PERÍODO DAS COLETAS	27
1.3 TRATAMENTO QUANTITATIVO DOS DADOS	29
1.4 TRATAMENTO QUALITATIVO	30
1.5 ANÁLISE DOS DADOS	31
<b>2 TERRITÓRIO DE PESCA</b>	34
2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR	34
2.2 O ESTUÁRIO MARAJOARA	36
<b>2.2.1 Sazonalidade: a chuva e a estiagem</b>	39
<b>2.2.2 Identificação e territorialidade</b>	40
<b>2.2.3 Reservas extrativistas: usos e conservação do ambiente</b>	47
<b>2.2.4 Os Territórios de subsistência: pesca de perto e antagonismos</b>	49
<b>2.2.5 Territórios de comercialização: prática da pesca de longe</b>	51
<b>2.2.6 Território de pesca: lugar do simbólico</b>	52
<b>2.2.7 Os encantamentos e as misuras</b>	53
2.2.7.1 A Mãe d'água	53
<b>3 DEMOGRÁFIA E PRODUÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DE SALVATERRA: OS PESCADORES ARTESANAIS</b>	57
3.1 DEMOGRAFIA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DE SALVATERRA	57
3.2 PERFIL DOS PESCADORES ARTESANAIS DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS	61
3.3 A PESCA DE PERTO E A DE LONGE	67
3.4 A PRÁTICA DA CAÇA E PESCA NAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DE SALVATERRA	69
3.5 A NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE EXTRATIVA ANIMAL: CAÇA E PESCA	79
3.6 ASPECTOS ALIMENTARES DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS	83
3.7 RECURSOS CONTINENTAIS: LAGOS, IGARAPÉS E RIOS SÃO “ÁGUAS DE TRABALHO”	86



3.8 A PRESENÇA FEMININA NA PESCA DE PERTO	87
3.9 ARTES DE PESCA	90
3.10 CARANGUEJO, CARAMUJO, TURU E CAMARÃO: PESCA DE MENOR DESTAQUE?	93
3.11 OS PESCADORES(AS) DE LAGO	95
3.12 OS PESCADORES(AS) DE RIO	100
3.13 AS ARTES E MODALIDADES DE PESCA USADAS PELAS TURMAS DE RIO	106
<b>3.13.1 O Espinhel</b>	106
<b>3.13.2 A Rede de Escora</b>	106
<b>3.13.3 O Paneiro de Piranha</b>	107
3.14 PROGRAMAS E INCENTIVOS CREDITÍCIOS DESTINADOS AO PESCADOR ARTESANAL	107
3.15 ESPÉCIES ÍCTICAS EXISTENTES NOS TERRITÓRIOS DE PESCA DOS GRUPOS DE PESCADORES ARTESANAIS COMERCIAIS E DE SUBSISTÊNCIA	110
3.16 ROTAS DA PRODUÇÃO DA PESCA DE PERTO E DA PESCA DE LONGE	119
<b>4 CONFLITOS DE PESCA</b>	129
4.1 TERRITÓRIOS DE CONFLITOS	129
<b>4.2 TERRITÓRIOS DE PESCA DOS PESCADORES ARTESANAIS CONVERTIDAS EM ÁGUAS DE CONFLITO</b>	132
4.3 CONFLITOS EXTERNOS: DESENCADEADOS PELA INTRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NA DÉCADA DE 1970	136
4.4 CONFLITO DE BEIRADA: UM CONFLITO INTERNO QUE HOJE ACONTECE ÀS MARGENS DO RIO DO SACO (SOURE/ILHA DE MARAJÓ)	139
4.5 A PRÁTICA DA “SIRIRICA”: TRADIÇÃO SECULAR A SERVIÇO DA MODERNA PESCA ESPORTIVA	146
4.6 O REBANHO BUBALINO: VANTAGENS ECONÔMICAS E INOVAÇÕES VERSUS DANOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	148
<b>5 CONCLUSÃO</b>	156
<b>REFERÊNCIAS</b>	159
<b>APÊNDICES</b>	172

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a estudar os homens e mulheres das comunidades negras rurais do município de Salvaterra que realizam a pesca artesanal. Pescadores (as) artesanais que retiram das águas continentais (rios, lagos e igarapés) e mangues o produto de sua sobrevivência.

O estudo tem um caráter interdisciplinar e foi motivado por questões, que, vão além de fundamentações biológicas pesqueiras, baseia-se tanto em justificativas pessoais quanto em político-ideológicas. As três principais razões que direcionaram esta pesquisa foram: 1) a oportunidade de examinar um imenso grupo de trabalhadores do setor pesqueiro artesanal, cuja importância produtiva para a economia local e para a sobrevivência das comunidades rurais amazônicas é fundamental; 2) a falta de visibilidade nos trabalhos acadêmicos destes homens e mulheres; 3) o fato de as comunidades negras rurais estarem sofrendo graves restrições ao uso dos recursos naturais em seus territórios.

Estudos apontam a existência de aproximadamente 200 mil pescadores artesanais, no Estado do Pará, que sustentam suas famílias com sua atividade. Há onze anos atrás Maneschy (1993) estimava cerca de 100 mil pessoas, que correspondiam a 80% da produção pesqueira estadual. Atualmente, Ferreira (2002) afirma que o Pará é o quarto maior produtor de pescado do Brasil e que a quantidade de peixe capturada nos rios e costa oceânica corresponde a 20% da produção nacional. No entanto, há pescadores artesanais que representam a parcela mais empobrecida de toda a população pesqueira deste estado (MELLO, 1994). Segundo Maneschy (1993) o Estado do Pará continua sendo exportador de matéria-prima e possui 2/3 de seus estoques pesqueiros de interesse comercial subexplorados, conseqüência de um gerenciamento pesqueiro que considera os recursos como sendo de livre acesso, excessivos investimentos em tecnologia e várias outras razões que acabam impedindo a visibilidade de novas alternativas de utilização dos recursos menos danosos e do próprio grupo social dos pescadores (as).

Leonel (1998) em sua obra “A morte social dos rios”, relata a existência de dois grupos de pescadores na Amazônia: um que tem a pesca como sua atividade principal é um pequeno produtor autônomo que vive na periferia das grandes cidades, podendo eventualmente realizar outras atividades nos períodos de entressafra ou quando a pesca está proibida por lei. Estes são conhecidos como pescadores artesanais especializados. Há outro grupo, chamado pelo autor de “beradeiro” ou “ribeirinho”, que é rural. Este último combina a

pesca com o extrativismo vegetal, a agricultura e visa atender o consumo familiar e a auto sobrevivência, para ele “a pesca não é uma profissão específica, mas um conhecimento básico de interesse vital” (JUNK, 1983, p. 70); podemos dizer que é uma das suas estratégias de sobrevivência por ser ela principal responsável pela base de proteínas das comunidades rurais e também importante produto que permite acesso ao mercado.

Segundo afirmação de Leonel (1998, p. 28) o grupo dos ribeirinhos é quantitativamente o maior produtor da pesca artesanal, com uma mão-de-obra masculina que geralmente inicia nesta atividade desde tenra idade na busca do alimento diário. As mulheres, por sua vez, estão inseridas em vários momentos no processo pesqueiros amazônicos, mas sua constância é considerada, secundária e esporádica<sup>1</sup>.

Os trabalhos científicos que tratam da pesca e de seus trabalhadores, igualmente, não possuem caráter interdisciplinar. São frequentes os trabalhos biológicos que estudam populações ícticas (é a ciência pesqueira) ou classificação taxonômica das espécies amazônicas, entretanto esses estudos direcionam-se à exigência do universo acadêmico e se distanciam de questões referentes às populações ou ao gerenciamento ambiental. Frente à degradação dos rios e a sobre-pesca das espécies, há trabalhos que trazem recomendações para manejo adequado dos recursos pesqueiros; como os trabalhos de Goulding (1983); Bayley; Petrere (1989), Isaac; Barthem (1995) entre outros. O Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA) é o principal centro de estudo sobre a pesca na Amazônia, mas suas pesquisas deixam lacunas sobre questões sociais.

No Pará é possível encontrar, na área das ciências sociais, um maior número de pesquisadores que tem a pesca como objeto de estudo como: equipes no Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP) e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). No geral as pesquisas das ciências humanas “voltam-se mais à pesca estuarina do que à pesca de águas interiores” (LEONEL, 1998, p. 95). Há muitos trabalhos que tratam das transformações durante a década de 70 e o conseqüente surgimento da pesca industrial, evidenciando os confrontos entre os trabalhadores artesanais e assalariados da frota Industrial, como Furtado (1997) Manescky (1993); Mello (1993). Há poucos trabalhos que tratam dos pescadores artesanais de subsistência (os ribeirinhos), destacando-se os de Almeida (1998); Leonel (1998); Lima (2001).

---

<sup>1</sup> No Marajó, em particular nas comunidades negras de Salvaterra tal aspecto, da participação das mulheres é diferente e pode ser verificado no capítulo 2.

Nas últimas décadas, a grande maioria das pesquisas acadêmicas com enfoque socioeconômico concentrou-se no entendimento de variadas formas de organização social, econômicas e políticas das comunidades pesqueiras e nas alterações produtivas, bem como nos impactos sociais e ecológicos ocorridos no âmbito deste setor produtivo. Podemos citar os trabalhos como os de Furtado (1987); Manesky (1993, 1994); Mello (1993, 1994); Leitão (1995).

Este silêncio sobre os pescadores artesanais de águas continentais deixa na invisibilidade um grupo de trabalhadores que garantem uma fatia importante na produção do mercado local e na sua própria sobrevivência. Leonel (1998, p. 99) afirma ser o pescador artesanal de subsistência ou comercial o produtor ideal, “estável em seu local de moradia, capaz de encontrar outras alternativas econômicas combinadas com períodos de entressafra ou de proibição para a preservação, de interiorizar uma consciência orientadora de renovabilidade do recurso, recuperando ou reafirmando inclusive tradições nesta direção”.

O terceiro motivo, e não menos relevante que os outros, é de natureza antropológica e social. Diz respeito às comunidades rurais negras, que freqüentemente são marginalizados pelos estudos acadêmicos, sociedade e política, embora, muito timidamente, apareça nos atuais planos de desenvolvimento do país. Estes grupos humanos apresentam especificidade social e cultural e têm sofrido graves restrições ao uso dos recursos naturais. Segundo Bandeira (1988, p. 22) “a territorialidade negra, inequívoca aos negros e aos brancos, configura uma situação específica de alteralidade, de cujo prisma refrata alguns aspectos encobertos das relações raciais”. A formação e resistência das comunidades negras rurais encontram-se invisíveis aos objetivos e tendências gerais do desenvolvimento histórico, econômico e social do país. Esta lacuna legal e político econômico, por muito tempo foi capaz de acenar aos índios a possibilidade de demarcar reservas; mas aos negros não assegurou qualquer direito à territorialidade, com raras exceções.

As discussões científicas sobre o problema racial étnico iniciaram no século XIX, muitas delas recheadas de definições de superioridade e inferioridade entre brancos e negros, assegurando, por sua vez, o poder “natural” de alguns sobre muitos. Raffestins (1993, p. 131) afirma que devemos refutar tais definições tendenciosas, onde há o privilegio de apenas um grupo. O autor prefere *confirmar as diferenças*, “partindo do fato de ser a humanidade um estoque de diferenças genéticas”<sup>2</sup>, onde “o outro indivíduo ou sociedade nos é preciso, à medida que é diferente de nós”, pois “o unitário nega o tempo e a evolução procedendo de

---

<sup>2</sup> Raffestins (1993) se baseia em preceitos biológicos para assegurar que as diferenças são benéficas já que a maior variedade genética possibilita uma maior chance de sobreviver a mudanças ambientais, por exemplo.

uma falsa racionalidade, que esmaga todas as diferenças, que a longo prazo trazem uma série de perda de autonomia”.

A biologia tem por prática preservar o diferente, pesquisar novas espécies e compreender que a variedade genética numa dada espécie é um aspecto positivo. Raffestins (1993), um geógrafo, parte desta premissa e afirma ser um genocídio toda tentativa de reduzir as diferenças entre os grupos humanos.

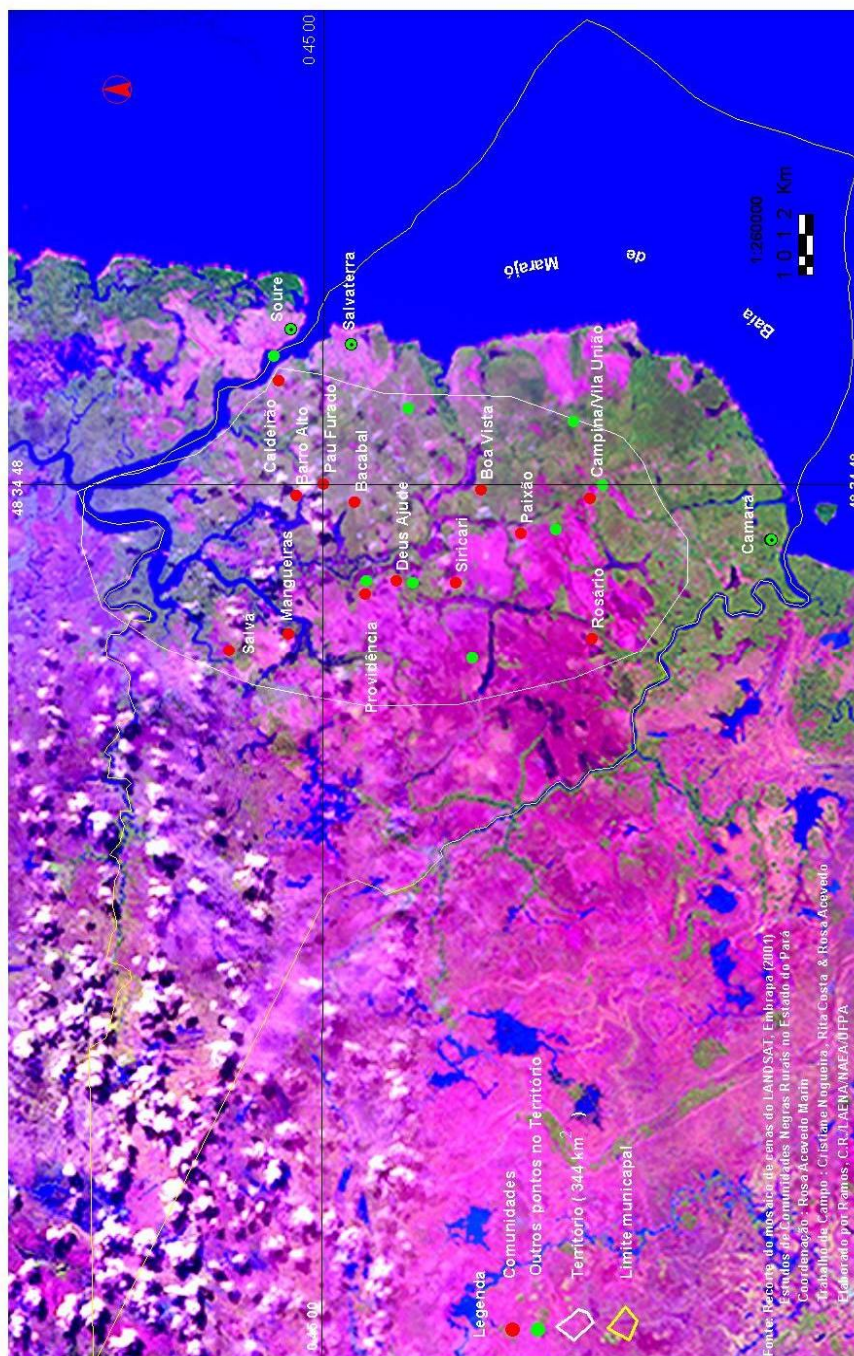
Acevedo Marin (2004), no ano de 2003 e 2004, pesquisou em Salvaterra 12 comunidades negras rurais, a saber: Deus Ajude, Bacabal, Barro Alto, Boa Vista, Caldeirão, Mangueira, Paixão, Pau Furado, Providência, Salvá, Siricari e Vila União ou campinas (Mapa 1); entretanto informações referem-se à existência de mais seis povoados. Estas comunidades estão constituídas por uma maioria negra e mestiça pertencentes a famílias que, de acordo com a autora: “mantêm vínculos estreitos com os povoados negros que se formaram nos séculos XIX e XX”. Elas representam aproximadamente 42,9 % do total da população rural estimada pelo censo 2000, para o município de Salvaterra. Trata-se de um percentual humano cuja reprodução social está ligada, em parte, ao extrativismo vegetal e animal; e possuem uma territorialidade que tem vivenciado a usurpação de seus territórios pelo poder oligárquico<sup>3</sup>. Fato este que ameaça a sua continuidade, que inibe o seu modo tradicional de organização da produção e que vem gerando conflitos. Segundo as informações apresentadas por Acevedo Marin (2004), esses grupos quilombolas possuem uma importância significativa à economia e à sociedade local e também representam um grupo humano que é distinto dos demais, tanto que tais comunidades vêm resistindo à perda contínua de seu território e têm reivindicado a titulação de suas terras<sup>4</sup> frente às instituições governamentais responsáveis.

---

<sup>3</sup> Esse poder é representado pelos antigos e pelos novos fazendeiros. O tema aproxima-se da formação de Oligarquias no Estado com condições históricas e políticas diferenciadas (a propósito ver Emmi, 1988).

<sup>4</sup> As comunidades pesquisadas se auto identificam como remanescente de quilombo e sendo assim são amparados pelo artigo 68 do ato das disposições transitórias da Constituição Federal- ADCT de 1988.

Território de Comunidades Quilombolas no Município de Salvaterra

**Mapa1-** A Localização das comunidades negras rurais de Salvaterra.

**Fonte:** Ramos, C. R. /LAENA (NAEA-UFPA), adaptado do recorte do mosaico de cenas do LANDSAT, EMBRAPA (2001).

Os homens e mulheres pertencentes às comunidades negras rurais possuem estratégias de reprodução social diversificadas, que variam sazonalmente na várzea estuarina onde habitam. A pesca é uma das atividades produtivas principais realizadas por estes ao longo do ano. Esta atividade segue um calendário anual de safra e entressafra, obedecendo às oscilações de maré e de chuva, à legislação entre outros. Estes grupos humanos<sup>5</sup> elaboram estratégias baseadas em sua relação com o ambiente em que se reproduz, ou seja, possuem uma territorialidade. Aspectos desta territorialidade podem ser verificados no capítulo dois desta pesquisa.

Outro aspecto detectado neste estudo, no capítulo três, e que também está relacionado com a atividade pesqueira das comunidades negras de Salvaterra é a realidade em que se encontram as mesmas. É importante perceber que as comunidades negras rurais têm convivido com a freqüente apropriação dos recursos naturais - terra, água, pastagens, mangues, lagos, igarapés e rios - de seus territórios por parte de um grupo dominante de fazendeiros que acabam cercando as águas e as terras, impedindo a grande maioria de pescadores artesanais de realizar suas atividades produtivas. Jurandir (1942, p. 87) denomina este antagonismo como a “luta pela beirada” e afirma haver “sérios desentendimentos entre pescadores e fazendeiros”.

Nos anos 80, estudos sobre a pesca na Amazônia relatam reações aos conflitos sob a forma de “queixas” e denúncias enviadas às instituições governamentais, ao controle e fiscalização ambiental, à política creditícia, à privatização de zonas de pesca e mais uma vez faltam estudos sobre estratégia e movimentos alternativos de luta que, segundo Mello (1995, p. 22), abrem uma lacuna que “impede que se obtenha uma visão mais completa e necessariamente complexa do jogo das contradições que se processam nesse meio social, seus contornos e possibilidades políticas presentes e futuras”.

Estudos como os de Almeida (1998; Castro (1999); Acevedo Marin (1999, 2005), examinam os conflitos e as restrições vividas pelas comunidades negras da ilha do Marajó, visualizando a resistência de um grupo étnico que é detentor de uma territorialidade e que vem sofrendo restrições ao uso dos recursos. Neste sentido, outro aspecto que perpassa todo desenvolvimento desta obra é a contribuição que a mesma se propõe a dar às pesquisas dos

---

<sup>5</sup> Há no município de Salvaterra os pescadores artesanais comerciais que se dedicavam exclusivamente à prática pesqueira, formando “turmas de lago e turmas de rio”, durante o período de safra nos meses de estiagem, em águas de trabalhos apropriadas a muitas gerações. Há outros que, poliespecíficos, dividem seu tempo produtivo na agricultura, criação de animais, produção de carvão, extrativismo e a pesca de subsistência, vendendo ou trocando seu produto entre comunidades próximas. Estes dois grupos de trabalhadores(as) serão apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

grupos negros, em condições de vida rural, percebendo-os como foco de análise necessária à discussão do modo de vida camponês e a diferenciação étnica, caminhando em direção a questões como da identidade étnica. No entanto, é preciso perceber que a identidade dos grupos negros rurais não está exclusivamente na persistência de tradições culturais oriundas da África, até por que em situação de vida rural no Brasil, foi muito mais difícil manter, ritos, tradições e persistência de cultos devido às poucas ocasiões e espaços de interação entre si (BANDEIRA, 1988).

No Arquipélago do Marajó, o processo da expansão da agropecuária deu-se a partir dos Missionários,<sup>6</sup> (mercedários, jesuítas, carmelitas e capuchos) e dos donos das sesmarias e seus colonos advindos de Portugal e de outros países como a Espanha (Os Gavinhos). Eles usavam a mão-de-obra indígena e escrava.

### 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Geograficamente, o município de Salvaterra está situado na parte leste da Ilha de Marajó<sup>7</sup>, especificamente, na região de campos. Lisboa, et al. (1993, p. 224) afirma que a referida região mede cerca de 23.046Km<sup>2</sup>, segundo dados da OEA de 1974. Entretanto, o município é considerado pequeno se comparado a toda esta extensão, possui uma superfície de apenas 1.043 Km<sup>2</sup>, limitada a norte com os rios Paracauari e São Lourenço, a noroeste com o município de Soure, a leste com a baía de Marajó, a oeste com o município de Cachoeira do Arari e ao sul com o rio Camará. Segundo Lisboa et al. (1993, p. 224), “a área do município possui quatro ambientes distintos, sendo eles: as florestas de terra firme; as várzeas, os mangues e restingas”. A população da região é de 15.118 habitantes, onde 7.792 são homens e 7.326 mulheres. Na área rural residem 6.467 que representam aproximadamente 42,78%, do universo da população do município (IBGE, 2000).

Na intenção de descortinar uma das “multi-faces” produtivas das comunidades negras rurais de Salvaterra, dividimos o presente trabalho em três capítulos sendo que:

---

<sup>6</sup> Segundo Pereira (1952) quando os Missionários tiveram suas terras confiscadas em julho de 1959, por ordem do Marquês de Pombal, eles detinham mais de 134.000 reses em suas terras.

<sup>7</sup> A Ilha do Marajó situa-se no nordeste do Estado do Pará, na embocadura do Rio Amazonas e Pará, cujas coordenadas são: 0° e 2° de latitude Sul e os meridianos 48° 20' e 51° de longitude oeste. Limita-se ao norte pelo Oceano Atlântico, a leste e ao sul pelo rio Pará e a oeste por uma série de canais. Em seus 49.606 Km<sup>2</sup>, ela é dividida em duas regiões, a saber: à leste (posicionada entre a faixa de 4m a 20m acima do nível do mar), estão as *regiões de Campos* onde encontramos os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Soure, Salvaterra e Pontas de Pedras”. A oeste da ilha, há a porção conhecida como *regiões do Furo*, que abrange os municípios de Afuá, Curralinho, São Sebastião de Boa Vista, Breves, Muaná e Anajás (CRUZ, 1987, p. 45). Entre os principais acidentes geográficos estão o Lago Arari e o Canal das Tartarugas, que liga este imenso Lago ao Oceano Atlântico (RODRIGUES, 2003).



No capítulo 1, examinaremos o conceito e localização dos territórios de pesca das comunidades negras rurais. As perguntas que serviram de norte para que fossem levantados dados qualitativos e quantitativos foram: Há território de pesca? O que representa social, político e culturalmente os “territórios de pesca” na Ilha? Eles são de uso comum?.

No capítulo 2, permite a visualização dos atores (homens e mulheres) que desenvolvem suas atividades nas águas continentais da porção leste da Ilha do Marajó, ao examinar a territorialidade dos trabalhadores das águas de Salvaterra. Neste capítulo foram reunidas informações sobre os grupos familiares envolvidos com a pesca, os questionamentos foram: que variações ocorrem na pesca artesanal da Ilha de Marajó? A sazonalidade da região de Marajó é responsável por mudança nas práticas pesqueiras das comunidades? Como as mulheres participam na atividade pesqueira? Qual a importância da pesca como estratégia de sobrevivência dos grupos rurais negros? Quais das comunidades estudadas podem ser consideradas comunidades pesqueiras? Qual a trajetória da pesca artesanal em algumas comunidades de Marajó, tal como acontecem nas comunidades negras de Mangueira, Barro Alto, Pau Furado e Caldeirão? Quais tipos de peixes comerciais podem ser encontrados nos territórios de pesca dessas comunidades? Quais as proteínas são mais consumidas por essas comunidades?

O capítulo 3 apresenta os conflitos gerados pela proibição do uso das águas de trabalho pela oligarquia local de Marajó de um lado, e a resistência dos demais grupos sociais envolvidos do outro. No último momento, (a conclusão) faz um resumo preliminar de todos os aspectos visualizados nesta pesquisa. Acenando aos projetos de desenvolvimento a relevância da etnicidade em sua elaboração. Os questionamentos feitos foram: A restrição ao uso desses territórios provoca conflitos que, por sua vez, dificultam a reprodução social das comunidades tradicionais e inibem o desenvolvimento regional? Como e por que ocorrem e se ampliam os conflitos de pesca na região? Quais as restrições impostas pelos agropecuários às comunidades negras rurais de Salvaterra?

Quanto aos procedimentos metodológicos, é importante ressaltar que os problemas levantados pela presente pesquisa nortearam o andamento da mesma, tanto que os dados foram coletados, a fim de responder aos questionamentos evidenciados pelos objetivos do presente estudo. Cada dado, por sua vez, precisou de uma estratégia própria para ser coletado, a fim de acompanhar o calendário sazonal das atividades dos pescadores das comunidades negras rurais de Salvaterra.

Os dados coletados foram de duas naturezas: uma categórica e outra numérica. Os dados categóricos são qualitativos, enquanto que os numéricos são extraídos a partir de

informações mensuráveis, ou seja, de natureza quantitativa. O estudo mesclou as duas “naturezas” e dessa forma obteve um enriquecimento de informações, aceitando a sugestão feita por Neves (1996, p. 4), que em sua obra “Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades”, concluiu que “as diferenças entre os dois métodos devem ser empregadas pelo pesquisador em benefício do estudo”.

Os dados qualitativos foram obtidos a partir dos depoimentos orais e pesquisa documental. Esta e a técnica da história oral foram as duas possibilidades, dentre as que a abordagem qualitativa oferece, utilizadas no processo de produção deste estudo (GODOY, 1995). Entende-se por pesquisa documental aquela que é constituída pelo “exame de materiais que ainda não receberam um tratamento ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar” (NEVES, 1996, p. 3).

A história oral<sup>8</sup> é uma técnica de coleta de dados baseada em entrevistas<sup>9</sup>, que lança mão da memória social como “fator dinâmico na interação entre passado e presente, fugindo ao aspecto não-reativo do documento escrito, que permanece o mesmo ao longo do texto” (HAGUETTE, 1992, p. 93). Ela foi escolhida pela referida característica, mas também por se adequar à falta de documentos, que é uma constante no que se refere aos territórios de pesca e suas relações de trabalho e interação homem- ambiente, no município de Salvaterra. São poucos os estudos sobre as estratégias de sobrevivência das comunidades tradicionais da Ilha de Marajó, muito menos sobre a dinâmica da atividade pesqueira que ocorre em Salvaterra.

As entrevistas foram orientadas por um questionário, cujas perguntas levaram em conta a restituição sistemática proposta por Borda (1981), ou seja, foram respeitados o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de pescadores que forneceram informações sobre a atividade pesqueira. A investigação também levou em conta as recomendações etnográficas de Oliveira (1996), trazendo para a análise dos dados a observação atenta no olhar (aparência externa), no ouvir (significações íntimas idiossincráticas) e também no momento de escrever, percebendo a relação dialética existente entre os dados e os sistemas conceituais.

Outras fontes como a pesquisa documental: documentos escritos na colônia de pesca Z-1 e Z-2 e demais instituições envolvidas na atividade pesqueira de águas interiores. Estes

---

<sup>8</sup> A história oral se baseia no depoimento oral que precisa ser gravado e “obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado, atos sociais e testemunhos de acontecimentos relevantes para a compreensão da realidade”. Sendo que a escolha dos entrevistados não é aleatória e baseia-se no julgamento sobre o que é imprescindível na pesquisa em andamento” (HAGUETTE, 1992, p. 7, 96-97).

<sup>9</sup> Segundo Haguette (1992), entrevistas é o processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. Informações obtidas a partir de um roteiro de entrevistas.

documentos; entretanto, foram poucos, principalmente em relação às colônias de pesca, apesar das diversas visitas às mesmas. Foi utilizado também um banco de dados com informações das 12 localidades de Salvaterra pesquisadas. Foram feitas entrevistas com formulário estruturado e aplicadas a 490 informantes “cabeças de família” que, por vezes, representava mais de uma unidade familiar. No quadro 1 podemos perceber o número de informantes por comunidades, levantados durante os 53 dias de pesquisa de campo que aferiu todo o universo das 12 comunidades estudadas, aferindo todo o universo.

<b>Comunidades</b>	<b>Nº de cabeça de família</b>	<b>Comunidades</b>	<b>Nº de cabeça de família</b>
<b>Paixão</b>	8	<b>Boa Vista</b>	38
<b>Salvá</b>	9	<b>Bacabal</b>	54
<b>Siricari</b>	9	<b>Vila União</b>	57
<b>Providência</b>	12	<b>Barro alto</b>	63
<b>Pau Furado</b>	18	<b>Mangueiras</b>	86
<b>Deus Ajude</b>	19	<b>Caldeirão</b>	117
<b>Total</b>			490

**Quadro 1-** Número absoluto de informantes por comunidade.

**Fonte:** Censo domiciliar (2003).

A fim de alcançar os objetivos desta pesquisa, foi possível:

a) Verificar as variações sazonais que ocorrem na pesca artesanal de Salvaterra, a partir dos dados de pluviosidade e relatos das comunidades sobre o período em que realizam a atividade pesqueira, bem como a variação de suas práticas ao longo do ano; Definir o perfil dos pescadores(as) artesanais de subsistência e dos artesanais comerciais das comunidades negras rurais de Salvaterra, dando ênfase nas comunidades pesqueiras. As comunidades de Pau Furado, Caldeirão e Mangueiras foram as três comunidades identificadas como pesqueiras, ou seja, os três locais onde a pesca é a principal atividade praticada pela comunidade durante o ano todo, cumprindo o papel de subsídio ao consumo familiar e como produto de comercialização ou de troca, sendo acompanhada por atividades outras como a criação de animais, caça e agricultura. É preciso relatar que a localidade de Mangueira é a região - tronco das famílias remanescentes de quilombos, no município de Salvaterra (ACEVEDO MARIN, 2004).

b) Realizar o estudo da riqueza das espécies de peixes de valor comercial nas águas de trabalho dos pescadores artesanais de Salvaterra; a partir do acompanhamento, durante 3 dias, da captura do pescado no rio do Saco, localizado no município de Soure e de entrevistas dirigidas e gravadas com grupos de pescadores que já desenvolviam esta atividade por no mínimo 10 anos. Foi possível identificar os peixes recorrentes no Rio do Saco até o nível

taxonômico de “espécies”, a partir de fotografias coloridas de peixes de água doce e água salgada pertencentes ao “Catálogo de peixe comerciais do Baixo Tocantins” (SANTOS; JEGU; MERONA, 1984).

c) Visualizar os territórios de pesca, com o auxílio de croquis das áreas onde os pescadores artesanais desenvolvem sua atividade pesqueira. Os desenhos dos locais e denominações dos recursos foram feitos pelos pescadores (as), de acordo com o entendimento e identificação pessoal das “águas de trabalho” dos mesmos. Houve ainda a construção de mapas de territórios e pontos de pesca obtidos, a partir das informações de entrevistas dirigidas, ou seja, a partir dos relatos dos pescadores das comunidades de Salvá, Mangueira, Deus Ajude, Caldeirão, Barro Alto, Bacabal, Siricari, Paixão que foram gravadas no ano de 2003 e 2004, obtidos nos meses de agosto a outubro, durante viagens de campo aos locais de pesca do rio do Saco, Rio Matupirituba e Igarapé Siricari. Os pontos de pesca identificados e descritos pelos pescadores foram localizados pelo Sistema Global de posicionamento Global Position System (GPS) e os dados plotados em mapas.

d) Examinar as dificuldades que os pescadores têm devido à proibição, estabelecida pelos fazendeiros, ao acesso dos recursos disponíveis na área. O exame foi feito a partir de entrevistas dirigidas que questionaram sobre a época em que ocorrem os conflitos, os tipos de restrições estabelecidas pelos fazendeiros, às dificuldades causadas pelas proibições, às diferenças percebidas no período chuvoso e no de estiagem.

e) Descrever as formas e, se possível, as frequências dos conflitos de pesca. Este objetivo foi alcançado a partir das informações buscadas nas colônias de pescadores, mencionadas anteriormente, e também pelas informações retiradas dos relatos dos pescadores.

## 1.2 PERÍODO DAS COLETAS

As coletas aconteceram durante os meses de abril, junho, julho e setembro para atender ao objetivo específico de destacar a sazonalidade existente na atividade pesqueira realizada na várzea estuarina, bem como relacionar as artes de pesca utilizadas por período (chuvoso/seco) e por área estudada (lago/rio)<sup>10</sup>. No mês de abril<sup>11</sup>, foram feitas 15 entrevistas preliminares com moradores da localidade de Mangueira, cujo objetivo foi coletar dados

---

<sup>10</sup> Até o momento de elaborar o presente projeto foram realizados dois períodos de pesquisa exploratória. O primeiro foi realizado no mês de outubro de 2003 e o segundo em maio/abril de 2004. As anotações estão incorporadas na descrição de realidades concretas do povoado de Mangueira e das demais comunidades negras estudadas.

<sup>11</sup> O período chuvoso foi representado pelos meses de abril e junho e os meses de julho e agosto, o de estiagem.

sobre a pesca local, sendo que neste período chuvoso foram percebidas dificuldades distintas das que ocorrem durante o período de verão, como a questão do defeso e a falta de comunicação entre as localidades devido às estradas estarem cobertas de água. A “lei do defeso”, estabelecida pelo governo durante o período chuvoso, devido à desova de alguns grupos de peixes migradores, restringe atividade pesqueira quando impede os pescadores de capturar peixes nos rios e lagos, a não ser que o destino de seu produto seja aplacar a sua fome e a de seus familiares, ou seja, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pressiona os pescadores a não comercializarem o peixe mesmo durante a Semana Santa - período que aumenta a procura do produto, devido à proibição religiosa do consumo da carne vermelha.

No mês de junho (24 a 27 de 2004), ocorreu o “III Encontro de Mulheres Quilombolas” em Mangueiras (Fotografia 1). Neste período foram realizadas entrevistas com mulheres que se auto-denominam pescadoras e que assim são conhecidas na comunidade. As informações foram obtidas a partir de entrevistas dirigidas que relataram sobre a presença da mulher na atividade pesqueira, desenvolvida em Salvaterra.



**Fotografia 1**-Dona Gersila Barbosa (Mangueira) foi o símbolo da mulher negra retratada no cartaz. Fotografia de A. Lopes (2004).

As coletas que ocorreram nos meses de julho e agosto levantaram informações sobre as artes de pesca utilizadas pelos pescadores durante o verão no lago e no rio, bem como obter dados sobre os conflitos de beirada. O período intensivo, junto com as turmas, foi de 3 dias; em virtude do tempo e dos recursos disponíveis para a realização do estudo. Entretanto, o

período citado é tempo satisfatório para por em prática a metodologia adotada por esta pesquisa. Vale ressaltar que informações adicionais foram retiradas do censo domiciliar, referentes a cada uma das 12 referidas localidades e este banco de dados está sendo usado na presente pesquisa.

Durante o mês de setembro a ida ao campo foi para obter informações sobre as atividades pesqueiras realizadas durante o período de verão, bem como obter dados sobre as diferenças entre a pesca no rio e no lago. Segundo relatos de Leonel (1998), é neste período que ocorrerem conflitos entre fazendeiros e pescadores por causa do uso da beirada. Tal área é definida pelos fazendeiros como propriedade privada e, por sua vez, passiva de arrendamento. Eles pleiteiam pagamento para que permitam o acesso ao recurso por parte do pescador. Caso contrário, o último corre o risco de ter seus instrumentos de pesca apreendidos ou ainda sua vida usurpada. Na obra de Almeida (2003, p. 44) “Palafitas do Jenipapo: uso comum das águas e conflito”, o autor relata a morte brutal de quatro pescadores que ousaram pescar em águas consideradas pelos fazendeiros de domínio particular.

### 1.3 TRATAMENTO QUANTITATIVO DOS DADOS

A sumarização dos dados foi feita a partir de métodos quantitativos descritivos tais como elaboração de tabelas, gráficos de barra e de linha que apresentam dados com frequência relativa, frequência absoluta e/ou medidas de tendência central. Tais dados foram incorporados aos estudos qualitativos, que por sua vez, apresentaram informações de maneira tão descritiva quanto possível e analítica tanto quanto foi necessária (a medida de ambos foi norteadas pelo objetivo do estudo).

A respeito do número de pescadores(as) é importante esclarecer que esta variável foi quantificada a partir do estudo do universo amostral das comunidades negras rurais de Salvaterra, obtido a partir da variável “atividade principal” que consta no formulário padrão aplicado durante as coletas do referido grupo de pesquisa. A cada informante foi perguntado qual era a principal atividade que realizava, muitas foram as respostas e, por vezes, múltiplas as atividades realizadas, neste último caso todas as informações foram inseridas na íntegra e obedecendo a ordem relatada.

Quanto às classes etárias, a amostra foi dividida em 11 classes/idade (0-5; 06-13; 14-21; 22-28; 29-35; 36-42; 43-50; 51-60; 61-70; 71-80; >80) que abrigam três categorias referentes às fases: infantil (0-14 anos), jovens (15-21 anos) e adultos (21 em diante).

Houve ainda a preocupação de verificar se as comunidades realizam a caça e a pesca, e, portanto, questionou-se sobre estas práticas. As categorias encontradas foram: ‘não caça nem pesca’, ‘não pesca’, ‘não caça’, ‘caça’, ‘S/I’ (sem informação), ‘pesca’ e outras denominações que subdividiram esta última categoria como **peixe, bagre, tucunaré, bacu, pescada, tamuatá, traíra, acará, pratinha e dourada**. Tais subcategorias informam não só a realização da pesca, como também permite que sejam visualizados um pouco da preferência alimentar dos moradores das comunidades estudadas por determinados grupos de peixes, pois a captura da caça volta-se, principalmente, ao consumo familiar; e o produto da pesca além do consumo, é também trocado por outros alimentos como a farinha e o café.

Entendendo que uma das importantes finalidades da prática pesqueira é obter alimento para a subsistência das famílias da localidade, fez-se um *survey* durante o verão que levantou dados sobre os itens alimentares consumidos por unidades familiares, escolhidas aleatoriamente, de 3 comunidades rurais negras de Salvaterra. A categoria dos itens alimentares se restringiram ao consumo de proteínas animal, cujas variações foram: proteína animal/pesca (peixes), proteína animal/caça (tartaruga, preguiça, tatu, cobra, jacaré), proteína animal/criação (galinha, pato, porco, cabra) e proteína animal/compra (carne bovina). Há fatores limitantes como a renda que acabam por interferir nos resultados deste estudo. Entretanto, o objetivo foi estimar o que se consome a partir das atividades realizadas pelas unidades familiares.

Os dados sobre o pagamento do uso do rio do Saco para a retirada dos peixes foram obtidos a partir de recibos assinados pelos donos das fazendas referidas no capítulo 3 e que foram cedidos pelo arrendatário, Sr. Sérgio Gonçalves, referentes ao ano de 2002.

#### 1.4 TRATAMENTO QUALITATIVO

As entrevistas foram orientadas por um questionário, como já fora mencionado anteriormente, e gravadas em fita K7. As que não puderam ser gravadas, por motivo de força maior, foram transcritas a mão durante as entrevistas e depois revisadas. No total realizou-se 64 entrevistas, sendo 2 em Bacabal, 3 em Paixão, 5 em Caldeirão, 16 em Mangueiras, 2 em Salvaterra, 2 em Soure, 12 em Deus Ajude, 3 no Siricari, 4 em Providência, 2 no Barro alto, 3 em Salvá e 10 no Rio do Saco - os pescadores de Pau Furado foram entrevistados durante a ida a este rio. O número de entrevistas em cada comunidade foi estabelecido intencionalmente e limitado pela quantidade de visitas a cada localidade.

As informações, extraídas das entrevistas e formulários, constituíram uma matriz de dados. A análise dos dados estatísticos foi feita com o auxílio dos seguintes programas: EXCEL 5.0 e SPSS.

Os relatos dos que se autodenominavam pescadores obedeceram a critérios de escolha como: tempo em que trabalha na pesca e indicação de outros pescadores<sup>12</sup>. Houve coletas de informações em grupos de pescadores, principalmente durante a elaboração dos croquis das áreas de pesca. No caso do croqui, o critério estabelecido era principalmente o tempo de trabalho na área, aceitou-se prioritariamente os que estavam trabalhando na área em um período mínimo de 10 anos. As figuras foram comparadas e o critério de obtenção de informações foi de semelhanças e diferenças, sendo que todas as representações foram acatadas.

A fim de verificar a participação da mulher no processo de produção pesqueira, foram realizadas 14 entrevistas com pescadoras. A escolha das entrevistadas ocorreu a partir da identificação da comunidade e da auto-identificação das mulheres como trabalhadoras da pesca. Durante as entrevistas foi possível perceber a existência de duas práticas distintas: uma prática pesqueira que está voltada ao consumo familiar, e outra que visa a venda do produto para mercados distantes como a capital do Estado do Pará.

As informações sobre os territórios de pesca foram obtidas a partir da técnica da história oral, da observação direta e de pesquisa documental. Quanto aos conflitos de pesca as informações foram retiradas, principalmente, de duas fontes: dos relatos orais dos pescadores das comunidades rurais estudadas e das consultas sobre denúncias feitas por pescadores às colônias de pescadores Z-1 (Soure) e Z-2 (Salvaterra), bem como óbitos ou enfrentamentos, cujo registro tenha sido feito em documentos escritos. Relatos da literatura científica também foram observados e contribuíram para a definição da natureza do *conflito de beirada*, bem como, dos atores sociais envolvidos.

## 1.5 ANÁLISE DOS DADOS

O momento da análise dos dados é aquele onde há a interpretação dos resultados. A presente pesquisa propõe-se em fazer um equilíbrio entre o paradigma hipotético-dedutivo da amostra quantitativa e o holístico interpretativo da amostragem qualitativa (DIAS, 2004).

---

<sup>12</sup> Semelhante a prática “Bola de neve”, descrita por Souza (2004, p. 28-29) que consiste em solicitar ao informante, ao final de cada entrevista, a indicação de um ou mais pessoas da comunidade que tem a pesca como atividade principal em sua unidade familiar. Cabe explicar que o primeiro entrevistado é escolhido logo ao chegar na comunidade, também a partir de indagações feitas à mesma sobre aqueles que praticam a atividade pesqueira.



Os dados quantitativos obtidos durante os meses de coleta (abril, junho, julho e setembro), foram analisados a partir da sumarização dos mesmos, algumas das seguintes propriedades dos dados numéricos foram utilizadas, a saber: a construção de um banco de dados, análise descritiva (LEVIN, 1987). Eles servirão ao propósito da distinção dos períodos temporais (seca e chuva) e dos espaciais (rio e lago) do estudo proposto.

A fim de verificar a participação da mulher no processo de produção pesqueira, foram analisadas as entrevistas de mulheres que se auto denominam pescadoras. As entrevistas aconteceram em 2003 e 2004 e apontaram a existência ativa da mulher na pesca, sendo assim, o universo pesqueiro do município de Salvaterra, na Ilha de Marajó, não é exclusivamente masculino muito menos esporádico. As mulheres exercem esta atividade frequentemente e por isso precisam ser reconhecidas e visualizadas no presente estudo. Durante as entrevistas foi possível perceber duas práticas distintas: uma prática pesqueira que acontece às proximidades da sua residência, que é a *pesca de perto*, e outra que visa à venda do produto em locais mais distantes denominada *pesca de longe*.

Biologicamente, pesquisas que incluem o exame de recursos aquáticos e de mananciais utilizam metodologias de coleta amostral, onde a fauna e a flora são capturadas e identificadas, onde dados abióticos (como PH, salinidade da águas etc.) são mensurados, para que seja feita a correlação entre os primeiros (dados bióticos) e os últimos. É verdade que as pesquisas de avaliação de mananciais de peixes podem possibilitar um aumento na produtividade, caso seja definido o esforço pesqueiro possível em determinada área. Entretanto, o que este estudo pretende dar como contribuição biológica é registrar a riqueza das espécies capturadas- sabendo que esta ação está limitada pelo “estoque capturável”<sup>13</sup>. Entendendo também que esta riqueza representa uma parcela do conjunto de recursos disponíveis (oferta) que pode ser utilizado pelas comunidades rurais negras da área estudada.

O estudo sobre os itens alimentares consumidos pelas comunidades rurais limitou-se ao exame das proteínas por entendermos ser este o limite possível a ser alcançado e por verificar que este grupo alimentar é de fundamental importância para a manutenção bio-social dos organismos e grupos humanos. É preciso enfatizar que o objetivo foi estimar o que se consome de alimento protéico animal, qual a frequência do que se está consumindo ou não se está consumindo e por que se consome. A intenção é observar se há uma alteração ou tendência entre o que se captura e o que se consome de proteína animal pelas unidades

---

<sup>13</sup> Segundo Fonteneles Filho (1989) A pesca raramente explora toda a população de uma espécie, mas apenas indivíduos dentro de uma faixa de comprimento e idade que constituem o estoque disponível, deste, somente uma parte que esteja acessível ao aparelho de pesca, o **estoque capturável**.

familiares pesquisadas. É preciso esclarecer que tais conclusões, mesmo trazendo valores percentuais, possuem uma limitação quantitativa, tanto que estes não nos permite inferir sobre a produção e/ou a biomassa consumida por estas comunidades.

## 2 TERRITÓRIO DE PESCA

### 2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR

No território, segundo Ratzel<sup>14</sup> (SOUZA, 1994, p. 4), há uma mútua influência entre o homem e o meio ambiente. Ele “tem importância fundamental para a sobrevivência de um determinado povo”. Na visão ratzeliana, o território refere-se à apropriação de uma determinada parte da superfície terrestre por um agrupamento humano qualquer Souza (1994, p. 4), analisando os conceitos ratzelianos, afirma que “Essa posse atribui ao território um caráter de identidade do grupo, que se apropria do espaço utilizando-se da natureza e nela registrando suas marcas”.

Ratzel “bebe na fonte” das idéias positivistas e nas concepções das ciências naturais tradicionais e apresenta os territórios como espaços de poder. Para ele, o povo decai quando perde seu território e naturalmente vai em busca de novos territórios, usurpando-os de povos mais fracos, pois o adensamento populacional e a necessidade de recursos exigem a satisfação das necessidades do grupo, ou seja, a expansão do “espaço vital”.

A visão ratzeliana apresenta uma noção de território limitada a seu aspecto visível e a um elemento “de práticas políticas e de exercício de poder único”, entendendo este poder único como o Estado.

A escola geográfica francesa acrescenta uma visão culturalista às idéias ratzelianas, apresentando conceitos como “gênero de vida”, Souza (1994), analisando as escolas geográficas da Alemanha e da França, afirma ser de Derruau, Max: o conceito de gênero de vida que pode ser definido como o conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura sua existência. Nesta concepção teórica, formada no fim do século XIX, “cada gênero de vida corresponde a uma paisagem diferente”. Segundo Paul Vidal de La Blanche, paisagem pode ser natural ou humanizada. O autor define paisagem natural como sendo o resultado da ação de elementos naturais, tais como: clima, solo, vegetação e hidrografia. A paisagem humanizada, por sua vez, constrói definições acrescentando aos elementos naturais o trabalho humano em si, sem revelar as relações de trabalho, pois considera importante principalmente as normas registradas pelo homem ao longo de sua história (SOUZA, 1994).

---

<sup>14</sup> Friedrich Ratzel fundou a escola da geografia política em 1897, criando um ponto de convergência entre uma corrente de pensamento naturalista e uma corrente de pensamento sociológica. Foi o primeiro a introduzir o conceito de “território” nas ciências geográficas, resgatando conceitos como influência do meio sobre o homem e vice-versa.

Embora a introdução desta visão cultural tenha sido importante para as discussões das ciências geográficas e suas conceituações sobre paisagem e território, é preciso perceber que ambas representam a relação homem natureza a partir de territórios próprios. Tais concepções deixam de perceber os processos dinâmicos que ocorrem em uma paisagem estudada, fundamentada em formas e funções de um lugar ou uma cidade.

Na obra “Por uma geografia do poder”, Raffestin (1993, p. 8) define território da seguinte maneira: “O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um *processo* do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder”.

Segundo Manning (1977), que pesquisa a biologia do comportamento, território “é qualquer área defendida”. Deag (1981, p. 113), estudando o comportamento social dos animais afirma que estes atribuem ao território várias funções: há os que possuem *uso específico*, “sendo comum em aves que nidificam colônias”; há também aqueles de *uso múltiplo* onde em geral contém todos os recursos necessários à manutenção da população.

Este autor afirma que um território só é defendido quando não possui recursos suficientes para a população. Os dois autores refletem o comportamento das populações animais não-humanas, sendo que suas conclusões estão baseadas nas leis darwinianas, onde existe a presença do animal mais apto, a diferença entre as espécies e a territorialidade de cada grupo baseado nesta diferença.

Raffestin (1977) apud Souza (1994) esclarece que as necessidades biológicas do homem, como vestir-se, alimentar-se, reproduzir-se dia-a-dia e ainda suas necessidades materiais sociais que vão do morar à necessidade de sentir-se bem, compõe sua territorialidade.

Raffestin (1977) apud Souza (1994) compreende a linguagem da paisagem como forma e função e afirma ser a linguagem da territorialidade das relações. O autor define territorialidade como o sistema de relações entre uma coletividade com a externalidade, sendo esta entendida como tudo aquilo que é externo ao homem ou a coletividade, como um sistema abstrato e institucional, onde o homem é um ser biológico e social, ou seja, ele é “bio-social”.

Acevedo Marin (2004b, p. 23) afirma que o território, assim como o processo de territorialização, é:

‘um fenômeno imaterial e simbólico’, composto por relações entre ‘agentes, agências, expectativas, memória e natureza, que durante o processo de simbolização’ se desmaterializa, constituindo ‘a entrada de novos elementos que provocam rearranjos no conjunto e, em especial, sobre os recursos ambientais’.

Territorialidade, na Antropologia, “sugere concepções de espaço e de materialização de movimentos e de relações sociais que em grupo desenvolve em um espaço social que é cultural e ecologicamente identificado na sua história” (ACEVEDO MARIN, 2004b, p. 22). A autora segue afirmando que a territorialização é um processo composto por profundas mudanças “no funcionamento das instituições e manifestações culturais de um determinado grupo social decorrente de uma base territorial fixa - juridicamente definida” – que, mesmo sendo material não consegue garantir a visibilidade desta territorialidade. São as pressões externas que aceleram o processo de territorialização.

A presente pesquisa busca refletir sobre esses processos a partir da análise dos territórios de pesca das comunidades quilombolas de Salvaterra, onde as pressões externas caracterizam-se pelos conflitos de pesca (internos e externos), já mencionados por Jurandir (1942).

### 2.3 O ESTUÁRIO MARAJOARA

O Brasil é dotado de recursos hídricos abundantes, possui um volume armazenado de água subterrânea em torno de 58.000 km<sup>3</sup> e aproximadamente 257.790 m<sup>3</sup>/s escoando pelos rios. Calcula-se que o nosso país detenha mais ou menos 18% do potencial de água da superfície terrestre (DIEGUES, 2002). Entretanto, o cerceamento das águas por oligarquias locais, a poluição de todas as ordens e o mau uso dos recursos hídricos, juntamente com o aumento gradual do consumo agrícola, industrial, residencial, etc., exigem que o uso da mesma seja regulado, a fim de evitar potenciais conflitos.

Segundo Mota (1995), a bacia hidrográfica surge no cenário de aproveitamento de recursos hídricos, como a unidade a ser considerada, pois toda ação antrópica influencia a qualidade da água. O Brasil é composto por nove bacias<sup>15</sup>, dentre estas, a bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo<sup>16</sup>, se considerar toda sua extensão (BARTHEM; GOULDING, 1997).

---

<sup>15</sup> Segundo Diegues (2002), usando fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos de 1987 e 1988 há: a Bacia Amazônica, a Bacia do Tocantins-Araguaia, a Bacia do Nordeste, a Bacia do Paraguai, a Bacia do Rio São Francisco, a Bacia do Leste, a Bacia do Paraná, a Bacia do Uruguai e a Bacia do Sudeste.

<sup>16</sup> Em território brasileiro, o rio-Solimões-Amazonas constitui essa bacia, são pelo menos 3000 Km, do limite colombiano/peruano até o Atlântico, sendo mais de mil tributários. Ver Barthem; Goulding, (1997, p. 5).

A bacia Amazônica chama atenção pela sua extensão e por se constituir em ecossistemas heterogêneos. Nela destacam-se dois ambientes principais: a terra-firme, que compõe uma grande variedade de habitat e representa cerca de 98% do total, e a várzea que constitui os 2% restantes, ou seja, uma pequena área cuja extensão é inversamente proporcional à sua grande importância econômica e ecológica. Moran (1990) discursando sobre a Bacia Amazônica afirma que é de suma importância diferenciar a terra-firme e a várzea, visto que a esta última é economicamente mais vantajosa que a primeira, por ser enriquecida por aluvião - andino e por possuir alta riqueza de peixes (MORAN, 1990). O referido autor aponta a importância da compreensão dos ecossistemas “varzeiros” para o estudo da adaptação humana na Amazônia e o uso dos recursos hídricos.

As várzeas dividem-se em altas, baixas e as várzeas do estuário<sup>17</sup> (MORAN, 1990). O estuário amazônico, do lado Atlântico, foi delimitado por Sioli (1997) da porção do Cabo Norte à ponta do Tijuco, a uma distância de aproximadamente 380 Km. Na extensão estuarina, temos o rio Amazonas ao Norte, o rio Pará a sudeste e o Rio Tocantins ao Sul. Há um delta interno, na porção estuarina, que recebe um enorme volume de água doce descarregado pelo rio Amazonas. Este volume de água, por sua vez, dilui as águas salinas provindas do Oceano Atlântico.

A porção interna do estuário amazônico<sup>18</sup>, conhecida como “delta interno do rio Amazonas” foi definida dessa forma por Sioli (1997) e se constitui em uma infinidade de ilhas dentre as quais se destacam: a ilha de Marajó, maior ilha fluvio-marinha do mundo, com cerca de 49.606 Km<sup>2</sup> (CRUZ, 1987; LIMA et al., 2001). O sistema hidrográfico da Ilha do Marajó foi descrito por Miranda, (1951), como “singular” por possuir características peculiares, tais como: “cursos d’água sem nascentes espontâneas brotadas do subsolo”, lagos temporários originados pelo acúmulo de águas pluviais e a presença das marés que enchem e vazam

---

<sup>17</sup>A várzea estuarina, segundo Moran (1990, p. 119 - 122) difere das demais áreas e para ilustrar o autor apresenta e sua obra um mapa das várzeas da Amazônia. O autor define a várzea como “áreas que sofrem um processo de inundação periódico pelos rios e marés durante o ano, inundando-as em diferentes graus de intensidade, tempo e periodicidade”. Quanto a diferença entre os tipos de várzea temos: - as várzeas altas diferem-se das várzeas baixas principalmente pelo tipo de terreno (elevado nas várzeas altas e rebaixado nas várzeas baixas) e pela presença de “sistemas ribeirinhos muito mais dendríticos” (que cria áreas alagadas muito mais extensas do que das várzeas do Baixo-Amazonas), - o estuário difere da várzea baixa “pela influência diária da água salina, pela influência das marés e pela riqueza aquática”. Entretanto, tais áreas de várzea possuem características em comum como o “ciclo de enchente e o esvaziamento dos rios”.

<sup>18</sup> A área total da Bacia Amazônica é de aproximadamente 6.112.000 km<sup>2</sup>, sendo que 300.000 km<sup>2</sup> são de margens alagadas anualmente devido ao regime de chuvas tropicais e a grande extensão de terras baixas, formando as mais extensas várzeas existentes no planeta (JUNK, 1983).

diariamente, provocando na época de estiagem marés de sizígia, ou seja, grandes marés que banham suas margens fertilizando-as.

Quanto a Baía do Marajó, dizemos que ela faz parte do sistema estuarino amazônico, sendo formada pelas descargas dos rios Tocantins, com seus afluentes (rios Moju, Acará e Guamá) e pela descarga do rio Pará. Ela também recebe parte da descarga do rio Amazonas. A baía limita-se “a este pelo farol de São Caetano e a noroeste pelo cabo do Maguari, a leste da Ilha de Marajó”. A mesma sofre grandes variações e seu volume de água devido às diferenças pluviométricas sazonais que provoca o deslocamento da “zona de contato entre o rio e o mar” do estuário, em cerca de 200 km de extensão (EGLER; SHAWASS, 1962; BARTHEM, 1985). Este fenômeno provoca uma grande alteração na salinidade da água da baía, tornando suas águas extremamente doce durante o período chuvoso, que vai de janeiro a junho, e bastante salobra no período de estiagem, junho a dezembro. Segundo Isaac e Barthem (1995, p. 311), “as marés deste sistema são sentidas diariamente nas alterações do nível do rio e nas mudanças de sentido das correntezas”.

A ilha encontra-se dividida em duas porções, devido seus aspectos naturais, a saber: a região oeste, conhecida como região de Furos ou porção meridional e a região leste, denominada região de Campos ou Setentrional<sup>19</sup>. A região dos furos “caracteriza-se pelos trechos de terra firme e de várzea alagada, ou igapó”. As áreas de várzea são inundadas pelas cheias do Rio Amazonas que faz grandes depósitos de aluvião (cascalho, areia e argila) na área. A região de campos é constituída por uma grande planície com vegetação tipo savana - campos abertos com árvores de pequeno porte espaçadas (INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ, 1974).

Na porção setentrional, nos deparamos com um grande número de rios. Percorrendo o cabo do Maguari, encontramos o município de Soure, que é banhado por rios como: Pacoval, Umiriaduba, Cabu, Cajuuna e Paracauari. Este último rio também é conhecido como igarapé Grande e serve de limite daquele município com Salvaterra, seus afluentes são: da margem esquerda geográfica o Rio do Saco<sup>20</sup> e da direita os rios Siricari, Caranaoca, Cachoeira e Aturiá (PEREIRA, 1952).

Refletindo para além das definições geográficas. No caminho da construção deste tema é necessário citar Diegues (2003, p. 3), que chama atenção à “primazia das águas como um dos preceitos naturais na formação social de seus habitantes da várzea”. Ele relata a visão

---

<sup>19</sup> Os dados sobre os aspectos ambientais da Ilha “mais completos” datam da década de 1970 e 1980 (IDESP, 1974; SUDAM; IBGE 1970; ALMEIDA, 1998).

<sup>20</sup> Os afluentes do rio do Saco são: Amparo, Bom jardim, Prazeres e São Sebastião (PEREIRA, 1952)

do mundo camponês da calha do Rio Solimões – Araguaia, onde ambientes aquáticos são concebidos como *águas de trabalho*, a onde o rio e igarapés são territórios de uso comum<sup>21</sup> e os lagos, geralmente considerados de uso restrito. O referido autor afirma que “as águas de trabalho são responsáveis pela manutenção da produção da proteína animal necessária à vida camponesa”.

Os ambientes aquáticos, como rios, lagos, igarapés e furos, onde se realiza a pesca artesanal na ilha de Marajó, são muito mais que os seus componentes físico-químicos ou seus limites espaciais. Na relação com os ambientes aquáticos, o homem apreende saberes, desenvolve estratégias de sobrevivência e realiza trabalho. A pesca - uma atividade extrativa secular - é introduzida neste contexto por ter sido e ainda continuar sendo, um dos mais importantes meios de subsistência das populações amazônicas<sup>22</sup>.

### **2.2.1 Sazonalidade: a chuva e a estiagem**

Informações científicas revelam que o município de Salvaterra apresenta alta pluviosidade nos seis primeiros meses do ano (janeiro a junho), justamente no período em que ocorrem os maiores volumes de chuvas e as menores temperaturas. Nos seis meses seguintes (julho a dezembro), são registradas as temperaturas mais elevadas. A amplitude térmica é mínima e a temperatura média fica em torno de 27 °C, com mínima superior a 18 °C e máxima a 36 °C (FERREIRA, 2003).

A precipitação está relacionada também com a cobertura vegetal que tem sofrido perdas drásticas com a formação dos campos de pastagens, desde o desenvolvimento da agropecuária no século XVII e a salinização das águas que ocorre, principalmente durante os meses de estiagem quando a bacia do Rio Pará e o rio Tocantins atingem maiores valores de salinidade (LIMA; TOURINHO; COSTA, 2001).

A estiagem traz a diminuição do volume dos corpos de água e a invasão das águas oceânicas nas de águas continentais. É neste período que ocorrem as variações de salinidade em águas interiores, influenciando o “tipo de comunidade vegetal ou animal que coloniza um determinado ecossistema e também na regulação da taxa de crescimento destas comunidades”

---

<sup>21</sup> Áreas de uso comum são os rios, lagos, varadouros (caminhos reais), praias, barrancos e matas administradas pelo conjunto de moradores da área, onde se desenvolve o usufruto coletivo. São áreas abertas, não são de domínio privado e nem disponíveis à apropriação individual, mas esses “espaços abertos” estão vinculados ao mercado, pois seus produtos são vendidos e comercializados com as comunidades próximas. (Benatti 1996, p. 156).

<sup>22</sup>Podemos citar como exemplo estudos realizados por Barthem (1985), na Baía de Marajó, onde afirma que a produtividade da área em questão possibilitou ao Estado do Pará um rendimento anual de dezenas de milhões de dólares com a “exportação de peixes e camarão capturados nestas áreas”.



(ESTEVEES, 1988, p. 261). As regiões que sofrem influência tanto das águas do mar quanto das águas doce, como é o caso da ilha, são as que apresentam maiores variações. São vários os fatores responsáveis pela variação de salinidade<sup>23</sup> em águas continentais. Segundo Esteves (1988, p. 259) os que se destacam são: a intensidade diferenciada de intemperização e composição das rochas e solo da bacia de drenagem; o grau de influência e composição das águas subterrâneas; a precipitação atmosférica (já mencionada); o grau de influência marinha e o balanço entre a evaporação e a precipitação.

No período de estiagem, a maioria dos mananciais de águas superficiais da região de campo se esgota devido à topografia excessivamente plana e a intensa evaporação (INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ, 1974). As chuvas que caem durante o inverno marajoara são responsáveis pelo alagamento de 50% dos solos que, por sua vez, encontram problema para drenar toda esta água. Vale ressaltar que a diminuição das chuvas na Ilha afeta todo o ecossistema, um exemplo são os lagos temporários que se formam no período chuvoso e abrigam muitas espécies de peixe, que servem de alimento à população. Estes, durante o verão, diminuem drasticamente seu volume d'água ou desaparecem por completo, provocando a morte dos peixes por falta de oxigênio (apoxia). No período chuvoso, as águas doces dos rios marajoaras, ao receberem as chuvas intensas, transbordam e inundam as áreas de várzea, espalhando os peixes nos campos, destruindo plantações e isolando os gados nos tesos. (RODRIGUES, 2003).

### **2.2.2 Identificação e territorialidade**

Apropriando-nos do conceito de Schwarcz ([19--]) afirmamos que a identidade é construída pela tomada de consciência das diferenças, e não pelas diferenças em si. Por sua vez, a identidade de um grupo étnico tem como traço característico a auto-atribuição ou a atribuição do outro a uma categoria étnica, sendo assim, ela é temporal e mutável em seus traços culturais, que são transmitidos pelo grupo como crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, culinária, vestimenta, entre outros.

Definir um grupo como étnico não é descrever os traços culturais dos mesmos, trata-se de ir em busca da “fronteira étnica” deste grupo, ou seja, “olhar” a partir “de um processo dinâmico onde a cultura e a tradição são matérias de inclusão e exclusão, tomadas, não como

---

<sup>23</sup>. Vale ressaltar que a salinidade é importante para o crescimento das comunidades faunísticas porque a salinidade do meio atua direta ou indiretamente sobre processos vitais do metabolismo dos organismos.

diferenças objetivas, mas como elementos tornados significantes ou não” (SCHWARCZ, [19-], p. 295).

O foco da presente pesquisa, então, concentra-se nas fronteiras sociais dos grupos negros rurais de Salvaterra. Perseguindo os processos desta identidade cuja constituição é idissociável dos problemas que envolvem o território (ACEVEDO MARIN, 2004b).

Cardoso (2001), referindo-se a territórios e pescarias, em sua obra “geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão” entende que no mar, “os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos”, e segue afirmando que “A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição”. Dialogando com o autor e analisando os relatos de memória dos pescadores (as) artesanais, percebemos que o mesmo ocorre com as águas continentais de uso comum das comunidades negras rurais de Salvaterra.

Baseando-se na reflexão de autores como: Cardoso (2001); Acevedo Marin (2004b); Raffestins (1993); Bandeira (1988), entre outros já mencionados, é que definiu-se os *territórios de pesca* como sendo áreas apropriadas ao longo dos anos, mediante o trabalho desenvolvido pelos pescadores artesanais que praticam suas atividades em águas continentais ou litorâneas. Estes territórios não possuem apenas uma definição física e precisam ser compreendidos a partir da observação das decisões da comunidade sobre espaços e relações sociais horizontais, bem como de sua dimensão simbólica e material.

Na fala do Sr. Aluísio Alcântara (lavrador/pescador, morador da comunidade de Deus Ajude), que segue, podemos perceber esta familiaridade com as águas continentais: “o nome desses igarapés foi dado pelos antigos e assim ficou até hoje[...] o igarapé Sta. Lurdes ficou assim por que era só uma senhora que tapava lá, a Dona Lurdes, por isso ficou igarapé Sta. Lurdes”. Portanto, podemos afirmar que estes territórios de pesca são espaços incorporados à tradição (Cardoso, 2001).

Dona Maria de Nazaré, cunhada deste senhor e também moradora de Deus Ajude, explica ainda que todos os igarapés têm nome, e cada denominação tem uma história que vem de muitas gerações. No quadro 2, abaixo, temos várias destas denominações:

NOME	MOTIVO DA DENOMINAÇÃO DADA PELOS "ANTIGOS"
Lago do Caju	Por que tem um cajueiro bem no canto
Porto da Queimada	A muitos anos ocorreu uma grande queimada
Igarapé Pipi da Feló	Dona Filomena era a única que tapava o igarapé e quando fazia isto diziam que o pipi dela raspava no chão.
Igarapezinho	Era um igarapé muito pequeno que com o tempo foi sendo aberto pelas pessoas que pescavam nele mas o nome foi conservado

Igarapé Fundo	É muito fundo, estreito e perigo-se para fazer a <i>tapagem</i> .
Igarapé "Paulo, Mané Vicente"	Ficou assim conhecido pois pra lá iam pescar juntos o marido (que se chamava Mané Vicente), a mulher (que se chamava Paula) e a filha
Poço da Goela da Morte	Local onde a correnteza era muito forte e acabava virando as canoas, mesmo não havendo registro de morte é sabido que muitos perderam tudo que tinham neste trecho de rio. Hoje, foi aterrado e suas águas deixaram de ser tão perigosas, entretanto o nome ainda é o mesmo

**Quadro 2-** Relação de Lagos, portos, igarapés e poço encontrado ao longo Igarapé Siricari.

**Fonte:** Relatos obtidos a partir de entrevistas com homens e mulheres da comunidade de Deus Ajude, nos anos de (2004 , 2005.)

Na comunidade de Deus Ajude, há freqüentes relatos de homens e mulheres sobre a forma de denominar o Igarapé do Siricari ou lago Veneza. As denominações foram herdadas dos antigos, e as histórias que os cercam relatam o trabalho de quem os usava ou referem-se a características peculiares do recurso que são facilmente identificadas por todos. Por exemplo, existe um igarapé nas proximidades desta comunidade denominado pela mesma de São José, ele era assim conhecido, pois tinha um senhor que pescava muito nele, e que se chamava José.

O lago do caju era assim chamado, pois possuía um cajueiro bem no canto de entrada dele.

Dona Maria da Conceição tem 64 anos, é pescadora artesanal de subsistência polivalente e reconhece o rio Matupirituba, que fica próximo de sua residência como o território de pesca seu e de sua comunidade. Este fato ocorre desde muitas gerações e em sua percepção ela nos conta que não há dificuldades em capturar peixes e mariscos, pois em qualquer lugar que se coloque a linha ou a rede, é possível obter êxito. Ela nos conta que:

Lá no Barro alto nós temos um igarapé que é um braço que ele vem do rio que separa Soure de Salvaterra. O rio Paracauari, ele entra vai subindo aqui pras fazendas e vai deixando os rios e vai entrando nos igarapés[...] que nós chamamos e tem um igarapé que faz cabeceira quase na frente de casa, que é denominado de Rio Matupirituba, o rio que passa na frente de casa [...] nesse rio a gente faz pesca de malhadeira, linha-de-mão (Informação verbal).<sup>24</sup>

Na descrição sobre as águas de trabalho percebemos a riqueza de detalhes advindos de sua identificação com o ambiente em que vive. Castell (2001, p. 23), em sua obra “o poder da identidade”, afirma que “toda identidade é construída” e segue dizendo que: “[...] a construção vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, por aparato de poder e revelações de cunho religioso”.

<sup>24</sup> Entrevista concedida à autora em 2004.

No rio do Saco, por exemplo, pescadores artesanais percebem divisões de seu território de pesca. São áreas que recebem denominações específicas, por representarem culturalmente um uso ou uma característica própria que a distingue das demais. Um exemplo disso é um lugar denominado pelos pescadores artesanais comerciais como “piscina” (Fotografia 2). A piscina é assim denominada pelos mesmos por ser uma área rasa, de bordas arredondadas e sem pedras, onde os búfalos das fazendas próximas costumam se banhar. Nela há “remansos”, ou seja, porções do rio onde a maré corre de vagar sem fazer força, e os bacus podem ser capturados sem esforço.



**Fotografia 2-** Lugar denominado piscina, segundo os pescadores artesanais comerciais de Mangueira, Bacabal e Barro Alto. Foto de Luiza Betânia (2004).

A piscina é um “ponto de pesca”, estabelecido a partir do método da tentativa e cujo conhecimento incorpora-se à tradição. D. Elizabeth, pescadora e dona de casa de Mangueira. Ela nos conta como se estabelece um ponto de pesca

A gente escolhe um lugar. O lugar pra pescar é o seguinte. A gente bota uma rede num lugar [...] se aquele lugar tiver dando bem peixe, aí aquele lugar já fica ponto. Outro pescador vê que você pegou peixe naquele lugar, naquela água que passou (naquela maré) aí você tira sua rede e ele já vai [...] bota lá [...] aí já fica ponto de pegar o peixe (Informação verbal)<sup>25</sup>.

A capacidade de identificar um pesqueiro e a partir daí constituir entre os seus um *território de pesca* (campo de trabalho, de lazer, do simbólico) é uma das características do pescador ou pescadora. Castro; Pinton (1997, p. 226), em sua obra “Território, Biodiversidade e Saberes de populações Tradicionais”, afirma que estes trabalhadores possuem profundos

<sup>25</sup> Entrevista concedida à autora em 2004.

conhecimentos, sendo capazes de criar sistemas classificatórios, reconhecer diversos tipos de peixe, “sendo capazes de precisar sons da floresta” mesmo que as causas precisas do fenômeno lhes sejam desconhecida, é a ação prática que funciona pelas respostas que são dadas nas relações com a natureza, “informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações”.

Os pescadores artesanais, bem como todos os demais moradores das comunidades rurais negras, conhecem seus territórios de pesca. Eles são capazes de descrevê-lo com precisão e riqueza de detalhes, como mostra o relato do Sr. Rui Guilherme, pescador artesanal de Mangueira. Entretanto, a fala deste pescador, quando descreve as porções do rio do Saco, revela provavelmente a apropriação da classe dominante perante o trecho de rio que passa em suas margens. Emiliano, Pirizinho, Brasília (redução de Brasilândia), do Carmo, São Sebastião, são nomes de Fazendas que se localizam as margens do referido rio.

Saindo do Rio de Mangueiras, de lá onde a gente permanece, vem lá a Santa Lurdes, que fica no rio, de lá passa pelo Pindobal, passa na boca do Rio São Lourenço, vem de maré seca, por fora, de lá passa na Fazenda do Carmo do Alacide, que a pessoa conhece como Rio da Guia, pega a boca do rio do Saco, passa na Fazenda Providência, vem embora... passa na fazenda por nome São Miguel pra depois pegar a boca do rio São Sebastião. Sai de lá passa no Redondo e aí vai pegar Mar é dos Anjos, Cuieiras, das Cueiras pega a boca do rio Pirizinho, de lá pega os Quati (que é retiro da Santa Rita), de lá pega Brasilina, aí pega a boca do rio Emiliano, de lá tem a casa do Coió, aí pega um incluso que vai para a Montanha e vai pros Três Irmãos. Quem vai pros Três irmãos passa no Virado. Do Virado pega os Três irmãos, de lá pega Santo Antônio, de lá do Quim pega a Ponte que cerca o rio lá no Coração, de lá pega do Bangu, do Bangu é lá pra cima que tem o incluso onde fica a Barraca, perto de um rio tido (Informação verbal)<sup>26</sup>.

O rio se chama “rio do Saco”, devido, no passado, haver uma fazenda por nome fazenda do Saco. Entretanto muitos anos se passaram, e a porção onde se localizava a fazenda Saco, hoje, denomina-se Fazenda Providência e esta área continua com a mesma denominação. Provavelmente o nome resiste, pois está incorporado no cotidiano dos que trabalham nesta área.

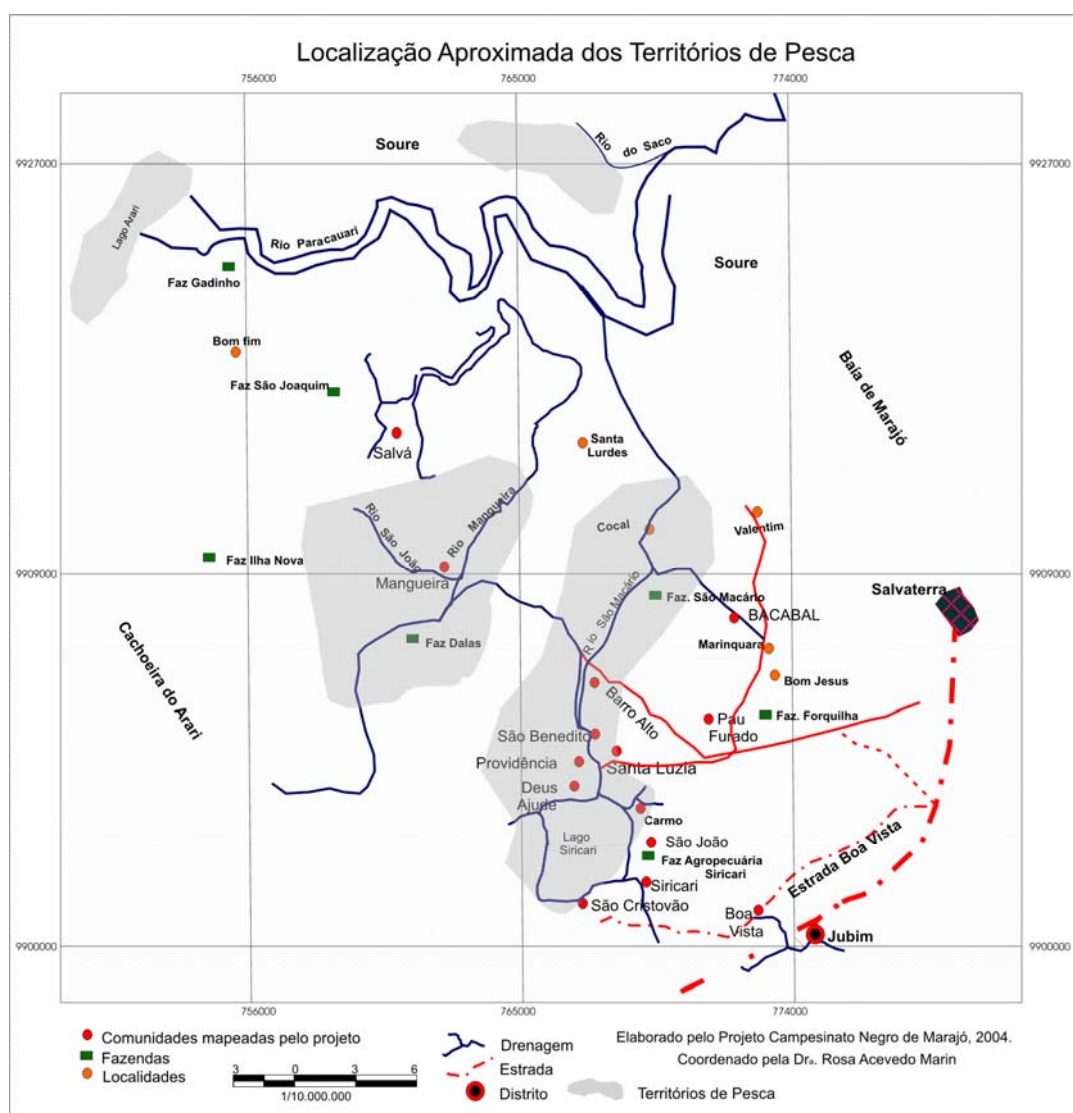
O mapa 2, apresenta as áreas identificadas preliminarmente como territórios de pesca das comunidades negras rurais de Salvaterra. Estas áreas podem ser denominadas *território de pesca*, seguindo as definições de Cardoso (2001) e Moraes (1984), cujos limites diferem dos determinados geograficamente, pois sua lógica se baseia em regras de uso de recurso definidas no interior dos grupos que se apropriam do espaço. Sabe-se que a localização e utilização de um pesqueiro dão direito de uso a um ou outro grupo de pescadores. No mapa,

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida à autora em 2004.

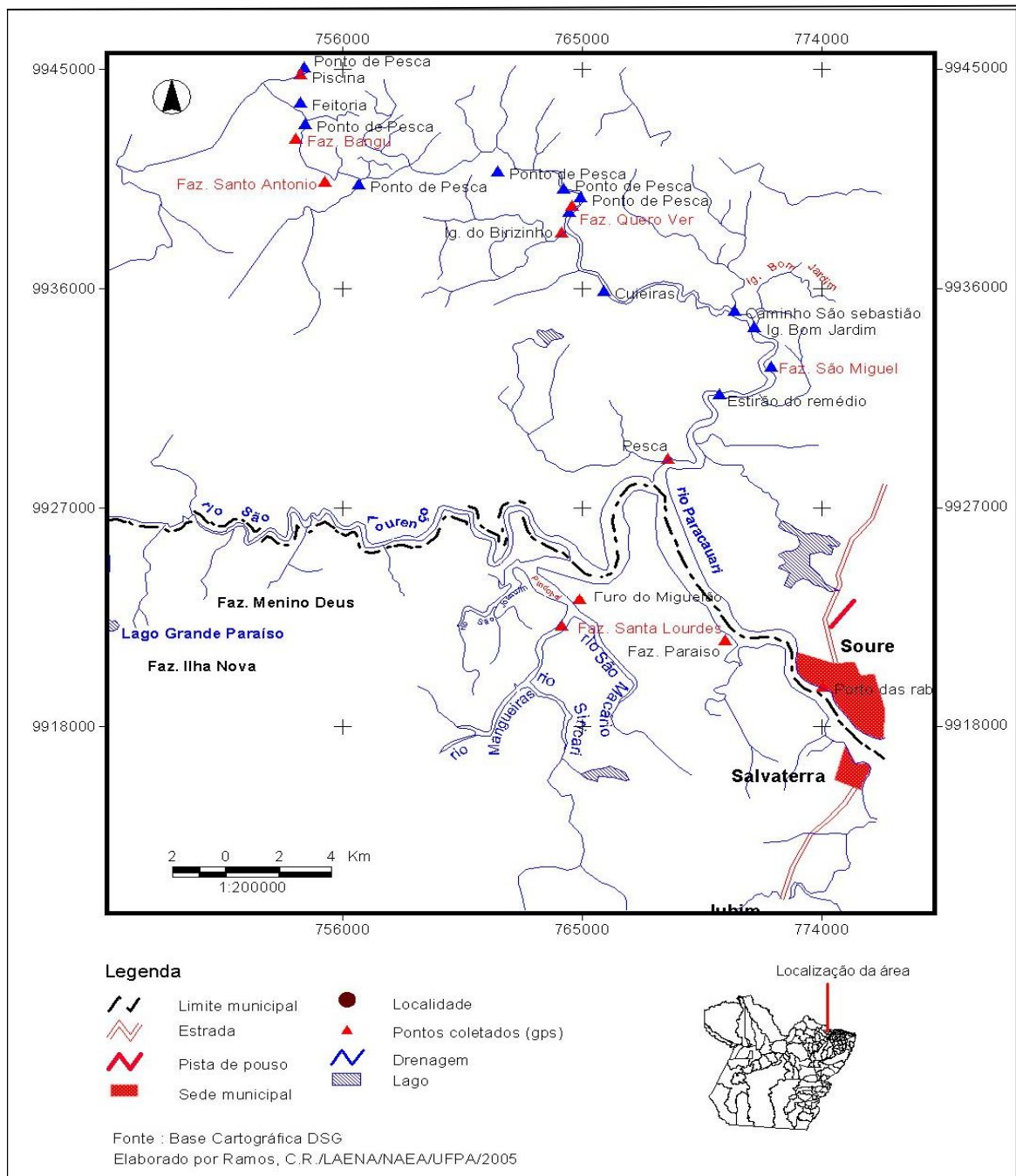
visualizamos “pontos de pesca” ao longo do rio do Saco que, embora sua localização geográfica e gerenciamento administrativo esteja sob a jurisdição do Município de Soure, é de uso comum e restrito, ao menos até 2002, das comunidades negras de Salvaterra.

Segundo Lima (2002), em estudos realizados em comunidades da região de Tefé, o maior legado transmitido de uma geração a outro são os laços de parentescos, ou seja, relações horizontais entre parentes vivos que se ajudam formando uma rede e que permitem o direito de uso coletivo de recursos naturais. Outra forma de uso do recurso a uma pessoa não aparentada é a solicitação de usos ao grupo. A autora, em suas afirmações, permite que percebamos como a utilização dos recursos é seletiva ao invés, de indiscriminada.



**Mapa 2** - Áreas identificadas preliminarmente como territórios de pesca das comunidades negras rurais de Salvaterra

**Fonte:** Projeto Campesinato Negro de Marajó (2004).



**Mapa 3-** Localização dos Pontos de pesca e o rio do Saco, territórios de pesca das comunidades negras de Salvaterra

**Fonte:** Ramos, C. R. (LAENA, NAEA/UFPA, 2005) adaptado de Base Cartográfica DSG.

No rio Matupirituba, em Barro Alto, por exemplo, a pesca de mariscos e peixes é feita pelos homens, mulheres e crianças que vivem neste território e que o entendem como de uso comum. É verdadeiro afirmar que os pescadores provindos de outras comunidades são

denominados de “invasores” e tem-se por tradição pedir permissão aos que vivem no local antes de tarrafejar ou malhar neste rio.

As comunidades negras rurais do Marajó entendem as baixas, rios, igarapés e lagos próximos à sua localidade como águas de trabalhos sazonais herdadas dos “antigos”. Percebem os lagos ligados a igarapés, “que enchem e vazam”, como de uso comum, bem como rios aonde as famílias vão à procura de sua reprodução social. São freqüentes os relatos que afirmam ser “invasora” a pessoa de fora da comunidade que pesca sem a autorização da mesma.

### **2.2.3 Reservas extrativistas: usos e conservação do ambiente**

As reservas extrativas foram criadas pela Lei 6938/81 e segundo Benatti (1994, p. 556) elas podem ser entendidas como parte da luta pela reforma agrária na região amazônica, como uma proposta que surgiu de bases das reivindicações dos trabalhadores, caracterizando-se pelo “resgate da importância do homem, numa nova perspectiva de se ocupar o espaço amazônico em inter-relação com o meio ambiente”. Neste contexto, é uma proposta que considera as diversidades de formas de ocupação na Amazônia e que permite, aos trabalhadores rurais, construir e reconstruir as suas relações sócio-econômicas diferindo das Unidades de Conservação que, por sua vez, excluem a organização, os direitos e a cultura das populações locais.

O autor refletindo sobre o empossamento extrativista desenvolvido pelos seringueiros percebe que a criação das reservas extrativistas a partir de um processo reivindicatório da comunidade local de uso dos recursos atende aos anseios de um ordenamento jurídico que cria um sistema de usos comum na estrutura agrária brasileira, até então marginalizado (BENATTI, 1994).

Cabe refletir se as 23 reservas extrativistas existentes no país atualmente<sup>27</sup>, que estão sobre a gerência do Centro Nacional Sustentado das Populações Tradicionais do IBAMA, foram criadas a partir de reivindicações das populações locais e também para atender às necessidades dos que usam estes ambientes.

---

<sup>27</sup> Diegues (1995, p. 165) relata que em 1992 eram apenas quatro reservas extrativistas, havendo ainda 34 parques nacionais, 21 estações ecológicas, 38 florestas nacionais e 14 áreas de proteção ambiental que juntas somavam cerca de 3,7% da extensão territorial brasileira. O autor reflete que as criações destas áreas estavam fundamentadas na idéia de mundo selvagem onde o ambiente deveria ser conservado e guardado das ações antrópicas.



No Marajó a Reserva Extrativista Marinha de Soure foi criada em 22 de novembro de 2001 com a finalidade de proteger os mangues e todo o ecossistema da baía de Marajó, de acordo com informações obtidas no Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT)-IBAMA ela encontra-se em fase final de implantação restando apenas o Plano de Manejo da Fauna e Flora local. O discurso oficial da CNPT afirma que ela veio atender aos anseios das comunidades que usam estas áreas de manguezais e que estão vendo seus recursos degradados por pescadores forasteiros ou ainda por fazendeiros que tem por prática arrendar os açazais nativos que se encontram no mangue.

Acontece que esta Reserva estende-se por áreas como o Manguezal de Soure e o Manguezal do rio do Saco<sup>28</sup>. Este último localiza-se as margens no rio do Saco até o Igarapé do Bom Jardim, ou seja, o território de pesca das comunidades rurais negras de Salvaterra localiza-se nos limites físicos e jurídicos de Soure e parte dele no interior da referida Reserva. Entretanto, até o ano de 2004, nenhuma das comunidades negras rurais estudadas encontrava-se cadastrada na CNPT, mesmo já estando pronto o cadastro das comunidades que estarão aptas a realizar suas práticas na área.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-2 o IBAMA realizou algumas reuniões sobre o tema e convidou a colônia que, por sua vez, negligenciou suas responsabilidades como representante dos pescadores não participando do evento. Os pescadores artesanais que trabalham na área da reserva não foram informados de sua criação nem por seu representante nem pelo IBAMA. Durante a pesquisa de campo realizada em 2003 nas comunidades de Deus Ajude e Mangueira nenhuma vez esta questão fora levantada, fato semelhante ocorreu em 2004 durante as entrevistas realizadas com pescadores na região do rio do Saco, com exceção do Sr. Pina do Barro Alto que afirmou ter participado em 5 reuniões convocadas pelo presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha, o Sr. Wazinho que propôs a criação de uma nova reserva, mas agora, nas águas do Rio São Lourenço e rio Mangueiras, que são águas de trabalhado próximas a sua comunidade, em Salvaterra, entendendo que o manguezal do rio do Saco era território das comunidades de Soure. Acontece que atitudes como estas, adotadas pelo presidente da Associação, precisam ser averiguadas e inibidas.

---

<sup>28</sup> A localização aproximada do Manguezal do rio do Saco é partindo do ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 0°42'11" S e 48° 32'55"W, localizado na margem esquerda do rio Paracauari, no sentido montante, penetrando no rio do Saco, em sua margem esquerda, por uma distância aproximada de 8.914m, até o ponto 6 localizado na foz do Igarapé Bom Jardim. Decreto de 22 de novembro de 2001, Casa Civil.

O que se questiona é a forma como vem sendo encaminhado o processo de implantação desta Reserva extrativista. É necessário que se inclua as comunidades negras de Salvaterra, pois elas também usam este ambiente. O que não se pode permitir é que um sistema de usos comum na estrutura agrária brasileira, que veio atender as reivindicações das comunidades locais, seja mais um mecanismo excludente e injusto. Caso estes trabalhadores não sejam percebidos pelas instituições que gerenciam estas reservas provavelmente presenciaremos mais uma série de enfrentamentos e conflitos na região do Marajó.

#### **2.2.4 Os Territórios de subsistência: pesca de perto e antagonismos**

Os territórios de pesca de subsistência são aqueles que se localizam próximo das comunidades rurais e que são denominados por cada comunidade e referendadas pelas demais, como sendo sua área de reprodução social, baseada no uso comum. Os territórios de pesca dos quais nos referimos são: Igarapé do Siricari, lago do Siricari e lago Veneza (comunidades de Providência, Deus Ajude e Siricari); o lago São Tomé (em Paixão); o Rio Matupirituba e Pindobal (Barro Alto), Rio Paracauari e igarapés de Caldeirão (Barbosa, Paraíso, Ariri, Repartição, Timotinho, Macucu, Piramutaba, entre outros) e Rio Mangueiras e Igarapé São João (em Mangueira).

Na construção do processo de identificação dos territórios, temos algumas definições relacionadas à percepção deste ambiente material e simbólico. Os lagos são exemplos dessa construção. Eles são definidos pelas comunidades étnicas que também compreendem sua formação. Segundo descrição de D. Maria de Nazaré Alcântara, moradora de Deus Ajude, um lago é: “um baixio, ele é abaixo do rio, do igarapé quando ele (o igarapé) invade e ele vai até aonde vê que dá a maré, de lá ele não pode mais subir, aí fica aquele molhado, aí fica aquele lago” (Informação verbal).<sup>29</sup>

Estudos liminológicos afirmam que os lagos de inundação - comuns na planície e na várzea Amazônica - são definidos como “corpos d’água interiores sem comunicação direta com o mar e suas águas têm em geral baixo teor de íons dissolvidos” (ESTEVES, 1988, p. 60). Dizer que os lagos são “corpos d’água interiores sem comunicação direta com o mar” é semelhante ao que fora relatado por D. Maria de Nazaré, quando esta afirma que é o rio e o igarapé quem invade os campos formando os lagos e não o mar.

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida à autora em 2004.

O Golfão é outra denominação percebida nos territórios de pesca de subsistência, sendo definido pelos moradores de Deus Ajude e Bacabal como: um poço onde mora uma cobra encantada, e onde tem um olho d'água. Assim foi definido pelo Sr Lair Alcântara de Deus Ajude e o pescador Luiz André de Santa Luzia- Bacabal.

Quanto às restrições que vêm sendo praticadas pela oligarquia local contra os pescadores artesanais, é possível afirmar que os fazendeiros, geralmente pecuaristas, passaram a agir desta forma em resposta à baixa produtividade obtida com seus rebanhos bubalinos e bovinos, e ainda à própria degradação dos recursos pesqueiros recorrentes nos lagos de fazenda.

É possível perceber, na fala de um pescador artesanal de subsistência e morador de Barro Alto, a indignação ao retratar a invasão de seus territórios de pesca por turmas formadas por “pescadores de fora”, sendo estes de outra comunidade negra ou do litoral.

[...] turma do finado Emanuel usava muita rede [...]. trazia geleira [...] eram 12 ou 15 canoas, trabalhavam com rede dia e noite, saqueando o lugar [...] depois eles vão embora. Metem geleira e leva o peixe todo[...] A rede é um problema, pois captura tudo [...] o que tem no nosso rio (Informação verbal)<sup>30</sup>

Nesta fala o Sr. Salustiano dos Santos, de 65 anos, refere-se ao igarapé São Macário e ao Rio Pindobal, que são territórios de subsistência das comunidades de Barro alto e Pau furado. A época menciona reações antagônicas ocorridas no fim da década de 90, mas que continua acontecendo até os dias de hoje, já que os herdeiros do referido arrendatário continuaram a exploração destes recursos para fins comerciais. Atualmente, durante o inverno, turmas de rio saem dos rios caudalosos e realizam sua atividade em rios mais internos, burlando assim a fiscalização do IBAMA. Por outro lado, os grupos familiares das comunidades rurais, que dependem deste recurso para sua sobrevivência, têm entrado em conflito com aqueles pescadores artesanais comerciais.

Conflitos desta natureza têm acelerado o processo auto-identificação das comunidades quilombolas em relação aos seus recursos pesqueiros. Este fato não está relacionado com o sentimento de propriedade privada e sim com um processo dinâmico impulsionada pelas transformações no uso do recurso, antes de uso comum e agora de uso irrestrito. Segundo Castells (2001, p. 22), “a questão da identidade é núcleo de resistência a homogeneização e que pode ser semente de mudanças sociais”.

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida à autora em 2004.

O conflito surge quando interesses antagônicos se entrecruzam, ou seja, quando os pescadores artesanais lutam para manter seus territórios de pesca que há muitos anos vêm sendo usurpado pela oligarquia local ou por relações de trabalho desigual. Os conflitos de beirada, ocorridos em Cachoeira do Arari (BRABO, 1981), em Jenipapo (ALMEIDA, 1998) são exemplos claros destes antagonismos que restringem a reprodução social dos pescadores artesanais de Marajó.

### **2.2.5 Territórios de comercialização: prática da pesca de longe**

O Rio do Saco (incluindo igarapés e meandros deste rio) e o rio Paracauari foram enquadrados como Território de comercialização. O primeiro caracteriza-se materialmente como afluente da margem esquerda geográfica do segundo, e o rio Paracauari é o limite natural que separa os municípios de Soure e Salvaterra. Entretanto, a área física destes territórios de águas não é o único aspecto onde ele se encerra. Acevedo Marin (2004b, p. 24) relata que “os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: à construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios e inseparável da construção das identidades”.

Thé; Madi e Nordi (2003) sugerem a existência de uma sutil territorialidade entre os pescadores que acampam e que afirmam “ter um lugar certo para pescar”. Seguindo esta linha de análise, afirmamos que denominações como “o estirão”, “a piscina”, “o Golfão” e a “Cachoeira”, se referem a pontos de pesca e também a aspectos simbólicos, confirmando a existência da territorialidade entre os grupos de pescadores artesanais comerciais que, a mais de 36 anos usam o rio do Saco.

O Estirão é um trecho de rio longo, reto e profundo. O Estirão do Remédio é um exemplo, neste território a pesca é realizada durante a safra (ver Mapa 3). A Cachoeira, por sua vez, é uma área pedregosa. Este ambiente freqüentado pelos pescadores com muita cautela por ser um lugar cheio de rochas que provocam danos às redes de pesca e podem esconder arraias (Fotografia 3). Neste ambiente pesca acontece antes e depois dela.



**Fotografia 3-** Porção próxima à comunidade de Bacabal e Barro Alto, denominada Cachoeira – Santa Luzia, durante a maré baixa. Foto de A. Lopes

### 2.2.6 Território de pesca: lugar do simbólico

Nas comunidades negras rurais encontramos grupos cujas práticas e representações conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre seus territórios e os recursos existentes nestes ambientes. Tal conhecimento garante a estes grupos a reprodução de seu sistema social e cultural através de suas estratégias reprodutivas construídas em sua relação com o território (CASTRO; PINTON, 1997).

O território possui dimensões múltiplas e uma dessas é a dimensão simbólica. Castro; Pinton (1997, p. 224) afirma que entre grupos indígenas ou entre agro-extrativistas, que realizam o uso comum da terra, as atividades de trabalho estão conectadas com rituais sacros, festividades e outras “manifestações da vida e da sociedade grupal”.

Smith (1979), referindo-se aos pescadores de Itacoatiara, afirma que na interação íntima e diária do pescador com a natureza desenvolve-se um rico saber, onde mitos, superstições e lendas são partes integrantes deste acontecimento. Os pescadores das comunidades negras rurais de Caldeirão, Deus Ajude, Mangueiras, Pau Furado e Barro Alto, por exemplo, são detentores deste conhecimento mítico<sup>31</sup>, e, em seus depoimentos, identificam em seus territórios de pesca a presença dos “encantados”, das misuras, da panema

<sup>31</sup> Segundo Levi- Straus (1976) a reflexão mítica é uma forma distinta de pensamento científico, muito próxima da *intuição sensível*. Em suas palavras ele afirma que *a reflexão mítica situa-se sempre a meio caminho entre perceptos e conceitos*.

e a força da Mãe d'água. Eles entendem que é preciso respeitar essas forças, pois do contrário receberá castigo ou até mesmo a morte.

### 2.2.7 Os encantamentos e as misuras

Dona Diquinha, mulher de Seu Nhoca (Sr. Eitor da Silva Pinheiro) de Providência relata que em 2001, um de seus filhos pescadores, conhecido como Toninho (Sr. Antônio Carlos) viu um encantado e ficou muito mal, vindo melhorar após algumas semanas a partir dos chás e rezas de sua avó, que era curandeira. Esta mãe de família comenta que essas aparições são freqüentes no Igarapé do Siricari e por isso este lugar é **respeitado**. Smith (1979, p. 111) afirma que “as crenças em lugares encantados, monstros, fantasmas e espíritos desempenham um importante papel ecológico” já que as moradias e lugares identificados pelas comunidades como áreas de respeito costumam ser evitadas ou pouco exploradas, permitindo, por exemplo, que áreas de desova e alimentação dos peixes sejam conservadas, possibilitando ao aumento da produtividade pesqueira e a manutenção dos mananciais de onde as comunidades retiram seu alimento diário.

#### 2.2.7.1 A Mãe d'água

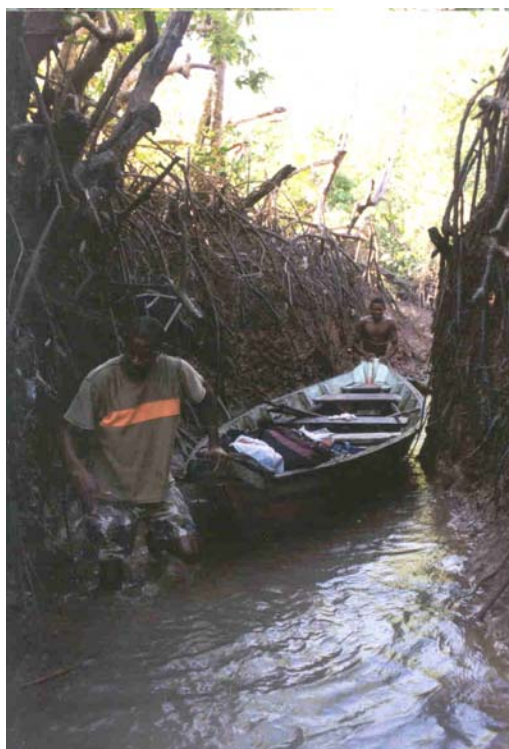
Tinha oito anos, era quatro e meia prá seis [...] quando chegamos próximo parece quando a gente joga âncora e aí a gente viu [...] era uma cobra.. Eu acho que qualquer bicho feroz só ataca quando a gente mexe.

Não tem aquela ponta grossa que fica no fundo [...] fica na boca do furo do Miguelão? Se tu tiver puxando a rede ou a linha lá, se tu cacetar qualquer tipo de peixe e tu tornar a colocar tua rede, ou então tua linha, tu não colhe. Isso já aconteceu comigo. Tu pesca duas ou três marés lá, na quarta maré, linha engata na mesma posição que tu colocou a primeira vez, as vezes tu tá pegando um peixe, né, não quer sair daquele ponto, mas acaba com o material da gente (Informação verbal)<sup>32</sup>.

Há exatos 21 anos após a visão da mãe d'água, o Sr. Pina descreve o encontro com olhos vítreo e firmeza na voz. Ele e muitos outros pescadores afirmam que há lugares que precisam ser “respeitados” caso contrário o transgressor pode até pagar com a vida por seu ato. A mãe d'água é realidade entre os pescadores artesanais, também é conhecida como cobra grande. Os mais antigos sempre contam experiências sobre ela que é descrita como uma cobra gigantesca, de tamanho superior a 50 metros e muito grossa, com olhos brilhantes como

<sup>32</sup> Relato de Memória do Sr. Pina, pescador artesanal comercial da comunidade de Barro Alto.

dois faróis. A presença da cobra grande no furo<sup>33</sup>. do Miguelão (fotografia 4) é de conhecimento geral dos pescadores das comunidades de Deus Ajude, Pau Furado, Barro Alto, Bacabal, Mangueiras e Salvá, que contam experiências vividas neste furo.



**Fotografia 4** - Furo do Miguelão, durante a maré baixa Foto de Cristiane Nogueira

Consta, entretanto, que a cobra grande viva em várias localidades de Salvaterra. Relatos orais indicam uma porção do Igarapé Mãe de Deus, denominado Golfão do Caju (nas proximidades da comunidade de Deus Ajude e Bacabal) como outra área onde repousa a cobra grande.

Segundo as experiências de uma família de pescadoras da comunidade de Caldeirão, “cada igarapé tem dono”, por isso é necessário que, antes de pescar, seja pedido permissão ao espírito protetor das águas, para que este possibilite uma boa pescaria e não imprima nenhum castigo às trabalhadoras.

---

<sup>33</sup> Furo na denominação das comunidades estudadas é uma espécie de igarapé, um braço de rio. Entretanto é assim chamado por passar entre o mangal. Pessoalmente posso afirmar que o Furo do Miguelão é um canal estreito e sinuoso, repleto de pássaros e borboletas, margeado por árvores do gênero *Risophora* cujas copas dificultam a penetração do sol, dando um ar de mistério ao lugar.

Os relatos feitos pelos pescadores artesanais de Salvaterra assemelham-se às afirmativas feitas por Smith (1979) em sua obra “A pesca no rio Amazonas”, sobre as criaturas sobrenaturais relatadas pelos pescadores artesanais de Itacoatiara. Ele nos conta que os pescadores evitam as moradas da cobra grande por ser de grande perigo, já que a mesma é capaz de afundar uma montaria ou mesmo um bote a motor. Para o autor, esta realidade sobrenatural relatada pelos “caboclos” desempenha um importante papel ecológico, pois ao evitarem pescar nas proximidades das moradas de encantados ou lugares sobrenaturais, os pescadores criam reservas biológicas que se constituem refúgio para as comunidades ícticas que lá encontram alimento e menor pressão predatória. Certamente a afirmativa é feliz e não se trata apenas de refúgio para as comunidades de peixe, é principalmente herança cultural, que permite a preservação destes ambientes.

A crença na Mãe d’Água vem sendo minada ao longo do tempo por diversos fatores, entre os quais destacam-se: a educação formal, os meios de comunicação em massa como a televisão e ainda a presença de pescadores “de fora”, cujo único compromisso é aumentar seu esforço de captura e sua produtividade, invadindo moradias sobrenaturais sem sofrer punições.

A escola ensina que a cobra grande é uma lenda, pois se trata de uma impossibilidade biológica já que não existiu um ofídio cujo tamanho seja igual a 50 ou 200 metros de comprimento. A maior cobra da Amazônia é a sucuriçu (*Eunectes murinus*), que alcança no máximo 14 metros. A televisão afirma o mesmo e ainda usa o poder da persuasão visual, fazendo tudo parecer histórias infantis. Os pescadores de fora, por sua vez, participam de um sistema econômico diferente onde a crença na Mãe d’Água é apenas um obstáculo a ser vencido, para que se atenda a lógica do capital (SMITH, 1979; DIEGUES, 1995).

Valorizar e respeitar as realidades culturais das comunidades é perceber os diferentes sistemas econômicos existentes, onde cada sistema possui “um modo específico para explorar os recursos naturais e o uso do trabalho humano, assim como o bom e o mal uso dos recursos naturais, segundo uma racionalidade intencional específica”(DIEGUES, 1995, p. 191).

Diegues (1995) apud Godelier (1981) para afirmar que o processo de trabalho agrega elementos simbólicos a partir dos quais os homens agem sobre “a natureza visível”, e sobre as “potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza e podem dar ou recusar uma boa colheita, uma boa caça”, uma boa pescaria. Sendo assim o autor afirma que o processo de trabalho possui uma parte simbólica que se constitui em uma realidade social “tão real quanto às ações materiais sobre a natureza”.



Quanto a estas potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza, há entre os pescadores, a crença do “estar panema”. Eles crêem que o indivíduo que não consegue capturar peixe em um dado momento, num certo local, está acometido deste mal. O infortúnio não é atribuído à sua competência profissional ou em problemas em seus apetrechos de pesca, e sim a um estado de azar ou má sorte que precisa ser curado com banhos e rezas.

Smith (1979) relata que “a pessoa com raiva ou ciumenta pode passar panema”, assim como a mulher menstruada que toca nos aparelhos de pesca também contamina o dono dos objetos com panema. Os banhos, rezas e defumações são as únicas formas de cura deste mal. Há em Itacoatiara quem purifique suas armas, canoas e aparelhos de pesca, batendo com aninga ou pião roxo. O autor analisa o tabu que concerne às mulheres menstruadas de não participar das pescarias, como uma forma de mantê-las atreladas ao serviço doméstico, reforçando a divisão do trabalho. O “receio” de ficar empanema impede também que se provoque a ira em seus companheiros, incentivando no pescador o sentimento de cooperação.

Almeida (2003), em estudos sobre a comunidade de Jenipapo, afirma que o “estar panema” não justifica ser vítima das proibições de fazendeiros ou qualquer que seja o grupo antagônico que esteja requerendo direitos exclusivos sobre o uso dos recursos aquáticos. Como diz Almeida (2003, p. 17): “A panemice não explicaria tais acontecimentos conflituosos. Nem é usada como tal, nem quando se diz que morreu este pescador e não aquele que o acompanhava. A causa é atribuída à terceiros, plenamente identificados e publicamente nomeados, e isso é acatado consensual e comunalmente”.

Os banhos e rezas feitos para escapar da panemice são “rituais de passagem mágicos”, próprios dos membros destas comunidades de pescadores que afirmam sua identidade cultural e particularidades mesmo diante de um contexto de enfretamentos.

### 3 DEMOGRÁFIA E PRODUÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DE SALVATERRA: OS PESCADORES ARTESANAIS

#### 3.1 DEMOGRAFIA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DE SALVATERRA

O município de Salvaterra, segundo dados do censo 2000 do IBGE, possui uma população total de 15.098 habitantes, sendo que 57,17% (8.632 habitantes) destes residem na área urbana e 42,83% (6.466 habitantes) vivem na área rural (DIEGUES, 2002). O censo, entretanto, agrupa dados de comunidades rurais distintas sem pormenorizá-los. Dados radicalmente sumarizados impedem a visualização detalhada. Faltam dados sobre a frequência de homens e mulheres e a faixa etária dos mesmos, por comunidade. Entretanto, estudos realizados por Acevedo Marin (2003), nas comunidades rurais negras pertencentes a este município, descrevem mais criteriosamente 12 comunidades, como já fora mencionado. Elas são: Bacabal, Barro Alto, Boa Vista, Caldeirão, Deus-Ajude, Mangueira, Paixão, Pau-Furado, Providência, Salva, Siricari e Vila União (Gráfico 1).

Os dados primários sobre composição familiar, filiação, atividades principal realizadas, caça e pesca destas comunidades foram obtidos a partir de uma banco de dados, quali-quantitativo, cujo universo amostral é de 2559 pessoas, ou seja, 39,6% do total do número habitantes residentes em áreas rurais do município de Salvaterra.

COMUNIDADES	Nº INDIV.	COMUNIDADES	Nº INDIV.
PAIXÃO	40	BOA VISTA	199
SALVÁ	43	BACABAL	239
PROVIDÊNCIA	69	VILA UNIÃO	296
SIRICARI	65	BARRO ALTO	342
DEUS AJUDE	95	MANGUEIRAS	437
PAU FURADO	126	CALDEIRÃO	608
<b>TOTAL GLOBAL</b>			<b>2559</b>

**Quadro3-** Frequência absoluta por comunidade rural negra de Salvaterra

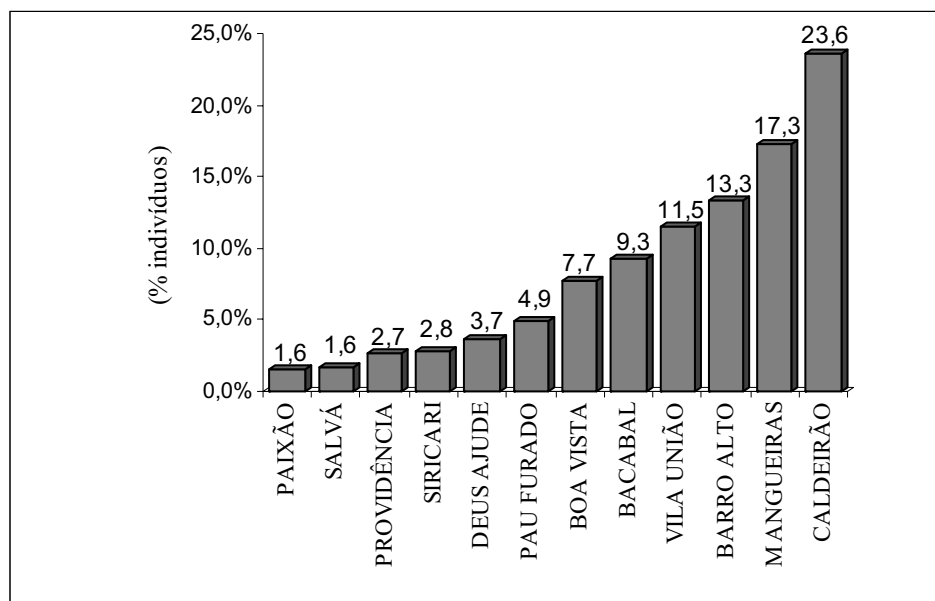
**Fonte:** Censo domiciliar (2003, 2004)

No quadro 3 visualizamos as três comunidades com maior número de pessoas são Caldeirão (608 pessoas), Mangueiras (437 pessoas) e Barro Alto (342 pessoas) que juntas abrigam mais da metade dos habitantes das comunidades negras rurais. A atividade principal destas comunidades é a pesca e a partir de nossos dados podemos afirmar que esta atividade garante o sustento direto de 54,2% dos seus moradores e está ligada ao consumo familiar nos demais povoados. O gráfico 1 mostra a frequência relativa dos indivíduos, em cada

comunidade estudada e revela que Paixão (1,6%), Salvá (1,6%), Providência (2,7%) e Siricari (2,8%) são as que possuem um menor percentual de indivíduos.

O povoado de Mangueira além de ser o segundo mais populoso é o “epicentro dos povoados negros desta região meridional da ilha de Marajó” (ACEVEDO MARIN, 2004). Segundo Acevedo Marin (2004) “vários relatos descrevem que Mangueira formou-se de um mocambo. Existe uma centralidade do povoado que esta em relevo quando são descritos os troncos familiares, como os Alcântara - que se dispersaram em outros núcleos”. Embora esta comunidade esteja situada no município de Salvaterra, mantém relações comerciais mais intensas com o município de Soure – pela facilidade de acesso por via hídrica. Os territórios de pesca desta comunidade encontram-se próximos, como o Rio Mangueiras e os Lagos, Valha-me-Deus e Lago São Pedro (localizados no interior das fazendas de mesmo nome), e longe como é o caso do Rio do Saco, como já fora mencionado no capítulo 1.

No outro extremo está Paixão, uma comunidade pouco povoada (1,6%) e cuja prática extrativa é realizada por menos de 30% da população (26% caçam e pescam e 25% afirmam não praticar nenhuma dessas duas atividades, ver Gráfico 1). Este povoado encontra-se sitiado por cercas que engoliram suas matas e áreas de plantio. Os territórios de pesca desta comunidade estão morrendo, cobertos por aningas e troncos. É o que está acontecendo com o Igarapé São Tomé, que está em precárias condições. Antigamente este igarapé abrigava muitos grupos de peixes, que eram diariamente capturados por seus usuários e hoje se encontra intrafegável, e pouco utilizado, já que o povoado de Paixão está proibido, pelos fazendeiros, de construir canoas ou montarias e de restaurar a ponte que corre sobre este Igarapé.

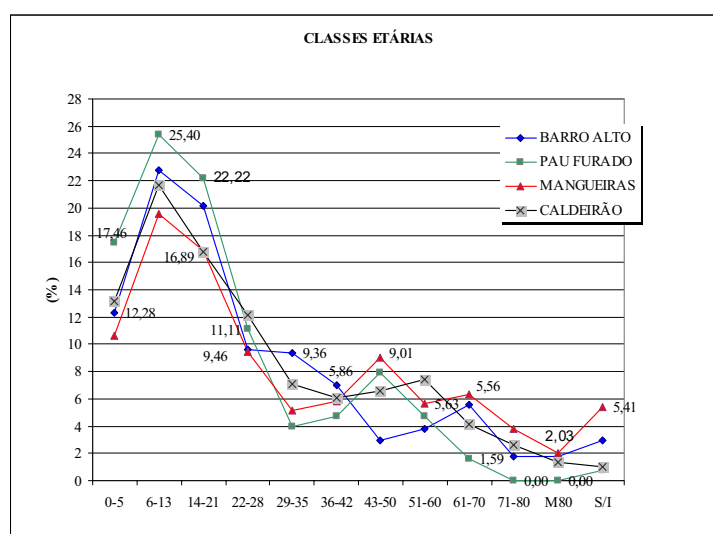


**Gráfico 1** - Percentual de indivíduos das comunidades negras de Salvaterra.

**Fonte:** Elaborado a partir do relatório do Projeto Marajó Acevedo Marin, (2004)

Acevedo Marin (2004b, p. 52-55) em sua obra “Roceiros de paixão, nos limites da cerca, Salvaterra, Pará”, relata que “todas as informações sobre exploração dos recursos convergem para as margens do igarapé São Tomé. Esta centralidade mostra-se com força nas lendas a propósito deste curso de água”. A autora chama atenção para o impacto produzido as estratégias de reprodução desta comunidade, provocado pela restrição de uso dos recursos e redução das terras da localidade. Acevedo Marin (2004b) revela também que a demografia do povoado de Paixão foi afetado por estas restrições e por isso apresenta uma “tendência migratória acentuada, em especial com a saída dos jovens”. A saída do grupo mais jovem provoca impacto interno e o conseqüente “processo de masculinização e envelhecimento” do povoado.

No gráfico 2 podemos visualizar a freqüência relativa das categorias etárias das comunidades pesqueiras de Pau Furado, Barro Alto, Mangueira e Caldeirão onde podemos observar que há um percentual populacional, entre os 14 e 21 anos (22,22% em Pau Furado, 16,89% em Caldeirão e 16,78% em Mangueiras), seguido de uma diminuição drástica no percentual da classe etária de 22 a 28 anos (12,17% Caldeirão, 11,11% em Pau Furado e 9,46% em Mangueira). Estas informações podem significar a ida destes jovens para áreas urbanas, por que de acordo com os relatos obtidos a comunidade não houve nenhuma alta no percentual de mortalidade. A saída dos adultos, a partir de 21 anos, parece estar relacionados à procura de trabalho ou de educação em áreas urbanas.



**Gráfico 2-** Relação de classes etárias das comunidades negras rurais pesqueiras de Salvaterra- Ano de 2003/04.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2003/2004).

A provável saída de moradores das comunidades negras em busca de educação em áreas urbanas também pode ser percebida informações observadas na Tabela 03, onde o número de crianças em idade entre 6 e 13 anos no povoado de Caldeirão (83 homens e 49 mulheres) sofre um decréscimo acentuado no número de homens se comparado com a classe etária seguinte – 14 a 21 anos.

O povoado de Caldeirão não dispõe de luz elétrica nem escola, para todas as series iniciais, as crianças estudam em Salvaterra, devido o acesso mais fácil, se comparado as outras três comunidades pesqueiras. Este povoado, embora seja a pesca atividade que garante sua alimentação diária, há modificações nessa estrutura e dinâmica de organização, devido à presença de pressão turística, muitos imóveis, por esse motivo, estão sendo vendidos e usados como casas de veraneio.

Essa saída de homens e mulheres pode estar relacionada a outros fatores além da falta educação e trabalho assalariado. O decréscimo no número de homens e mulheres nas classes entre 22 e 28 e a seguinte, 29 a 35 anos, podendo estar relacionada com a venda de suas residências e ida para outros locais.

Nos povoados de Pau Furado e Barro Alto se observa um numero maior de homens jovens entre 14 e 21 anos, comparado ao número de mulheres com a mesma idade (Tabela 1). No povoado de Mangueiras esta diferença numérica entre os dois gêneros é o dobro, onde 50 jovens são do sexo masculino e 25 do sexo feminino. Provavelmente a causa desta possível masculinização do grupo jovem desta comunidade é explicada pela precária estrutura

educacional e pela ausência de trabalho assalariado. O fato de haver apenas uma escola na comunidade que disponibiliza vagas somente para as séries fundamentais pode ser um desses fatores que levam as mulheres a saírem da comunidade, pois são elas que costumam atingir as séries mais avançadas e também são as que freqüentemente aventuram-se a exercer a profissão de domésticas nos núcleos urbanos.

**Tabela 1-** Freqüência relativa de gênero em comunidades pesqueiras.

CLASSE/IDA DE GÊNERO	PAU FURADO		MANGUEIRAS		CALDEIRÃO		BARRO ALTO	
	H	M	H	M	H	M	H	M
0-5	9	13	20	27	34	46	22	20
6-13	17	15	47	40	83	49	41	37
14-21	<b>18</b>	<b>10</b>	<b>50</b>	<b>25</b>	<b>53</b>	<b>49</b>	<b>37</b>	<b>32</b>
22-28	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>28</b>	<b>14</b>	<b>41</b>	<b>33</b>	<b>17</b>	<b>16</b>
29-35	2	3	14	9	19	24	17	15
36-42	2	4	14	12	19	18	12	12
43-50	6	4	19	21	20	20	6	4
51-60	4	2	16	9	23	22	3	10
61-70	1	1	13	15	14	11	11	8
71-80	0	0	9	8	8	8	4	2
M80	0	0	4	5	6	2	3	3
S/I	1	0	11	13	4	2	2	2
SUBTOTAL	67	59	245	198	324	284	175	161

Fonte: Censo domiciliar (2003, 2004)

### 3.2 PERFIL DOS PESCADORES ARTESANAIS DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

Cruz (1987) afirma que a pesca predominante na Ilha de Marajó, desde o período das grandes aldeias indígenas é a artesanal, caracterizada pela rusticidade de suas artes e modalidades de pesca. Os pescadores são classificados por este autor em duas categorias: de um lado estão os que trabalham em águas continentais e do outro lado os que pescam em alto-mar. Estes últimos, segundo Souza, M. (2004), são “os caiçaras”, ou seja, “homens do litoral”, cujo termo tem origem do tupi guarani “caiçara” e é encontrado na literatura científica para identificar os moradores do litoral do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. No Marajó “os caiçaras” moram, em sua maioria, na área urbana de Soure e Salvaterra e sofrem com a concorrência desleal do setor pesqueiro industrial, com quem dividem os mananciais<sup>34</sup> ícticos

<sup>34</sup> Manancial é um subconjunto de uma espécie que possui os mesmos parâmetros de crescimento e mortalidade, que habita uma área geográfica particular (Sparre; Venema, 1997, p. 2-3), ou ainda, segundo Cushing (1968) define-se um manancial de peixes como aquele grupo que tem uma única área de desova, à qual os adultos retornam a cada ano.

da baía do Marajó. Este grupo de pescadores artesanais, entretanto, não foi retratado na presente pesquisa devido a grande especificidade e práticas relacionadas ao ambiente pesqueiro de alto-mar, que muito difere dos que trabalham em águas interiores.

Maneschy (2002, p. 61) ao pesquisar regiões de pesca costeira, afirma que em Cachoeira, manutenção da família é de responsabilidade do trabalho do pescador, bem como das atividades exercidas pelas mulheres e filhos que “garantem o aporte dos bens de consumo ou renda”. É importante afirma que tanto caçaras quanto pescadores artesanais continentais convergem nesta questão exposta pelo referido autor. Busca-se enfatizar, na presente pesquisa, que a pesca artesanal continental é uma atividade importante entre as diversas incorporadas à estratégia de sobrevivência de comunidades negras rurais de Salvaterra.

A pesca artesanal desenvolvida em águas continentais, pelos grupos familiares das comunidades negras rurais de Salvaterra, não é homogêneo podendo ser classificada de duas maneiras: uma que atua somente no período de safra e cuja lógica é o lucro a partir da comercialização de seus produtos (LIMA, 2001), denominada *pesca artesanal comercial* e outra denominada *pesca artesanal de subsistência*, que atende a demanda local e ao consumo diário de proteína animal dos grupos citados.

O presente estudo entende como pescador artesanal de subsistência todo aquele ou aquela que usa instrumentos (artes de pesca) e técnicas (modalidades) adequadas às condições ambientais. Trata-se daqueles que pescam o ano todo com seus familiares, com seus “companheiros” (primos e/ou primas, maridos, irmãos, filhos, esposas, cunhados, genros etc.), com a finalidade de suprir suas necessidades básicas alimentares.

Primeiramente, é importante destacar que a pesca artesanal de subsistência é uma atividade orientada fortemente ao consumo próprio, ao auto-consumo ou de parentes e amigos, realizada o ano todo com o uso de uma canoa simples e aparelhos tradicionais de pesca. Enquanto, que a pesca comercial de caráter artesanal - ou simplesmente pesca artesanal-comercial, possui moldes tradicionais, mas é uma atividade, geralmente, voltada à comercialização nos mercados regionais mais ou menos distantes. Esta é realizada de forma sazonal em canoas, que são rebocadas até local de pesca por “geleiras”, embarcações que levam urnas ou caixas de gelo para a conservação do pescado. O sistema de trabalho é o de parceria ou de meia.

Veríssimo (1970) descreveu a pesca de subsistência como “pequena pesca” ou “pequena indústria auxiliar de suprimento”, cujo produto podia ser encontrado nos mercados conservados pela salmora, pelo salgamento e pelo moqueio. Em Salvaterra, uma parte do que é produzido pela pesca de subsistência destina-se ao consumo dos grupos familiares, sendo

este salgado ou moqueado. Outra parte é comercializada no interior da comunidade ainda “a fresco”, devido à necessidade da mesma em consumir produtos industrializados mediante valores monetários que lhes permitem adquirir sabão, café, açúcar, roupas etc. Percebemos este fato pelos relatos colhidos nas comunidades pesquisadas, quando indagamos sobre o excedente da captura. De acordo com as afirmações de Dona Maria da Conceição Sarmiento dos Santos, professora, pescadora artesanal, agricultora e agente sanitária de Barro Alto, este excedente é vendido, sobre o que ela declara: [...] vendemos muitos peixes, nós vendemos o peixe por que é um meio de comprar outras coisas, a gente não pode viver só pra comer [...] nós temos os complementos que é o café, o açúcar, o sabão (Informação verbal)<sup>35</sup>.

As práticas descritas por Veríssimo (1895) como realizadas pelos que trabalham para sua subsistência persistem até os dias atuais. Entretanto, incrementos tecnológicos introduzidos na década de 1970: como a malha de nylon, a de plástico e o isopor, que substituiu a salga do peixe impulsionaram mudanças no processo produtivo pesqueiro. Estas mudanças foram percebidas pela comunidade e pela academia, sendo objetos de obras como (FURTADO, 1990; ISAAC; BARTHEM, 1995), entre outros, que em uma nova leitura, redefiniram o termo usado pelo referido autor e o denominaram “pesca artesanal”. Estes utilizam artes de pescas tradicionais como: a linha-de-mão, a tapagem do igarapé, o espinhel, a siririca<sup>36</sup>, o caniço, principalmente.

Quanto aos “pescadores artesanais comerciais” afirmamos que eles têm por características utilizar métodos tradicionais de pesca iguais aos primeiros, mas com o incremento nas relações de trabalho e produção e em locais nem sempre próximos à sua comunidade. Apesar de visarem o excedente da produção estes trabalhadores possuem vínculos de parentescos e realizam suas atividades em sistema de parceria ou de meia.

O número de pescadores artesanais comerciais oficialmente registrados nas colônias Z-1 (Soure) e Z-2 (Salvaterra) está subestimado, pois muitos exercem homens e mulheres exercem esta atividade sem estar devidamente registrado. A Colônia Z-2 informa que há 2.744 sócios inscritos até novembro de 2004 (tabela 4) e a Z-1 conta com 1.012 associados (inscritos até o ano de 2001), segundo seu presidente, o Sr. Ademar Dantas Macedo. Por sua vez, as informações levantadas na presente pesquisa apontam a existência percentual dos pescadores de subsistência. A frequência por comunidades é: Paixão (13%) e Vila União (15%) são as que menos praticam a pesca; em Providência(75%), Deus Ajude(68%), Bacabal

<sup>35</sup> Relatos de D. Maria da Conceição concedido à autora (2004).

<sup>36</sup> Na descrição do autor (VERISSIMO, 1970, p. 75) a Siririca que é praticada nas comunidades rurais negras de Salvaterra é denominada “pindá-siririca”, explicações sucintas estão descritas na página 27 deste estudo.



(66%); Caldeirão (65%); Siricari (49%), Boa Vista (48%), Mangueiras (43%) e Pau Furado (40%).

**Tabela 2** - Demonstrativo de Adesão de Sócios (2000/2004) da Colônia Z-2.

ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
2000	70	02	72
2001	200	32	232
2002	290	44	334
2003	180	29	209
2004	281	130	411
TOTAL	1.021	237	1.258
TOTAL ANTERIOR (ANO- 1999)-	S/I	S/I	1.486
TOTAL GLOBAL	-	-	2.744

**Fonte:** Diretor da Colônia- Administração Célio Paraense (2000, 2004)

Quanto ao sistema de parceria era e ainda é formado por pescadores não assalariados, cuja renda é obtida a partir da divisão em percentual da produção de pescado capturado. Os trabalhadores não “usufruem qualquer forma de vínculo empregatício” e são contratados por um proprietário ou encarregado, que verbalmente firma com aquele, compromisso até o término da duração da pescaria. Este sistema pode ser definido como não - capitalista, pois difere do sistema assalariado encontrado nas companhias de pesca industriais, onde os trabalhadores não possuem domínio sobre o processo de trabalho. Entretanto, caracteriza-se como uma subordinação do trabalho à economia de mercado, onde trabalhadores com amplo domínio sobre os meios de produção vivenciam o aviltamento de seus produtos devido à rede de intermediações em que estão sujeitos. Os companheiros, como se autodenominam os pescadores artesanais comerciais, que trabalham em sistema de parceria na ilha de Marajó vendem o peixe a um valor fixo que pode ser três ou quatro vezes inferior a valor encontrado nos mercados de Belém. Por exemplo, por 1Kg de tainha o pescador recebe de seu chefe (dono da geleira) R\$ 1,20 e este vende aos mercados por até R\$ 5,50 o quilo.

Os pescadores artesanais destinam preferencialmente sua produção aos mercados regionais. O pescado retirado dos rios e lagos arrendados de Salvaterra, durante a safra é

vendido à capital do estado do Pará. Belém depende do peixe capturado na Ilha de Marajó e não é de hoje. Durante a década de 70 houve um aumento na demanda da capital e do estado como um todo, devido às técnicas de congelamento e armazenamento do pescado, surgidas neste período. Tais mudanças alteraram as relações de trabalho dos pescadores artesanais da região, principalmente os que desenvolvem esta atividade em alto mar.

A formação do setor de pesca industrial, na década de 1970, com base na origem da mão-de-obra assalariada significou a perda dos trabalhadores de pesca dos seus meios de produção e para os recursos pesqueiros a exploração desenfreada e totalmente voltada à exportação dos grandes bagres. As transformações ocorridas no setor pesqueiro, neste período, proporcionaram ao cenário econômico nacional o surgimento do setor artesanal-comercial e o industrial, com maiores investimentos. Ambos setores possuem distinções precisas, mas a produção voltada ao lucro é uma semelhança (LIMA, 2001). Os dois setores distinguem-se entre si, quanto à natureza de suas relações de produção e de mercado, tecnologia, técnicas de captura, formas de beneficiamento, organização social e na forma de como os pescadores se relacionam com os recursos naturais (percepção e apropriação)<sup>37</sup> (FURTADO, 1988). Entretanto, há três formas ou setores que se interpõe em alguns pontos e se distingue em outros. A produção realizada pelos pescadores artesanais de subsistência e suas relações com os recursos caracterizam-se como estratégia reprodutiva responsável pela manutenção de grande parte do consumo das comunidades amazônicas e esta terceira modalidade aparece em trabalhos científicos como “atividade restrita à pequenos grupos oriundos de localidades distantes” (FURTADO, 1990, p. 52).

Os pescadores de águas continentais praticam sua atividade nos rios, igarapés e lagos da ilha de Marajó. Esta categoria identifica-se por utilizar uma variedade de instrumentos em ambientes fluviais, devido ao número de praticas. Esse fato caracteriza a pesca na várzea da ilha como multi-específica (MÉRONA, 1993). Tais características estão submetidas a amplas variações sazonais onde o pescador acaba por se adaptar a esta variedade espaço-temporal e utiliza estratégias apropriadas de captura.

Há uma terceira forma de dicotomizar os pescadores, no que tange á sua organização social. Segundo Furtado (1988), há pescadores polivalentes e pescadores monovalentes, sendo que os primeiros são aqueles que realizam várias atividades durante o ano como a agricultura,

---

<sup>37</sup> Lima (2002) afirma que é mais provável encampar os pescadores artesanais em projetos de manejo comunitário, pois se encontram atreladas à suas áreas pela relação que tem com os recursos e por estar presa a relações de aviamto do que sensibilizar pescadores industriais e proprietários de empresas de pesca, pois aos primeiro é negado o direito de decidir, pois, atendem às ordens de um patrão que esta livre para encontrar mananciais em qualquer região costeira do país pois o livre acesso é garantido pela Lei 221/67- Código da pesca.

a suinocultura, a criação de gado. Os pescadores monocultores vivem exclusivamente da pesca e trabalham sobre o “esquema” de parceria ou de meia. Furtado (1993, p. 106) levanta a seguinte hipótese, em sua obra “Pescadores do Rio Amazonas

A categoria pescador artesanal ou monovalente emerge da decomposição da organização dos pescadores-lavradores ou varjeiros ou polivalentes [...] a medida em, enquanto pescadores lavradores, sofrem o impacto da deteriorização de suas condições de vida em seus lugares de origem

No Marajó há tanto pescadores polivalentes como monovalentes. Os polivalentes são aqueles que pescam e realizam um conjunto de outras atividades de subsistência como a caça, a produção de carvão, a roça, a criação de suínos, aves e de gado, este último em proporções diminutas. Nas comunidades que se denominam pesqueiras, como é o caso de Mangueira, encontramos pescadores monovalentes que desde tenra idade realizam esta atividade como meio exclusivo de subsistência, ou seja, quando indagados se em algum momento haviam trabalhado na roça a resposta era negativa, seguida da afirmação de que nem entendiam dos conhecimentos necessários a esta atividade. Entretanto, em algumas comunidades onde a agricultura é a primeira função econômica foi possível perceber que lavradores deixaram suas atividades para dedicar-se a pesca devido a dificuldades e redução das áreas de cultivo, provocados pela falta de recursos para o combate de pragas agrícolas e principalmente pelos danos causados pelo gado às culturas de mandioca, abacaxi etc.

Há casos onde os pescadores são monovalentes, como em Jenipapo, comunidade localizada em Cachoeira do Arari, onde a produção agrícola não atende às necessidades locais, pois é feita em canteiros suspensos. Este povoado possui restrições ambientais e sociais que impossibilitam a prática, em larga escala, da agricultura.

Em Jenipapo o peixe “não é pescado apenas para o próprio consumo e não tem apenas valor de uso”, pois se tornou um equivalente monetário. Segundo Almeida et al. (1998, p. 40-43), possui um valor de troca “estabelecido nos casos de aquisição de gêneros alimentícios escassos ou inexistentes localmente, que são produzidos pelos pequenos produtores rurais das regiões vizinhas”. O peixe em Mangueira, semelhante ao que ocorre em Jenipapo, tem valor de uso e de valor de troca, sendo freqüentemente estabelecidas trocas mercantis entre povoados próximos (NOGUEIRA, 2004).

### 3.3 A PESCA DE PERTO E A DE LONGE

A dicotomia encontrada nas práticas empregadas pelos grupos de pescadores artesanais de subsistência, e pescadores artesanais comerciais dividem o setor em dois tipos de pescarias, a saber: a *pesca de perto* e a *pesca de longe*. A primeira refere-se à coleta de mariscos e captura de camarões e peixes realizadas por homens, mulheres e crianças nos “territórios de subsistência”, principalmente lagos, baixas, mangues e igarapés próximos às suas comunidades. A segunda trata-se daquela realizada por pescadores artesanais comerciais que vão em busca dos mananciais ícticos comercializáveis nos “territórios de produção”, geralmente em rios que margeiam fazendas agropecuárias ou em lagos arrendados durante a safra.

As duas atividades são marcadas por mudanças sazonais, obedecendo um calendário anual de safra e entressafra, onde os meses de chuva marcam o período de entressafra e os meses de estiagem o de safra. Durante a safra os pescadores artesanais comerciais realizam a “pesca de longe” e deixam de realizar sua atividade na entressafra em virtude da proibição do uso do rio e lagos pela lei do defeso<sup>38</sup> e ainda devido à escassez da ictiofauna, que se espalha no campo durante o período de chuvas<sup>39</sup>. O mês de maio marca o início da safra. É nesta época que as chuvas estiam e os lagos são arrendados para a captura do pescado. Os rios, neste período também são freqüentados por geleiras de pequeno porte e canoas a remo que coletam toneladas diárias de peixes a fim de servir ao mercado regional, sendo a capital paraense a maior consumidora.

Durante o ano todo acontece a “pesca de perto”. Entretanto ela é bem mais percebida durante o período chuvoso, devido à proibição do uso do recurso pesqueiro pela lei do defeso. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência bem sucedida e que garante alimento às famílias rurais o ano todo. Os pescadores de subsistência, não se restringem à atividade pesqueira e realizam outras tantas atividades e por isso podem ser classificados como “polivalentes”. No relato de Dona Maria da Conceição Sarmiento dos Santos, podemos perceber esta multiplicidades de tarefas:

---

<sup>38</sup> A Lei do defeso ou Lei da piracema (Lei 7679/88) como é conhecida, proíbe a pesca nos cursos d'água, águas paradas ou mar territorial de todo o território nacional durante o período de reprodução da fauna íctica, ficando excluído desta lei os pescadores artesanais e amadores que pescam com vara, linha-de-mão ou linha e anzol. A lei menciona ainda multas e atribuições de fiscalização a órgãos federais. Mais informações ver Isaac, Rocha e Mota (1993, 195) em “Considerações sobre a Legislação da piracema e outras restrições da pesca da região do médio Amazonas”.

<sup>39</sup> Os danos causados pelas chuvas atingem seu ponto crítico nos meses de dezembro e janeiro. É nesta época que forma-se um imenso corpo de água onde não é mais possível distinguir o que é campo, lago ou braço de rio.

Bem, lá aonde eu moro em Barro Alto, as mulheres elas ajudam muito seus esposos, por que a vida está difícil e nós aprendemos junto com eles a pescar porque é um meio de companhia também [...] por que é arriscado a vida de um pescador e a gente vai também por meio de uma companhia... a gente ajuda a remar enquanto a gente coloca a linha[...] também temos atividade na roça na parte da agricultura. Nós cultivamos a mandioca, o milho e com isso a gente ajuda também no nosso sustento [...] Meu marido gosta de sentar curral [...] e também de tira que a gente chama de “tiradeira”, que são anzóis miúdos e também linha-de-mão, tapagem de igarapé quando a maré tá de “águas vivas” elas ficam boas pra tapar, pois os igarapés que são tapados eles secam bastantes e é a água própria pra fazer tapagem (Informação verbal)<sup>40</sup>.

Quando nos indagamos sobre a lógica que permeia as estratégias desenvolvidas por estes camponeses, quando realizam a pesca artesanal de subsistência, por exemplo, podemos supor que os mesmos buscam satisfazer as necessidades familiares, assumindo, às vezes, escolhas consideradas anti-lucrativas. Fazendo uma comparação com Wolf (1970, p. 30) que trata da lógica familiar camponesa, vimos que “a primeira característica fundamental da economia da fazenda de um camponês é que se trata de uma economia familiar”, cuja organização baseia-se no tamanho e composição de família e “na coordenação entre suas exigências de consumo e o número de mãos apto para o trabalho”. Isto explicar por que a concepção de lucro na economia camponesa difere da concepção de lucro dentro da economia capitalista, por que esta última não pode ser transportada para aquele outro contexto”.

Comunidades pesqueiras como Mangueira, Barro-Alto e Pau Furado, trocavam sua produção em suas respectivas comunidades e ainda com outras mais próximas como Deus Ajude, Providência e Siricari. A troca mais freqüente era o peixe por farinha. O peixe em Mangueira, por exemplo, semelhante ao que ocorre em Jenipapo, tem valor de uso e de valor de troca, sendo freqüentemente estabelecidas trocas mercantis, onde uma cambada de peixe equivale a 2 kg de farinha. A mulher de um arrendatário, morador do bairro de Mangueiras, conhecido como Tóti descreve esta relação (NOGUEIRA, 2004, p. 10): “a troca não se dá aqui pois não há necessidade, quando a pesca não dá eu seguro [...] sou enfermeira e ajudo [...] No São João há mais venda [...] no Seu Jaime [...] de manhã ele vende para a farinha e de tarde para o café”.

D. Noemia afirma que a troca é mais comum em São João, onde uma cambada que, geralmente, é vendida por R\$ 2,50 reais, acaba sendo trocada por 2 Kg de farinha, pois o preço de cada quilo é R\$ 1,25 reais. Trocas como essa devem acontecer na maior parte do ano, pois é somente na safra que alguns pescadores conseguem livrar-se de dívidas, recebendo em dinheiro pelo seu trabalho. Relações como estas podem ser definidas como não

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida à autora em 2004.

capitalistas. Semelhante a análise de Diegues (1994), que faz um estudo sobre a cultura das populações tradicionais, podemos afirmar que as culturas tradicionais estão ligadas a modos de produção não capitalistas onde encontramos uma grande dependência dos recursos naturais, em que já esta estabelecida uma tênue dependência do mercado. Tais características se distinguem do modo de produção capitalista, pois nesta última tanto a força de trabalho como os recursos naturais são transformados em mercadoria, nesse sentido é verdadeiro afirmar que a representação do mundo material e de seus recursos é essencialmente diferente entre esses dois modos de produção.

### 3.4 A PRÁTICA DA CAÇA E PESCA NAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DE SALVATERRA

Pereira (1952) registra a presença do africano no arquipélago do Marajó no ano de 1697. Estes tendo sido introduzidos na região para trabalhar primeiramente nas lavouras, depois com o “pastoreio”. Os escravos vieram de toda parte desde os engenhos, fábricas de madeira, oficinas e estaleiros, acompanhando “os movimentos descritos pelos açorianos e outros colonos renóis desembarcado, primeiramente, em Belém”. O autor afirma que muitos deles foram trabalhar nos pesqueiros reais da ilha, ali fixados desde o fim do século XVI. Segundo o autor o grupo negro chegou à ilha para o trabalho da lavoura, ao qual era conhecedor, mas depois fora introduzido, juntamente com o índio na lida com o gado e com os eqüinos, bem como nas pescarias.

Segundo Acevedo Marin (2004) existia nos “sítios” e “fazendolas” localizados nos extremos das fazendas, grupos de negros, índios e mestiços que construíram formas distintas de constituição da propriedade e organização do trabalho, onde o trabalho familiar predominou. Nos pequenos sítios praticavam freqüentemente atividades como a agricultura, a pesca e o extrativismo, isto desde o início da ocupação colonial. Estes sítios ficavam as margens da fazenda e abrigavam “as comunidades de fugitivos na ilha de Marajó”. Estes escravos fugidos foram registrados na obra de Pereira (1952, p. 179) como “quilombolas autênticos”.

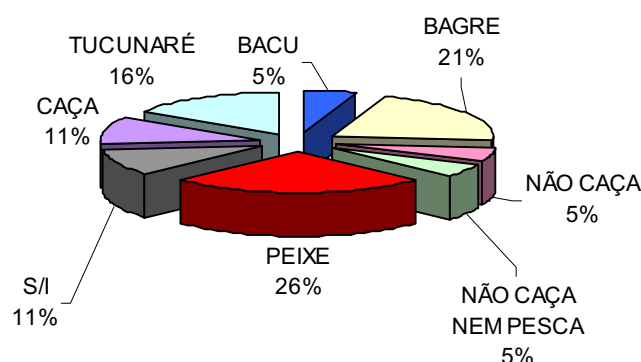
No sítio encontramos os “herdeiros de uma terra”, compartilhada por filhos e filhas. Acevedo Marin (2004) relata que o sítio representa a filiação e os modos de acesso a um patrimônio, ou seja, aos herdeiros é dado o direito de uso comum dos recursos naturais e dos cultivos existentes em suas terras. Acevedo Marin (2005) quando analisa o campesinato negro

no Marajó declara que a “noção de herança da terra tem um alto valor social em cada povoado”.

A comunidade de Deus Ajude, por exemplo, formou-se a partir de um “Retiro” com esse nome, onde havia uma pequena casa, relativamente isolada, que com o tempo surgiram “novas famílias, novas roças e necessidades, e se transformou em um sítio. Deus Ajude formou-se de uma parte que foi doada, em 1914, por um Alferes e uma compra realizada por Luis Antonio de Souza. A área se compõe de Nossa Senhora de Natividade do Boi Gordo, enquanto a compra recebeu o nome de Deus Ajude” (ACEVEDO MARIN, 2005, p. 15).

Deus Ajude é uma comunidade próxima a manguezais, igarapés e lagos. Estes recursos são utilizados pela comunidade que realiza a “apanha do açaí” nas margens do Igarapé do Siricari. Nos arredores podemos encontrar o lago Veneza (que é usado tanto por Deus Ajude como pela comunidade de Providência), o lago Siricari, o lago São João, o igarapé Siricari, o Igarapé Mãe de Deus e o rio Siricari. A abundância de recursos permite que 68% dos habitantes (Gráfico 3) do povoado realizem a pesca artesanal de subsistência, onde o produto serve principalmente para o consumo, havendo também a troca por produtos como a farinha ou ainda a venda local. A caça, por sua vez, não é muito praticada embora o povoado tenha conservado áreas de mata em seus arredores.

A comunidade, a mais ou menos dois anos, vem sofrendo restrições por parte dos donos da fazenda Santa Rita (Sr. Harmin e Sra Lucinete Silva da Costa) e da Fazenda Renascença (Sr. Ronaldo Engelhard), que ficam a quarenta minutos de distância, indo de bicicleta. Estes fazendeiros usam a cerca elétrica e vigias como agentes inibidores do povoado quilombola, que pelas pressões acabaram deixando de usar o lago São João e fazer a extração do açaí que estão às margens do igarapé Siricari e que contornam algumas áreas da Fazenda Santa Rita. Os moradores que se atrevem a continuar usando os recursos são considerados ladrões, pelos referidos fazendeiros. Entretanto, os grupos familiares quilombolas resistem, de várias formas, uma delas é manter suas atividades extrativas animais e vegetais.



**Gráfico 3-** Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Deus Ajude

**Fonte:** Elaborado pela autora (2003/2004).

Foram encontrados registros sobre a caça e a pesca extrativa, nas 12 comunidades negras estudadas. Sabe-se que estas práticas são originárias dos referidos sítios e fazendas (ACEVEDO MARIN, 2004) e que hoje vem sofrendo restrições de uso de seus territórios por parte da oligarquia local. Os resultados obtidos em cada comunidade relacionam-se diretamente com o acesso desses grupos humanos aos recursos aquáticos e florestais bem como ao saber herdado dos “antigos”. Cada grupo reconhece e utiliza os ambientes de onde retiram seu alimento.

Sobre as atividades produtivas (ACEVEDO MARIN, 2005, p.16) declara que:

Cada povoado distingue-se pelas suas formas de inserção e pelo perfil das unidades de produção. Mangueira, Deus Ajude e Siricari têm mais acentuada a criação de animais. A formação desta constelação de povoados destaca-se numa área de campos que foi ocupada por fazendas, enquanto os roceiros e pequenos criadores organizam sua base territorial no interstício das terras não apropriadas pelos fazendeiros.

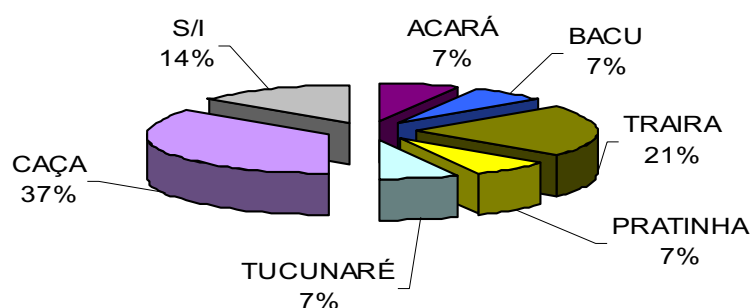
O povoado de Siricari, por sua vez, fica a uma distância de 2Km da comunidade de Deus Ajude e 10km da sede do município, que são percorridos por uma estrada acidentada, não asfaltada e com uma ponte. Caso a comunidade queira acessar a sede geralmente faz uso de bicicleta. Liga-se também com a comunidade de Providência, Paixão e Bacabal por caminhos e atalhos terrestres, usados durante o verão (ACEVEDO MARIN, 2004)

Siricari é uma comunidade que tem a criação de animais como a atividade produtiva mais importante (ACEVEDO MARIN, 2005). As atividades de caça e pesca são realizadas como estratégias de sobrevivência. Nesta comunidade 49% dos entrevistados declararam pescar. Nas suas preferências alimentares e disponibilidade de recursos ícticos estão: a traíra, o acará, o bacu, a pratinha e o tucunaré (Gráfico 4). A atividade pesqueira é artesanal de



subsistência e acontece no igarapé Mãe de Deus, igarapé Siricari e no lago do Siricari, territórios de pesca desta comunidade. A formação de turmas de pescadores comerciais não é freqüente nesta localidade e caso ocorra ela é praticada no rio de Mangueiras ou no Siricari, tendo seus produtos distribuídos nos povoados próximos.

Quanto às referências de caça, podemos afirmar que são expressivas, sendo praticadas por 37% dos moradores desta comunidade. Provavelmente este percentual é impulsionado pela ausência de áreas cultiváveis.



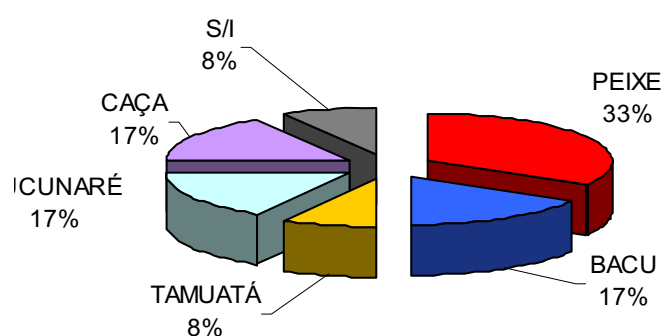
**Gráfico 4-** Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Siricari.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2003/2004).

Providência é outro povoado próximo à Deus Ajude, segundo Acevedo Marin (2005, p. 16) fica situado a uma distância de 3 km deste. As terras de Providência são as de herança do pai do Sr. Gilberto Leal de Sousa (Sr. Nhoca) que “decidiu, muito jovem, tentar a vida no Amapá e em Belém e, mesmo, em Salvaterra. Depois da morte do pai foi chamado para assumir o seu pedaço de terra e nele cultiva, cria galinhas, porcos e búfalo. Os filhos ajudam no dia-a-dia”. Dona Diquinha, mulher do seu Sr. Nhoca têm muitas árvores frutíferas em seu quintal, mas para protegê-las dos ataques das criações precisa cercá-las. Ela e seu esposo confeccionam tarrafas e redes de arrasto com fio de náilon e por isso é possível encontrar muitas redes ao redor de sua residência, quase todos pescam, por isso o percentual de 83% da categoria peixes e outros sumarizados (Gráfico 5). Há na família dois pescadores artesanais comerciais (Cláudio Lima e Figueiredo Pinheiro).

Os pescadores artesanais Cláudio Roberto Lima (40 anos) e Carlos Augusto Figueiredo Pinheiro (36 anos) atualmente pescam juntos no Rio do Saco, produzem seus instrumentos de pesca e por isso vendem seus produtos para a turma de rio de Mangueira. A dois anos atrás o primeiro trabalhava apenas na lavoura e o segundo apenas na pesca, mas as dificuldades e a sazonalidade encontradas nas duas atividades forçou-os a praticar tanto a

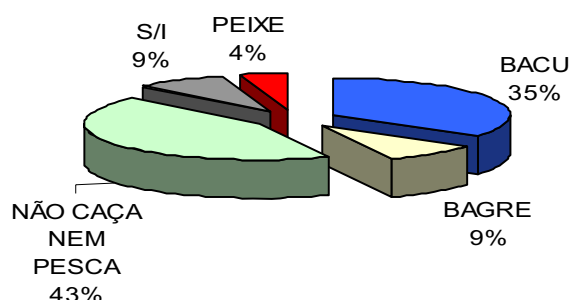
lavoura quando a pesca. O Sr. Carlos, em seu relato, afirma que durante a safra é melhor sair pra pescar, pois, os lagos das fazendas estão destinados ao arrendamento e proibidos para os quilombolas. O lago Veneza, território de pesca da comunidade, encontra-se com pouco volume d'água e invadido pelas criações de búfalos. A motivação do Sr. Cláudio, pela prática da lavoura também está ligada a restrição do recurso. Ele afirma que durante o inverno as turmas de rio ficam proibidas de realizar suas atividades e que a pesca de rede é perseguida pelo IBAMA, mesmo nos rios Mangueira e Siricari, territórios que ficam próximos à sua comunidade. A lavoura torna-se a alternativa produtiva mais viável, durante o período de entressafra, mesmo com as inundações provocadas pelas enxurradas, já que os grupos familiares possuem áreas cultiváveis próximos a comunidade.



**Gráfico 5** - Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Providência.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

O povoado de Boa Vista (Gráfico 6), como é denominado por seus moradores, fica nas proximidades de Deus Ajude. Trata-se de um povoado cuja atividade principal é a agricultura. Nesta comunidade a metade da população não caça nem pesca. A outra metade (cerca de 48%) afirma exercer a pesca artesanal de subsistência, consumindo principalmente o Bacu (35%) ou realizando a venda local.

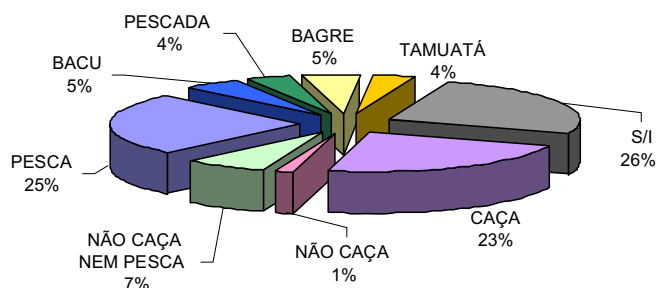


**Gráfico 6** - Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Boa Vista

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

Mangueira é o segundo povoado mais populoso entre as comunidades rurais negras. Localiza-se a aproximadamente 5km de Providência e possui a metade de seus trabalhadores exercendo a pesca artesanal comercial. É possível perceber a presença desta atividade em todas as casas, mesmo nas quais os membros trabalham na lavoura ou na cria de galinhas e rebanhos, caprinos, bovinos ou bubalinos. O consumo do peixe é realidade para cerca de 43% das famílias desta comunidade, que preferem ingerir principalmente o bagre e o bacu (5% para ambos) e o tamuatá e a pescada (4%) (Gráfico 7).

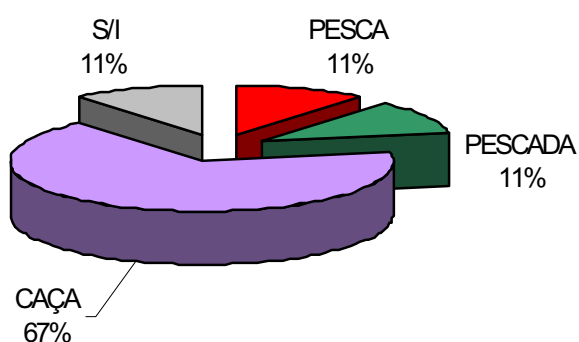
A caça é praticada por 23% dos informantes, que buscam este recurso nas matas que circundam o povoado. A cutia e a paca são os animais mais consumidos, outros como o jacaré-açú costumam ser consumidos ocasionalmente, geralmente quando são capturados tentando atacar algum morador. Nos manguezais que margeiam o rio de Mangueira é possível encontrar muitos outros espécimes de peixes, que costumam ser trocados vendidos na comunidade, como ocorre com o tucunaré.



**Gráfico 7** - Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Mangueira.

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

Salvá, localiza-se a 5 km do povoado e Mangueira e esta constituído por onze famílias, todos com vínculos de parentesco. Eles estão próximos a abundantes recursos hídricos como os lagos Valha-me-Deus, Capivara, São Pedro, Jacitara e Teso, nas redondezas há também o igarapé Aterro, que desemboca no rio São Joaquim. Homens e mulheres do povoado (cerca de 22% dos informantes - ver Gráfico 8) pescam nestes territórios de pesca ou realizam a pesca artesanal comercial nos rios São Joaquim, Nascimento, rio Gavinho e Rio do Saco em Soure (ACEVEDO MARIN, 2004b).



**Gráfico 8-** Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Salvá.

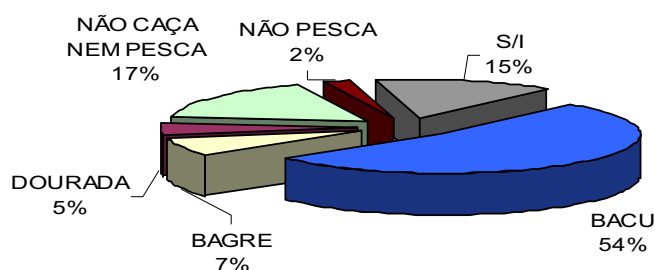
Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

A venda do pescado poderia ser expressiva, dado os abundantes recursos existentes na circunvizinhança de Salvá, mas ela é inibida por uma família de fazendeiros por nome Amador, que permite aos moradores do povoado a venda de seus produtos apenas para Mangueira e tencionando ver suas ordens cumpridas os fazendeiros tem por prática contratar vigias armados. Acevedo Marin (2004b, p. 33-41) em sua obra “Salvá ou Santa Cruz: Território de marcas e rupturas nas relações de reciprocidade” afirma que as relações de compra e venda são realizadas nos setores de São João e Mangueiras a dinheiro ou ainda a partir de trocas onde: troca-se “farinha em troca de peixe ou de carne pelo equivalente em farinha de mandioca”. A autora nos relata também que o povoado pratica a caça de pequenos animais como tatu, paca, capivara, cutia, veado, camaleão e capivara quando se encontram em condições críticas de falta de alimento.

No outro ramal (Mapa 1, mapa das comunidades) encontramos os povoados de Bacabal, Barro Alto, Pau-furado e Paixão.

O povoado de Bacabal, localiza-se, em outro ramal e possui 239 moradores, sobre ele podemos afirmar que a caça não é uma atividade recorrente, quer seja pela falta de mata para praticá-la ou pela proibição das que ainda existem por parte dos donos de fazendas que se localizam em seu entorno. A pesca, por sua vez, não representa a principal atividade desenvolvida na comunidade, mas dada sua importância para o consumo familiar é praticada por 66% dos informantes. As espécies de peixe mais consumidas, de acordo com os dados obtidos e plotados no gráfico 9, são: a Dourada (5%), o Bagre (7%) e principalmente o Bacu (54%), cuja “preferência” pode estar vinculada com o fato de ser este um grupo íctico bastante freqüente na área e por possui um valor de troca cujo preço é menor comercialmente em relação as demais espécies capturadas nas águas próximas à comunidade. Quando comparada estes grupos de peixes ao Tucunaré podemos afirmar que este último é geralmente vendido nos arredores da comunidade a preços mais altos que as cambadas de Bacu.

A preferência alimentar das famílias de Bacabal é pela Dourada, que segundo relatos este espécie tem “sumido” de seus territórios de pesca. Possivelmente, devido a demanda ou o uso de redes de tapagem com diminutas que acabam capturando os indivíduos jovens desta população íctica, dificultando assim a renovação do grupo funístico.

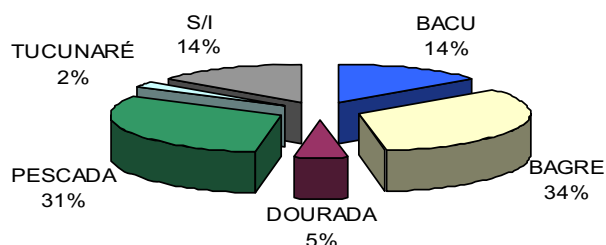


**Gráfico 9-** Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Bacabal

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

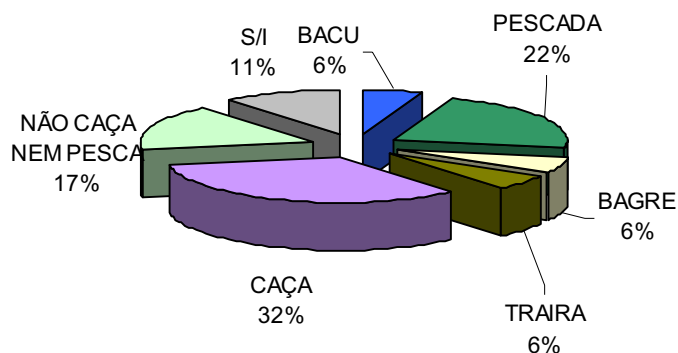
A comunidade de Barro Alto é uma comunidade que tem a agricultura como atividade principal. Entretanto abriga um percentual significativo de pescadores artesanais comerciais e de subsistência. É fácil presenciar a prática diária da coleta de mariscos e peixes desses homens e mulheres nos mangues, igarapés e na cabeceira do Rio Matupirituba, que circundam a comunidade. Cerca de 86% dos informantes confirmam esta estimativa e em suas redes ou em suas mesas é possível encontrar o Bagre, a Pescada, o Bacu, a Dourada e o Tucunaré. No gráfico 10 podemos examinar o percentual de cada grupo de peixes e perceber que a caça não

é uma atividade praticada ou se praticada é de maneira esporádica e voltada exclusivamente ao consumo familiar.



**Gráfico 10-** Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Barro Alto  
Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

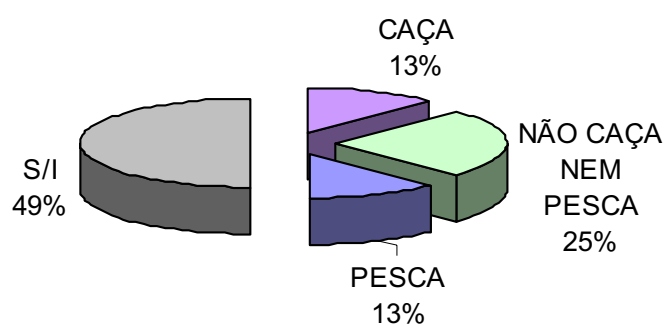
Na comunidade de Pau Furado 32% dos moradores declaram consumir algum tipo de caça e cerca de 30% afirmam consumir a pescada, 22% a traíra e outros 6%, o bacu e o bagre (gráfico 11). Thé, Mandi e Nordi (2003, p. 401) relatam que tanto as “restrições como as preferências são determinadas por diversas situações” do cotidiano e de gosto pessoal. Os motivos que levaram a escolha destes espécimes, no consumo da comunidade de Pau Furado, bem como as escolhas observadas pelas demais comunidades, precisa ser verificada em estudos posteriores, dada a importância deste tema.



**Gráfico 11-** Referências das atividades de caça e pesca na comunidade de Pau Furado  
Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

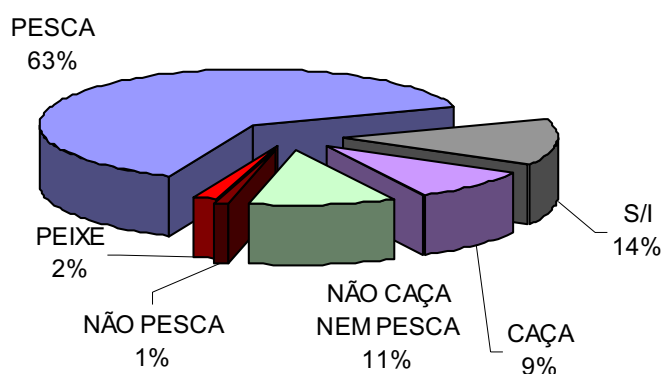
Os dados quantitativos referentes ao percentual dos grupos familiares, que realizam a caça e a pesca em Paixão, aponta uma discrepância: apenas 13% dos entrevistados consomem os produtos da pesca, em contrapartida 25% não realiza nenhuma das duas modalidades extrativas aferidas. Segundo Dona Ivete, líder comunitária deste povoado são os búfalos os responsáveis pela falta de peixe. Na verdade a demanda ainda existe, o que está escasso é o

produto. Segundo Acevedo Marin (2004b, p. 6) “o Igarapé São Tomé ficou fechado dentro de uma cerca e os movimentos dos homens, mulheres e crianças são menos freqüentes, pois estão sendo impedidos por essa barreira física”. Acevedo Marin (2004b, p. 52) segue afirmando que “a perda da ictiofauna no Igarapé São Tomé e as restrições para freqüentar os antigos lugares são produto de uma comparação de trinta a quarenta anos atrás quando pescavam para se prover de alimento”. Enfim, a restrição deste território de pesca é o motivo da diminuição do consumo de peixes e da prática pesqueira.



**Gráfico 12-** Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Paixão.  
Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

Cadeirão é uma comunidade negra rural que fica as margens do rio Paracauari. Esta proximidade possibilita que 68% de seus moradores pesquem. Apenas 9% dos entrevistados afirmam caçar esporadicamente, sendo que 11% não realizam nenhuma dessas atividades (gráfico 13). Segundo Acevedo Marin (2004a) afirma que as roças são abertas na fronteira de Pau Furado e Boa Vista e que este povoado vem experimentando mudanças na sua composição com a compra de terrenos, nestes últimos anos.



**Gráfico 13-** Referência das atividades de caça e pesca na comunidade de Caldeirão  
 Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

É importante perceber que o extrativismo animal, assim como o vegetal, faz parte da atividade camponesa e não deve ser considerado como uma prática acessória e sim como uma forma de trabalho, geradora de renda e alimento para a produção familiar.

### 3.5 A NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE EXTRATIVA ANIMAL: CAÇA E PESCA

A atividade agrária extrativa acontece quando homens e mulheres capturam, apanham ou extraem do reino animal o vegetal, espécimes que nascem e crescem espontaneamente de acordo com o ciclo de nascimento e morte, em ambientes aquático ou terrestre sem a participação ou controle dos seres humanos (HIRONAKA, 1999).

A legislação<sup>41</sup> sobre o tema afirma que em nosso país, a caça de subsistência praticada pelas comunidades rurais é considerada “atividade agrária acessória” por atender exclusivamente ao consumo familiar. Sendo assim, todo aquele que caçar com o objetivo de consumir a presa, juntamente com seus familiares ou vendê-la a fim de empregar os recursos obtidos com a venda na comprar de outros alimentos ou utensílios que atendam outras necessidades materiais como roupas ou ferramentas agrícolas estão dentro da lei (HIRONAKA, 1999).

Caçar para o lazer do seu praticante também é permitido legalmente, contanto que este não vise o lucro e seja cumpridor das normas estabelecidas pelos órgãos competentes, “quanto a época, ao local, aos meios empregados e, ainda, quanto às espécies de animais ou aves cujo

<sup>41</sup> Decreto Nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, Capítulo II, Seção I.



abate está permitido”. Segundo Hironaka (1999, p. 106) “são atos civis que podem ser plenamente exercidos”.

Quanto à atividade pesqueira é importante ressaltar que a pesca comercial não é considerada uma atividade agrária, então legalmente não é regida pelas leis agrárias e por esta conta precisa de lei própria. A lei que define as modalidades de pesca existentes é o Decreto-Lei federal 221/67<sup>42</sup>, que dá o fundamento legal para toda a atividade pesqueira no Brasil. De acordo com suas definições há três modalidades de pesca, são elas: a pesca comercial (com fins lucrativos), já mencionada, a pesca esportiva ou amadora (sem fins lucrativos) e a pesca científica (com fins de pesquisa). Esta lei não define adequadamente a pesca artesanal, deixando a margem esta prática e seus trabalhadores (as). Segundo Isaac; Rocha; Mota (1993) a pesca em águas interiores da região amazônica é quase exclusivamente artesanal.

A pesca artesanal, principalmente a denominada de subsistência é tratada como “pesca amadorística”. Este fato segundo Isaac; Rocha; Mota (1993), Brasil (2000, p. 199), dificulta criação de “qualquer norma que regula, proteja administre a pesca deste setor”.

Atualmente, as principais normas e procedimentos que regem as atividades pesqueiras no Brasil são:

a) O já mencionado Decreto-Lei 221/67, conhecido como Código da Pesca brasileiro, é considerado ainda como o principal instrumento legal que rege a atividade pesqueira em águas jurisdicionais brasileiras, ressalvadas as alterações implementadas pela legislação subsequente, geralmente de caráter restritivo;

b) O Decreto n.º 68.459, de 1º de abril de 1971 que regulamenta a pesca, tendo em vista o aproveitamento racional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial brasileiro.

c) A Lei 7.356, de 30 de agosto de 1985, que altera a Lei Orgânica da Previdência (Lei 3.807/60), inclui os pescadores profissionais, sem vínculo empregatício e na condição de pequenos produtores, na qualidade de trabalhadores autônomos e assim dá-lhes o direito a aposentadoria no sistema público de previdência;

d) Lei 7.653/88 altera a Lei n.º 5.197 que dispõe sobre a proteção a fauna.

e) Lei 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso;

---

<sup>42</sup> O capítulo II da referida lei, define as normas para a pesca comercial; para as empresas pesqueiras (artigo 18 = considera as empresas pesqueiras como empresas de base); para a organização do trabalho a bordo de tais empresas e para os pescadores profissionais. No capítulo III da lei 221/67 encontramos estabelecidas as normas tanto para a pesca amadora quanto para a científica, no que se refere às licenças para ambas.

f) Lei 9.445, de 14 de março de 1997, concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel adquirido para o abastecimento de embarcações pesqueiras nacionais;

g) Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, define novas penalidades inerentes às infrações da pesca extrativa e estabelece, em seu Art. 36, um conceito de pesca diferente do DL 221/67. Estabelece ser a pesca “todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidrófilos, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais de fauna e da flora”. Esta norma é regulamentada pelo Decreto 3.179, de 21 de setembro de 1999.

No âmbito das águas interiores temos a lei 7679/88, que inibe a pesca nos cursos d’água, águas paradas ou mar territorial de todo o território nacional, durante o período de desova dos peixes (piracema). Tal proibição foi ratificada pela lei n.º 9.605 de 12 de novembro de 1998<sup>43</sup> (lei de crimes ambientais).

O Decreto-Lei 221/67 e a lei 7679/88 possibilitaram a criação de novas normas, ou portarias de âmbito nacional, estadual e regional, com o objetivo de regulamentar casos específicos, “que precisavam de tratamento destacado ou proteção especial” (ISAAC et al., 1993, p. 195).

Fazendo um breve exame nas normas vigentes, que normatizaram as regiões interiores, em âmbito nacional e regional temos: a) a portaria 466/72 (regulamenta o exercício da pesca de águas interiores em locais do território nacional que não possuem normatização específica); b) a portaria 745/89 (delega competência aos Superintendentes Estaduais do IBAMA baixarem portarias normativas nos períodos de proibição da pesca nos rios da união por um período geralmente de 90 dias, vê Isaac 1993, p. 196); c) a portaria 1583/89 (que define a pesca amadora, sem fins comerciais, cujo limite de captura é de 30 Kg por pescador); d) a portaria 039/87 (relacionadas aos estados de Pará e Amapá) e a 1534 (da Bacia Amazônica), sendo que ambas as portarias estabelecem o tamanho mínimo de captura de acordo com uma tabela preestabelecida; e) a portaria 480/91 (proíbe a pesca de pirarucu entre 1º de dezembro e 31 de maio de cada ano), sendo que seu tamanho mínimo já encontra-se estabelecido pela portaria 014/93.

Segundo Isaac; Rocha; Mota (1993, p. 203) o conjunto de normas vigentes, definidas e aplicadas na atividade pesqueira, apresenta uma série de problemas. Um exemplo é o fato da

---

<sup>43</sup> No artigo 34 da lei nº 9.605 de 12 de novembro de 1998, estabelece como pena: detenção de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Tal proíbe também a pesca com bomba e substâncias tóxicas e fixa como pena de um a cinco anos de reclusão para quem as transgredir.

legislação atual não contemplar como pescadores os moradores ribeirinhos da Amazônia, que precisam do pescado para sua subsistência bem como para realizar a comercialização do mesmo. A autora identifica ainda problemas na proteção do pirarucu; na seletividade da rede de emalhar e nos tamanhos mínimos; na regulação da piracema. Muitas são as controvérsias e os conflitos de interesses relacionados a elaboração, implementação e fiscalização de tais leis. Entretanto algo pode e deve ser feito. À grosso modo, concordo com a autora quando afirma que as soluções não podem ser homogêneas e precisam estar apoiadas na comunidade. É imperioso, por exemplo, “que os cientistas e administradores tomem providências coerentes e bem fundamentadas<sup>44</sup> para preservar os recursos aquáticos e racionalizar seu uso”, respeitando os aspectos específicos de cada região e de cada comunidade.

A legislação mais conhecida entre os pescadores artesanais das comunidades rurais negras são alguns capítulos do Código de Pesca Brasileiro e as Lei 8.287 e Lei 7679/88 - a primeira trata do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais e a segunda e a lei do defeso que inibe a pesca em período de reprodução da fauna íctica. As informações sobre direito e deveres são passadas esporadicamente de forma oral ou a partir de conflitos por instituições como o IBAMA ou pela Colônia de Pesca, responsável pela documentação e acesso ao seguro-desemprego desses trabalhadores. As apreensões de redes realizadas pelo IBAMA “ensinam” aos pescadores artesanais comerciais e de subsistência quais as malhas que tem seu uso proibido<sup>45</sup>. Podemos afirmar que nem as Colônias de Pesca de Soure ou de Salvaterra, nem tão pouco o IBAMA realiza ações de conscientização ou debate sobre as leis de pesca existentes, ou mesmo sobre o período de defeso.

A legislação vigente obriga que os pescadores artesanais comerciais sejam registrados. Eles precisam de uma carteira profissional e do registro seu e de seus barcos em uma colônia de pesca (na Z-2 em Salvaterra e na Z-1 em Soure), para exercer a profissão legalmente e ter direito ao seguro-desemprego na época do defeso. Na aquisição da carteira é necessário documentos pessoais como carteira de trabalho e ainda o testemunho de duas pessoas que afirmem ser o requerente um trabalhador da pesca. Há ainda o gasto mensal de uma quantia fixa, que representa um pouco mais de 1% do salário mínimo. No geral, as leis de pesca chegam até as comunidades para serem cumpridas e não para serem discutidas.

---

<sup>44</sup> “recomenda-se o incentivo prioritário e constante às pesquisas integradas, que já estão ou podem vir a ser implementadas na região amazônica” (Isaac, 1993, p. 209)

<sup>45</sup> Relatos dos pescadores de diversas comunidades afirmam que o uso da malha 0,35 é proibido pelo IBAMA.

### 3.6 ASPECTOS ALIMENTARES DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

A presente pesquisa caminha na direção dos conceitos antropológicos das últimas décadas. Seguindo as orientações de Murrieta (1998, p. 102), propõe-se o estudo dos “processos de mudanças dos repertórios dietéticos e da percepção das pessoas do mesmo; os mecanismos de resistência, assimilação e acomodação, e especialmente, os efeitos secundários desses processos redefinindo relações em nível de micro-escala e macro-escala”<sup>46</sup>. Entretanto, o trabalho empírico desenvolvido é o limite que nos permite dar somente um passo na direção desta dialética do cotidiano, a partir de reflexões de uma questão: O produto da pesca artesanal, ou seja, os peixes e os mariscos capturados constituem o repertório local dietético das comunidades rurais negras? Com que frequência?

Tentando responder esta questão é que realizamos três oficinas com os grupos familiares das comunidades estudadas e ainda aplicamos um questionário em 15 famílias das comunidades de Deus Ajude e Providência, durante o mês de dezembro de 2004.

Entender a importância destes alimentos pra dieta das comunidades quilombolas é iniciar o entendimento desse processo de escolha, onde o consumo do peixe é mais do que ingerir e nutrir-se. É entender ainda a importância da manutenção dos territórios de pesca destas comunidades.

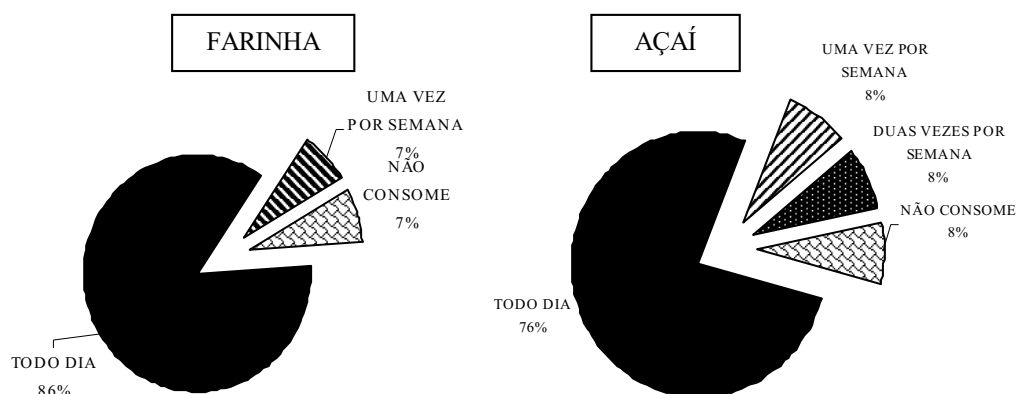
O consumo de peixe, por sua vez, está relacionado, por exemplo, com o uso do peixe onde o critério de escolha do mesmo baseia-se em fatores como: preocupação com a saúde, produção pesqueira, características morfológicas e comportamentais do peixe, entre outras (THÉ; MADI; NORDI, 2003). A base de escolha de um espécime vai “além de um conceito utilitarista”. Thé; Madi; Nordi (2003, p. 399) seguem afirmando que esta base envolve “sistemas simbólicos por meio de restrições e tabus alimentares, limitados as experiências e/ou preferências individuais ou difundidas socialmente”

O peixe está na dieta alimentar das famílias rurais negras de Salvaterra. Podemos afirmar, baseados nos relato, que um dos critérios de escolha para o consumo de um grupo de peixes é o fato de ser, este grupo, de baixo valor comercial (os chamados peixes de 5<sup>a</sup>) como a traíra, a piranha e o bacu. Possivelmente, esta escolha está pressionada pela necessidade atual, das comunidades quilombolas de ter o equivalente monetário para consumir produtos industrializados, como arroz, açúcar, café. As trocas que outrora vigoravam na comunidade

---

<sup>46</sup> Murrieta (1998, p. 102) refere-se a gênero, indivíduo, unidade doméstica e comunidades como micro-escala e como macro-escala, cita as relações sócio-políticas regionais e comunidades.

têm diminuído e não servem mais na obtenção de produtos alimentares primordiais como açaí e a farinha (gráfico 14).



**Gráfico 14** - Média percentual relativa do consumo de farinha e açaí nas comunidades de Deus Ajude e Providência

Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

Nas comunidades de Deus Ajude e Providência<sup>47</sup> o consumo de farinha e açaí acontece todos os dias (gráfico 14). Os grupos familiares, geralmente, produzem a farinha para o próprio consumo e a venda local.

O açaí é coletado nas margens do Igarapé Siricari, há muitas gerações, no ano de 2004, os moradores das referidas comunidades vinham percebendo o mau uso do recurso, onde cachos imaturos estavam sendo derrubados, trazendo prejuízo para todos. É possível perceber que a disponibilidade do açaí é mantida pelo manejo local, que tem garantido este consumo diário.

Voltando o olhar ao consumo do peixe chegou-se conclusão de que 80% dos entrevistados consomem este item diariamente, quer seja no inverno ou no verão relatos freqüentes sobre a dificuldade de acesso aos lagos, entre os que praticam a pesca de subsistência. Provavelmente por que, muitos lagos estão sendo arrendados ou encontram-se com volumes de água reduzido e/ou contaminados por búfalos que tem esse recurso como “bebedouro naturais” (AZEVEDO; CAMARÃO; MESQUITA; 2000, p. 17).

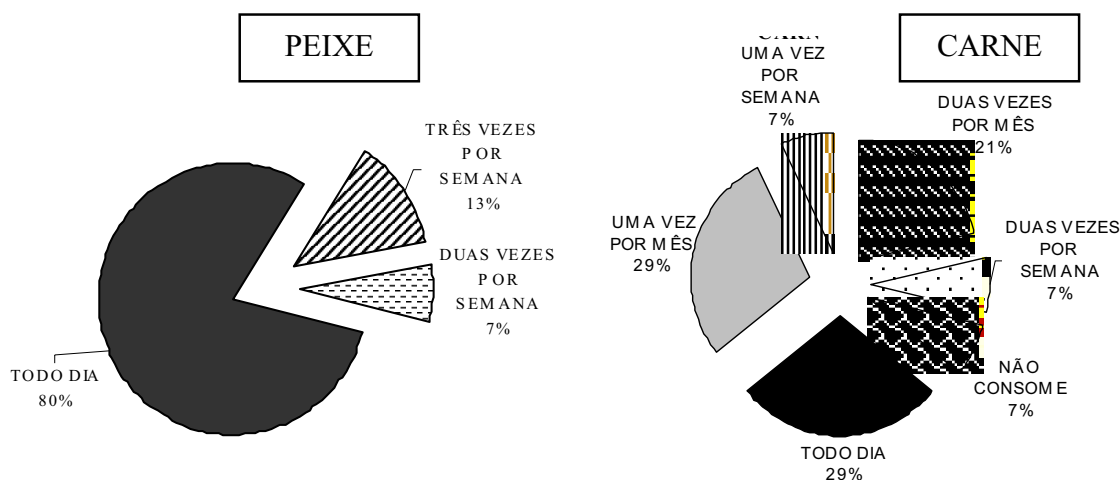
<sup>47</sup> Vale lembrar que as duas comunidades mencionadas não tem a pesca como atividade principal. Ambas possuem, em seus arredores poucos territórios de pesca restringidos, como é o caso do Igarapé São José cujo uso é atualmente exclusivo dos donos da Fazenda Santa e da Fazenda Renascença e totalmente proibido aos grupos familiares de Deus Ajude, Providência e Pureza (Retiro de Mangueira). O universo trabalhado foi 15 um total de famílias.



**Fotografia 5-** Exemplos de peixes consumidos por uma família em um dia, na comunidade de Mangueira: 1- mandi; 2- tainha; 3- pescada; 4- acará-tapioca; 5- tucunaré; 6- apapa; 7- sardinha; 8- matrichão; 9- camurim; 10-acará e o 11- piranha-caju. Foto de Cristiane Nogueira.

Na comunidade pesqueira de Mangueira (Fotografia 5) é comum depara-se com um paneiro de peixe ou então com uma dúzia deles no jirau, sendo preparados para o consumo diário das famílias. Fabré e Alonso (1998, p. 51), em sua pesquisa sobre a importância dos recursos ícticos no Alto Amazonas: para as populações ribeirinhas, conclui que as populações que as mesmas, nutrem-se diariamente e em todas as refeições de peixe, principal fonte de proteínas, e farinha de mandioca.

O consumo de carne (gráfico 15), por sua vez, refere-se tanto àquela obtida com o abate de boi, quanto do búfalo. A sumarização dos questionários indicam que o consumo de ambos, pelo motivo exposto, é o mesmo. Isto quer dizer que 29% das famílias questionadas consomem carne todo dia.



**Gráfico 15** - Média percentual relativa do consumo de farinha e açai nas comunidades de Deus Ajude e Providência  
Fonte: Elaborado pela autora com base no censo demográfico 2003/2004

Do ponto de vista econômico a carne possui um custo maior que o do peixe. Enquanto compra-se uma cambada por R\$ 1,20, o quilo da carne pode custar até R\$ 6,00 reais e este fato pode estar inibindo o consumo. Por outro lado, este consumo pode estar relacionado ao “status emanado deste alimento” Murrieta (1998, p. 120), estudando uma comunidade pesqueira na ilha de Ituqui (Pará), observou que o consumo da carne de gado possui o poder e o prestígio de camadas sócio-econômicas mais altas.

### 3.7 RECURSOS CONTINENTAIS: LAGOS, IGARAPÉS E RIOS SÃO “ÁGUAS DE TRABALHO”

A “*Pesca de perto*”, como já mencionada, é aquela que ocorre diariamente, ao longo do ano e serve aos propósitos alimentares. Quem retira o pescado dos lagos, rios e igarapés próximos à sua comunidade levam geralmente uma canoa e dois companheiros e demoram de 1 a 2 dias. Levam farinha, água e carvão para saciar a fome, geralmente preparam o avoadado (peixe frito em brasa, dentro da canoa). Quando voltam seu produto vai ser dividido entre as famílias que trabalham e o excedente serve para ser trocado por outro produto como café, farinha e ovos.

Os que praticam esta modalidade de pesca são denominados pescadores artesanais de subsistência. Neste grupo estão homens, mulheres e crianças que praticam em família a pesca extrativa. No período da safra são as mulheres que garantem o sustento da família com a produção do carvão, da farinha, a apanha do açai e a pesca diária.

A “*Pesca de Longe*” é aquela que acontecem nos “rios maiores” como o Rio do Saco, o Rio Mangueiras e o Rio Paracauari. Ela começa dia 1º maio e em sua homenagem os pescadores artesanais de Mangueiras e Pau Furado fazem uma festa. A data início deixou de ser definida pelas tradições locais e passou a ser a data do término da restrição de pesca instaurada pelo IBAMA. Entretanto, foi mantida a tradição da comemoração que antecede a ida ao rio, sinal de fartura e prosperidade.

Durante a safra é possível encontrar dois grupos de pescadores artesanais comerciais: um que vai buscar seu produto nos “lagos de fazenda” e outro grupo que segue em direção as cabeceiras do rio Paracauari, principalmente em um de seus braços, o rio do Saco.

A presença feminina é pouco detectada tanto nas “turmas de lago” como nas “turmas de rio”. Um dos fatores identificados nos relatos é a dificuldade que elas encontram em cuidar dos seus filhos enquanto estão fora. Geralmente, encontramos mulheres solteiras e sem filhos pescando durante a safra ou em companhia de seus filhos, já adultos.

### 3.8 A PRESENÇA FEMININA NA PESCA DE PERTO

No geral, as pescadoras das comunidades negras de Salvaterra praticam, a “pesca de perto”. O relato de D. Noemi, agente de saúde e esposa de um arrendatário de lagos na comunidade de Mangueira, a seguir, revela ser a pescaria uma atividade praticada pelas meninas, desde tenra idade, com dez, onze ou doze anos de idade e também mostra a diferença sexual existente na prática pesqueira das famílias de sua comunidade. Ela percebe que as modalidades de pesca, realizadas pelos homens nos lagos e rios distantes da comunidade, são tão adaptadas ao ambiente como as das mulheres e ainda que elas são as únicas responsáveis pelo consumo desta proteína animal em suas famílias durante o verão. No inverno as mulheres não deixam de pescar, mas, em algumas comunidades, diminuem a frequência, passando a se dedicar a outras tarefas produtivas ou do lar<sup>48</sup>.

Aqui nos rios e lagos aqui próximos eu sempre fui desde criança [...] mesmo porque a nossa situação não era fácil assim [...] eu tinha uns doze anos, eu já saía para pescar. Agente caía mesmo no lago [...] igual como eles caem pra lá [...] Agente não vai pra lá por causa da distância e mesmo a turma que vai pra lá é só homem. Sabe que homem não tem aquele cuidado [...] ele fala o que ele quer, na hora que ele quer.

<sup>48</sup> Esta diminuição acontece não só por que os homens retornam para casa, mas também por que muitos lagos invadem os campos e os peixes se espalham nos campos e nas baixas e algumas comunidades como Salvá, por exemplo ficam isoladas pelas águas. Muitas famílias restringem-se ao consumo dos produtos disponíveis em seus quintais (geralmente árvores frutíferas, farinha, açaí, ovos e carne de porco). O inverno trás o isolamento e também doenças provocadas pela contaminação dos poços residenciais (ACEVEDO MARIN, 2005).



E a gente se sente constrangida no meio deles. Mas aqui no rio, no lago das fazendas próximas eu já fui muito.

Tipo de pesca de lá não é tanta diferença do que a gente faz aqui, só que o que a gente vai pescar aqui não é para a venda. É mais para o sustento [...] E esse que eles vão pescam lá, vai direto para Belém. E o que a gente pesca aqui já vem direto pra nossa casa. É a maneira de ajudar o marido que tão fora. A gente já procura aqui pra nós [...] e eles procuram pra vender (Informação verbal)<sup>49</sup>

Segundo Almeida (2002) as atividades da lavoura e da pesca são ditas extradomésticas e por isso as mulheres, para praticá-las, encontram alternativas de realizá-las próximo as suas residências. A autora classifica estas ações como a “pescas de pequeno porte” e diz tratar-se de atividades como coleta de mariscos e pesca nos mangues a extração de caranguejo. Na comunidade de Barro Alto, em Salva Terra é possível observar estas práticas pela autora, no entanto, preferimos classificá-las como “pesca de perto” por entender a grande importância dessas atividades para a manutenção das unidades familiares, e o termo “pequeno porte” poderia soar como de “porte secundário”, intenção que a autora não possui, mas que é reinante na visão que o setor pesqueiro e os maridos possui das pescadoras. Precisamos ter cuidado com os termos e preferimos acatar as palavras de Lima (1999) que afirma ser preciso ter cuidado ao criar categorias já que identifica e cria identidades.

Almeida (2002, p. 94) referindo-se as atividades extradomésticas das mulheres das comunidades do nordeste paraense, afirma também que embora as pescadoras pratiquem diferentes tarefas este fato não representa a “inserção da mulher na categoria de trabalhadores, sendo suas atividades vistas como complemento por outras mulheres e pela comunidade”. Esta visão de atividade complementar é presente no discurso dos pescadores quando indagados sobre a participação das mulheres. Entretanto, quando entrevistamos mulheres como D. Noemi, de Mangueiras, D. Conceição de Barro Alto, as quatro irmãs da família Silva, de Caldeirão ou a D. Maria de Nazaré de Caetano (Siricari), podemos perceber a imediata a auto-identificação como pescadoras. Sobre a questão D. Conceição comenta: “Eu me sinto pescadora porque eu sempre acompanhei ele na pescaria dele e então eu aprendi, eu gosto, eu acho animação, até vir para o rio pescar. Quando aquele peixe vem no anzol eu acho muito animado” (Informação verbal)<sup>50</sup>

Contar as práticas destas mulheres marajoaras é tarefa melindrosa, pois suas experiências e suas atividades produtivas são diversas e complexas. Elas são múltiplas e assim como se auto-identificam pescadoras também assumem o título de domésticas, carvoeiras, criadoras, lavradoras. A pesca torna-se neste universo múltiplo uma das estratégias de

<sup>49</sup> Entrevista concedida à autora em (2004)

<sup>50</sup> Relato de D. Conceição à autora em 2004.

sobrevivência das famílias destas mulheres, por vezes, esta atividade torna-se a mais importante no que se refere à manutenção do consumo familiar. É o que vem ocorrendo nas comunidades pesqueiras de Mangueira, Pau Furado e Caldeirão, principalmente.

No período de verão, as mulheres das comunidades pesqueiras de Mangueira, Pau Furado e Caldeirão enfrentam adversidade e restrições alimentares sozinhas, pois seus maridos e filhos maiores de 15 anos estão pescando nas turmas de lago ou nas turmas de rio. É nesse período que as pescadoras artesanais de subsistência vão pescar sozinhas ou na companhia de amigas e primas. As mulheres de Mangueira, por exemplo, geralmente saem de casa às cinco horas da manhã para capturar peixes e camarões nos lagos de fazenda, principalmente no da Fazenda Valha-me-Deus e no lago da Fazenda São Pedro, que ficam a uma hora e meia de caminhada da comunidade.

A atividade pesqueira, praticada por homens e mulheres destas comunidades pesqueiras tem característica artesanal e sazonal. A sazonalidade é um fator marcante, pois a disponibilidade de alimentos obtidos nas praticas extrativas variam entre os seis meses de verão e os seis meses chuvosos. A alimentação das unidades familiares são afetadas e por conseguinte, as estratégias de obtenção de alimento muda de acordo com: a fartura ou a escassez de determinada fonte de recurso e da dinâmica produtiva destas comunidades. No relato de D. Noemi podemos perceber que há o peixe como recurso disponível nas proximidades da comunidade, mas falta à mão-de-obra masculina para obtê-lo e a mulher, às vezes, não pode substituí-la por não ser pescadora ou por estar impedida devido à necessidade de cuidar dos filhos pequenos. Na comunidade de Mangueiras os lagos da fazenda Valha-me-Deus e São Pedro ficam um pouco distante e esse fato impede que algumas possam praticar a pesca e cuidar dos filhos, ao mesmo tempo, como fazem as pecadoras de Barro Alto<sup>51</sup>

As pescadoras do povoado de Mangueira, que possuem filhos pequenos e cujos maridos trabalham nas “turmas de lago”, passam restrições e são obrigadas a comprar caro na taberna local, inserindo-se no ciclo de endividamento da pesca de longe. Nesta comunidade não há áreas para fazer o plantio da mandioca, por exemplo. Esta ausência não esta ligada a falta de terra e sim à presença maciça de caprinos, suínos, bovinos e bubalinos<sup>52</sup>, soltos na

---

<sup>51</sup> Na comunidade de Barro Alto muitas mulheres realizam a pesca de perto, consumindo o peixe, o camarão e também o caramujo. As mulheres são as principais responsáveis pela obtenção deste grupo protéico para suas famílias.

<sup>52</sup> É difícil saber qual destes rebanhos estão em maior número na comunidade. No entanto, podemos verificar pelos relatos que a presença do rebanho bubalino é a mais danosa por ser ela detentora de hábitos alimentares menos seletivo (comendo todo tipo de vegetal até mesmo roupas e redes de pesca) e também por possuir um corpo robusto que lhe confere a capacidade de transpor qualquer tipo de cerca, mesmo as de arame farpado.

comunidade. As famílias que lavram são obrigadas a arrendar lotes de terra dentro das fazendas próximas, como a fazenda Valha-me-Deus.

Alimentação no inverno é mais farta porque é nessa época que eles estão aqui. Na época do defeso estão aqui, eles pescam muito [...] no verão [...] tem família de pescador passando necessidade. O rancho não dura. Eles demoram muito para voltar. Tudo é caro. Nem sempre o pescador ganha muito. Às vezes o que ele ganha só paga a conta que a família fez na taberna (Informação verbal).<sup>53</sup>

No Barro Alto, no entanto, as restrições de plantio são menores e a pressão da pecuária não acontece como em Mangueira, onde há grandes campos ocupados de forma extensiva por aqueles rebanhos. Este quadro nos foi relatado por muitas mulheres, durante o II Encontro de Mulheres Quilombolas. D. Conceição, moradora de Barro Alto, por sua vez, nos afirma que:

Lá no Barro Alto nós não temos esse problema, pois nós trabalhamos também com a agricultura, com a roça. Então, quando nossos maridos saem, nós ficamos dando conta da agricultura, fazendo farinha, vendendo farinha ou trocando com alimento [...]. com peixe [...] com outro [...] já vende até no comércio pra comprar outro tipo de alimentação (informação verbal)<sup>54</sup>

Podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho na pesca é mantida pela necessidade do alimento diário, pela necessidade da presença da mulher no ambiente doméstico, pela sazonalidade e pela auto identificação delas como pescadoras. Portanto é cotidiana a permanência das mulheres na pesca e na catação de marisco, sendo pouco freqüente sua presença nas “turmas de lago e de rio”. Nestas turmas encontramos um grupo de mulheres solteiras, sem filhos ou na companhia de filhos já adultos.

### 3.9 ARTES DE PESCA

As pescadoras artesanais marajoaras, pertencentes às comunidades rurais negras, geralmente pescam de quatro maneiras distintas. Elas usam a rede camaroiera, ou o paneiro, o caniço, a tarrafa e fazem a tapagem de cambito (com pari ou rede de nylon).

Dona Maria de Nazaré Bento (do bairro de Caetano, no povoado de Siricari), de 67 anos e mãe de 11 filhos, começou a pescar aos 18 anos quando casou. Esta doméstica pescadora-lavradora afirma ter aprendido a pescar no Igarapé Mãe de Deus (fotografia 6), que

<sup>53</sup> Entrevista de D. Noemi à autora em 2004.

<sup>54</sup> Entrevista de D. Conceição à autora em 2004.

fica a cinco minutos de caminhada de sua residência. Ela nos conta que aprendeu “com a necessidade e olhando os outros fazerem” e que realiza a pesca de caniço da seguinte forma: “Amarra pau e joga bichinho que se cria na baixa [...] tapurica ou bicho-de-tucumã<sup>55</sup>... pega o aracu, o tucunaré”.

O caniço é constituído por uma vara flexível de madeira, medindo cerca de 0,80 cm a 1, 50 m de comprimento. Têm um fio de algodão ou de nylon amarrado em uma das extremidades e na outra um anzol de ferro ou aço. Durante a pesca coloca-se isca viva ou morta, dependendo do peixe que se queira pegar. Esta modalidade é muito praticada em todas as comunidades pesquisadas por homens e mulheres, independente de serem ou não pescadores artesanais de subsistência.



**Fotografia 6** - Igarapé Mãe de Deus, porção dos arredores de Caetano (Siricari). Foto de Rita de Cássia (2004).

A pesca com rede camaroeira é realizada, com freqüência, nos lagos próximos as comunidades rurais negras. Nos territórios de pesca da comunidade de Siricari., por exemplo, D. Maria de Nazaré Bento, relata sua habilidade:

Colocava a rede no braço, caia no igarapé com a água no joelho ou na cintura e pega em baixo da barrera [...] mexe a camaroeira daqui e cutuca dali e pega o peixe [...] A melhor pesca é no verão, cai no igarapé e pega com a rede camaroeira [...] pega o tucunaré, traíra, jacundá, acará, anujá, ueua, mandubé, jeju, pescada e piranha (Informação verbal)<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> O bicho-do-tucumã é uma larva de inseto não identificada cientificamente durante a pesquisa de campo. Segundo os relatos trata-se da larva da “caturra”, uma espécie de vespa noturna que põe seus ovos no caroço de tucumã. O óleo do bicho-do-tucumã é usado no tratamento de diversas enfermidades pelas comunidades rurais negras estudadas.

<sup>56</sup> Entrevista concedida à autora em 2004.

Segundo Moreira e Rocha (1995, p. 74), em estudos realizados sobre a pesca estuarina da Ilha de Caratateua (nas proximidades de Belém Pará), a pesca de rede é uma modalidade recente na Amazônia, mas que vem se desenvolvendo intensamente entre os pescadores e pescadoras artesanais.

No cotidiano feminino da pesca marajoara, geralmente essas redes são fabricadas artesanalmente (como mostra a fotografia 7), pois o custo delas prontas é, por vezes, inacessível aos pescadores de subsistência. Além do quê o tamanho da distância dos entre nós da malha precisa ser diminuto para realizar a pesca do camarão, nem sempre estes tamanhos podem ser encontrados a venda, pois têm a venda proibida pelo IBAMA como a 0,25mm ou a 0,30mm.



**Fotografia 7-** Dona Maria de Nazaré Bento com uma rede camaroeira tecida por ela. Foto de Cristiane Nogueira (2004).

No verão, existe também o uso da rede de arrasto, nos lagos de subsistência. A modalidade praticada é a “pesca de lanço”. Nas palavras de Dona Noemi, temos a descrição do uso desta arte que não pode ser praticada durante o inverno porque precisa que os lagos

estejam com seu volume de água diminuídos, permitindo assim que as pescadoras atravesse o lago de um lado a outro:

[...] a gente fazia assim. A gente pescava lanceando [...] quando não era de tarrafa[...] aí fica de uma beira do lago[...] é mais fácil assim [...] menos arriscado, mas quando não tem a tarrafa a gente lancea. Faz assim: coloca dois paus, um do lado e outro do outro [...] arrastando a rede, aí chega lá no outro lado do lago[...] de um lado para outro lado, até no seco. Vê o que é que tinha [...] tira [...] aí se alguém lá, os companheiros juntando e vem de lá pro outro lado. E assim a gente pesca. A gente chama lancear para isso (informação verbal)<sup>57</sup>.

As redes de pescas surgiram no cenário pesqueiro das comunidades rurais negras no fim dos anos sessenta e início dos anos setenta, semelhante ao que se deu em outras áreas, impulsionado pela mudança no cenário nacional do setor pesqueiro. Esta arte de pesca, diferente das outras que usam anzol, conseguem capturar um maior número e variedades em espécies ícticas (MOREIRA; ROCHA, 1995).

É preciso acrescentar que em nenhum momento os relatos apontam para uma resistência ao uso desta ou de qualquer outra nova tecnologia por parte das pescadoras e pescadores artesanais pesquisados. Afirmações como estas, respaldando-nos nas análises de Diegues (1994), devem ser consideradas mito. Trata-se então da percepção que as comunidades têm das transformações ocorridas nas relações de uso do recurso pesqueiro, ocorridas em seu interior de forma dinâmica e distintas das que até então existiam. A presença de pescadoras(es) de outras comunidades, a procura de peixes comerciais foi uma dessas mudanças entendida pelas referidas comunidades como invasão a seus recursos, ou seja, desrespeito à sua territorialidade.

Conhecer as variações ambientais que ocorrem, nos o território de subsistência é o primeiro passo na escolha das artes e modalidades empregadas por estas pescadoras. Elas percebem as mudanças, preocupam-se com a manutenção do recurso e procuram estratégias sazonais que possibilitem o consumo do recurso pesqueiro e a manutenção do ambiente.

### 3.10 CARANGUEJO, CARAMUJO, TURU E CAMARÃO: PESCA DE MENOR DESTAQUE?

A mulher, ou melhor, a pescadora é a grande responsável pela pesca do caranguejo, caramujo, turu e camarão nas comunidades rurais negras estudadas. Ela vai como seus filhos menores, amigas e vizinhas buscar estes recursos nos lagos, igarapés e mangues próximos a

<sup>57</sup> Relato de D. Noemi à autora em 2004.

sua comunidade. Pereira de Almeida (2002), em estudos desenvolvidos no nordeste paraense, afirma que as mulheres realizam estas pescarias em períodos sazonais e tais práticas são concebidas por seus maridos e pelas colônias de pesca como sendo trabalho de menor destaque, nem alcançando ao status de trabalho profissional, mesmo que essas atividades venham a gerar qualquer tipo de renda.

Nas comunidades rurais negras, pesqueiras ou não, a captura desses itens alimentares são importantes para o consumo diário das famílias, sendo também usado na criação de galinhas. Nas comunidades de Deus Ajude e Mangueira encontramos mulheres usando o caramujo como alimento das galinhas, como alternativo ao uso do milho.

Na comunidade de Caldeirão registramos a pesca do turu para o uso alimentar e como “fortificante da mente”. O turu é um molusco bivalve que pode ser encontrado nos troncos de árvores de mangues ociosos e úmidos, como alimento é comido cru ou preparado em sopas e caldos. Esta prática é relatada como freqüente também pelas mulheres de Mangueira e Barro Alto. Na fala de Dona Maria da Conceição (Barro Alto), durante o II Encontro de Mulheres Quilombolas, podemos ratificar, este uso:

Bem, vim falar sobre o turu, muitas pessoas não gostam de turu devido por nobre, eles comparam com outros seres o turu. Eles dizem: - A Credo isso é uma lombriga [...] pê pê pê [...] Lê lê lê. Mas o turu, ele é comestível e é, serve no alimento. Muito bom o alimento do turu. Ele é fortificante, se a pessoa de convalescência até da tuberculose, quando ele tá na recuperação ele é um dos pratos preferidos, na recuperação da tuberculose. Também a água que é tirada dele é parece um leite, quando a gente tá preparando aquela água á branca, branca parece um leite. E também quando a pessoa tá com fraqueza na cabeça ele é usado também pra colocar na cabeça. Serve também como fortificante da mente (informação verbal)<sup>58</sup>.

Durante o verão, podemos encontrar o caranguejo no cardápio das famílias de Barro Alto, Deus Ajude, Caldeirão e Mangueira. Segundo vários relatos, pesca-se diversos tipos de caranguejos nos mangues do Marajó, sendo usados como alimento ou como isca (o tamaru, espécime de camarão não comestível). A fala a seguir é um desses muitos relatos, nela podemos perceber as atribuições dada a este recurso:

O caranguejo nós temos o caranguejo mesmo, daqui da região mesmo. Eu acho que de região pra região o caranguejo tem um nome e também tem um formato né. O nosso, apesar de não conhecer os outros, eu acho o nosso mais bonito. Ele é mais bonito, o prato já está em exportação [...] em Soure numa localidade que é Pesqueiro. Tem muito caranguejo, muito que eu conheço pesqueiro de muitos anos. Eu já tenho 64 anos e eu já me entendi conhecendo Pesqueiro. É uma fonte de riqueza é o caranguejo né! Já está em exportação. E ainda tem muitos pratos deliciosos, faz de muitas maneiras [...] o caranguejo come de Toc-toc que chamam

<sup>58</sup> Relato de D. Conceição à autora (2004).

né!? Tem [...] fazem pudim do caranguejo, usa-se no tacacá, a gordura dele, muitas pessoas gostam no tacacá, em vez de usar o camarão usa a gordura do caranguejo. E muitos pratos saborosos como tortas e o Sarará também ele serve [...] mas não todo tipo de sarará [...] tipos de sararás e somente eu conheço um que parece que é ele [...] que tem outro que tipo um balãozinho, um baú [..] esse nem [...] não conheço na utilidade do vinho do tucumã. Esse outro pretinho de formato mais chato, a gente coloca no vinho do tucumã pra tirar o visgo (liso) dele. E serve também como isca pra pescador. Pescador a maré tá seca pra tirar um outro tipo de isca que é o tamarú, m outro tipo de camarão que também serve pra isca e que não é comestível. Um pescador que quer pescar e colocar a linha, ele entalha no mangal né, pega o sarará e coloca a linha [...] daqui a pouco já está se alimentando dá [...] do peixe que é pescado (Informação verbal)<sup>59</sup>.

Diante de tantas “pistas”, podemos concluir que é pouco provável que a pesca de mariscos e turu possa ser considerada como atividade de menor destaque, no que se refere ao uso desses alimentos pelos grupos familiares das pescadoras artesanais de subsistência de Salvaterra. No entanto, Pereira de Almeida (2002, p. 103) está correta quando analisa que esta prática é vista como “secundária” pelas instituições que registram a atividade profissional pesqueira. Esta invisibilidade é constatada nas Colônias de Pesca Z-1 e Z-2, quando o cadastro das pescadoras só é permitido se as mesmas forem esposas de pescador artesanal cadastrado, do contrário há uma série de empecilhos à obtenção do registro<sup>60</sup>, sendo a mais freqüente alegação a de que a mulher pratica diversas atividades e, portanto, não é “profissional” da pesca.

Cabe acrescentar que esta pesca é reconhecida por homens e mulheres das comunidades estudadas, sendo de suma importância para o consumo familiar. Trata-se de mais uma estratégia sazonal de recurso das comunidades negras rurais estudadas.

### 3.11 OS PESCADORES (AS) DE LAGO

Na circunvizinhança e em Salvaterra encontram-se lagos temporários ou permanentes. Os permanentes são aqueles que mesmo durante o período de estiagem mantêm um nível d'água. Os lagos temporários aparecem durante o período de chuva e secam quando as mesmas diminuem a intensidade ou a freqüência.

Nos lagos a “pesca artesanal de subsistência” acontece durante todo o ano, mas é no verão que a “pesca artesanal-comercial” se inicia. Durante o inverno os recursos naturais renováveis buscados nos lagos (temporários ou não), geralmente atendem as necessidades

<sup>59</sup> Entrevista de D. Conceição à autora (2004).

<sup>60</sup> Atualmente, muitas mulheres têm conseguido na colônia Z-2 o benefício da licença-maternidade. Porém, quando inquiridas sobre sua carteira de pescador afirmam não possuí-la. Na Z-1, em Soure, a questão era mais grave, pois no ano de 2004 a colônia não estava cadastrando mulheres.



diárias dos pescadores e de suas famílias, como já mencionado. Neste período dois fatores biológicos impedem a realização da pesca comercial. Um deles acontece por que é a época da reprodução<sup>61</sup> da fauna ictiológica, que é assegurada legalmente pela Lei do defeso. O outro aspecto é que, dependendo do grupo de peixes, há os espécimes que aproveitam o transbordamento dos lagos nos campos e migram para as nascentes dos rios a fim de desovar. A “fuga” das espécies dos lagos dificulta a realização da pesca comercial devido à conseqüente escassez deste recurso nesta época.

A pesca em lagos, que acontecem o ano todo, ocorre sob a vigilância restrita do fazendeiro, ou seja, qualquer homem, mulher ou criança que deseje lançar sua rede, tarrafa ou linha-de-mão nas águas em busca do seu alimento diário precisa, antes de qualquer coisa, pedir a permissão ao dono da fazenda ou ao feitor que é o responsável por tudo que ocorre na área. Caso haja alguma discordância entre as partes o pescador (a) fica avisado (a) que está proibido de pescar nesta área. Vários são os relatos de restrições de uso do recurso por parte dos fazendeiros podemos citar a comunidade de Paixão, de Deus Ajude e Bacabal, por exemplo.

Os fazendeiros alegam estar protegendo o recurso, assumindo um discurso ecológico. Segundo estes cada pescador deve levar apenas o essencial para a alimentação de sua família e não pode em quaisquer circunstancia, vender este peixe que esta sendo dado por sua benevolência. Os pescadores por sua vez alegam que precisam pescar e tem o direito de fazê-lo já que estas águas sempre serviram suas comunidades desde a época de seus ancestrais. Um outro argumento evidenciado pelos pescadores é que o peixe serve de moeda e também é trocado por café ou farinha nas comunidades. Portanto, a restrição do uso do recurso dificulta sua sobrevivência.

Quanto à pesca, nos lagos durante o verão, podemos dizer que possui caráter artesanal comercial por guardar aspectos e práticas tradicionais e seguir a lógica do capitalismo. A produção desta categoria tem por finalidade a comercialização do pescado em outros municípios e principalmente a capital. Em Salvaterra, os pescadores das comunidades estudadas praticam sua atividade, principalmente, nos lagos das fazendas localizadas neste município e em Soure. Os Lagos do Arari e do Guajará também são áreas exploradas por estes

---

<sup>61</sup> Os períodos de defeso geralmente são definidos a partir de portarias expedidas pelo IBAMA anualmente. Os rios da Ilha de Marajó e seus afluentes ficaram proibidos durante o período de 01/01/2004 a 30/04/2004. Cada pescador, neste período, tem o direito de pescar apenas 10Kg/dia de peixes, o que dependendo da espécie pode representar um ou dois exemplares. Isto quer dizer que independente do tamanho da família deste pescador e da necessidade da comunidade a portaria do ministério do meio Ambiente nº65 e 67 de 30 de outubro de 2003 (publicada no Diário Oficial da União em 31/10/2003- Seção 1; página 60), deve ser cumprida.

trabalhadores, bem como de diversas turmas de pesca, provenientes de várias regiões da Ilha de Marajó, devido ser estas áreas territórios de pesca percebidos, por vezes, desde a época colonial.

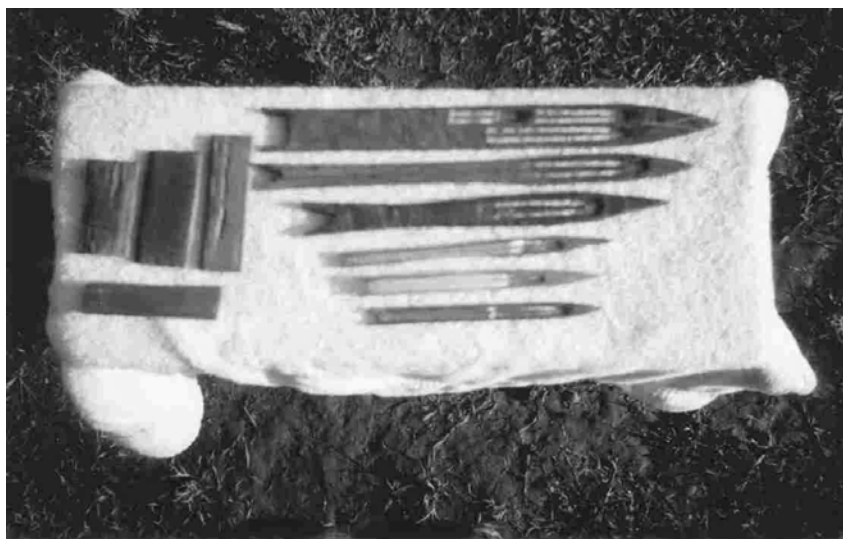
Os *Lagos de fazenda*<sup>62</sup> são entendidos pelos fazendeiros como recurso privado e vivenciado pela comunidade como de uso comum. Este uso, entretanto, ocorre mediante aprovação do dono, apenas na época das chuvas. Durante o verão, este ambiente é arrendado e proibido aos moradores do povoado que usara durante a entre safra. Pescadores, denominados *arrendatários*, montam turmas de pesca que capturam o pescado durante um período que varia de 2 a 5 meses. Estes geralmente são de outras áreas. Os pescadores de Mangueira, por exemplo, geralmente arrendam lagos de fazendas localizadas em Soure, como as Fazendas São Sebastião, a Virado, a Montanha, a Bangu, a Fazenda São Joaquim, a Quero Vê, a Três Irmãos, a Fazenda Santo Antônio, a São Sebastião, a Quim, a Tapera, entre outras .

As mulheres, geralmente, não participam da pesca no lago durante a safra, mas podem vir a produzir as redes usadas nas pescarias. Elas, *as tecedeiras*, recebem encomenda de redes de variados tamanhos e malha e a partir de sua habilidade, aprendida no seio familiar, fabricam a agulha e utilizam fio de algodão ou de nylon, de acordo com a predileção e renda do comprador<sup>63</sup>. Hoje há também quem use redes de plástico, compradas prontas em Belém. A *pescadora*, por sua vez, desenvolve sua atividade nos mangues, rios, igarapés e lagos praticando a pesca de artesanal de subsistência, com seus filhos (as) e maridos, para garantir a alimentação de seu grupo familiar. Ela fabrica seus artefatos de pesca como as agulhas e as palhetas necessárias para a preparação das redes de pesca. A fotografia 8 são os instrumentos de trabalho de D. Elizabeth, artesã e tecedeira da comunidade de Mangueira.

---

<sup>62</sup> Denominação usada neste estudo para aqueles lagos temporários ou perenes que começam e terminam em uma dada propriedade e que não servem de fronteira com nenhuma outra fazenda ou de única fonte de água doce. Esta definição é baseada no Código das Águas.

<sup>63</sup> Os fios de algodão são mais baratos que os de nylon e muitas vezes são comprados pelo pescador. A tecedeira cobra somente pela sua mão de obra. Elas e as pescadoras são descritas mais adiante.



**Fotografia 8**-Palhetas e Agulhas (da esquerda para direita) confeccionadas artesanalmente por Dona Elizabeth (São João/Mangueiras). Foto de Acevedo Marin (2003).

As turmas de Lago são formadas, geralmente, por pescadores de diversos povoados de Salvaterra (como Mangueira, Barro Alto, Pau Furado e Salvá) e de outros municípios marajoaras. Elas são compostas por um número variado de homens, *os companheiros*, que são escolhidos pelo *arrendatário*, de acordo com a disponibilidade de cada membro da equipe ou por “dívida antiga”<sup>64</sup>. Segundo relatos obtidos em campo, a turma é quase sempre composta por 12 homens e o comando da mesma fica sob a responsabilidade de um encarregado, que em sua maioria, é um pescador mais experiente e que está subordinado aos mandos da pessoa que arrenda o lago, *o encarregado*. Este, por sua vez, determina a jornada de trabalho da equipe e também a área a ser explorada. Geralmente em uma fazenda há mais de um lago e neste caso é o “dono do serviço”, conhecido pelos pescadores como arrendatário, quem determina quando é hora de mudar de lago.

*Os companheiros* se alojam em uma cabana, construída por eles mesmos, denominada Barraca<sup>65</sup>, sem as mínimas condições de higiene e saúde. Eles realizam todas as tarefas necessárias à sua sobrevivência, desde a organização do local até o preparo da alimentação. São responsáveis, ainda pelo conserto das redes de pesca, que eventualmente são danificadas

<sup>64</sup> Aqui temos caracterizado o sistema de aviamento onde o pescador fica endividado quando recebe dinheiro do arrendatário para comprar equipamentos como rede e montaria. O rancho que é dado para a família do pescador geralmente não é responsável por esta dívida já que este é debitado no momento do pagamento e não chega a ser um valor muito alto.

<sup>65</sup> Antigamente o nome dado as barracas era feitorias ou “carbê”. Segundo relato do Sr. Dulciciano (de Mangueira) que tomava conta do Carbê para inibir os furtos, era um barraco de madeira coberto com palha, onde eram guardados utensílios de pesca e onde os pescadores se estabeleciam no período de safra. Escritores denominaram de feitorias aos barracos, ao conjunto deles.

por troncos de árvores submersos ou por cardumes de piranhas (durante o verão são freqüentemente encontradas nos lagos de Marajó).

Baseado nos relatos dos pescadores artesanais que trabalharam por muitos anos nas turmas de lago do Sr. Emanuel Gonçalves, podemos afirmar que a dinâmica das turmas é específica, no que se refere aos instrumentos e técnicas utilizadas pelos pescadores. Eles utilizam montarias e pescam com rede de fio de tamanhos variados. O “borqueio” ou “lance” e a “batição” são as modalidades de pesca utilizadas. O Borqueio consiste na captura do pescado a partir de duas montarias, cada uma levando dois pescadores que dividem a tarefa durante o trabalho (enquanto um pescador rema o outro desembaraça e estica a rede para em seguida lançá-la na água). A rede possui bóias flutuantes e é posta em um ângulo de 360°. A “malhura” da rede também é predeterminada, com cerca de 0,35mm ou 0,40mm. A batição, por sua vez, é uma prática proibida atualmente e pouco usada pelas turmas de lago. Esta modalidade é feita a partir do fechamento de um rio ou igarapé com redes de espera sustentadas com bóias à superfície e ancoradas com varas, colocadas próxima a desembocadura.

A jornada de trabalho dos pescadores das turmas de lago é longa e começa antes do amanhecer. À tarde a tarefa é consertar as redes e deixá-las para secar.

Os contratos de trabalho, nos lagos de Salvaterra e Soure, acontecem durante a safra e são verbais. O trato se dá entre o arrendatário e o fazendeiro, onde o primeiro negocia com o segundo a quantia que deve ser paga a partir do cálculo pré-determinado (atualmente o preço pago por arrendatários de Mangueira e Barro Alto aos fazendeiros é cerca de R\$0,30 ou R\$0,40 centavos, por quilo de peixe capturado), do quanto de pescado pode ser encontrado em determinado lago. O arrendatário também é responsável pelo pagamento dos pescadores, do caminhão que leva o pescado até a geleira e da mesma, caso não possua uma própria.

No geral, os arrendatários não possuem geleira ou caminhão próprio, por isso eles alugam o transporte ou então fazem partilha de meia, tendo assim um aumento no custo do produto ao pagar ao *geleiro* e ao *caminhoneiro*. O *balanceiro* é mais um atravessador que provoca a alta do preço do pescado. Este é o receptor do peixe em seu destino final, vende aos consumidores interessados e geralmente fica com 8% ou 10% de toda a produção, no momento da venda aos frigoríficos.

É comum encontrarmos na relação arrendatário - pescador artesanal comercial formas de aviamento. Tal relação se estabelece freqüentemente, quando o pescador não possui instrumentos próprios para pescar, como rede ou montaria. O arrendatário aluga ou compra a rede e financia ao pescador seu pagamento e como “agrado” também lhe dá um rancho ou um

adiantamento que garantirá a sobrevivência de sua família até o pescado ser vendido. A quantia de peixe capturada por cada pescador é contabilizada e paga semanalmente, pois o arrendatário primeiro vai negociar o produto com o *balanceiro* (que se encontra na localidade à que se destina o produto) e só depois leva para os seus trabalhadores a quantia que lhes cabe.

As turmas de lago são formadas, geralmente, por grupos aparentados de apenas uma comunidade. Na relação com o arrendatário (o patrão), esses grupos assumem uma posição de obediência e dependência<sup>66</sup>.

### 3.12 OS PESCADORES (AS) DE RIO

As *turmas de rio* chegam no dia primeiro de maio e trazem consigo um número flutuante de canoas e uma geleira com capacidade de 3 a 5 toneladas, que de três em três dias, leva o pescado congelado até Soure, ou o que é mais freqüente até Belém.

Os pescadores artesanais comerciais das comunidades negras rurais que vão em grupos familiares (filhos, irmãos, cunhados) pescar nas águas dos rios de Soure e Salvaterra, costumam passar toda a safra nestes ambientes, organizados em turmas de 20 homens, podendo chegar ao número de 50 em uma Barraca (este número é rotativo). A Barraca, descrita na literatura como feitoria, não é mais coberta por palha e sim feita de armações de madeira e coberta por lona. É sob ela que os trabalhadores se abrigam do sol, do cansaço, das chuvas e dos perigos da mata e das águas (fotografia 9). Eles precisam estar atentos a onça e das águas precisam ter cuidado com as piranhas manga-rosa (*Serrassalmus nattereri*), os poraqués (*Electrophorus electricus*) e os jacarétinga. Mas o maior perigo não é nenhum animal selvagem ou misura<sup>67</sup> e sim as balas dos vigias dos donos de fazenda que tem por prática proibir o acesso destes trabalhadores à margem do rio.

Segundo Thé; Madi; Nordi (2003), em estudos realizados com pescadores artesanais do alto-médio rio São Francisco, o ato de montar barra é uma das principais estratégias de pesca, desenvolvida pelo pescador artesanal que se caracteriza pela permanência de grupos de pescadores e pequenos ranchos localizados próximos aos “pontos de pesca”. Semelhante ao que ocorre no rio São Francisco, as turmas de rio de Salvaterra acampam na beirada do rio,

---

<sup>66</sup> No tópico que relata as rotas de produção da pesca, estão algumas reflexões sobre esta relação.

<sup>67</sup> São espíritos ou fantasmas das mais variadas formas. Na obra “A pesca no Rio Amazonas” Smith (1979, 106) relata um fato onde um homem avistou um fantasma enquanto pescava em um lago a 50Km abaixo de Itacoatiara e como consequência ficou enfermo por um mês até que fora tratado por um curandeiro.

elegendo um lugar central que facilita o acesso aos pontos de pesca, diminuindo o tempo de busca e evitando a sobreposição de espaços entre grupos de pescadores, diminuindo assim as possibilidades de conflito.

Durante a coleta de informações verificou-se que, embora a turma de Barro Alto tenha chegado antes da turma de Mangueira ao “ponto de pesca” próximo a Fazenda Bangu e tenha encontrado o lugar, aonde as barracas são montadas, desabitado. Eles não se apropriaram do lugar, por identificá-lo como de uso comum dos pescadores artesanais daquela comunidade<sup>68</sup>. Por isso, podemos afirmar que há regras locais e uma delas esta relacionada com o reconhecimento deste “lugar central” (Fotografias 9 e 10).

O fato de, usualmente, os grupos e os locais de acampamento das turmas mencionadas serem fixos, segundo Thé; Madi; Nordi (2003, p. 398) “reforça os compromissos coletivos que envolvam mecanismos de cooperação baseados na reciprocidade (p. ex. regras de convivência de acampamento e critério de partilha de peixe pesados)”, indicando também a posse dos pontos de pesca.

Os pescadores que acampam nos trazem informações da existência de sua territorialidade (THÉ; MADI; NORDI, 2003), onde cada grupo “tem um lugar certo pra pescar”. É preciso acrescentar que durante o trabalho de pesquisa no rio do Saco, além das duas turmas pertencentes às comunidades negras rurais estudadas, havia cerca de 10 geleiras de grupos de pescadores “de fora” dos quais não tivemos acesso, pois estes não permitiram que os entrevistassem.



**Fotografia 9**-Barraca das turmas de Mangueira desabitada, primeiro dia de campo. Foto de Luzia Betânia (2004).

<sup>68</sup> A turma de Barro Alto se fixou a aproximadamente 1 Km de onde se estabeleceram, no dia seguinte, a turma de Mangueira.



**Fotografia 10-** Feitoria da turma de Mangueira, habitada por cerca de 20 homens, segundo dia de campo. Foto de Luzia Betânia (2004)

A falta de informações sobre os “forasteiros” nos proíbe cogitar o número de turmas. Elas não permaneciam por muito tempo na área, no máximo por um dia e não se estabeleciam em nenhum ponto, colocavam a rede de espera e subiam o extenso rio, quando nos aproximávamos com o barco e tentávamos nos comunicar não havia resposta. Podemos afirmar, entretanto, que era a primeira vez que estes barcos estavam pescando neste rio.

As modalidades de pesca e artes utilizadas pelos pescadores quilombolas de rio são diversificadas e distintas daqueles que trabalham no lago (quadro 4). No lago a modalidade de pesca mais freqüente é a do *Borqueio*, enquanto que no rio as práticas envolvem o uso do *espinhel*, da *rede de escora* ou de *espera*, da *tarrafa* e o *paneiro de piranhar*. Este último artefato é usado somente a noite para a captura exclusiva de piranha.

RIO	LAGO
CANIÇO (LINHA-DE-MÃO)	ARPOAR (ARPÃO)
ESPINHEL	BATIÇÃO
PANERO DE PIRANHA (PIRANHAR)	CANIÇO (LINHA-DE-MÃO)
REDE DE ESCORA (MALHADEIRA)	LANCEAR (REDE DE ARRASTO)
SIRIRICA (VARA C/ ANZOL E ISCA)	TARRAFA
TARRAFA	

**Quadro 4-** Resumo de artes e/ou modalidades de pesca usadas pelas turmas de lago e de rio por pescadores artesanais comerciais e de subsistência.

**Fonte:** Elaborado pela autora em 2003/2004.

Manescky (1990, p. 101), referindo-se a arte do pescador artesanal, relata que “o exame das diferentes modalidades de captura mostra que os pescadores são, de fato, detentores de um conhecimento bastante complexo”. Além destes conhecimentos é preciso que o mesmo possua alguns atributos psicológicos, como: ser corajoso diante dos perigos do rio, honesto e amigável. A atividade requer ainda que o pescador tenha força física suficiente para manejar as pesadas redes sob as águas. Todos esses atributos são obtidos a partir de longos aprendizados práticos, iniciados ainda na juventude.

O fato dos pescadores artesanais serem detentores de um conhecimento bastante complexo não os poupa da expropriação da maior parcela de sua produção. Maneschy (1990, p. 102) os descreve como “produtores mercantis, inseridos em um contexto de economia que os envolve, quando menos, pela esfera da circulação de mercadorias”.

Nas turmas de rio de Salvaterra, o pagamento é feito semanalmente ou na quinzena. Os companheiros aguardam a venda do peixe nos mercados distantes, e recebem seu dinheiro quando a geleira retorna à feitoria. As tabelas 3 e 4, apresentam dados sobre o total de peixes capturados por pescador em cada campanha e o ganho obtido por cada pescador. E a frequência absoluta dessas capturas. Nas tabelas podemos visualizar dois grupos de espécimes capturados, um grupo denominado peixe de 5ª e outro chamado peixe de 1ª. Nas turmas de Mangueiras e Barro Alto, no ano de 2004, o preço pago ao pescador pelo peixe de 1ª era R\$1,00 e o de 5ª R\$0,60 centavos. É importante perceber ainda que estes valores referem-se a apenas um mês de captura de apenas um chefe e conseqüentemente de apenas uma geleira de 3t. Observemos as tabelas a seguir:

**Tabela 3-**Relação de captura/pescador e durante 6 campanhas na turma de Mangueiras do ano de 2004.

PESCADOR	Nº CAMP/P ESCADOR	TOTAL 1ª (KG)	MÉDIA TOT.1ª (KG)	TOTAL 5ª(KG)	MÉDIA TOT.5ª (KG)	TOTAL (KG)	MÉDIA (KG)TOT.1ª+5ª
Baité	6	388	65	127	21	515	86
Bento	1	39	39	46	46	85	85
Bobó	4	157	39	25	6	182	46
Cabeça	1	212	212	35	35	247	247
Cabeção	3	397	132	250	83	647	216
Cajão	2	89	45	84	42	173	87
Carudo	1	5	5	2	2	7	7
Catota	2	73	37	16	8	89	45
Dinho	3	357	119	280	93	637	212
Escama	2	99	50	18	9	117	59
Ferramenta	1	44	44	16	16	60	60
Lauliqui	1	101	101	38	38	139	139
Lindo	2	197	99	116	58	313	157
Macaco	3	195	65	72	24	267	89



Mantegado	2	361	181	79	40	440	220
Nelson	1	29	29	3	3	32	32
Oscar	6	540	90	160	27	700	117
Pato	1	59	59	0	0	59	59
Pedrao	1	54	54	83	83	137	137
Pirunga	3	256	85	22	7	278	93
Regi	5	670	134	344	69	1014	203
Torado	2	119	60	59	30	178	89
Gino	1	194	194	91	91	285	285
Têê	1	122	122	52	52	174	174
Paiguá	1	113	113	46	46	159	159
Corujão	1	16	16	6	6	22	22
Paqueti	1	96	96	36	36	132	132
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>4982</b>	<b>2283</b>	<b>2106</b>	<b>971</b>	<b>7088</b>	<b>3253</b>

**Fonte:** Anotações obtidas do Sr. Rui durante coleta de dados no Rio do Saco (2004).

Na tabela 3 podemos examinar a captura realizada por 26 pescadores comerciais das turmas de rio de Mangueira. A tabela 4, seguinte, permite que se verifique a renda obtida da produção efetuada por cada pescador artesanal comercial. A média de campanha por pescador foi em média de: 84,5 Kg para os que capturaram pescado de 1ª e 36 kg em média, para aqueles que capturaram peixes de 5ª. Sendo que a média de ganho total por pescador, a cada campanha foi de 104 reais e 57 centavos.

**Tabela 4-** Relação de captura/pescador e durante seis campanhas na turma de Mangueiras do ano de 2004.

PESCADOR	NºCAMP/ PESCADOR	GANHO 1º(R\$)	GANHO 5º(R\$)	GANHO TOT.(R\$)	MÉDIA GANHO/CAMP.
Baité	6	426,8	76,2	503	83,8
Bento	1	42,9	27,6	70,5	70,5
Bobó	4	172,7	15	187,7	46,9
Cabeça	1	233,2	21	254,2	254,2
Cabeção	3	436,7	150	586,7	195,6
Cajão	2	97,9	50,4	148,3	74,2
Carudo	1	5,5	1,2	6,7	6,7
Catota	2	80,3	9,6	89,9	45,0
Dinho	3	392,7	168	560,7	186,9
Escama	2	108,9	10,8	119,7	59,9
Ferramenta	1	48,4	9,6	58	58,0
Lauliqui	1	111,1	22,8	133,9	133,9
Lindo	2	216,7	69,6	286,3	143,2
Macaco	3	214,5	43,2	257,7	85,9
Mantegado	2	397,1	47,4	444,5	222,3
Nelson	1	31,9	1,8	33,7	33,7
Oscar	6	594	96	690	115,0
Pato	1	64,9	0	64,9	64,9
Pedrao	1	59,4	49,8	109,2	109,2
Pirunga	3	281,6	13,2	294,8	98,3
Regi	5	737	206,4	943,4	188,7
Torado	2	130,9	35,4	166,3	83,2

Gino	1	213,4	54,6	268	268,0
Têê	1	134,2	31,2	165,4	165,4
Paiagua	1	124,3	27,6	151,9	151,9
Corujão	1	17,6	3,6	21,2	21,2
Paqueti	1	105,6	21,6	127,2	127,2
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>5480,2</b>	<b>1263,6</b>	<b>6743,8</b>	<b>3093,4</b>

**Fonte:** Anotações obtidas do Sr. Rui durante coleta de dados no Rio do Saco(2004).

Exemplificando a partir de um destes produtores temos o pescador de apelido “Cabeça” que participou de uma campanha, capturando cerca de 212 Kg de peixe de 1ª e 35Kg de 5ª. Quando ele vendeu o peixe ao chefe (o Sr. Rui Guilherme), recebeu R\$233,2 pelos peixes de 1ª e R\$ 21,0 reais pelo de 5ª. Caso este pescador tivesse meios para vender direto ao consumidor, obteria cerca de R\$530,0 reais (caso o quilo do aracu fosse R\$2,50, por exemplo), ou seja, o dobro do que realmente recebeu. O ideal seria que as redes de intermediações diminuíssem. Possivelmente esta é uma das conquistas que a turma de Mangueira, com a Associação, pretende alcançar. Entretanto as despesas financiadas pelos intermediários é relevante, como é o caso da conservação do pescado, que é feita com gelo. Gasta-se em torno de 2 toneladas para cada 3 toneladas de pescado, os espécimes são armazenados a medida em que são capturados. O procedimento é: 1) a pesagem, acompanhada pelo *chefe*, o “homem da balança” e o pescador (Fotografia 11) a anotação do tipo do peixe e da massa capturada e 3) o congelamento.



**Fotografia 11-** Momento de pesagem. Na foto estão o Sr. Silvano (o Bobo), responsável pela pesagem e anotação e seu irmão o Sr. Rui, o encarregado. Foto de Luzia Betânia.

### 3.13 AS ARTES E MODALIDADES DE PESCA USADAS PELAS TURMAS DE RIO

O conhecimento sobre: a utilização sazonal (chuva e estiagem) das artes de pescas e adequações a cada ambiente (rio ou lago) sobre os pesqueiros ou a respeito da diversificação no uso de instrumentos de pesca constitui os saberes dos pescadores artesanais.

#### 3.13.1 O Espinhel

Moreira; Rocha (1995, p.75) descreve esta pescaria, nas águas estuarinas de Abaetetuba, como pouco exercida devido ao grande esforço de trabalho nela empregado devido “a baixa produtividade obtida em relação às outras pescarias”. A sensação que as observações e relatos dos pescadores do rio do Saco apontaram sobre esta questão é que a prática do espinhel é usada em determinado período na captura específica de um grupo de peixe carnívoro, tanto que as iscas usadas são traíra (*Hoplias malabaricus*), sarapó (ituí pequeno- sem especificação), sapo, mandubé (*Ageneiosus brevifilis*). Smith (1979, p. 60) afirma que em Itacoatiara os pescadores artesanais usavam sapos como isca para capturar, entre outras espécies, o aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*) e a piranha caju (que na localidade estudada chama-se piranha manga rosa- *Sesarralmus nattereri*) que ocorrem nas águas estuarinas do rio do Saco Outro aspecto é que as pesagens mencionam a captura por tarrafa e espinhel separadas das de rede para alguns pescadores, principalmente os mais antigos.

Segundo relatos do Sr. Pina, que foi o *chefe* da turma de Barro Alto/Pau Furado, a escolha do local aonde colocar o espinhel é decidida experimentalmente. O número de anzóis é variado, depende da extensão do rio, no caso do Saco o fato de ser estreito limita o número a 15 a 20 anzóis por maré. A ciência é esticar a linha verticalmente de modo que os anzóis fiquem em níveis diferentes da água (coluna d'água) e depois que o espinhel pesca no nível X do rio, é neste nível que se coloca em linha reta o espinhel, daí em diante é só deixar ele pescar e após meia hora retirar o “ganho” ou seja, despescar.

#### 3.13.2 A Rede de Escora

Conhecidas como malhadeiras são de formato retangular, compostas por panagem de diversos tamanhos e malhas (0,35; 0,25;0,40;0,45). Elas são postas à deriva, de acordo com a

profundidade, nas margens do rio onde podem ser ancoradas. Há lugares, como em Bragança, onde os pescadores preferem ancorá-la com a embarcação a deriva (MOREIRA; ROCHA, 1995).

Esta prática é realizada somente nos rios, sendo ainda responsável por uma maior produtividade, dependendo da maré e do tamanho da rede, que é muito variável e está relacionada com a largura do rio em que se está pescando.

### 3.13.3 O Paneiro de Piranha

Trata-se de um paneiro de alumínio, confeccionado sob encomenda e acompanhado de um porrete. Usam iscas de caça como a paca e a cutia. O ato de pescar piranha é *piranhar* e só é praticado pelos mais hábeis e os mais corajosos. Esta pesca é justificada pelos praticantes como necessária já que neste período o rio do Saco está infestado destes espécimes, tanto que ninguém se atreve em ficar mais de 10 minutos dentro d'água. Este tempo é o suficiente para qualquer animal, mesmo o homem, ser percebido pelos cardumes de piranha, tanto que os hábitos dos pescadores demonstram este "*respeito*". Ninguém se atreve a tomar banho no rio, ou lavar qualquer utensílio de cozinha nestas águas, principalmente as que estiverem com restos de peixe, pois segundo seus ensinamentos é o "pitiu" que as atrai.

## 3.14 PROGRAMAS E INCENTIVOS CREDITÍCIOS DESTINADOS AO PESCADOR ARTESANAL

É possível afirmar que há programas nacionais de desenvolvimento para a pesca (PPA- 2000/2003)<sup>69</sup>. Entretanto, estes se propõe a incentivar o desenvolvimento da pesca amadora e esportiva, apontado-as como soluções para o aumento de oferta de empregos<sup>70</sup> nas localidades. Os pescadores artesanais podem, supostamente, se beneficiar com o PPA, muito embora este benefício esteja condicionado à compra de equipamentos com tecnologia

---

<sup>69</sup> Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora e Programa Desenvolvimento da Pesca (PPA 2000-2003) que busca promover o potencial da pesca amadora nas áreas identificadas como adequadas à atividade. Há também o Programa Desenvolvimento da Pesca (PPA 2000-2003) que visa apoiar o pescador artesanal a partir de medidas como: a realização do cadastro nacional dos pescadores; concessão de subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras e difusão de tecnologias em pesca. Ver Ministério da Agricultura e do Abastecimento - Departamento de Pesca e Aquicultura. Tais programas contam com R\$ 36,5 milhões de reais como recurso para investir.

<sup>70</sup> A oferta de emprego para produtores não é o melhor caminho, por isso, fomentar a pesca esportiva para obter resultados nesse sentido, torna-se uma medida que pode vir a criar empregos informais, retirando os produtores artesanais de sua atividade, comprometendo a reprodução física e sócio desses grupos.

inovadora (de alto custo e nada adaptada a pesca em águas interiores) e ao pagamento de óleo para as embarcações. Tais medidas tomam como base teorias economicistas cujo único propósito é maximar a produção direcionando-a a exportações. Elas estão longe de qualquer compromisso com a manutenção do meio ambiente ou com a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)<sup>71</sup>/2002 elaborou um projeto para implantação e ampliação da pecuária e agricultura e assumiu, neste mesmo roteiro de propostas, como diretrizes prioritárias a formulação de um Programa específico para o Desenvolvimento da Aqüicultura e da Pesca na Região Norte, em articulação com a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, vinculada à Presidência da República. As atividades financiadas foram: a) agricultura; b) pecuária; c) turismo rural; d) produção artesanal; e) pesca artesanal; f) extrativismo (atendendo todas as demandas do antigo PRONAF/PRODEX); g) silvicultura; e h) aqüicultura.

Nos fins dos anos 90 Leonel (1998) expunha a falta de importância dada, pelo governo, à pesca na Amazônia, segundo o autor os montantes aplicados pelo FNO são inexpressivos e priorizam a agricultura e quando destinados a pesca estão disponíveis principalmente ao setor industrial, ou seja, são as grandes empresas de exportação quem recebem incentivos e não os produtores primários.

Quanto aos programas existentes, de 1969 a 1980, o autor afirma que estes entendem os pescadores das comunidades rurais como moradores e não produtores. Esta visão errônea impediu que tais programas contribuíssem para a solução de reivindicações dos pescadores artesanais na Amazônia.

Atualmente, no Marajó, a situação é semelhante à relatada para as décadas de 60 a 80 e mesmo nos anos 90. Os financiamentos disponíveis estão distantes de serem os ideais para os pequenos produtores. Segundo informações obtidas na Colônia de Soure, os investimentos para os pescadores artesanais estão disponíveis apenas para a compra de barcos e

---

<sup>71</sup> A área de atuação do FNO abrange toda a Região Norte. Essa área corresponde a 45% do território nacional, atingindo 449 municípios que compõem a base político-institucional da Região, que é de 3.869.637,90 Km<sup>2</sup>, com uma população de 11.604.158 habitantes. Quanto aos recursos do FNO é sabido que são, provenientes de 0,6% da arrecadação do Imposto de Renda e IPI, são administrados pelo Banco da Amazônia (BASA), Instituição Financeira Pública Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que os aplica através de programas elaborados, anualmente, de acordo com a realidade ambiental, social e econômica da Região, em parceria com os representantes das instituições públicas e dos diversos segmentos da sociedade, em consonância com o *Plano Plurianual para a Amazônia Legal (PPA) 1996/99* e com as prioridades espaciais e setoriais definidas pelas Unidades Federadas da Região Norte. Segundo Leonel(1998, 62) as aplicações do FNO na pesca da Amazônia são previstas pela Lei 2.827-27/9/89.

equipamentos adequados a frota artesanal litorânea, voltada a captura de espécies de peixes de exportação. Este crédito, no entanto, acaba se tornando inacessível ao pequeno produtor por tratar-se de uma aquisição de alto custo, (os barcos custam em média 25 mil reais) e risco.

Informações obtidas na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER /PA), localizada em Salvaterra, durante o ano de 2003 declararam haver recursos do PRONAF/B, voltados aos pescadores artesanais locais, mas nenhum fora aprovado depois de agosto de 2003. Entre os muitos motivos citados para justificar o ocorrido estão a morosidade dos processos de cadastro para a liberação dos investimentos, o conflito entre as instituições responsáveis como o Banco da Amazônia S/A (BASA), Colônias Z-2 e Z-1, Sindicato dos trabalhadores rurais, Secretaria Estadual de Pesca (SEAP) localizada em Belém/PA e a própria EMATER/PA.

Recursos provenientes do Programa Nacional Agricultura Familiar (PRONAF)-B, foram dirigidos pela EMATER- Salvaterra<sup>72</sup> a pequenos produtores e pescadores artesanais. No ano de 2003, este órgão era o responsável pela expedição do DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF) para os pescadores, que é um dos pré-requisitos exigidos para a liberação do financiamento, e pelo encaminhamento do pedido de crédito para o BASA. O Banco dava o último aval, liberando ou indeferindo o pedido. Cada beneficiado recebia um crédito cujo valor máximo era de R\$1000,00 reais e tinha um prazo de até 24 meses para pagar.

Foram atendidos, nos meses de abril e junho de 2003, os pedidos de 67 pescadores artesanais que investiram na compra de rede de pesca. Entretanto, nos meses subseqüentes nenhum pescador conseguiu aprovação de seu projeto (tabela 5), devido a uma mudança no sistema de liberação de crédito para sua categoria, onde a EMATER -Salvaterra deixava para a Colônia Z-2 a responsabilidade da expedição do DAP e envio do processo ao BASA.

No discurso do presidente da Colônia Z-2, o Sr. Célio, a falta de crédito para a pesca na região é culpa da EMATER-Salaterra que não se interessa. Em suas palavras ele justifica dizendo: “Até por que a pesca é um investimento duvidoso”. Ele também aponta o gerente em exercício do BASA como o responsável e segue afirmando, que este proíbe os créditos por estarem comprometidos para fins eleitoreiros e sob o controle dele e do prefeito em exercício. O que podemos concluir nas entrelinhas desse jogo de empurra é que:- há um profundo sentimento patrimonialista tanto no discurso do Secretário da EMATER quanto nas supostas ações do gerente do BASA; - há recursos cujos critérios de liberação não estão disponíveis ao seu público alvo devido à ineficiência das ações das instituições municipais e estaduais

---

<sup>72</sup> A EMATER- Salvaterra também era responsável pela fiscalização, cujo propósito era principalmente verificar se o recurso cedido estava sendo aplicado na atividade ou propósito a que fora aprovado.

patrimonialistas e também por que são usados como mecanismos de promoção eleitorais das gestões que governam tais instâncias. Vale ressaltar que os investimentos estão voltados à maximização da produção e não em solucionar o problema do pescador artesanal, que embora necessite de redes de pesca precisa, prioritariamente, de ações que garantam sua permanência nas áreas de pesca em que trabalham.

**Tabela 5-** Relação de Projetos financiados pelo PRONAF-B (Salvterra) - Ano 2003.

ATIVIDADES FINANCIADAS OU INSTRUMENTOS	ABR.(1ª) (ETAPA)	JUN. (2ª) (ETAPA)	AGO.	SET.	NOV.	TOTAL
Artesanato	3	0	7	1	0	11
Aviário Rústico( Avicultura)	11	37	41	41	33	163
Carroça c/ boi ou búfalo	4	30	25	13	2	74
Cerca elétrica	1	0	0	0	0	1
Matapi	1	0	0	0	0	1
<b>Pesca Artesanal (Rede)</b>	<b>16</b>	<b>51</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>67</b>
Polpa de frutas	0	9	5	4	3	21
Suinocultura	0	4	10	15	10	39
Caprinocultura	0	7	3	1	0	11
Despolpadora de Açai	1	7	16	4	5	33
Olericultura	0	9	16	15	10	50
Mandioca	0	1	9	60	14	84
Abacaxi e custeio	0	0	0	36	11(s/ custeio)	47
Cultura do côco	0	0	0	1	0	1
Motor de Rabeta	0	0	0	0	6	6
Máquina de costura	0	0	0	1	0	1
Total de Proj. Aprovados em 2003						610

**Fonte:** EMATER - Salvterra. Informante: Sr. Sidney Roberto da Luz Santos.

### 3.15 ESPÉCIES ÍCTICAS EXISTENTES NOS TERRITÓRIOS DE PESCA DOS GRUPOS DE PESCADORES ARTESANAIS COMERCIAIS E DE SUBSISTÊNCIA

Este trabalho de cunho interdisciplinar busca conciliar as metodologias utilizadas pelas ciências sociais e as naturais, seguindo assim por um novo caminho que tem sido percorrido por diversos pesquisadores a partir dos anos 90 (BATISTELLA, CASTRO, VALLE, 2005). A etnoictiologia é este caminho. Ela é uma vertente da etnobiologia e tem sido apontada por autores como Diegues (1998) e principalmente por Batistella, Castro e Valle (2005) em trabalhos desenvolvidos em Manaus; Souza (2004) em estudos com os pescadores artesanais do litoral, em São Paulo e Thé; Madi e Nordi (2003), pesquisando comunidades do Alto-médio São Francisco.

Primeiramente, é importante observar que a ictiofauna da bacia amazônica é a mais diversificada de água doce do mundo, segundo estudos científicos biológicos. O número de

espécies estimadas para este ambiente varia entre 1500 e 5000 (GOUDING, 1996). Segundo Lowe-McConnell (1999) a ictiofauna da bacia Amazônica divide-se em dois grupos: um primeiro, onde estão as espécies frequentes em regiões de planície e outro grupo que engloba as que habitam “os cursos superiores dos afluentes”, denominadas espécies de planalto. Esta divisão é espacial e não implica dizer que haja espécies que podem ser encontradas em apenas um dos ambientes. A abrangência de seu estudo nos permite afirmar que na Ilha de Marajó, uma região de planície amazônica, pode-se encontrar um grande número de “espécie de planície” de valor comercial que “penetra nos afluentes durante a enchente para explorar as áreas alagadas, retornando ao rio principal na vazante”. Podemos citar como exemplo o tambaqui (*Colossoma macropomom*), o pirarucu (*Arapaima gigas*), o curimatã (*Proclilodus nigricans*), entre outras.

É importante frisar que há uma relação entre a distribuição da ictiofauna no ambiente e as modalidades de pesca desenvolvidas no mesmo, tanto que as características sazonais e a ecologia das espécies permitem aos autores Isaac e Barthem (1995) dividirem a atividade pesqueira continental em duas modalidades: aquela denominada *pesca nos lagos de várzeas e outras áreas alagadas* e outra que se desenvolve nos *canais dos rios*. Sobre o tema, Smith (1979) afirma que a sazonalidade e variedade dos ambientes de várzea fazem com que as comunidades de peixes mudem radicalmente durante o ano, de acordo com as flutuações do nível da água. Os métodos pesqueiros e a relação dos pescadores com os recursos hídricos varzeiros também se adaptam às diferenças do “movimento dos peixes”, na localização dos mesmos na água e pelas relações socioculturais estabelecidas na região.

No decorrer das entrevistas e na observação direta feita em campo foi possível perceber estas mudanças socioculturais a partir, por exemplo, das complexas tarefas diárias a que o pescador (a) artesanal das “turmas de rio” se lançam, como: estar atento as mudanças de marés, a cada seis horas; identificar os cardumes; manter suas redes limpas e “reparadas” (pequenos consertos feitos a mão); entalhar a rede nova (ato de colocar uma corda em uma das extremidades da rede); saber exatamente o tamanho da malha da rede que deve ser usado, ser solidário com o seu companheiro caso este precise de ajuda na despesca (ato de retirar o peixe da rede) e muitas outras ações que a primeira vista parecem fazer pouco sentido a quem não conhece a arte.

Observemos as palavras do Sr. Barbosa:

O Marajó é todo varado de rios [...] peixe vai daqui pra lá e outros voltam. Quando o inverno é grande o peixe sobe na piracema (desova), vão para os lagos. Na volta é



hora de pegar. Já sabe que vai dar muito peixe. No lago é a rede de arrasto, fazendo bloqueio, que pesca jeju, tamoata, piranha, mandi, mandubé (informação verbal)<sup>73</sup>.

O Sr. Barbosa tem cinquenta e seis anos e se autodenomina um pescador-lavrador, pois além dele pescar desde os dezessete anos, trabalha na cria de animais e na agricultura. É possível perceber em seu relato a necessidade de se estar munido de conhecimentos diversos para realizar as complexas atividades desempenhadas por um pescador. É necessário saber, como o Sr. Barbosa, que há peixes migradores que se refugiam nos lagos durante o inverno e fogem da apoxia (falta de oxigênio na água) e da predação durante o verão, podendo ser capturados nesta época. O conhecimento profundo da ictiofauna é pré-requisito fundamental para que a pessoa seja denominada pescadora. Segundo Salati (1983, p. 70) “as grandes populações ribeirinhas exercem a pescaria para o abastecimento das famílias, o que leva a um conhecimento profundo das particularidades do rio e do comportamento dos peixes e ainda garante a transferência de conhecimentos”. A autora afirma que um biólogo pesqueiro, que deseja estudar a fauna ictica amazônica, geralmente se rende ao conhecimento preciso de um pescador artesanal. Faço das afirmativas da autora as minhas próprias, pois quando fui bolsista de aperfeiçoamento, sob a orientação da Dr<sup>a</sup> Vitória Issac, tive a oportunidade de participar de uma das muitas reuniões que o grupo realizou com as comunidades pesqueiras bragantinas para apresentar um projeto de biologia pesqueira que seria implementado na região estuarina do rio Caeté e que carecia de apoio destes grupos, para obter informações sobre a frota pesqueira artesanal e a frota industrial da localidade. Durante esta reunião foi possível perceber não só o fato dos pescadores conhecerem profundamente a fauna ictica local como a necessidade imprescindível de inseri-los, a partir da indicação de cada comunidade estudada, no processo de captação de informações necessárias ao nosso estudo.

Segundo Batistella, Castro e Vale (2005) é preciso dar a merecida importância aos conhecimentos das comunidades ribeirinhas sobre os aspectos ecológicos das regiões em que eles estão inseridos, por serem estas formas racionais distintas das oferecidas pelas ciências modernas, porém não menos importante para o estudo dos recursos pesqueiros, por exemplo. Estes autores, depois de comparar as informações dadas pelos moradores da comunidade de Boas Novas- AM e da literatura sobre a dieta alimentar de alguns grupos de peixes da região, afirmaram que os pescadores artesanais possuem conhecimento “consistente e detalhado” sobre a dieta alimentar dos peixes por ele capturados, “em um grau elevado de especificidade”. Cabe afirmar, como bióloga, que não se está aqui desmerecendo as práticas

---

<sup>73</sup> Relato de Sr. José Augusto Barbosa, pescador artesanal comercial (2004).

das ciências naturais ou da biologia pesqueira e sim evidenciando a importância do conhecimento tácito tradicional que geralmente é negligenciado.

No arquipélago do Marajó, há os lagos de várzea e áreas alagadas de Salvaterra onde grupos familiares, pertencentes a as comunidades negras rurais, realizam a “pesca de perto”<sup>74</sup>, produzindo para a subsistência de seu povoado e para a troca ou comercialização com outros povoados próximos. Desta forma acontece entre Deus Ajude- Mangueira e Providência; Mangueira e Bacabal ou Pau Furado e Barro Alto; em Salvá e Mangueira ou entre Caldeirão e Soure. Os recursos próximos as comunidades são usados o ano todo por homens mulheres e crianças, maiores de onze anos, que para obterem êxito na “lida com os peixes” preparam redes camaroeira ou de tapagem, tarrafas e caniços e também utilizam iscas que são capturadas nas beiras dos igarapés como sapos, pequenos peixes e frutos de plantas aquáticas<sup>75</sup>.

As comunidades pesquisadas usam estratégias espaço - temporais para a utilização dos recursos ícticos. Geralmente, durante o período chuvoso, as Baixas, os lagos temporários e rios próximos as comunidades e o igarapés são os territórios de pesca mais freqüentados. Na comunidade de Deus Ajude, por exemplo, grupos familiares freqüentam as baixas entre os meses de março e maio para capturar principalmente a traíra, o jeju e o tamuatá. Segundo o Sr. Aluísio Alcântara, no mês de maio é possível capturar tucunaré (*Cichla sp.*), por isso nesta época este Sr. vai até o Igarapé do Siricari ou ao Igarapé Mãe de Deus, com linha de mão e isca de “peixe miúdo”, capturar por entre as raízes da Rizhophora, este espécime tão apreciado pela culinária local. Sobre este fato ele nos conta: “Época do tucunaré é o mês de maio. É quando o peixe tá cortivando naquele lugar, chega aquela época já sabe [...] que é hora de saber onde ele está... época de maio é época de tucunaré” (Informação verbal)<sup>76</sup>.

O mês de maio marca o início do verão e a ocorrência da diminuição dos volumes de água nos ambientes aquáticos. Esta mudança sazonal facilita a pesca do tucunaré, outro aspecto é que ele é sedentário de hábitos alimentares carnívoros, ou seja, costuma alimentar-se de outros peixes entre troncos e raízes de árvores às margens dos rios e igarapés, nas palavras de seu Aluísio: “*É quando o peixe tá cortivando naquele lugar*”.

O tucunaré é o nome popular atribuído por mais de uma espécie do gênero *Cichla*. Estas variedades são percebidas entre os pescadores artesanais das comunidades negras de Salvaterra, bem como seu nicho ecológico (habitat, dieta, comportamento, reprodução etc.),

<sup>74</sup> Ver definição de pesca de perto no capítulo 1 deste estudo.

<sup>75</sup> O fruto maduro da aninga é colocado em gomos no anzol como isca para capturar o bacu.

<sup>76</sup> Entrevista de Sr. Aluísio Alcântara concedida à autora (2004).

no rio Manguieras e Igarapé Siricari as espécies tucunaré-vermelho (*Cichla sp.*) e tucunaré-açú (*Cichla ocellaris*) são mencionadas como as capturadas e consumidas pelas famílias das comunidades de Deus Ajude, Providência, Siricari e Barro Alto, sendo que em Mangueira estes espécimes são geralmente vendidos. No Rio do Saco, os pescadores de Manguieras capturam e comercializam duas espécies: o tucunaré-pinima (*Cichla temensis*) e o tucunaré – açú (*Cichla ocellaris*) (SANTOS; JEGU; MERONA, 1984).

Thé; Madi; Nordi (2003, p. 394), estudando pescadores artesanais mineiros, fizeram comparações entre o conhecimento local dos pescadores e o conhecimento científico acerca do tucunaré e chegaram a conclusão que estes eram convergentes em todos os fenômenos observados como: comportamento trófico da espécie, local de reprodução, tipo de desova, cuidado parental, entre outros. Estes autores afirmam que os pescadores artesanais “são detentores de um conjunto de conhecimentos relativos à pesca, conseguidos ao longo da lida diária com o peixe e com o rio”.

Os pescadores artesanais das comunidades rurais negras, tanto de subsistência quanto os comerciais, semelhante aos pescadores artesanais mineiros detêm o conhecimento relativo a ictiofauna que consomem e comercializam. Os relatos do Sr. Aluizio já citado ou o Sr. Rui Guilherme, que observaremos a seguir, são dois entre muitos pescadores (as) artesanais que expressam estes conhecimentos. O Sr. Rui Guilherme quando questionado sobre a frequência das espécies de peixe durante os meses de safra, no Rio do Saco, e de entressafra no Rio Manguieras, nos afirma que:

No começo da safra, nos meses de maio e junho dá mais a dourada, a pescada branca, a piaba, o bagre e a piraíba. Mais adiante em julho e agosto dá mais é o aracu, a piranha, o mandubé, cachorro, tamoatá, apaiari e a traíra, sendo que o mandi e a tainha é todo tempo. No inverno, no rio, dá mais bacu.

No rio Manguieras no inverno dá a dourada, a pescada branca, a amarela, dá camurin, bagre, bacu, o filhote, a pirapema. Só os que não dão são os do Salgado. (informação verbal)<sup>77</sup>

O Sr. Rui Guilherme é um dos muitos pescadores artesanais que, em seu discurso, diferencia a frequência das espécies ícticas ao longo do ano e as distribui horizontalmente, nos diversos ambientes (rios, igarapés, mangues e baixas) em que trabalham. Estes pescadores percebem as alterações ictiofaunísticas existentes em seus “territórios de pesca de produção e comercialização” e “territórios de subsistência”.

Nos “territórios de pesca de subsistência” é freqüente o uso de artes de pesca como o espinhel e principalmente o caniço, na pesca de isca. Os pescadores e pescadoras artesanais de

<sup>77</sup> Relato concedido à autora (2004).

subsistência usam diversas iscas, de acordo com os hábitos alimentares dos espécimes capturados. As iscas são coletadas no próprio território, assim como o material para a confecção artesanal do caniço e do espinhel, apenas os anzóis são comprados em comércios próximos as comunidades. O quadro 5 foi elaborado a partir do relato de homens, mulheres e crianças que pescam nos rios e igarapés próximos as suas comunidades.

ISCAS USADAS NO CANIÇO E NO ESPINHEL	ETNOESPÉCIES CAPTURADAS
TAMARU	CANGATÁ, CAMURIN
MAPARÁ	SARDINHA, TIRATAPIOCA, TAINHA, MATUPIRI
CAMARÃO	PESCADA, BAGRE, DOURADA, BACU
BICHO-DE-TUCUMÃ	ARACU, TUCUNARÉ

**Quadro 5-** Relação de iscas usadas no caniço e no espinhel para capturas de espécies de peixes nos territórios de pesca de subsistência das comunidades negras de Salvaterra

**Fonte:** Elaborado pela autora (2003/2004)

Os pescadores artesanais comerciais, por sua vez, usam outras artes de pesca, como a rede de espera, a tarrafá, o paneiro de alumínio e o espinhel. As modalidades de pescas mas praticada também diferem, sendo elas a pesca de espera e a de isca com o espinhel como já fora mencionado. Entretanto, o uso do espinhel nos território de pesca de produção e comercialização difere, em relação a um maior número de anzóis e iscas usadas, sendo estas, geralmente peixes e sapos.

As informações da fauna íctica foram obtidas a partir da observação direta e reconhecimento das espécies de peixes pelos pescadores artesanais comerciais do Rio do Saco. O reconhecimento ocorreu com o auxílio de fotos coloridas de cada espécie obtidas no “Catálogo de peixe comerciais do Baixo Tocantins” (SANTOS; JEGU; MERONA, 1984). O uso de fotos apenas do referido catálogo limitou a identificação da ocorrência das espécies, porém permitiu uma maior certeza sobre as identificações feitas pelos pescadores e ainda possibilitou a comparação in loco das informações científicas com as do conhecimento local.

No quadro 5 estão as espécies de água doce e no quadro seguinte encontram-se as espécies ícticas marinhas e as de águas “estuarinas”. Esta classificação é citada em trabalhos como os de Barthem (1985, p. 63), que realizou pesquisas na Baía do Marajó, no ano de 1982. Segundo este autor a “composição da ictiofauna estuarina na foz amazônica é marcada sazonalmente pelas alterações de salinidade e turbidez, devido ao descolamento da zona de contato entre o rio e o mar”. Tais alterações ambientais, descritas biologicamente como fatores limitantes, permite o autor dividir as espécies ícticas em três categorias (espécies de água doce, estuarina e marinha).

Foram citadas 16 espécies de água doce, representantes de 10 famílias, a saber: Ageneiosida, Anostomidae, Cichlidae, Clupeidae, Erythrinidae, Mugilidae, Osteoglossidae, Pimelodidae, Serrasalmidae, Soleidae. No quadro seguinte foram agrupadas as espécies consideradas como marinhas ou estuarinas e nele estão listadas mais 14 famílias e 52 espécies de peixes distintas das já mencionadas.

Nome vulgar Baixo R. Tocantins	Nome vulgar Salvaterra/Soure	Nomenclatura Científica Espécie	Família
Mandubé	Bico-de-pato	<i>Ageneiosus brevifilis</i>	Ageneiosidae
Aracu cabeça/piau	Piau	<i>Anostomoides laticeps</i>	Anostomidae
Aracu cabeça/piau	Piau	<i>Laemolyta petiti</i>	Anostomidae
Tucunaré-açu	Tucunaré-açu	<i>Cichla ocellaris</i>	Cichlidae
Tucunaré-pinima	Tucunaré-pinima	<i>Cichla temensis</i>	Cichlidae
Jacundá	Jacundá	<i>Crenicichla lugubris</i>	Cichlidae
Jacundá	Jacundá	<i>Crenicichla strigata</i>	Cichlidae
Sarda	Apapá-amarelo	<i>Pellona castelnacana</i>	Clupeidae
Traíra	Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	Erythrinidae
Pescada branca	Pescada branca	<i>Plagioscion Squamosissimus</i>	Mugilidae
Aruanã	Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Osteoglossidae
Pirarucu	Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	Osteoglossidae
Dourada	Dourada	<i>Brachyplatystoma flavicans</i>	Pimelodidae
Mandi-moela	Pintado	<i>Pimelodina flavipinnis</i>	Pimelodidae
Pacu-manteiga	Peixe-galo	<i>Mylossoma duriventre</i>	Serrasalmidae
Chuia ou chula	Chuia ou chula	<i>Achirus achirus</i>	Soleidae

**Quadro 6** - Levantamento etnoictio das espécies de água doce, capturadas nos territórios de pesca de produção e comercialização dos pescadores artesanais de Salvaterra.

**Fonte:** Relatos obtidos em coleta de campo - dados do ano de (2003, 2004).

As espécies e suas respectivas famílias listadas nas tabelas 6 e 7 encontradas no Rio do saco, são as mesmas encontradas por Santos; Jegu; Merona (1984), em estudos realizados no Baixo Rio Tocantins. Podemos fazer esta afirmação por que as fotos usadas para a identificação das espécies foram retiradas do Catálogo, referido, e se basearam em vários relatos e não apenas em uma observação<sup>78</sup>.

Santos; Jegu; Merona (1984) fizeram coletas semestrais, durante vinte cinco dias, utilizando malhadeiras, tarrafa, redinha de cerco, espinhel, puçá e até mesmo métodos considerados impróprios como eletricidade e icitiotóxico, pois o objetivo era capturar o maior número de espécies existentes na região do baixo Rio Tocantins. A metodologia utilizada

<sup>78</sup> Vale ressaltar que o procedimento era reunir um grupo de no mínimo três pescadores experientes e apresentá-lhes as figuras sem o referido nome vulgar. Cada pescador identificava a partir do nome vulgar e este era colocado no verso da figura. A conversa também era gravada e cada figura era colocada na ordem identificada por cada grupo para facilitar o entendimento da gravação. Todas as informações eram anotadas em caderno de campo.

pelos referidos autores é utilizada em trabalhos de biologia pesqueira, porém requer recursos suficientes para sanar as despesas de captura, preservação e identificação dos espécimes. Possivelmente este seja um dos fatores que restringem estudos dessa natureza a algumas áreas da várzea Amazônica. No Arquipélago do Marajó poucos foram os trabalhos desta natureza, podemos citar principalmente o de Barthem (1985), na Baía do Marajó.

Barthem (1985) estudou a ictiofauna da baía do Marajó a partir de 6 zonas de coletas, sendo que uma dessas, intitulada “região mediana da Ilha”, localizou-se nas proximidades de Soure. Neste ponto foram coletadas diversas espécies, entre as quais destacamos: *Pellona flavipinnis* (sarda/apapá-branco); *Lycengraulis batesii* (manjuba/sardinha-de-gato) e *Hypophthalmus marginatus* (mapará). Tais espécies também ocorreram no Rio do Saco no ano de 2003 (quadro7). Podemos afirmar que o mapará, mencionado, apresenta hábitos lacustres e fluviais, podendo ser classificado como um migrador (BARTHEM; FABRÉ, 2003, p. 33). A espécie *Brachyplatystoma flavicans*, conhecida vulgarmente como “dourada” (Quadro 7) foi listada em nosso estudo como espécie de água doce, de acordo com informações obtidas nas literaturas consultadas. Entretanto, segundo Barthem; Fabr  (2003) esta espécie ocorre tanto em água doce como em águas estuarinas, caracterizando-se como um grande migrador de hábitos alimentares carnívoros.

Nome vulgar Baixo R.Tocantins	Nome vulgar Salvaterra/Soure	Nomenclatura Científica Espécie	Família
Aracu-comum	Curimatá	<i>Leporinus friderici</i>	Anostomidae
Ituí	Ituí	<i>Sternar choramphus mulleri</i>	Apterodontidae
Carataí	Carataí	<i>Tocantinsia piresi</i>	Auchenipteridae
Cachorro-de-padre	Cachorro-de-padre/anujá	<i>Parauchenipterus galeatus</i>	Auchenipteridae
Peixe cachorro	Peixe cachorro/ ripa	<i>Hydrolycus scomberoides</i>	Characidae
Peixe cachorro	Peixe cachorro/ ripa	<i>Rhaphiodon vulpinus</i>	Characidae
Ueua/Cachorrinho	Ueua	<i>Acestrorhynchus falcirostris</i>	Characidae
Sardinha papuda	Sardinha	<i>Thiportheus angulatus</i>	Characidae
Icanga	Saia velha	<i>Rhaphiodon gibbus</i>	Characidae
Dourado	Dourado	<i>Salminus hilarii</i>	Characidae
Sardinha comprida	Sardinha	<i>Thiportheus elongatus</i>	Characidae
Cará	Cará folha	<i>Cichlasoma spectabile</i>	Cichlidae
Acará açai	Acará boca de garrafa/apaiari	<i>Cichlasoma temporale</i>	Cichlidae
Cará bicudo	Cará bicudo/Pargo/Cará	<i>Heophagus jurupari</i>	Cichlidae
Acará-tinga	Acará branco	<i>Geophagus surinamensis</i>	Cichlidae
Sarda	Apapá-branco	<i>Pellona flavipinnis</i>	Clupeidae
Ueua	Ueua	<i>Boulengerella ocellata</i>	Ctenopomidae
Ueua	Ueua	<i>Boulengerella maculata</i>	Ctenopomidae
Branquinha	Branquinha-Baião	<i>Curimata cyprinoides</i>	Curimatidae
Ubarana	Ubarana	<i>Anodus elongatus</i>	Curimatidae
Botinho	Cerafina	<i>Hassar wilderi</i>	Doradidae
Bacu	Bacu cara-de-sapo	<i>Megalodoras irwini</i>	Doradidae

Cuiu-cuiu	Bacu	<i>Pseudodoras niger</i>	Doradidae
Tamoatá	Tamoata-muruci	<i>Hoplosternum thoracatum</i>	Doradidae
Poraque	Poraque	<i>Electrophorus electricus</i>	Electrophoridae
Sarda	Manjuba ou sardinha-de-gato	<i>Lycengraulis batesii</i>	Engraulidae
Sarda	Manjuba ou maiacá	<i>Anchovia surinamensis</i>	Engraulidae
Sarda	Manjuba ou maiacá	<i>Pterengraulis atherionoides</i>	Engraulidae
Jeju	Jeju	<i>Erythrinus erythrinus</i>	Erythrinidae
Jatuarana	Baiacu-chareu	<i>Argonectes Scapulari</i>	Hemiodidae
Jatuarana	Baiacu-chareu	<i>Hemiodus unimaculatus</i>	Hemiodidae
Jatuarana	Baiacu-chareu	<i>hemiodopsis argenteus</i>	Hemiodidae
Mapará	Mapará	<i>Hypophthalmus marginatus</i>	Hypophthalmidae
Acari-bodó	Acari-bodó	<i>Hypostomus plecostomus</i>	Loricariidae
Acari-pirarara	Acari-nãã	<i>Pseudocanthicus sp.</i>	Loricariidae
Jotoxi	Acari-rabo fino	<i>Loricaria sp.</i>	Loricariidae
Tainha*	Tainha*	<i>Mugil incilis</i>	Mugilidae
Braço-de-moça	Barbachata	<i>Plastymatichthys sturio</i>	Pimelodidae
Braço-de-moça	Barbachata	<i>Surubim Lima</i>	Pimelodidae
Piratucandira	Piranambu	<i>Platynematchthys notatus</i>	Pimelodidae
Arraia	Arraia	<i>Potamotrygon motoro</i>	Potamotrygonidae
Ituí	Ituí	<i>Rhamphichthys marmoratus</i>	Ramphichthyidae
Ituí	Ituí	<i>Rhamphichthys rostratus</i>	Ramphichthyidae
Piranha	Piranha preta	<i>Serrasalmus rhombeus</i>	Serrasalmidae
Piranha	Piranha preta	<i>Serrasalmus spilopleura</i>	Serrasalmidae
Piranha caju	Piranha manga rosa	<i>Serrasalmus nattereri</i>	Serrasalmidae
Piranha	Piranha	<i>Serrasalmus eigenmanni</i>	Serrasalmidae
Pacu dente-seco	Pratinha	<i>Myles pacu</i>	Serrasalmidae
Pacu-branco	Pratinha	<i>Myles pacu cf. micas</i>	Serrasalmidae
Ituí	Ituí	<i>Sternopygus macrurus</i>	Sternopygidae
Ituí	Ituí	<i>Sternopygus obtusirostris</i>	Sternopygidae

**Quadro 7-** Levantamento etnoictio das espécies de água salgada\* e estuarinas, capturadas nos territórios de pesca de produção e comercialização dos pescadores artesanais de Salvaterra.

**Fonte:** Relatos obtidos em coleta de campo - dados do ano de 2003 e 2004.

Barthem; Fabré (2003, p. 26-43), no estudo intitulado “Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia”, ainda em andamento, pelo Projeto PRO-VARZEA analisaram a riqueza da ictiofauna da bacia amazônica. Eles estimaram preliminarmente mais de 200 espécies exploradas pela pesca comercial e de subsistência. Segundo estes autores “a disponibilidade, a acessibilidade e a vulnerabilidade dos recursos pesqueiros da Amazônia [...] é o resultado da interação entre os componentes: sazonalidade ambiental, recurso natural e capacidade pesqueira”, onde o recurso natural refere-se as comunidades pesqueiras existentes em determinada área e a capacidade pesqueira esta relacionada as frotas industriais e/ou artesanais que exploram estes recursos. Barthem; Fabré (2003) afirmam que é importante basear-se nesses três componentes para realizar o manejo na várzea. Os autores recomendam também estudos se aprofundem nas “inter-relações entre as espécies e os ambientes em escalas meso e macroregional”.

No que se refere a uma política de conservação que restrinja a pesca comercial em criatórios de peixe, podemos acrescentar que é preciso garantir a reprodução dos pescadores artesanais de subsistência e de pescadores artesanais comerciais comprometidos com a época de exploração dos espécimes capturados e com sua restrição a exploração de seus territórios de pesca. Territórios estes que são rios, lagos, igarapés e baixas de uso das comunidades locais, como os identificados neste trabalho para as comunidades quilombolas de Salvaterra.

A conservação da diversidade íctica nesta política de conservação, descrita nos estudos de Merona (1993) aceita neste trabalho refere ao conhecimento científico, entretanto, este conhecimento precisa caminhar par a par com o conhecimento tácito dos pescadores artesanais, configurando-se em um estudo etnoíctico. Souza (2004, p. 20) descreve a etnoictiologia como sendo o “estudo da inserção dos peixes em uma dada cultura” ou ainda o caminho “para encontrar novas espécies e para o estudo do comportamento de alguns peixes bem como para a conservação da biodiversidade”. Ela cita o exemplo de sua experiência científica no Vale do Ribeira para afirmar que é estudando os conhecimentos dos pescadores do litoral o caminho para a conservação do ambiente e dos recursos naturais por elas utilizadas, segundo suas palavras: é “o ponto de partida para novos planos de gestão ambiental que visem conservar tanto a diversidade quanto a cultura brasileira”.

O presente trabalho tenciona evidenciar a importância dos conhecimentos tradicionais das comunidades rurais negras para as discussões científicas, mas principalmente para que tais conhecimentos étnicos saiam do campo do “exótico” e passem a ser entendidos como componente de uma territorialidade que precisa ser preservada pelos planos de desenvolvimento governamentais.

### 3.16 ROTAS DA PRODUÇÃO DA PESCA DE PERTO E DA PESCA DE LONGE

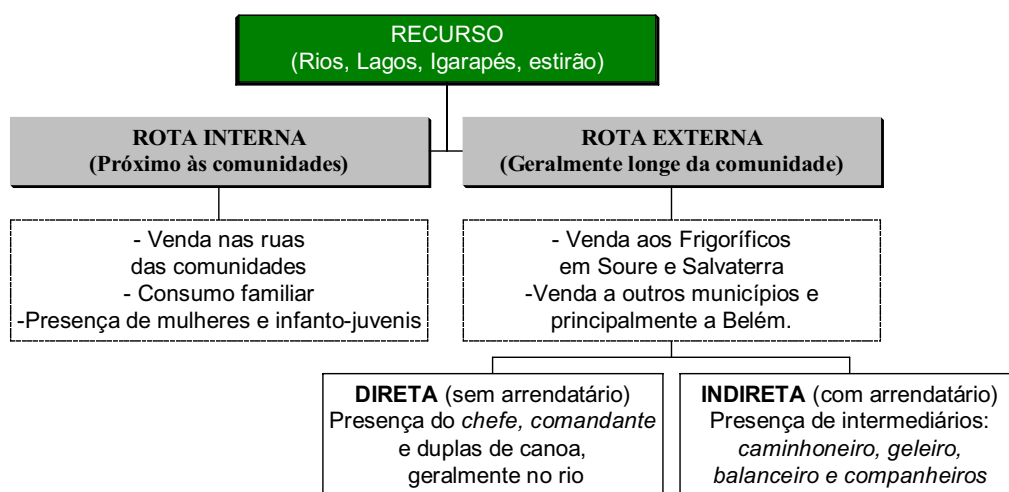
A produção dos pescadores artesanais de Salvaterra atinge consumidores de várias regiões do Marajó. Segundo relatos dos pescadores entrevistados o fluxo do pescado se dá de duas maneiras, a saber: uma que esta voltada ao comercio interno (*rota interna*) e outra que visa o consumo de outros municípios e Estados (*rota externa*). Estas rotas são praticadas por grupos de pescadores a partir de diferentes finalidades e regiões espaços- temporais distintas.

A Rota Interna (RI) acontece o ano todo nos rios, igarapés e lagos próximos as comunidades negras estudadas, nos seus territórios de pesca, tais como: Igarapé do Siricari, lago do Siricari e lago Veneza (nas proximidades de Deus Ajude e Siricari); no lago São



Tomé (em Paixão); Rio Matupirituba e Pindobal (Barro Alto), Rio Paracauari e Igarapés de Caldeirão (Barbosa, Paraíso, Ariri, Repartição, Timotinho, Macucu, Piramutaba, entre outros) e Rio Mangueiras e Igarapé São João (em Mangueira). Enquanto que a Rota Externa (RE) ocorre durante a safra no Rio do Saco (nos Igarapés e meandros deste rio) e também no rio Paracauari.

Na RI (esquema 1) o pescado é capturado nas águas próximas às comunidades. Os grupos familiares que fazem esta rota (maridos, esposas e filhos ou irmãos e primos, entre outros) levam em torno de 10 minutos a 3 horas de caminhada ou um pouco mais, cerca de 2 ou 3 horas de montaria. Este fluxo de pescado tem por finalidade garantir o consumo das famílias que o praticam. Comunidades como Salvá realizam, basicamente, a rota interna e acabam consumindo o pescado fresco ou salgado ou então trocam ou vendem às comunidades próximas como Deus Ajude e Mangueira (bairro de São João). Segundo Tocantins (2000, p. 277) sem a “abundante proteína proveniente da ictiofauna e carboidrato oferecido pela farinha da mandioca”, a vida na várzea certamente seria mais difícil senão impossível”. Por outro lado, comunidades pesqueiras como Mangueira e Pau Furado dividem-se entre a prática das duas rotas, objetivando garantir tanto a alimentação familiar como o lucro, advindo da venda de peixe comerciais à mercados distantes.

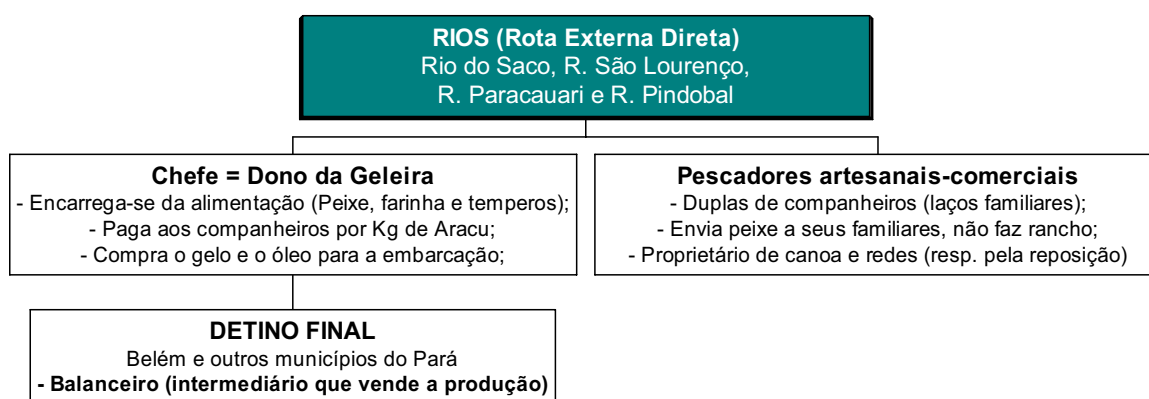


**Esquema 1**- Esquema ilustrativo da Rota externa e Rota interna do pescado capturado em Lagos da região. Fonte: Elaboração da autora (2004).

A RE (esquema 1) por sua vez, diversifica-se e segue duas direções: uma onde há um número menor de intermediários e onde encontramos a figura do *chefe* (pescador dono de geleira), que negocia diretamente com os consumidores finais (comerciantes ou pessoas

físicas), denominada direta, e outra onde há a presença do *arrendatário* e outros intermediários como o *caminhoneiro*, o *geleiro* e o *balaceiro* (conhecida como indireta).

A “rota externa” assemelha-se ao esquema encontrado em estudos feito por Almeida (1998) no município de Cachoeira do Arari. O autor relata que: a pesca é uma das principais atividades exercidas pela população economicamente ativa daquele município e sua comercialização ocorre tanto internamente quanto externamente. O autor define a rota como “fluxo do pescado”<sup>79</sup>, cujas características são semelhantes das relatadas pelos pescadores das comunidades negras rurais de Salvaterra, em especial da localidade de Mangueira, Pau Furado, Barro Alto e Caldeirão. O esquema 2 destaca a presença do arrendatário e dos intermediários e a momento da distinção entre a rota externa indireta (REI) e rota externa direta (RED). Ambas diferenciam-se quanto ao ambiente, quanto às relações de produção e endividamento e quanto a presença do arrendatário.



**Esquema 2-** Rota Externa Direta (Durante a safra, nos rios).  
Fonte: Elaboração da autora (2004).

A Rota Externa Direta geralmente acontece nos rios usados pelos pescadores artesanais-comerciais como o Rio do Saco, o Rio São Lourenço, o Rio Paracauari e o Rio Pindobal, apenas no período da safra. As turmas de rio, com suas práticas de pesca e seus apetrechos específicos, capturam o pescado e realizam esta rota. Ela é assim denominada, pois não encontramos a figura do arrendatário ou consignatário, travando laços de domínio e fidelidade com o pescador artesanal. Surge, entretanto a figura do *chefe*, que é o dono da

<sup>79</sup> Os esquemas se distingue no que se refere ao ponto de partida. Neste trabalho o ponto inicial foi o ambiente de onde é extraído o recurso e no trabalho de Alfredo Wagner Berno de Almeida o fluxo começa com os atores sociais, que são: o consignatário, o pescador e o geleiro, tendo ramificações que indicam o fluxo de venda da safra e o fluxo da entressafra (este último é o ponto semelhante).

geleira e quem arca com as despesas de óleo, gelo e alguns alimentos essenciais como farinha e temperos.

O *chefe* abriga em sua geleira uma pequena tripulação que o auxilia na organização das duplas de canoa e nas tarefas a bordo. Então, a bordo encontramos o “homem da balança”<sup>80</sup>, que fica responsável pela pesagem e anotações da produção de cada pescador, sendo que este último também guarda a informação em um caderno seu. Há também o *comandante* que pilota a embarcação e também alterna com o chefe a tarefa de cozinhar para todos os companheiros.

Há ainda um pescador que auxilia no armazenamento do pescado no gelo, logo que este é despescado e pesado. Esta pequena tripulação, formada por um grupo de quatro pessoas também pesca e possui entre si laços de parentesco. A turma de Mangueira pesquisada em 2004, por exemplo, era formada pelos companheiros e sob a coordenação dos irmãos “Lima dos Santos”, filhos de Dona Dinorah Lima dos Santos, são eles: o Sr. Rui Guilherme, dono da geleira e por isso o chefe; o Sr. Silvano<sup>81</sup>, como o homem da balança e das finanças; os Srs. Márcio e Alcemir que alternam na tarefa de pilotar a embarcação e armazenar o pescado no gelo.

Os pescadores artesanais comerciais das comunidades negras rurais de Salvaterra realizam a RED a poucos anos, especificamente a um ano e meio devido a aquisição em 2004 da geleira de 3t denominada “Bebê de Soure”, obtendo assim a capacidade de armazenamento do estoque capturado e também por conta da compra de instrumentos de pesca modernos como rede de nylon ou de plástico, cordas e agulhas e anzóis industrializados, que fazem a reposição das ferramentas de produção de forma rápida<sup>82</sup>.

A figura do chefe surge no cenário das turmas de rio como dono da geleira e também responsável pela venda do pescado nos mercados distantes. É ele quem lucra com a variação dos preços dos diversos espécimes comerciais capturados no rio do Saco ao receber dos

---

<sup>80</sup> Nos relatos dos pescadores artesanais de rio verifica-se algumas alto denominação para a pessoa que realiza esta função como balanceiro. Entretanto, o termo “homem da balança” também fora citado e para não confundir este ator com o intermediário encontrado no destino final das rotas de produção fora o termo escolhido.

<sup>81</sup> O Sr. Silvano dos Santos Conceição é filho do segundo casamento de Dona Dinorah com o Sr. Frederico da Conceição. Ele é o mais moço dos irmão que trabalham nesta turma, com 28 anos, porém é denominado pela maioria dos companheiros de sua geração como o melhor pescador da turma de Mangueira. Por sua coragem e produtividade. Durante uma entrevista realizada em abril de 2004, no povoado de Mangueira, ele afirmou que juntamente com seus irmãos pescavam para o arrendatário Sérgio Gonçalves, nos lagos da fazenda Três Irmãos, durante o ano de 2001.

<sup>82</sup> Na capital do Pará é possível comprar as redes de pesca, de qualquer malhura, prontas e a vista ou a crédito. O chefe é quem se encarrega de realizar esta compra e geralmente cobra a vista, em peso de aracu, para os companheiros.

frigoríficos a valor pago por cada grupo de peixe (ver tabela 06 e 07). O lucro vem da variação de preços por grupo de peixe, pois o chefe paga aos companheiros um valor fixo de R\$1,00 por quilo de peixe de 1ª e R\$0,60 centavos por quilo de 5ª e os vende a preço de mercado. Portanto, podemos afirmar que a relação produtividade versus renda por pescador é indireta, onde o aumento da produtividade não acompanha, necessariamente a elevação salarial; até pelo contrário, como afirma Loureiro (1985, p. 169) “é justamente da defasagem entre o aumento crescente de produtividade e a rigidez do salário real que os empresários lançam mão como instrumento elementar de acumulação”. No caso de Salvaterra não há salários fixos, mas preço de qualquer espécime fixo, como é o caso do Aracu que pode ser vendido por até R\$2,50 no destino final, porém é comprado do pescador a R\$1,00 real. Esta defasagem de preços é percebida pelos companheiros como parte integrante do processo e embora desvantajosa é entendida como menos escravizante e exploradora do que a vivida pelos pescadores artesanais comerciais que trabalham nas turmas de lago. Tal percepção é justificada em seus relatos e os motivos são principalmente: - o fato de não servirem exclusivamente ao chefe podendo vender sua produção a outra geleira; - a vantagem de ver pequenas variações no preço fixado ao longo da safra; - a liberdade de voltar para sua casa à hora que quiser; - o fato de manterem uma relação de igualdade no trato com o chefe que é uma pessoa de sua comunidade e não mais um filho de fazendeiro ou pecuarista e também pela possibilidade de mandar aos seus familiares o peixe que captura.

A relação entre o chefe e os companheiros é percebida pelos mesmos como uma cooperação, onde os companheiros ajudam o primeiro a arcar com as despesas de deslocamento e armazenamento que os favorecem também, pois de outra forma seria impossível vender seus produtos a mercados distantes e obter melhores preços. No geral, as duplas de companheiros sentem-se como donos de sua força-de-trabalho e de sua produção, principalmente porque são proprietários de seus meios de produção.

Manescky (1993) ao analisar as relações sociais de produção e a distribuição do produto dos pescadores artesanais de Ajuruteua, afirma haver várias formas de partilha, variando conforme os instrumentos de pesca utilizados como redes e espinhéis, onde as parcelas que cabem aos pescadores dependem da extensão do aparelho, ou seja, quanto maior mais parcelas para o pescador. Nas “turmas de rio” de Salvaterra não é freqüente a associação entre companheiros, pois todos têm por praticas comprar seus instrumentos, caso não tenha, durante os meses que realiza suas capturas (usam o aracu como moeda). Então, o produto pescado pelo espinhel e pelas redes de espera, independente do tamanho serão vendidos ao chefe geleiro, por uma quantia fixa.

Nas turmas de rio de Salvaterra podemos encontrar associações familiares entre pai e filho ou entre irmãos que partilham o trabalho e a produção entre si não havendo a influencia e a participação do chefe-geleiro. O pai, geralmente, dá ao filho aprendiz uma quantia em dinheiro, quando recebe o pagamento da produção. Os filhos que acompanham seus pais são menores de idade e geralmente não possuem carteira de pescador ou licença como aprendiz e também não possui instrumentos de pesca. Ele participa do trabalho como ajudante e como aprendiz para mais tarde ser dono de sua própria canoa.

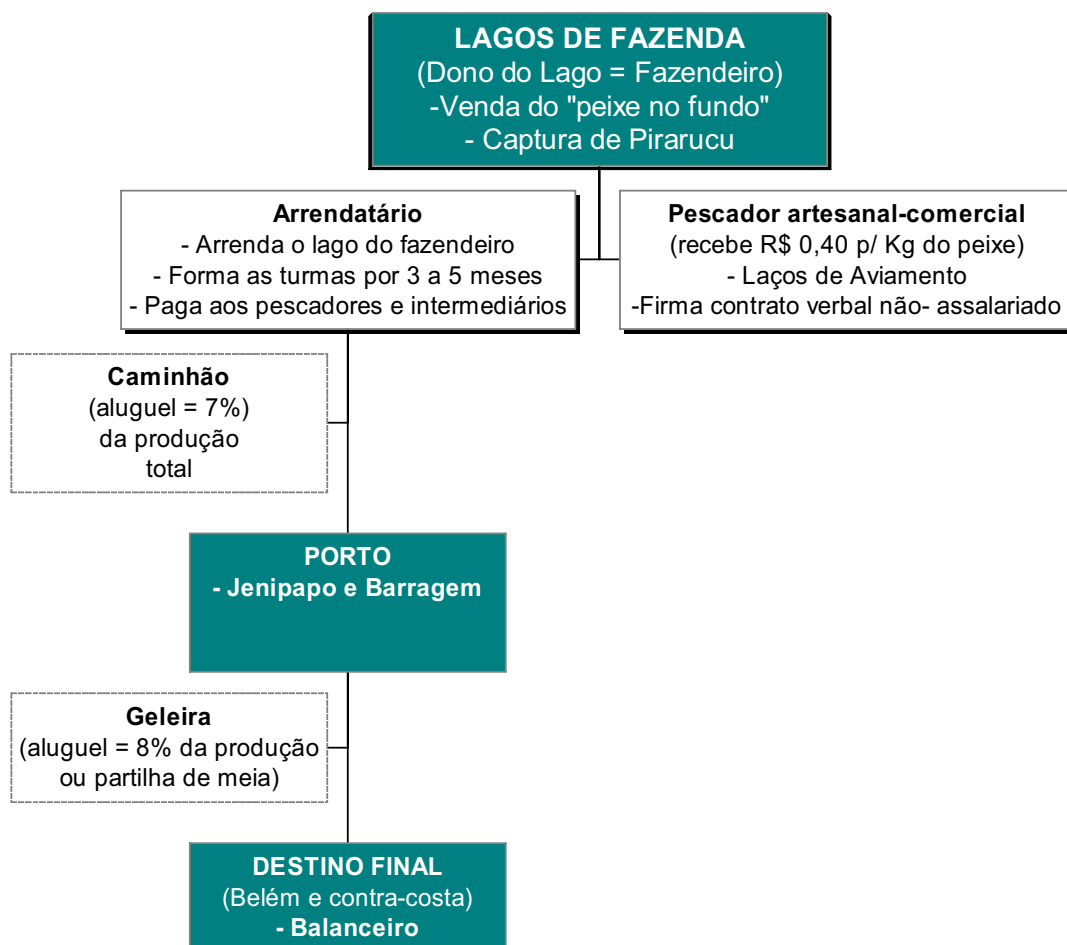
Maneschy (1993), denomina o pescador detentor de seus apetrechos e de canoa, como “pescador-proprietário”. Nas turmas de rio encontramos em frequência de quase 100% de pescadores proprietários, cujos rendimentos precisam custear: os gastos de reposição dos meios de trabalho, a subsistência de sua família e o seu próprio sustento, salvo a alimentação que fica por conta do chefe, que retira o peixe da produção, mas, não desconta na cota de cada pescador.

A obtenção dos meios de produção dos pescadores artesanais - comerciais de Salvaterra assemelha-se à relatada por Loureiro (1985), quanto à situação dos pescadores artesanais Vigienses, quando afirma que é a reduzida renda mensal um grande obstáculo para a acumulação pessoal ou acumulação precária destes pescadores.

Nos rios os pescadores são proprietários de canoas e redes ou espinhel, ou então, financiam as malhas ou caniços dos chefes, para produzirem suas redes e espinheis. Geralmente, estes pescadores pagam toda dívida durante os meses da safra. Outra renda que tem possibilitado a compra de aparelhos modernos como rede de nylon ou de plástico é o seguro desemprego dos pescadores colonizados que paga os três meses de uma única vez, durante o mês de março, antes do início da safra. Ser proprietário de canoa e apetrechos é condição essencial para realizar esta pescaria. Na REI, em lagos de fazenda como os da Tapera, a produção capturada é transportada em caminhões frigoríficos até Jenipapo e de lá é embarcado em geleiras, que levam o pescado ao seu destino final. Este destino geralmente é a capital do Estado. A figura do *balanceiro* surge no momento da venda do produto aos frigoríficos e comerciantes de Belém. É ele quem negocia a venda a “preço classificado”, ou seja, ele oferece aos atacadistas de acordo com a variedade dos espécimes (ver figura 33) e recebe cerca de 7% ou 8% do valor total arrecadado na transação. Então, um balanceiro que vende 1.811 kg de peixe arrecada, dependendo dos espécimes vendidos, cerca de R\$ 3.369,70 reais, sua comissão é de R\$ 235,00 reais (se for 7% do total recebido, esquema 3). O arrendatário é quem paga pela comissão do balanceiro e dos outros atores envolvidos. A venda da produção pode demorar de dois a três dias para acontecer, por isso os pescadores

artesanais das turmas de lago podem demorar uma semana ou mesmo toda uma temporada (3 a 5 meses) para receber seu pagamento, enquanto que as comissões pagas ao geleiro e a caminhoneiro são semanais.

A renda de cada pescador artesanal é baseada na quantidade de pescado que ele captura menos as suas despesas pessoais, que vão da compra de seus materiais (anzóis, rede, fio nylon, bóias e corda) a utensílios de higiene pessoal como barbeador e sabonete. O arrendatário é quem financia e compra tais materiais e costuma cobrar do pescador por quilo de aracu capturado (o aracu é um peixe de primeira e chega a custar nas pescarias de Belém cerca de R\$2,50, mas o preço fixado e pago pelo arrendatário é de R\$ 0,30 centavos, tanto para este espécime quanto para qualquer outro). O endividamento é inevitável, pois tanto o material de trabalho como itens particulares são essenciais para a permanência do trabalhador no lago.



**Esquema 3-** Rota Externa Indireta (durante a safra, nos lagos de fazenda).  
Fonte: Elaboração da autora (2004).

Os pescadores artesanais comerciais das turmas de Mangueira do Seu Emanuel, que existiram até meados de 1995, trabalhavam como companheiros nos lagos: Cipó, o Miritipucu, Pai Agostinho, Quati (permanentes) e o Que-Qué (temporário) da fazenda Tapera<sup>83</sup>. Esta turma monopolizava a mão-de-obra da maioria dos pescadores da referida comunidade. Ele possuía caminhão e geleira próprios, portanto suas despesas com intermediários eram menores e seu lucro, conseqüentemente maior. Este arrendatário “dava” as famílias dos pescadores que estavam ao seu serviço um “rancho”, enquanto estes estivessem fora. Este “agrado” era o ponto inicial do endividamento destes pescadores, que recebia seu pagamento em dinheiro somente ao final da temporada. A alimentação das turmas corria por conta do arrendatário e consistia no peixe, pescado por cada um, na farinha e temperos como o sal e a cebola.

Atualmente, as turmas de lago de Mangueira são organizadas por mais de um arrendatário. Durante a pesquisa de campo foi possível entrevistar três deles (o Sr. Tóti, o Sr. Augusto e o Sr. Emanuel filho), sendo a família Gonçalves quem as realiza em maiores proporções. Leonel (1998) refletindo sobre as intermediações e o aviamento na pesca artesanal afirma que no Pará existe a mais complexa rede de intermediários, financiando as viagens de formas diversas. No Marajó, o autor confirma a presença de intermediários nos rios e lagos, citando o caso do lago Arari, onde a relação entre o intermediário e o balanceiro<sup>84</sup> é “de meia” por viagem ou safra. Esta realidade descrita em 1998, pelo referido autor é relatada pelos pescadores artesanais no ano de 2004, pelas turmas de lago de Mangueira e Salvá.

Segundo Leonel (1998) uma alternativa positiva para minimizar as perdas dos pescadores frente à margem de lucro dos intermediários seria criar associações que buscassem financiamentos, cobrindo os riscos do investimento. As associações poderiam investir em gelo, na estruturação de um terminal e controle de um entreposto, ou seja, em melhorias de dependente de soluções difíceis de serem concretizadas. Alternativa seria o fornecimento de insumos básicos aos pescadores para que dessa forma eles tivessem um maior poder de barganha em relação às exigências impostas pelos intermediários.

---

<sup>83</sup> As áreas de pesca das turmas de lago de Mangueira, não se restringiam ao lagos da Fazenda Tapera, alcançavam áreas como o Ri do Saco, que na época, era arrendado pelos fazendeiros ao Senhor Emanuel e seus filhos.

<sup>84</sup> Nas turmas de lago pesquisadas o arrendatário assume um contrato com o encarregado, que é o dono da geleira, de duas formas: o aluguel ou a partilha de meia. O aluguel, entretanto, é considerado um negócio mais arriscado para o arrendatário. Este fato é o responsável pela maior propagação da partilha de meia, onde ambos dividem lucros e perdas, pois o lucro é repartido em 50% para cada um dos atores depois que é debitado o gato da produção.

Nas comunidades negras de Barro Alto e Mangueira, as turmas de rio estão diminuindo esta margem de lucro quando ofertam preços diferentes aos peixes de 1º, ao longo da safra e também conseguiram adquirir uma geleira (cada grupo a sua), diminuindo, com isso, o número de intermediários, de acordo com o esquema 2.

O sentimento de cooperação citado pelas turmas de rio, já mencionado anteriormente, é diferente nas turmas de lago, onde o sentimento é de proteção. De acordo com informações relatadas por pescadores artesanais comerciais de Mangueira, é necessário trabalhar no lago quando não se tem instrumentos de pesca, pois a compra das artes de pesca é financiada pelo arrendatário, sem o compromisso de serem pagas até o término da safra. Criando um vínculo de dependência, diferindo do que ocorre com as turmas de rio.

O financiamento de instrumentos do pescador artesanal pelo chefe (dono de geleira) tem prazo mais curto, sendo geralmente pago à vista. Este fato atrai muitos pescadores para essas turmas, pois não há o poder do patrão inibindo suas ações e existem melhores condições de produção, bem como o financiamento de “redes de pesca” a preços menores, podendo ser o mesmo valor encontrado nas lojas especializadas de Belém.

A luz dessas informações, podemos nos aventurar a algumas interpretações, baseando-nos em estudos como os realizados por Aramburu (1994) na comunidade de São Sebastião da Boa Vista. Segundo este autor, mudanças na forma de aviamento vem acontecendo desde a década de 70, provocadas pelos efeitos do aumento da inflação e pelas taxas de juros. Aramburu (1994, p. 87-97) segue afirmando que o sistema de aviamento “adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas”. Este sistema se caracteriza como uma forma de crédito informal que alcança o produtor do interior amazônico e que esta sendo alimentada pelo sistema bancário, a partir de créditos formais.

As mudanças que estão acontecendo com as turmas de rio, são provocadas pela relação que este sistema estabelece com o mercado global. Atualmente, muitos financiadores (aviadores ou patrões) preferem aceitar perdas na margem de lucro do que se arriscarem criando longas redes de endividamento onerosas, que monopolizam a mão-de-obra, dando poder ao patrão e certa “proteção” ao produtor.

Aramburu (1994) afirma que os mais favorecidos, que possuem instrumentos de pesca, preferem a liberdade de comprar e vender sua produção nas geleiras das turmas de rio, mas os menos favorecidos escolhem a segurança da fidelidade do “patrão freguês”. Este autor (1994, p. 98), afirma ainda que podemos perceber que tais mudanças no sistema de financiamento deve ser interpretado de forma de forma cautelosa, pois ela insere aspectos positivos e



negativos. Positivos os casos como: maior autonomia de ação, que deixa espaço para práticas de transformações sociais, ou ainda, o afastamento dos trabalhadores de sistemas de semi-servidão. Quanto aos negativos podemos citar que a omissão do Estado na prestação de serviços básicos favorece a continuidade de laços de fidelidade “dos patrões e a origem de associações pode encaminhar-se numa política direcionada e subordinada aos campos eleitoreiros” (ARAMBURU, 1994, p. 98). Portanto, precisamos registrar as mudanças recentes nas turmas de rio, mais adiante e refleti-las nem de forma pessimista, nem otimista.

A presença de intermediários no processo de produção pesqueira provoca a alta do preço do pescado e impossibilita a maior lucratividade aos verdadeiros produtores que são os pescadores. A figura do arrendatário poderia ser substituída por uma cooperativa de pescadores, que diminuiria o custo de transporte se possuísse um caminhão e uma geleira e ao invés de negociar com o balanceiro, venderia o pescado diretamente aos comerciantes locais a preços distintos, ou seja, cada tipo de peixe seria vendido de acordo com o valor estabelecido comercialmente.

A figura do fazendeiro no processo é uma questão mais complexa e não menos injusta. Ele como “dono” tem um lucro líquido de 100% em toda captura realizada, pois ao arrendar, vende o “peixe no fundo”. Lucra também com a venda do pirarucu que é peixe “nobre” e não está incluso no “contrato”. Por outro lado, o mesmo é isento de débitos pois, geralmente, não realiza nenhum investimento prévio no lago, pelo contrário, muitas das vezes permite que o gado ou o búfalo, de sua propriedade, invada este ambiente “limpando-o” e dessa forma acaba provocando a diminuição da produção de pescado. A nocividade dos bubalinos e bovinos à produtividade pesqueira de ambientes varzeiros já foi mencionada por autores como Mcgrath (1991, 1993) e Goulding (1997) <sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> Goulding (1997), em estudos realizados na várzea do Baixo Amazonas, afirma que a pecuária extensiva provoca danos durante o verão que acabam diminuindo a produtividade dos lagos de várzea, que acolhem os peixes no inverno.

## 4 CONFLITOS DE PESCA

### 4.1 TERRITÓRIOS DE CONFLITOS

O Arquipélago de Marajó é freqüentemente palco de conflitos devido à apropriação criminosa<sup>86</sup> dos recursos naturais – terra, água, pastagens, mangues, lagos, igarapés e rios, por parte de um pequeno grupo dominante que acaba impedindo a grande maioria dos trabalhadores de realizar suas atividades produtivas como a caça, a pesca, a agricultura, a produção de carvão e a criação de pequenos animais.

Miranda (1951), fez menção à prática dos fazendeiros locais, de construir “currais” ou “cercados” ao longo das praias de areias ou de tijuco nos rios, com a finalidade de formar lagoas artificiais que abrigassem peixes e quelônios que mais tarde seriam consumidos na Ilha ou vendidos para a Belém.

A este tipo de prática definida pelo autor como piscicultura é atribuída à utilização de instrumentos comuns à pesca artesanal<sup>87</sup> e o fato constitui uma tentativa pouco eficiente de criar reservas de peixe - devido à baixa concentração destes nas lagoas, provavelmente provocada por períodos de seca prolongada (MIRANDA, 1951).

Os grupos sociais envolvidos nos conflitos daquela época eram principalmente, os fazendeiros (criadores de gado) e os pescadores artesanais. Há na literatura sobre a região, registros de “conflitos de beirada”, que ocorreram na década de 1940 (JURANDIR, 1942; ALMEIDA, 1998; VIANNA, 1998). Jurandir (1942) afirma que houve sérios desentendimentos entre os fazendeiros - que exigiam o direito de uso exclusivo da “beirada do rio”, e os pescadores - que alegavam ser esta área de propriedade da marinha e, portanto de livre acesso.

Os fazendeiros acusavam os pescadores artesanais de invadirem seus lagos e de roubarem seus gados. Este último fato serve de respaldo para os mesmos contratarem vigias armados e darem-lhe a função de expulsar qualquer pessoa que tente usar o recurso. Jurandir (1942), nesse seu trabalho de cunho jornalístico e analítico, dá razão aos pescadores e sugere

---

<sup>86</sup> A apropriação é criminosa, pois fere o código das águas (Capítulo II: Art. 7º; Cap. IV: Art. 10 e 11) Decreto n.º 24.643, de 10.07.1934. O código define como águas comuns (de livre acesso) todo corpo de água que ultrapassa o limite territorial de uma propriedade privada (como é o caso dos rios e igarapés), nos terrenos da marinha, nos terrenos reservados nas margens de correntes públicas de uso comum como canais e lagos da mesma espécie.

<sup>87</sup> A pesca artesanal de subsistência a que me refiro é aquela cuja produção está voltada para o consumo dos familiares e da comunidade, semelhante a “pequena pesca” descrita por José Verissimo em sua obra *A pesca na Amazônia* (1895, p. 69).

como solução para o conflito a reorganização da indústria da pesca e a partir desta uma definição para o uso da beirada.

Atualmente, os conflitos de pesca, no Arquipélago do Marajó caracterizam-se por tensões que assumem feições variadas, “as quais vão das manifestações de insatisfação por parte das categorias envolvidas” podendo chegar a situações de ameaças diretas e até mesmo agressões. A insatisfação surge entre os agentes antagônicos que buscam garantir seus direitos (de uso de recursos, por exemplo) (FURTADO, 1993).

As categorias envolvidas são os pescadores artesanais de subsistência, pescadores artesanais comerciais, os agentes financiadores intermediários (geleiros, encarregados, balanceiros), os fazendeiros (geralmente pecuaristas) e as lideranças dos órgãos governamentais representativos da pesca, como o IBAMA.

As informações empíricas apontam a existência de conflitos entre: pescadores artesanais (de subsistência e comerciais) e as instituições creditícias e de fiscalização; os pescadores de subsistência e os fazendeiros; pescadores comerciais e os fazendeiros e entre os pescadores artesanais de subsistência e os artesanais comerciais.

Os confrontos ocorridos entre os pescadores artesanais e os representantes de instituições federais, e creditícias são percebidos como “conflitos externos”, cujas intervenções partem de ações vindas de fora da comunidade. Entretanto, aqueles que envolvem fazendeiros versus pescadores artesanais ou pescadores entre si são denominados “conflitos internos”.

RECURSO (TERRITÓRIOS DE PESCA)	CATEGORIAS ANTAGONICAS	MOTIVOS	CARACTERÍSTICA DOS ENFRENTAMENTOS
RIOS E TRIBUTÁRIOS	PESCADORES ARTESANAIS X IBAMA	- discursos divergentes sobre a lei do defeso; uso de redes ou épocas impróprias	apreensão de redes de pesca e barcos em época de defeso; multa
RIOS, IGARAPÉS, BAIXAS E LAGOS DE FAZENDA	PESCADORES ARTES. DE SUBSISTÊNCIA X FAZENDEIROS	- fazendeiros alegam roubo de gado e cercam os recursos pesqueiros; exploração comercial dos recursos; destruição das lavouras pelos rebanhos bovinos e bubalinos.	ameaças com vigias armados; cercas eletrificadas
RIOS, IGARAPÉS, BAIXAS E LAGOS DE FAZENDA	PESCADORES DE SUBSISTÊNCIA X PESCADORES COMERCIAIS	- invasão dos territórios de pesca por pescadores "forasteiros" e uso de redes impróprias	discussões; proibições verbais; conversa entre lideranças
RIOS E LAGOS (SAFRA)	PESCADORES ARTES. COMERCIAIS X FAZENDEIROS	- alto preço do arrendamento; recusa de contratação; conflito de beirada	ameaças com vigias armados; agressões; mortes??

**Quadro 8-** Relação de categorias antagônicas/motivos/características do enfrentamento, pelos recursos pesqueiros de uso das comunidades quilombolas de Salvaterra.

Fonte: Elaboração da autora (2004)

No quadro 8, há o resumo dos motivos mais citados pelos entrevistados, em Salvaterra como responsáveis pelas tensões. Os conflitos internos, que envolvem os pescadores artesanais de subsistência e os fazendeiros, diferem dos que ocorrem entre os pescadores comerciais e os fazendeiros, contudo ambos envolvem a proibição por parte do fazendeiro ao uso do recurso.

Na relação com os pescadores de subsistência, os fazendeiros cercam as áreas com arame farpado ou cercas elétricas de limite (sem nenhum aviso de perigo), e usam, inclusive, a estratégia de deixar os rebanhos de bovinos e bubalinos, soltos no campo, para que estes destruam os lagos, as plantações e os quintais dos pequenos produtores familiares, forçando-os a saírem da área de cultivo ou de pesca.

No outro caso, o dos pescadores comerciais, os fazendeiros têm por prática deixar de realizar arrendamentos com as turmas de rio ou de lago das comunidades e fazer novos contratos com pescadores “de fora”, como forma de retaliação. Podem ainda inibi-los com vigias armados, proibindo o acesso à beirada dos rios e ameaçando-os com a polícia local.

Na relação entre os pescadores artesanais comerciais e os de subsistência pode haver conflito caso os primeiros invadam os territórios de pesca de uma comunidade que não é a sua, ou seja, caso a turma de rio de Barro Alto capture peixe no rio Mangueira ou em seus tributários (como os igarapés) com extensas redes e geleiras e sem a permissão dos moradores da comunidade. Este tipo de conflito tem ocorrido em baixa frequência, principalmente durante a época do defeso, quando os pescadores comerciais tentam burlar a fiscalização do IBAMA, pescando em rios mais interiores.

Quanto aos conflitos externos podemos citar Leonel (1998) que afirma que a pesca no interior da Ilha do Marajó é conflituosa, pelo fato de os fazendeiros não deixarem os pescadores lançarem suas redes em regiões consideradas pelos primeiros como sua propriedade particular, tanto terra quanto água. O autor situa a temporalidade destes enfrentamentos também com o IBAMA e afirma que eles acontecem principalmente durante os meses de chuva, pois neste período acontecem os dois fatos simultâneos. O primeiro é um fato ligado à dinâmica das populações pesqueiras, que durante os meses que vão de dezembro a junho refugiam-se para reproduzir nos campos alagados e nos lagos da região, ocasionando a falta de peixe nos leitos centrais dos rios. A dificuldade da captura reduz a produtividade dos que pescam nestas áreas, e somado a este fato há a proibição da pesca estabelecida pela Lei do defeso. Tal proibição se dá devido o período de desova dos peixes que ocorre nos meses dezembro e maio, esta lei força os pescadores a esperarem passar a época do defeso. É neste período que os mesmos se enfrentam com o IBAMA, o órgão responsável pela

fiscalização destes recursos, durante seis meses. Os pescadores protestam quanto à generalização do defeso, pois consideram que as desova são diferentes, por exemplo, entre os peixes considerados dos lagos e do mato e os peixes dos rios, que geralmente são espécies migratórias.

É importante frisar que mesmo sendo freqüentes os enfrentamentos entre os quilombolas e os fazendeiros, poucos são os documentos oficiais que podem servir de comprovação formal destes acontecimentos. No geral, quando um pescador é ameaçado ou impedido de pescar em águas pluviais da união costuma levar a denúncia ao IBAMA ou a Polícia Militar, que procede, em sua maioria, informalmente através de conversas conciliatórias. Documentos oficiais como boletins de ocorrência policiais ou processos instaurados são raros e quando existem estão fora de alcance. Pessoalmente fui à delegacia de Soure, ao Fórum Municipal duas vezes e fui informada que não há registros.

Almeida (2003, p. 44) em sua obra “Palafitas do Jenipapo na ilha do Marajó: a construção da terra, o uso das águas e o conflito” apresenta uma relação de três homicídios “e um atentado à bala a um lavrador, pelos denominados ‘vigias’ em abril de 1986, abril de 1989 e abril de 1991”, todos denunciados pelos relatórios da Comissão Pastoral dos Pescadores referentes aos últimos doze anos.

Visualizar e entender os conflitos de pesca se torna relevante à medida que se possam obter informações empíricas que sirvam de base para a elucidação ou a diminuição dos mesmos. Furtado, (1993, p. 389), ao se referir aos conflitos de pesca existentes na região do baixo Amazonas, afirma que os conflitos precisam ser solucionados, “a partir das estratégias criadas e indicadas pelos moradores (e apoiada pela análise crítica do cientista)”. Caso contrário, a tendência é haver a deterioração das condições de vida do pescador regional, bem como o benefício das classes dominantes envolvidas na pesca e, portanto, a desestruturação da “pequena produção pesqueira, a qual vem criando estratégias ou mecanismos que permitem sua reprodução social”.

#### 4.2 TERRITÓRIOS DE PESCA DOS PESCADORES ARTESANAIS CONVERTIDAS EM ÁGUAS DE CONFLITO

A história dos conflitos por recursos da Ilha de Marajó que atingem as comunidades negras de Salvaterra é melhor compreendida quando voltamos nossas observações para o processo de formação da grande propriedade durante o século XVIII. Tudo começou com a

concessão de grandes terras da Ilha “aos donatários de sesmarias”<sup>88</sup>, no ano de 1721. Tais concessões permitiram que estes controlassem pastos naturais para a criação de gado. Segundo Acevedo Marin (2004) foram concedidas cinquenta sesmarias, entre os anos de 1721 e 1740, principalmente ao longo do rio Arari. As fazendas “invadiram” o Arquipélago do Marajó já nos últimos anos do século XVIII, depois que os religiosos perderam a posse da terra para “oficiais dos corpos militares e pessoas casadas provenientes do reino”. No século XIX menciona que “nas freguesias mais importantes os fazendeiros praticavam o comercio de gado e cultivavam suas representações de poder”. Tais representações tornaram-se expressivas na vida política da província do Pará, após a Independência.

No início do século XIX, ano de 1803, cerca de 500 mil cabeças de gado, distribuídos em 226 fazendas da ilha forçaram ex-escravos, indígenas e homens livres pobres a se dispersarem às margens das fazendas ou em “terras mais longínquas”, formando sítios. A mão-de-obra das fazendas eram os indígenas e mestiços, os homens livres e o escravo. Os índios e mestiços representavam 80% da população de Arquipélago do Marajó e havia um número de escravos expressivo, “cerca de 2040 escravos em 1823”, que passam a formar muitos povoados como os de Cachoeira do Arari, Muana, Chaves, Monsaras, Monforte e Salvaterra. Este número era quase seis vezes maior que o número de brancos encontrados na região (ACEVEDO MARIN, 2004).

Estes dados sobre os escravos da Ilha do Marajó não podem ser considerados “numericamente desprezíveis” entre os grupos que povoaram a Amazônia. Autores como Salles (1988) e Acevedo Marin; Castro (1999) afirmam que a presença dos negros na Amazônia é expressiva e pode ser percebida em diversas produções agro-extrativas e em grandes propriedades rurais, a partir do século XVIII.

A rigidez da estrutura fundiária no arquipélago do Marajó, que tem raízes no período colonial, impossibilitou o incremento demográfico pela migração, pois a atividade pastoril ainda utiliza um número reduzido de pessoas em grandes extensões de terra e gado. Em outro extremo existiram as “fazendolas” e “sítios”, que são formas distintas de constituição da propriedade e organização do trabalho, onde o trabalho familiar predominou. Nos pequenos sítios se reuniam “indígenas, camponeses negros e mestiços” que praticavam regularmente atividades como a agricultura, a pesca e o extrativismo, desde o início da ocupação colonial. Nas margens das fazendas haviam “as comunidades de fugitivos na ilha de Marajó”, que

---

<sup>88</sup> Acevedo Marin (2004) afirma que as sesmarias foram distribuídas nas regiões: meridional e nordeste da ilha do Marajó, primeiramente ao longo do rio Arari e depois subiram em direção das nascentes desse rio e seus afluentes.

provavelmente mantinham intercâmbio com as comunidades negras da Região do Salgado, Vigia, Colares e até Bragança (ACEVEDO MARIN, 2004).

Os sítios e as fazendas representam espaços geográficos - ambientais e simbólicos distintos. Diegues (1994) afirma que as forças produtivas que uma sociedade dispõe para agir sobre a natureza que a cerca, possui dois componentes intimamente interligados, uma parte material e uma parte ideal - representações da natureza, regras de fabricação e de uso de utensílios etc. Tais representações são indispensáveis para a mobilização dos meios materiais, a qual se efetua por conjuntos de ações encadeadas que constituem o que se chamam “*processos de trabalho*”. Segundo o autor a porção imaterial processo de trabalho constitui uma realidade social tão palpável quanto às ações materiais que o homem exerce sobre a natureza (DIEGUES, 1994).

Acevedo Marin (2004) relata que o sítio representa tanto a filiação quanto as formas de acesso a um patrimônio, visto que ele representa “os herdeiros de uma terra”, compartilhado por filhos e filhas, mas que é importante perceber que “o mundo agrário do arquipélago também tem uma diversidade considerável de tamanho de propriedades, de formas de grupos sociais formados pelos herdeiros e deserdados” de acesso.

A concentração de terras em fazendas agropecuárias permitiu que se originasse na Ilha uma aristocracia local que pode ser identificada como *oligarquia*. Esta é definida por Emmi; Acevedo Marin (1996, p. 51), como “uma estrutura de poder, caracterizada pelo controle político e econômico exercido através de uma extensa rede de relações em que predominam mecanismos de dominação/subordinação”. As autoras afirmam que o domínio da terra é a base do poder oligárquico no Pará e que esta base, ao longo do processo histórico “continua relativamente intocada”. Nas sociedades rurais, como no Marajó a terra é o meio de trabalho essencial, bem como o objeto e o produto de trabalho, assim há uma tendência generalizada à formação de grandes propriedades particulares, semelhante ao que Emmi, (1988) discute em sua obra “A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais”

Emmi, (1988, p. 147), em estudos sobre a oligarquia de Marabá, compara a oligarquia presente no Marajó com esta e diz que em Marabá ela foi formada por intensas lutas “que resultaram na constituição de oligarquias locais ligadas ao comércio e fortalecidas pelo domínio da terra”. Entretanto a autora descreve um quadro equivocado quando afirma que as oligarquias que se estabeleceram em Marajó não encontraram resistência dos moradores, ou agregados do latifúndio agropecuário.

Os antagonismos sociais que surgem no meio agrário, não se restringem ao Arquipélago de Marajó, em todo país é o reflexo de formas econômicas e políticas repressivas

e violentas, onde grupos empresariais e o próprio governo se apropriam continuamente de territórios e recursos dos quais depende a existências de grupos como camponeses, quilombolas, posseiros, índios, seringueiros, entre outras categorias que se afirmam por meio de uma existência coletiva denominada identidade - carregada de simbolismo, de trabalho, de resistência coletiva diante de uma opressão.

Na região da Bragantina surge como questão importante, “a relação de construção do território, a idéia de mobilização política, com a produção da memória”. A memória ao ser construída sob esta perspectiva surge como “invenção de grupo” (auto-identificação), trazendo a “ancestralidade” como “elemento mobilizador das comunidades negras”. Há relatos, como os de Narcisa, onde grupos bastante organizados reagiram ativamente pela conquista da terra- fortalecendo sua identidade étnica. Um ponto semelhante entre a região de Mangueira (Salvaterra/Marajó) e a Região Bragantina é que em ambas está ocorrendo a fuga de seus jovens para as áreas urbanas. As autoras Acevedo Marin; Castro (1999, p. 85) ao analisarem os elementos marcantes das terras de preto na região Bragantina afirmam que:

A evolução dessas comunidades revela as situações do campesinato regional mais afetado pelo processo de cercamento de terras, vendo lentamente reduzirem-se suas terras agriculturáveis pela entrada de grupos de fazendeiros e empresas agroindustriais. Nessas comunidades é freqüente o fracionamento da terra, muitas vezes permanecendo pequenas faixas reservadas como terras de santo, o que contribui para manter a unidade do grupo. Também revigoram as tradições familiares, religiosas, de trabalho o que funciona como elemento de agregação e respondem pela atualidade desses grupos como comunidade negra rural. A migração da geração mais nova para os núcleos urbanos dificulta a elaboração de projetos societários enquanto as políticas de crédito e fundiária restringem a expansão da agricultura familiar.

A visão hegemônica que se tem da Ilha de Marajó como “vazio da ocupação humana”, estabelecida nas últimas décadas pelos poderes públicos Estaduais, advém do fato dessa região ser alvo da atuação permanente destes poderes, que acabam sendo pressionados pela oligarquia local (ALMEIDA, 1998). Tal visão não “enxerga” um “campesinato negro que se originou da formação dos mocambos da Ilha, da existência dos pequenos sítios, de concessões, doações e aquisições de terras de famílias que lutam por uma condição de autonomia e que na maioria das situações ficaram limitadas pelas cercas das fazendas” (ACEVEDO MARIN, 2004).

Almeida (1998, p. 41-42), ao estudar os Municípios de Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari, afirma que é importante analisar as “estratégias de sobrevivência de vaqueiros, pequenos produtores agrícolas e pescadores”, pois quando se percebe o conjunto de



representações e regras processadas pelos referidos atores sociais, criam-se possibilidades de planejar de maneira eficaz ao invés de repetir “velhas receitas” como foi e é o caso das políticas de incentivos das empresas pastoril do Marajó. O autor chama atenção ao discurso que os fazendeiros e planejadores, impuseram durante décadas, de que a indústria pastoril da ilha passa por depressões e que este fato torna necessária a intervenção do Estado para cobrir os custos dos empreendimentos privados.

Apropriando-se do discurso do referido autor afirmamos que cabe à academia e aos planejadores regionais e nacionais perceberem que, diante do processo de “múltiplas adversidades” - “caracterizada por cerceamento dos direitos das águas por interdições de acesso a terra”, é impossível planejar, de maneira eficaz, sem passar pela análise dessas situações concretas (ALMEIDA, 1998, p. 42).

#### 4.3 CONFLITOS EXTERNOS: DESENCADEADOS PELA INTRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NA DÉCADA DE 1970

Na década de 1970, outro sistema de trabalho surgiu no cenário amazônico a partir da expansão da pesca industrial, citado por autores como Furtado (1988), Mello (1993) e Diegues (1995). Este novo setor é descrito por Furtado (1988, p. 265), no Pará, como “grande pesca”, ou seja, “aquela que é praticada nos moldes empresariais, com alto grau de modernização em seus processos de captura e beneficiamento, cujas relações de trabalho são de caráter capitalista”.

Segundo dados apresentados pelo Departamento Estadual de Estatística (DEE), que compõe uma série que vai de 1966 a 1970, os municípios do Marajó contribuíram em 60% de toda produção de pescado desembarcado em Belém (Ver-o-Peso) neste período (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO-SOCIAL DO PARÁ, 1974). Destes municípios, os de Soure e de Salvaterra foram os que mais produziram nestes anos, tendo atingido um percentual de 45% e 30% respectivamente.

Segundo Ferreira (2002) nas docas do Ver-o-Peso, em Belém, se comercializam cerca de 80 toneladas por dia de pescado. Este fato a elege a maior receptora de pescado da região Amazônica com um volume de cerca de 10 mil toneladas de peixe por ano, movimentando valores em torno de US\$ 10 milhões de dólares. O autor afirma que os dados estatísticos sobre as áreas de pesca de origem do pescado é impreciso e que não há separação sobre a contribuição de cada setor pesqueiro (artesanal ou industrial). É sabido, no entanto que os

barcos pesqueiros da Ilha de Marajó e Baixo Tocantins realizam de seus produtos pesqueiros em Belém, contribuindo na captura deste montante acima citado.

Vale lembrar que no início dos anos 80, em consequência do surgimento do setor industrial a produção do pescado no Marajó acusou um crescimento da ordem de 195% que, segundo dados do DEE, provavelmente foi sustentado nos anos seguintes pela intensificação da captura da Piramutaba na área da baía de Marajó, para fins de industrialização e exportação.

A pesca industrial, segundo Mello (1993), é aquela realizada por barcos de grande porte, com casco de ferro e redes de arrasto, que capturam exclusivamente Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e camarões (gêneros *Macrobrachium* e *Penaeus*), usam tecnologia de produção altamente sofisticada, mão-de-obra assalariada, dentre outras características particulares. Diferencia-se da pesca artesanal também pela motorização ou a capacidade de transporte das embarcações. A área de atuação da frota também pode ser utilizada para classificar os barcos, sendo consideradas artesanais aquelas embarcações que pescam em ambientes costeiros litorâneos ou em águas interiores, e industrial aqueles que pescam em ecossistemas oceânicos (BARTHEM, 1985; LEITÃO, 1996; ESPIRITO - SANTO, 2002).

A concorrência que surgiu entre a pesca artesanal comercial<sup>89</sup> e industrial provocou novos conflitos que deviam ter sido minimizados após a proibição legal<sup>90</sup>, por meio da Portaria 009/88 da circulação da frota industrial na Baía do Marajó, mas o que ocorreu foram mais denúncias e confrontos. Os pescadores industriais passaram a fazer parte dos atores envolvidos ao se aliarem aos antigos grupos sociais antagônicos. Como agravante a Portaria 009/83 foi substituída em 1990<sup>91</sup> e a frota industrial passou a circular livremente nesta baía. Os conflitos continuaram e as medidas de intervenção dos órgãos governamentais não conseguiram evitar tais enfrentamentos. A intensificação da pesca e o surgimento da frota industrial, na década de 1970, não trouxeram desenvolvimento à população e tampouco ao

---

<sup>89</sup> A definição de pesca artesanal comercial difere da artesanal de subsistência, pois é entendida como aquela que acontece durante o período de safra, nos meses de julho a novembro, e que é formada por agrupamentos de trabalhadores cujos vínculos familiares não definem os parceiros podendo estes serem provenientes de vários lugares distintos. É importante destacar que as técnicas e instrumentos de pesca se assemelham aos dos pescadores artesanais de subsistência, entretanto a forma de trabalho e o destino de seus produtos são aspectos diferentes. Os dos comerciais são quase exclusivamente enviados à geleiras para atender mercados próximos e distantes. Isaac e Barthem (1995: 299) os classifica como artesanais de caráter comercial.

<sup>90</sup> Portaria 009/83. Isaac & Barthem (1995).

<sup>91</sup> Portaria IBAMA/SUSPES-PA nº11 de 30.05.1990 dispõe sobre a abertura da pesca Profissional na Bacia Hidrográfica da Ilha de Marajó, no Pará, considerando-a aberta a pesca industrial.

setor pesqueiro, o que se tem notícias é que tais medidas não alcançaram seu objetivo e ainda deixaram como saldo maiores problemas (FURTADO, 1997).

É importante frisar que o choque entre as atividades pesqueiras artesanais comerciais e industriais ocorreram na região da baía do Marajó a partir da década de 80, quando a pesca da Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillanti*) e do camarão (gêneros *Macrobrachium* e *Penaeus*) foi intensificada em todas as regiões marinhas e estuarinas do Brasil. Houve encontros entre pescadores da região do Marajó e os de fora, portanto é verdadeiro afirmar que os pescadores artesanais (monovalentes) migraram em busca desta nova modalidade de pesca, tanto que relatórios do IDESP (1991) sugerem que esses pescadores artesanais deveriam ser treinados para melhor desenvolver suas atividades nesta nova realidade produtiva. Furtado (1990); Mello (1984) e Maneschy (1990) fazem uma rica análise sobre este processo.

Nos rios, lagos e igarapés do Marajó, os pescadores tradicionais assimilaram as novas tecnologias paulatinamente, ao longo dos anos. Diegues (1995, p. 97) analisa esse fato, em estudos realizados com pescadores da área marítima, afirmando que “a pouca disponibilidade de capital e da sazonalidade da pesca, muitas vezes põe em risco a própria sobrevivência física do pescador e sua família”, sendo por isso comum que o pequeno produtor incorpore uma nova tecnologia apenas quando esta tenha provado ser eficiente. Outro aspecto que restringiu o uso imediato das inovações, originadas na década de 70, é o raro financiamento cedido aos pescadores tradicionais da região. Como exemplo podemos analisar os dados emitidos pelo IDESP (1991), a respeito do projeto PESCART<sup>92</sup>, em 10 projetos emitidos para aprovação de financiamento apenas três pescadores obtiveram o crédito - a quantidade de pescadores artesanais registrados nas colônias do Marajó era de 5.920, ou seja, 16,30% de um total estadual de 36.308 trabalhadores deste ramo.

As novas tecnologias, surgidas desde a década de 1970, como a rede de nylon, o barco motorizado, a geleira e a formação da frota industrial, não provocaram encontros entre os pescadores artesanais de subsistência, salvo aqueles que migraram para a frota industrial e os trabalhadores da frota pesqueira industrial, pois esta não tem acesso aos mananciais ícticos da região, nem mesmo os afluentes de rios, igarapés e lagos da Ilha de Marajó. Os conflitos registrados na baía marajoara possuem outra natureza, assim como sua utilização pode ser

---

<sup>92</sup> Segundo Diegues (1995: 116-117) o projeto PESCART foi criado em 1973 para compensar a pesca artesanal. Em sua análise tal projeto teve efeito reduzido pois se tratava de dar assistência técnica- disponibilizando engenheiros de pesca. Entretanto, o que percebemos e o autor afirma é que nem sempre tais inovações eram necessárias, pois o problema não era o auto da produção e produtividade, mas sim os baixos preços pagos ao pescador pelo sistema injusto de intermediação, não levaram em conta o contexto-sócio cultural e o sistema de poder reinante das comunidades pesqueiras.

explicada, nos dias de hoje pela pressão da demanda externa (atendendo a lógica capitalista de mercado), pois a intervenção federal tornou uma porção desta área como espaço livre para a exploração da pesca industrial, antes disso não há conhecimento de como se dava esta exploração, mas certamente a pressão exploratória era menor devido a impossibilidade de realizar grandes armazenamentos, já que foi também na década de 1970 que houve a expansão dos frigoríficos. Esta expansão, juntamente com o crescimento do mercado consumidor possibilitaram a absorção do excedente da produção gerado pela entrada das inovações tecnológicas.

Os conflitos sociais observados no interior da Ilha são ocasionados atualmente, como já mencionado, pela usurpação dos recursos por parte dos fazendeiros. A dificuldade de reprodução das atividades realizadas pelas populações pesqueiras é proveniente das interdições, restrições e permissões do “dono do recurso”. Por vezes, o poder oligárquico da Ilha supera o das instituições responsáveis pelo controle e manutenção dos recursos renováveis, como IBAMA, ou ainda instituições creditícias regionais como o BASA (HURLEY, 1933; ALMEIDA et al, 1998). Este poder não reconhece a forma como os pescadores gerenciam as áreas onde desenvolvem sua atividade.

#### 4.4 CONFLITO DE BEIRADA: UM CONFLITO INTERNO QUE HOJE ACONTECE ÀS MARGENS DO RIO DO SACO (SOURE/ILHA DE MARAJÓ)

Atualmente os *conflitos de beirada* não se restringem tão somente às beiras dos lagos ou igarapés, localizados no interior da fazenda. Há enfrentamentos entre pescadores artesanais e fazendeiros nas beiradas dos rios

Segundo Furtado (1993) os pescadores de Óbidos entendem que o uso dos mananciais, onde desenvolvem suas práticas, são de domínio público, ou seja, não pertencem aos fazendeiros que os requerem. Em contrapartida, os fazendeiros percebem qualquer porção de terra ou de água que se encontra dentro de seus limites como recursos particulares, dessa forma autora afirma que “o público e o particular ou privado têm uma conotação para o grande proprietário não muito coincidente com a do pescador artesanal”. Nos relatos dos pescadores artesanais de Salvaterra também ocorrem estas divergências de entendimento. Os grupos familiares quilombolas afirmam ser os lagos e igarapés, próximos as suas comunidades, recursos comum cujo uso é próprio dos que vivem e trabalham no local.

No ano de 2003, fazendeiros e pescadores artesanais comerciais se enfrentaram e estes confrontos foram, possivelmente, os de maiores proporções no rio do Saco e também

responsáveis por algumas mudanças significativas vividas pelos grupos quilombolas de Salvaterra. É importante esclarecer que o grupo de pescadores quilombolas da comunidade de Mangueira entende as águas daquele rio como suas águas de trabalho, onde estão localizadas suas áreas de pesca. Entretanto, no ano de 2003 um grupo de fazendeiros pecuaristas mandaram seus vigias apreenderem as redes de malhar dos pescadores da comunidade de Mangueira (Salvaterra/PA). O Sr. Rui, por exemplo, quando estava trabalhando para o arrendatário de Mangueiras conhecido como Emanuel, teve sua embarcação invadida e fora agredido por vigias e policiais apaisano. Os vigias da fazenda Quero-Vê, acompanhados de dois policiais civis apaisano abordaram o Barco “Pescara”, num trecho de rio onde há a “ponte do coração” (fotografia 12) e agrediram o pescador ameaçando-o de atirar da próxima vez que fosse visto praticando sua atividade sem o consentimento do *dono do rio* (NOGUEIRA, 2003). Consentimento este que está condicionado ao arrendamento da porção do rio cujas margens encontram-se no limite de suas propriedades. O irmão do arrendatário e vereador de Salvaterra, o Sr. Sérgio Gonçalves prestou queixa do ocorrido na delegacia de Soure e lá fora informado que não havia nenhuma ordem do delegado deste município para abordar ou limitar a pesca de qualquer pescador que estivesse devidamente registrado em sua profissão.



**Fotografia 12**-Ponte do Coração que liga as Fazendas Quero -Ver e Santa Rita. Destruída por funcionários do IBAMA em 2003 e reconstruída pelos fazendeiros em 2004. Foto de Cristiane Nogueira.

O verdadeiro motivo do conflito, segundo informações do Sr. Rui Guilherme e do Sr. Sergio Gonçalves<sup>93</sup>, foi a quebra de concessão, neste ano, por parte dos donos das fazendas Bangu, Quero Vê e Santo Antônio da Geicilândia à antiga família de arrendatários de

<sup>93</sup> Foram ouvidos o Sr. Rui Guilherme (pescador agredido e líder comunitário da recém criada Associação Agropesqueira da comunidade de Mangueira), o Sr. Célio José P. da Silva (Presidente da Colônia de Pesca Z-2), o Delegado de Soure em exercício e o Sr. Sérgio Gonçalves (proprietário do Barco Pescara e vereador reeleito, nas últimas eleições, na cidade de Salvaterra), durante os anos de 2004 e 2005.

Mangueira, ou seja, o direito de uso foi dado a um arrendatário de Soure e não mais aos Gonçalves, que durante mais de três décadas vinham arrendando as águas do rio e travando relações de aviação com as *turmas de rio* de pescadores das comunidades negras de Mangueira, principalmente, para capturar o peixe e vendê-lo em Belém do Pará. Esta proibição autoritária revoltou os pescadores quilombolas destas comunidades, que durante a safra dependiam exclusivamente da venda da produção as pescarias realizadas neste território. Tais conflitos impulsionaram a criação em 2005 da “Associação Agro-pesqueira artesanal de Mangueiras” cujo objetivo principal é lutar pela preservação do rio do Saco como seu território de pesca e não como área de livre acesso, como está atualmente, ou área privada de fazendeiros pecuaristas e também obter financiamento para expandir sua produção a partir da compra de geleiras, redes e montarias.

A Ponte do coração foi colocada estrategicamente neste trecho de rio, ligando as fazendas Quero- Ver e Santa Rita, impedindo a trafegabilidade das embarcações. Os donos a construíram para controlar o acesso das embarcações pesqueiras na área, permitindo apenas aquelas que lhes pagam o arrendamento das águas. Esta ponte tornou impossível para qualquer embarcação driblar a “vigilância” dos fazendeiros, pois para continuar viagem pelo rio do Saco é necessário passar por debaixo dela<sup>94</sup>. Os fazendeiros fazem uso desta estratégia e abastecem seus vigias com armas de grosso calibre. Segundo informações obtidas com o escrivão da Delegacia de Soure, chamado Sr. Silvio Fonseca, esta ponte foi destruída e sua construção foi proibida pelo Dr. Elieser, juiz de Salvaterra na época do conflito já mencionado, justamente para inibir a violência e ameaças praticadas pelos fazendeiros contra os pescadores artesanais. Entretanto, os fazendeiros a reconstruíram em 2004, como mostra a figura 30 que foi tirada no mês de agosto do referido ano, pois os mesmos entendem que não precisam cumprir as ordens de nenhum órgão da justiça.

Informações e recibos cedidos pelo vereador Sérgio do Carmo Gonçalves apontam que os proprietários das Fazendas Bangu, Quero Vê e Santo Antônio da Genilândia lhe arrendaram, no ano de 2002, as porções do rio do Saco que ficam nas margens de suas propriedades. Na tabela 8 podemos ratificar esta informação e acrescentar que durante quatro meses, aproximadamente, foram vendidas 13.937t de pescado e pagos aos fazendeiros o valor de R\$ 0,40 centavos por quilo de peixe. Então, podemos afirmar que o Sr. Fernando Pamplona, proprietário da Fazenda Quero -ver lucrou aproximadamente R\$3184,00 reais ao

---

<sup>94</sup> A ponte do Coração possui uma altura que impede a travessia das embarcações durante o período de enchente das marés, ou seja, de 6 em 6 horas é possível abordar (de cima dela ) os barcos dos pescadores que pretendem pescar naquele trecho de rio e nos interstícios de tempo e possível vigiar os que passam por ela.

vender 7961kg de peixe, seguido pelo Sr. Carlos Freire, dono da Fazenda Bangu, que recebeu R\$1454,40 reais por nada menos que três toneladas e meia de pescado (3636kg). O Sr. Joaquim Nunes foi o que menos lucrou (cerca de R\$ 936,00 reais), pois vendeu apenas 2340Kg de peixe capturado às margens de sua fazenda, denominada Santo Antônio da Geicilândia). Cabe lembrar que nenhum dos três fazendeiros investiu qualquer Real no processo de captura do produto e assegurou seu lucro através de intimidações e ameaças baseadas no discurso da propriedade privada, ou seja, na idéia de que o trecho de rio que banha as margens de sua fazenda faz parte de seu patrimônio.

**Tabela 6-** Sumarização dos recibos dados a um arrendatário de mangueiras pelos donos de algumas das fazendas que ficam a margem do rio do Saco (Soure/ Ilha de Marajó).

<b>Mês (2002)</b>	<b>Fazenda</b>	<b>Pescado (Kg)</b>	<b>Valor(R\$)</b>
11 e 28/ julho	Santo Antônio da Geicilândia	1148	459,2
18 e 26 /julho	Bangu	1118	447,2
julho	Bangu	1460	584
31/julho	Quero Vê	2915	1166
agosto	Quero Vê	3796	1518,4
28/ agosto	Bangu	1058	423,2
10/setembro	Quero Vê	1250	500
2 /outubro	Santo Antônio da Geicilândia	1192	476,8
<b>TOTAL</b>		<b>13937</b>	<b>5574,80</b>

**Fonte:** Recibos cedidos pelo Sr. Sérgio Gonçalves.

Vale ressaltar que no período que vai de 1965, até o ano de 2002 os peixes do referido rio foram vendidos para um só arrendatário, ao senhor Emanuel Gonçalves, até o seu falecimento em 1996 e depois aos filhos dele, Dona Noélis, Sr. Emanuel e Sr. Sérgio Gonçalves. No ano de 2002, o referido vereador e filho do antigo arrendatário pagou pelo peixe dos trechos de rio nas margens das fazendas citadas, o valor total foi de R\$ 5.574,80 reais (Tabela 6). No ano seguinte os três fazendeiros firmaram um acordo com um senhor do Município de Soure e este fato provocou sérios conflitos com os pescadores de Mangueira que insistiram em pescar na área mesmo sem a permissão do “dono do rio”. Estes confrontos acabaram em denúncias ao IBAMA e à polícia de Soure sobre a presença de vigias armados contratados pelos fazendeiros para proteger o recurso que supunham ser de sua propriedade particular. Entretanto, nenhum boletim de ocorrência foi encontrado nem com o Sr. Sérgio Gonçalves nem com os pescadores, muito menos nas delegacias de Soure ou Salvaterra.

Aparentemente toda documentação resumiu-se numa “Requisição de Inquérito policial” pedida pelo referido juiz, cujo nome completo não foi mencionado em nenhum dos relatos. Há, entretanto dois ofícios: um endereçado ao IBAMA pelo grupo de pescadores

artesanais quilombolas e outro também endereçado ao IBAMA, mas solicitado pela Colônia Z-2 a pedido deste grupo. Nestes documentos (datado em 29/05/2003 e outro ofício nº 11/03) podemos perceber a indignação destes grupos ante a usurpação de seus territórios:

DD- Sr. ANTONIO MELO

CHEFE REGIONAL DO IBAMA 29/05/2003

Ilm Sr.

Nós abaixo-assinados, pescadores residentes na localidade de Mangueiras, neste município de Salvaterra, vimos à presença de V. Sa, solicitar que autorize o setor competente do IBAMA-Soure, a proceder a verificação do que abaixo expomos:

Nas proximidades das Fazendas Quero Ver, de propriedade do Sr. Fernando Pamplona; Santo Antônio, de Joaquim Nunes e Bangu, de Carlos Freire, os referidos proprietários estão proibindo a pesca, apreendendo redes e outros instrumentos de nossa atividade artesanal, alegando simplesmente que o rio do Saco, encontra-se nos limites de suas propriedades.

A presente situação está nos prejudicando, pois é do referido rio que retiramos o sustento de nossas famílias, sendo praticamente nosso único meio de trabalho e sobrevivência.

Pelos motivos aqui expostos solicitamos sua ajuda para a solução de nossos problemas, agradecemos antecipadamente.

Respeitosas Saudações

Rui Guilherme Lima dos Santos

COLÔNIA DE PESCADORES Z-2 DE SALVATERRA

CNPJ: 05.141.152/0001-07

ADMINISTRAÇÃO- CÉLIO PARAENSE

SÓ O TRABALHO CONSTRÓI

Alameda 29 de junho, 12 (Centro) – Fones:3765-1234- 9998-7842- Email: pescaz2@nautilus.com.br. CEP: 68860-000- SALVATERRA (Ilha de Marajó) –Pa/Brasil

OF. nº 11/03- COL. Z-2

DD.SR. DR. Marcílio de Abreu Monteiro

MD. Representante do IBAMA/BELÉM. Pa.

Sr. Rrepresentante.



Vimos novamente perante V.S., como pescadores artesanais, residentes na localidade denominada Mangueiras, netse município de Salvaterra, para solicitar autorização para o pessoal do posto do IBAMA, em Soure.Pa, in loco do que abaixo expomos:

01- Nas proximidades das fazendas QUERO VER, de propriedade do Sr. Fernando Pamplona; SANTO ANTONIO, de Joaquim Nunes e BAGU, de Carlos Freire, os referidos proprietários estão PROIBINDO a pesca, apreendendo redes e outros instrumentos de nossa atividade artesanal, alegando simplesmente que o rio do Saco, encontra-se nos limites de suas propriedades.

02- É oportuno informar que o Sr. SÉRGIO DO CARMO GONÇALVES, comprava peixe capturados no rio acima citado, conforme prova com xerox de recibo de pagamento em anexo.

03-INFORMAMOS que no referido rio existe uma ponte de madeira impedindo a trafegabilidade de nossas embarcações, construída por fazendeiros.

Na oportunidade reiteramos a V.S os nossos protestos de consideração e apreço e rogamos que seja atendida nossa solicitação, que muito virá contribuir, para que possamos tirar os sustento de nossas famílias.

Respeitosamente.

Célio José Paraense da Silva.

Vale ressaltar que a Colônia de pescadores Z-2 está sobre a administração do Sr. Célio Paraense desde o ano de 2000, sendo este o seu segundo mandato. Ele é formado em administração e admite não conhecer as práticas pesqueiras. Durante suas gestões muitas mudanças de cunho administrativo ocorreram na colônia, como por exemplo, a construção de um novo prédio e a multiplicação em quase 300% no percentual de colonizados que conseguiram receber o seguro desemprego. Entretanto, por formação ele não costuma “se meter com os grandes”, ou seja, ele prefere não se envolver em questões conflitantes com fazendeiros em defesa dos pescadores por achar essa uma causa perdida. Na questão dos conflitos em 2003 ele relatou conhecer o problema, mas diz entender que a colônia não tem força política para resolver tal questão e que julga ter cumprido com as obrigações que devia quanto a esta questão, ou seja, a ação de expedir um ofício a pedido do Sr. Sérgio Gonçalves e da comunidade quilombola de Mangueiras para o Sr. Marcílio de Abreu Monteiro (cujo conteúdo esta descrito acima), Coordenador do IBAMA/BELÉM.

Atualmente, o território não está mais sendo arrendado, o referido juiz local conseguiu um acordo entre as partes. Entretanto, os pescadores artesanais que entendem este território como de uso de sua comunidade continuam descontentes, pois esta abertura total levou ao Rio do Saco, pescadores de outras áreas como Abaetetuba, Belém e Marapanim. Os pescadores quilombolas artesanais comerciais de Mangueiras reivindicam, principalmente, esta área

como seu território e entendem que deve ser proibida a entrada de geleiras de outras localidades. Eles aceitam apenas a presença de turmas de rios de outros povoados quilombolas como Barro Alto, Bacabal e Salvá.

Diversos são os relatos de admoestações e ameaças declaradas e não se restringem ao rio do Saco. Podemos citar o ocorrido no ano de 2003, durante a safra, entre um pescador artesanal comercial da comunidade de Barro Alto conhecido como Sr. Pina e o filho do dono da Fazenda Santo André, cujo nome não é do conhecimento da comunidade. O pescador nos conta:

Na boca do igarapé<sup>95</sup> eu coloquei uma rede, isso quando eu coloco [...] na terceira pedra da rede vinha uma voadeira. Aí encosta o filho do dono da Santo André com um rifle entre as pernas dele. - Me diz uma coisa quantas vezes eu fui à tua casa atar a rede? -Aí eu disse assim: eu já fui na tua? [...] ele veio com ignorância e eu fui com ignorância. O que tu faz aqui na minha propriedade?- Ao que me consta a 50 metros dessa margem é terra da união e as águas são de maré de vazante [...] Rapaz é o seguinte ta amarrado eu vou colocar [...] O fazendeiro disse: - Olha amanhã eu venho aqui cortar a tua rede. Aí eu fui lá no Ibama [...] eles (referindo-se aos fazendeiros) tratam a gente como qualquer pessoa, geralmente é assim que ocorre (informação verbal)<sup>96</sup>.

Acontecimentos como estes são freqüentes e acabam geralmente sem solução, pois nenhuma denúncia é oficializada. O IBAMA assume medidas paliativas com pequena duração como escoltar os pescadores aos territórios de pesca em maio, durante o início da safra, ou fazer visitar in loco a fim de dialogar com os fazendeiros. Entretanto os confrontos são diários e se fazem necessárias ações concretas como denúncias oficiais e medidas legais enérgicas por partes das instituições como a polícia militar, o IBAMA, e as colônias de pescadores Z-1 e Z-2.

No discurso dos pescadores artesanais o roubo do gado não acontece nas turmas que trabalham no rio do Saco, pois o chefe encarrega-se de vigiar os atos de todos os companheiros. Este discurso que parte dos fazendeiros e policiais justifica apenas a presença de vigias armados que tem a missão de proibir o acesso de pescadores nas águas fluviais, de domínio público. É unânime entre as comunidades pesquisadas que o Rio do Saco é área de pesca a no mínimo três décadas, das comunidades rurais negras de Salvaterra. Elas usam este recurso que geograficamente encontra-se no município de Soure.

<sup>95</sup> O Igarapé citado é um dos “braços do rio São Lourenço” que fica nas proximidades da comunidade de Barro Alto. Dados obtidos na coleta de campo em agosto de 2004.

<sup>96</sup> Relato de um pescador coletado pela autora em 2004.

#### 4.5 A PRÁTICA DA “SIRIRICA”: TRADIÇÃO SECULAR A SERVIÇO DA MODERNA PESCA ESPORTIVA

Segundo o Sr. Oscar, um dos mais antigos pescadores da turma de Mangueira, e que há 39 anos trabalha nas águas continentais da região amazônica, a prática da “Siririca” já fôra bastante realizada em várias regiões de várzea, porém, o desaparecimento da população de guarás da região provocou a quase extinção desta prática. Ele descreve assim esta modalidade de pesca:

A gente encosta o anzol, três anzóis com a pena do guará, a gente coloca meia braça de corda na barra da ponta da vara [...] a gente corre ele na água [...] quando o peixe pega [...] a gente puxa [...] não levanta ele senão ele cai do anzol [...] Essa prática faz nas Mangueiras, no Rio [...] No Iapoque ela é diferente, faz com um pano branco ou pena branca [...] a pesca lá é diferente, em vez de botar o anzol na ponta da linha vai a reboque da canoa e vai remando [...] não é na ponta da vara [...] vai a reboque remando [...] tem que ficar batendo [...] (Informação verbal)<sup>97</sup>

O relato de Sr. Oscar demonstra o amplo conhecimento que ele possui sobre sua profissão e a transmissão dos saberes entre gerações. Esta modalidade de pesca é própria à captura do tucunará (*Cichla sp.*) e fora descrita por pescadores das comunidades de Paixão, Barro Alto, Mangueira, Deus Ajude e Salvá evidenciando que esta prática ultrapassou tempo e espaço e tornou-se um aprendizado das comunidades negras. Esta atividade provém dos saberes indígenas e certamente acontece a mais de cem anos, segundo relatos dos pescadores. Tanto que Veríssimo (1895, p. 74) descreve, inclusive, esta prática como “dois instrumentos especiais” na pescaria do tucunará e sobre o que ele descreve:

Na pesca do tucunará [...] empregam além dos meios gerais indicados. Dois instrumentos especiais, se assim podemos chamar a uma simples modificação no anzol de caniço e na linha de pesca. Chamam-se estes instrumentos “pindauauaca” e “pindá-siririca”. O pindá-siririca é o caniço comum, cujo anzol recobriram de penas encarnadas de arara mesmo ou de algum pedacinho de baeta dessa cor [...]. corre ele a superfície, atira-se ao suposto peixinho, e faz-se fisgar pelo anzol oculto sob as penas. De arrepiarem com ele a superfície d’água, vem-lhe o nome de pindá-siririca, anzol que enruga, que rica ou encrespa a água. O pindauauaca é o mesmo anzol assim preparado [...] Soltam-na pela popa da canoa (VERÍSSIMO, 1895, p. 75).

A prática da siririca não acontece entre os pescadores artesanais comerciais tanto por que trabalham em águas fluviais margeadas por campos que não se caracterizam como habitat do tucunará, e pelo o fato desta prática ter um esforço de pesca cuja produção é inferior as estimadas para outras modalidades como a rede ou o espinhel.

<sup>97</sup> Entrevista do Sr. Oscar à autora em 2004.

Na comunidade de Deus Ajude, entretanto, esta prática está sendo posta a serviço de um suposto turismo local. Este suposto Turismo vem se realizando de forma escusa, pois atende aos interesses de uma pousada renomada, cujos donos não são moradores da comunidade e cujo contrato foi firmado com um líder comunitário que não se encontra legalmente empossado e que está agindo a revelia da comunidade. No entender deste líder, esta atividade trará renda e empregos para a região e em nome desta pretensa mudança positiva que o mesmo tem realizado a prática, com turistas enviados pela pousada e que pagam por pescaria uma quantia aproximada de R\$ 20,00 reais por pessoa/viagem. Dinheiro este que é dividido entre o líder e com a pousada. Os benefícios evidenciados pelo gestor da operação na comunidade são: três empregos diretos a três remadores, que receberão um salário mínimo mensalmente e uma suposta demanda de serviços informais, o que até o momento não havia acontecido.



**Fotografia 13-** O caniço denominado “Sirirrica” de Deus Ajude. Foto de Cristiane. Nogueira

A produção de tucunaré destinada ao consumo dos turistas, que visitam pousadas locais, pode ser vendida por R\$15,00 reais cada espécime deste peixe. Esta prática acaba por fomentar uma rede de comercialização ilegal. A comunidade de Deus Ajude quando trata da questão, entende como sendo algo impróprio e que se caracteriza como uma usurpação de seus recursos, pois apenas uma ou duas pessoas se beneficiam com a comercialização do peixe durante o ano todo, sem a preocupação da época de reprodução do animal.

A pesca amadora é regulamentada e incentivada pelas instituições federais como o IBAMA e a proposta de turismo ecológico, defendida pelo governo do Estado do Pará. Por outro lado, o turismo que vem sendo desenvolvido na comunidade de Deus Ajude, pela

referida pousada, está longe de ser pesca esportiva, pois o turista não tem o compromisso de devolver o peixe com vida ao Igarapé. Outra questão é que a prática da siririca a serviço da pesca esportiva é inapropriada por dois motivos principais: primeiro por que foi feita para capturar tucunaré para que este fosse consumido e segundo por que sua composição formada por três anzóis impossibilita a devolução do peixe à água com vida.

A percepção da comunidade de Deus Ajude sobre este chalé (fotografia 14) é de total desconforto, principalmente por que ela não fora consultada antes da construção do referido prédio. Há relatos de moradores que afirmam ter deixado de freqüentar o igarapé para o lazer por que o presidente usa as águas pra uma suposta pesca esportiva, levando até a comunidade turistas denominados por eles como “invasores”.



**Fotografia14-** O Chalé construído as margens do manguezal, em área da União próximo a comunidade. Foto de Cristiane Nogueira.

#### 4.6 O REBANHO BUBALINO: VANTAGENS ECONÔMICAS E INOVAÇÕES VERSUS DANOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

O rebanho de bubalino da Ilha é o maior do país e embora todas as propagandas de incentivo ao turismo no Marajó apresentem a imagem do búfalo como o mais nobre representante nativo da região é preciso esclarecer que este animal é uma espécie exógena, ou seja, fora introduzido em um ambiente que não era o seu de origem, mesmo que a quase 200 anos e como tal precisou adaptar-se às condições e fatores limitantes da região provocando alterações positivas ou negativas. A história do búfalo no Brasil teve sua origem aproximadamente em 1895 na Ilha de Marajó com a espécie (*Bubalus bubalis*), originária da Ásia (SILVA,M. 2003). Atualmente, o Estado do Pará possui aproximadamente um milhão e

meio de animais, que estão distribuídos, principalmente, no Baixo e Médio Amazonas e na ilha de Marajó.

Segundo informações do Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará (1971) o Ministério da Agricultura iniciou um programa de incentivo à criação de bubalinos, durante os últimos anos da década de 1940 e continuou incentivando a criação bubalina nos anos 50 eram realizados leilões com o fim de que um maior número de criadores marajoaras possuíssem espécimes sulistas<sup>98</sup> para a utilização destes na produção de laticínios. Podemos afirmar ainda que durante a década de 1970 houve incentivos federais para o aumento da população de bubalinos no Marajó, refletida em Salvaterra.

Na Tabela 7 podem ser vistas tais informações sobre a população bubalina no município de Salvaterra no final da década de 1970, toda a década 80 e de dois anos da década atual. Segundo os dados de dez anos, estimados pela produção da pecuária municipal e censo agrícola de 1960 e 1970, a diferença percentual de crescimento no número de bovinos entre os anos de 1975 a 1980 foi de 23,2%, enquanto que o número de bubalinos, no mesmo período, aumentou 259,7% (cerca de 2.153 espécimes a mais, em 1980). Atualmente, segundo dados do IBGE, há em Salvaterra um rebanho de 16.490 bovinos e 14.500 bubalinos, ou seja, há neste município 11.518 espécimes bubalina a mais do que havia em 1980, vivendo em regime extensivo, totalizando uma diferença percentual de 386,3%. O rebanho bovino, por sua vez, decresceu durante este mesmo período. No transcorrer desses vinte e três anos houve uma baixa de 3.841 espécimes, ou seja, hoje o rebanho bovino é 18,9% menor do que o encontrado no ano de 1980, naquele município.

O decréscimo do rebanho bovino pode ser explicado pela falta de sanidade dos mesmos e pela forma de manejo deficiente e o pouco trato empregado pelos criadores de Salvaterra, semelhante ao que acontece em toda a Ilha de Marajó (ARIMA; UHL, 1996). Segundo Azevedo; Camarão e Mesquita (2000) os índices de mortalidade para animais bovinos até um ano de vida são superiores aos dos bubalinos.

Estudos feitos por Azevedo; Camarão e Mesquita (2000) em fazendas de Soure, Cachoeira do Arari e Salvaterra apontam que os criadores não fazem escrituração zootécnica de seus rebanhos, fazendo apenas um registro de nascimentos, mortes e contagem geral anual. Tais informações são incorporadas às fontes oficiais de informação, tornando os dados pouco

---

<sup>98</sup> Nos dias atuais a Amazônia abriga três subespécies de búfalos considerados brasileiros, são elas: *bubalis*, *kerebau* e *fulvus*, que agrupam animais das raças Mediterrâneo, Murrah, Jafarabadi e Carabao, além do tipo Baio (SILVA, M., 2003, 2).

confiáveis e traz a sensação do total desconhecimento da real situação destes rebanhos pelas instituições governamentais estaduais e federais na área.

**Tabela 7-** Número absoluto de bovinos e bubalinos no Município de Salvaterra & diferença percentual/ano

POPULAÇÃO BOVINA E BUBALINA			DIFERENÇA PERCENTUAL/ANO (1970-2003)			
ANOS	Nº BOVINO	Nº BUBALINO	DIF. BOVINO	DIF. BOVINO (%)	DIF. BUBALINO	DIF. BUBALINO (%)
1970	12.605	896	3.903	31,0	-67	-7,5
1975	16.508	829	3823	23,2	2153	259,7
1980	20.331	2.982	-3841	-18,9	11518	386,3
2002	16.490	14.500	-660	-4,0	290	2,0
2003	15.830	14.790				

**Fonte 1:** Resque de Oliveira (1983, p. 59). Elaborada a partir da tabela 3.6 do referido autor. Os dados dos anos de 2002 e 2003 foram obtidos no “IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2002/03- PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal 2002 e 2003. Efetivo dos rebanhos, segundo as Mesorregiões, Microrregiões e os Municípios do Pará.”.

Segundo diagnóstico feito em 2003 pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU), dentro do Programa Nacional para a Diversificação Agropecuária (PNP-803-Bubalinos), o Brasil possui atualmente 1,2 milhões de bubalinos e esta população vem crescendo bastante em todo o país principalmente por que há um grande interesse dos criadores em investir neste setor, produzindo “alimentos nobres e de baixo custo”. As áreas de várzeas foram apontadas como sendo as mais adequadas ao desenvolvimento da bovinocultura e o argumento é o mesmo usado na década de 1970, que aponta essas áreas como impróprias para a agricultura sistematizada e o estabelecimento da pecuária bovina.

Quanto ao aspecto biológico, vale ressaltar que o gado bubalino é vantajoso em relação ao gado bovino por seu porte robusto e melhor adaptação ao ambiente varjeiro, sua carne possui menor teor calórico e seu leite apresenta maior teor de gordura<sup>99</sup> (INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ, 1971). É possível encontrar em divulgações online várias considerações que apontam o búfalo como mais produtivo que o boi, são elas: o búfalo realiza uma melhor conversão alimentar, a média anual de procria bubalina é superior a do nelore, ele se reproduz por estação permitindo um desenvolvimento mais uniforme de sua cria, o búfalo possui uma melhor adaptação climática (por resistir ao calor e alimentar-se, reproduzir-se bem noite e dia), baixas taxas de mortalidade, alta produtividade industrial, alimenta-se de qualquer tipo de capim, possuem

<sup>99</sup> Segundo estudos do IDESP (1971), 8,5 l de leite é suficiente para preparar 1kg de queijo e 350g de manteiga ao mesmo tempo. Para obter os mesmos resultados usando leite bovino seria necessário quase o dobro de matéria prima.

maior longevidade e se costeado torna-se dócil. Entretanto tais vantagens biológicas não se transformaram em vantagens econômicas já que o rebanho bubalino é até hoje inabilitado para comercialização em larga escala, já que não recebe tratamento sanitário necessário à venda dos produtos advindos deste rebanho. O manejo extensivo de cria-recria e engorda fora o modelo implantado desde sempre pelos pecuaristas da Ilha. Estudos recentes sobre a atividade pecuária da região do Marajó esclarecem que o modelo pecuário implantado na Ilha de Marajó era um “modelo falido”. Segundo Arima e Uhl (1996, p. 9) “somente uma vez por ano, na época do verão, os animais são separados, contados, ferrados e vacinados [...] no restante do ano, os animais são mantidos juntos, sem controle”. Este “sem controle” quer dizer que o rebanho fica livre para “limpar” os lagos de várzea<sup>100</sup> e para invadir plantações, provocando conflito.

Estudos realizados pelo projeto VARZEA, na região do Baixo Amazonas, seguindo a Meta 2 de seu programa, concluíram que “a falta de delimitações de áreas individuais para a criação de gado incentiva a superlotação dos campos de várzea, causando a degradação deste ambiente”. A área desenvolve os “acordos de pesca” e o projeto vêm tentando encontrar um ponto em comum entre pescadores e pecuaristas, a fim de solucionar a questão, minimizando, conseqüentemente os conflitos provocados. Segundo Sheikh (2003, p. 2) estes conflitos foram identificados em sua pesquisa que estudava o manejo e os impactos de búfalos na várzea. Sobre os impactos o autor afirma que:

[...] uma das questões mais polêmicas é o impacto do búfalo na vegetação e, conseqüentemente, nos recursos pesqueiro de várzea. De um lado o búfalo é altamente adaptado ao ambiente de várzea e conseqüentemente muito mais produtivos do que o gado branco. Do outro, no entanto, o búfalo tem um impacto tanto ambiental como social, degradando a vegetação, pisoteando o fundo dos lagos e invadindo as roças dos agricultores [...].

Fato inconstante nas comunidades rurais negras de Salvaterra é que a criação extensiva de bovinos e bubalinos inibe por completo a prática da agricultura, em comunidades como Deus Ajude, Providência, Paixão, Salvá e Mangueiras, e provocam sérios danos às culturas de mandioca, abacaxi etc.

---

<sup>100</sup> O fato do uso dos lagos, rios e igarapés como bebedouros naturais dos rebanhos é prática reinante entre os criadores de rebanhos bubalinos, bovinos, bem como caprinos, eqüinos e suínos (Azevedo, Camarão e Mesquita (2000).



O búfalo criado solto no campo provoca danos à saúde daqueles que vivem nas comunidades rurais de Salvaterra, pois seus dejetos<sup>101</sup> espalham-se por todos os lugares, contaminando poços “de boca aberta”, baixas, lençóis freáticos, igarapés e lagos. Em pesquisa realizada em 2004 pela Dra. Karla T. Ribeiro utilizando a Técnica de Colilet, que consiste em detectar a contaminação por *Coliformes fecais* na água que é consumida nos lares, foi possível verificar como é preocupante esta contaminação já que a água coletada em Siricari, Deus Ajude, Providência, Paixão e Boa Fé foi considerada imprópria para o consumo humano.

Na paisagem rural encontramos as rampas, que são cavas no meio de manguais, nas beiras de estradas, de lagos ou nas baixas. Estas rampas podem ser construídas por ação humana ou animal, pois o búfalo para se resfriar escava a terra, provocando destruição da fauna e flora local (fotografia 15).

A falta de seletividade alimentar provocada pelo fato do animal ser capaz de comer qualquer tipo de capim, a qualquer hora do dia ou da noite, ou mesmo de se alimentar de objetos como redes de pesca, roupa, qualquer cultura como abacaxi, feijão, faz deste animal um causador de conflitos, pois as comunidades que tentam desenvolver a agricultura, ou a pesca vêem suas tarefas devastadas pela fome do búfalo.



**Fotografia 15** - Rampa no meio da estrada entre Pau Furado e a comunidade de Barro Alto. Foto de Cristiane Nogueira

Os lagos (exemplo, fotografia 16) e baixas, assim como as rampas, são freqüentadas pelos búfalos que encontram neste lugar ambiente propício para se refrescar e se livrar de

---

<sup>101</sup> Um animal bubalino adulto produz em torno de 9 toneladas de esterco por ano, ou cerca de 25 kg por dia. O esterco só pode ser usado como fertilizante depois de fermentado, fato que ocorre em torno de dois a quatro meses (PRONAF, 2003,16).

pioelhos<sup>102</sup> (*H. tubercullatus*). Estes animais também pisoteiam os lagos, provocando a morte dos alevinos, prejudicando a reprodução do peixe.



**Fotografia 16**-Lago Venezia, nas proximidades do povoado de Providência, totalmente pisoteado pelos búfalos. Foto de:

Atualmente muito se tem falado do manejo correto dos bubalinos e do quanto é rentável a mussarela de Búfala. Na Internet é possível encontrar sites como, trazendo manchetes sobre o “búfalo orgânico” ou da Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI) informando a parceria do Estado do Pará com criadores de búfalos e investidores italianos para a criação da “primeira fábrica de laticínios de grande porte na produção de mussarela”<sup>103</sup> do Estado que esta contando com o rebanho do Marajó para este projeto de desenvolvimento. Por outro lado, há pequenos produtores de queijo na ilha tanto que a “Revista de Agronegócios da Amazônia”, do mês de maio de 2002, informa que os municípios de Soure e Cachoeira do Arari são, atualmente, os maiores produtores de queijo de leite de búfala do Pará e que seu mercado consumidor é exclusivamente a cidade de Belém, por não possuir certificado de inspeção sanitária. A higiene da produção do queijo precisa ser garantida desde a captação do leite, a ordenha, por isso necessário que o rebanho esteja livre de doenças muito freqüentes no Marajó como mamite, brucelose e tuberculose. É preciso separar duas situações: - uma que é a instalação de uma fábrica de grande porte de laticínios para produção da mussarela, que além de não trabalhar com a mão de obra local vai concorrer com pequenos produtores artesanais (cerca de 20 indústrias de médio porte); - outra que é a

<sup>102</sup> A lama barrenta na qual o búfalo se resfria seca ao sol no corpo e acaba sendo um agente natural no combate dos piolhos que são retirados no momento que o animal se coça. Os Lagos, rampas e baixas freqüentados por estes animais acabam contaminados por piolhos, verminoses e pela uréia do mesmo.

<sup>103</sup> Também conhecido com “MOZZARELA” está sendo pesquisada pela CPATU, no ano de 2003. Estima-se que é necessário 5,5 litros de leite de búfala para produzir 1kg deste queijo enquanto que para o mesmo fim são necessários 8 a 12 litros de leite bovino (CPATU, 2003).

tentativa de melhoria da qualidade sanitária dos produtos destes pequenos artesãos que não possuem ajuda creditícia e cujo mercado está restrito à população local.

Cabe refletir como o modelo de desenvolvimento da bubalinocultura está sendo implantado no Marajó aparentemente, Instituições públicas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e EMATER, vem apostando na produção de leite e queijo e na produção de carne a partir da cria de rebanho semi-confinado. Entretanto é preciso lembrar que a Ilha possui um modelo pecuário ultrapassado, um rebanho que vem crescendo sem nenhum controle sanitário<sup>104</sup> e, principalmente, uma oligarquia poderosa, mais preocupada em usurpar os recursos alheios do que inovar.

Há em Salvaterra algumas fazendas que estão investindo em inovações, como as cercas elétricas (quadro 9), consideradas as mais adequadas para o manejo do rebanho bubalino. Na Fazenda Santa Antonio, por exemplo, foram colocadas cercas com dois fios elétricos para criar o gado em pastos rotativos e de forma semi-confinada, mas também foram construídas cercas de limite, ou seja, cercas com seis fios que impedem o acesso das pessoas por entre suas terras. Segundo o depoimento do proprietário da referida fazenda e de sua esposa, há muitos ladrões nas comunidades vizinhas que invadem o lago de sua propriedade e que pretendem roubar o gado. Por outro lado, a comunidade vizinha é a comunidade negra rural de Deus Ajude que à muitas gerações pescam no Lago São João, um lago aberto e ligado a igarapés que ultrapassam os limites da fazenda do Barbudo e que fora impedida de extrair peixe e açaí há dois anos, desde a chegada deste senhor à comunidade.

FAZENDAS COM CERCA ELÉTRICA		
NOME DA PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	FUNÇÃO
Bom Jardim	Eduardo Ribeiro	--
Cangurupi	Alacide Nunes	Inceminção e pastoreio
Amironga	Carlos Augusto Gouveia e Delcio Gouveia	--
Menino Deus	Francisco Pinheiro	limite e pasto
Alegre	Reginaldo Aguiar	limite e pasto
Santa Rita	Harmin(Barbudo) & Lucinete Silva da Costa	limite e pasto

**Quadro 9-** Relação de Propriedades localizadas no município de Salvaterra

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no relato do Sr. Harmin (Barbudo); Hélio Barbosa.

A quem pertence o lago São João? Apoiados no código das águas, afirmamos que ele é de uso comum, mesmo estando nas intermediações da Fazenda Santa Rita, devendo ser de livre acesso às comunidades que identificam este recurso como águas de trabalho.

<sup>104</sup> A sanidade do rebanho bubalino marajoara é precária. Segundo Lau & Sing (1986 apud CPATU, 2003, p. 33) a Ilha de Marajó é a região do Pará que ostenta o maior número de animais atingidos por brucelose (5,7% a 14%) e possui ainda animais acometidos por tuberculose, devido o sistema de criação adotado na região.

É preciso refletir como serão incentivados estes pequenos produtores de bubalinos? É importante perceber a diferença entre uma inovação a serviço de um manejo bem planejado e a prática criminosa de proibições dos recursos aquáticos.

## 5 CONCLUSÃO

Almeida (1998, p. 42), baseado em um estudo dos clássicos da economia pesqueira reflete que contrastando a economia de comunidades pesqueiras e uma economia agrícola, chega-se a conclusão de que “a produção agrícola é sazonal, com espaços sem recebimentos de renda direta” enquanto que “a produção de pesca teria idealmente incrementos diários”. O pescador, entretanto, não consegue sobreviver exclusivamente com os produtos oriundos da pesca, pois necessita de produtos cultiváveis pelo pequeno agricultor, como a farinha, os vegetais e a fruta. O referido autor afirma haver uma complementaridade de gênero para o consumo de produtos bancários entre os processos produtivos da pequena agricultura e da pesca artesanal.

Nas comunidades negras rurais de Salvaterra, principalmente nas comunidades pesqueiras, foi possível perceber, essa complementariedade. Os pescadores e pescadoras artesanais de subsistência destinam sua produção do consumo familiar, mesmo que realize pequenas vendas na comunidade. Apropriando-se das palavras de Almeida (1998, p. 43) podemos afirmar também que “as estratégias de consumo de bens essenciais” estão condicionadas “aos resultados da pesca e das demais atividades necessárias para a manutenção da casa”.

Ao se constatar que o processo produtivo pesqueiro é uma importante estratégia de sobrevivência das comunidades negras de Salvaterra, passa-se a entender a necessidade de garantir a continuidade desse processo a partir da manutenção dos territórios de pesca destas comunidades.

Os “territórios de subsistência ou de comercialização” da área têm sido mantidos há muitas gerações, a partir de manejos informais e regras de uso locais, pois tanto a pesca de subsistência quanto a pesca artesanal comercial são constituídas por relações horizontais, ou seja, são irmãos, pais, esposas, agregados e primos (por exemplo) buscando garantir sua pequena produção mercantil.

As comunidades rurais negras produzem de forma mercantil, mas não estão isoladas das relações de mercados mundiais, pois que as mudanças globais os afetam. Essas mudanças e a própria resistência dos grupos étnicos que precisam ser examinadas pela academia e pelos planos de desenvolvimento regional. Segundo Stavenhagen (1985, p. 36-41) os problemas e os conflitos étnicos estão à vista de todos, muito embora “a teoria econômica, social e política

praticamente ignorou a questão étnica e ainda não foi capaz de integrá-la corretamente em seus quadros analíticos”.

Análises marxistas consideram a “classe social” como o principal ator político, ou seja, os conflitos culturais de grupos minoritários, as reivindicações étnicas e religiosas são suplantadas pela “primazia da luta de classe” e são percebidos como “uma sobrevivência pré-capitalista” que tende a se extinguir com o advento do “desenvolvimento do capitalismo e da lógica monetária”. No entanto, a partir do conceito de Stavenhagen (1985) e contrariando a lógica Marxista “tradicional”, propomos que o desenvolvimento dos grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas (etnodesenvolvimento) esteja no cerne das reflexões sobre desenvolvimento.

Os grupos étnicos estudados na presente pesquisa têm vivido situações antagônicas, refletidas de forma econômica, social e política repressiva e violenta, como as relatadas durante o ano de 2003 no rio do Saco ou nos relatos das comunidades de Deus ajude, Caldeirão, Paixão e Bacabal.

Nas comunidades onde a pesca não é a principal atividade, o consumo de peixe diário é de 80% em média, o que reafirma, a presença desta complementaridade entre pesca artesanal e agricultura. Nas comunidades pesqueiras, como Mangueira a presença da criação extensiva do rebanho bubalino compromete a produção agrícola de tal forma que aquele pequeno produtor precisa arrendar terras de fazendas particulares.

O poder local supera, por sua vez, e instituições como a polícia militar e o IBAMA, e aparenta desconhecer o direito legal de uso do recurso pelos demais atores sociais (LEONEL, 1998; HURLEY, 1933; ALMEIDA et al., 1998). É preciso perceber que os grandes fazendeiros, com suas criações de gado, proibições e poder político, são os verdadeiros responsáveis pelas dificuldades encontradas no Marajó<sup>105</sup>.

A territorialidade dos pecadores artesanais de subsistência e comerciais precisa ser visualizada pelos planos de desenvolvimento nacionais, que costumam usar de medidas de manejo totalmente distanciadas da realidade das comunidades camponesas pesqueiras.

As diferentes estratégias de sobrevivência adotadas por estas comunidades devem ser mais do que ações “imediatistas” ditadas pela necessidade diária, tratam-se de atividades

---

<sup>105</sup> Os enfrentamentos estão por toda parte, basta olhar e ouvir as histórias: dos que foram pescar no rio do Saco e tiveram suas redes apreendidas, do homem que roubou uma canoa e uma rede do fazendeiro, para trocar pela sua apreendida pelo mesmo no dia anterior, dos búfalos que invadiram as plantações de abacaxi de um morador e foram retirados às pressas antes que dizimasse toda a plantação. Há diversos relatos de confrontos na ilha que representam as restrições que os quilombolas enfrentam devido a dominação da oligarquia local - apoiada pela polícia, pela omissão dos fiscais do IBAMA e pela impunidade das leis.

elaboradas e processadas pelos grupos étnicos, alicerçadas em três pilares principais: o conhecimento tácito, a disponibilidade dos recursos e o território, no qual o conhecimento é construído e reconstruído ao longo do tempo, assim como a relação destes grupos humanos com o ambiente.

A compreensão desta territorialidade permitirá o planejamento de ações que venham minimizar os conflitos existentes na região, entre atores sociais antagônicos. Tais conflitos inibem a reprodução e compõem um quadro onde se percebem danos irreparáveis nos meios de vida destas comunidades e freqüentemente dos ambientes.

Devemos nos perguntar: Como os pescadores artesanais em Salvaterra e circunvizinhanças da ilha de Marajó, que pescam em águas interiores, poderão dar continuidade a suas atividades produtivas se as áreas que eles reconhecem como águas de trabalho (territórios de pesca) estão sendo “privatizadas”? Quando os pescadores artesanais serão reconhecidos e terão seus territórios de pesca respeitados? Tais reflexões precisam ser observadas, pois a restrição ao uso dos recursos hídricos não é um fato que vem ocorrendo exclusivamente nos territórios de pesca das comunidades rurais do Marajó. As situações de usurpação dos recursos e de atos coercitivos são “naturais” no contexto da estrutura agrária da Amazônia.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth; CASTRO, Edna Ramos de. Mobilização Política de Comunidades Negras Rurais: domínios de um conhecimento praxiológico. **Novos cadernos NAEA**. Belém: UFPA/NAEA, v. 2, n.2, p. 73-106, 1999.

\_\_\_\_\_. **Campesinato negro na Ilha de Marajó**: Relatório do Projeto Estudo de comunidades negras rurais no Estado do Pará. Belém: UNAMAZ/SEJU/NAEA, 2004. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Salvá ou Santa Cruz, território de marcas e rupturas nas relações de reciprocidade**. Relatório do Projeto Estudo de comunidades negras rurais no Estado do Pará, Belém: UFPA/UNAMAZ/SEJU, 2004. 54p. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Roceiros de Paixão nos limites das cercas, Salvaterra, Pará**. Relatório do Projeto Estudo de comunidades negras rurais no Estado do Pará. Belém: UFPA/UNAMAZ/SEJU, 2004. p. 54. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. **Uso, Condições de acesso e Controle dos recursos hídricos em comunidades quilombolas do município de Salvaterra (Ilha de Marajó)**. Belém, 2005. 1CD ROM.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Transformações Econômicas e questões sociais na borda do lago Arari - Ilha do Marajó**, Projeto BRA/87/021. Belém: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 1998. v.1. p. 41-42.

\_\_\_\_\_. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliana Cantarino (Org.). **Quilombos. Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. **Palafitas do Jenipapo**: uso comum das águas e conflito. São Paulo: EDUSP, 2003, 44 p.

ALMEIDA, Marineide Pereira de. **Uso sociais do tempo por mulheres de uma comunidade agropesqueira do estado do Pará**. 2002. 163f. Dissertação (Mestrado em Sociologia.) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARÁ. Belém: IDESP, 1991. p. 491- 910. v. 11.

ARIMA, Eugênio; UHL, Christopher. **Pecuária na Amazônia Oriental**: desempenho atual e perspectivas futuras. Belém: Instituto do homem e Meio Ambiente da Amazônia, 1996. 45 p. (Série Imazon).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. **NBR 9.649 - Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário**. Rio de Janeiro, 1986. 13 p.



\_\_\_\_\_. **NBR 6023- Informação e Documentação- Referências-Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024- Informação e Documentação-Numeração progressiva das seções de um documento escrito**, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027-Informação e documentação- Sumário-Apresentação**, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520-Informação e documentação- Citações-Apresentação**, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724-Informação e documentação- Trabalhos acadêmicos -Apresentação**, Rio de Janeiro, 2005.

AZEVEDO, G. C. P. de, CAMARÃO, A. P.; MESQUITA T. da C. **Características dos sistemas de produção pecuários dos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, Ilha do Marajó – Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000, 35p.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. [São Paulo]: Brasiliense, 1988. 346p.

BARTHEM, Ronaldo. Borges; GOULDING, M. **Os bagres balizadores: ecologia, migração e conservação de peixes amazônicos**. Tefé, AM: Sociedade Civil Mamirauá; Brasília, DF: CNPq, 1997. 140 p.

\_\_\_\_\_. Ocorrência, distribuição e biologia dos peixes da Baía de Marajó, estuário amazônico. **Boletim Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n.1, p. 49-69,1985. (Série Zoologia, 2).

\_\_\_\_\_; FABRE, NÍDIA N. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, Mauro Luis. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: ProVárzea, 2003.

BAYLEY, P. B.; PETRERE Jr., M. Amazon Fisheries: Assessment Methods, Current Status and Management Options. **Can. Publ. Fisheries and Aquat. Scien.**, v. 106, p. 385-398,1989.

BATISTELLA, Alexandre Miralé; CASTRO, Carolina Portter de; VALE, Julio Daniel. Conhecimentos dos moradores da comunidade de Boa Vista, no Lago de Janauacá – Amazonas, sobre os hábitos alimentares dos peixes da região. **Acta Amazônica**, v. 35, n. 1. p. 51- 54, 2005.

BENATTI, J. H. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista da Amazônia. In: **A Amazônia e a crise da modernização**. D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (Org.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. 564 p.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism Perctive and Method**. California: Prentice- Hall, Englewood Clipp, 1969.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos de pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRADÃO, R.(Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

BRABO, M. J. C. Pescadores, geleiros e fazendeiros: os conflitos da pesca em Cachoeira do Arari. **Boletim Museu Emílio Paraense Emilio Goeldi**, Belém p.1-22, 1981. (Nova série Antropologia, 77).

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais e enquadramento dos corpos superficiais e estabelece condições e padrões de lançamento de afluentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.179 de 21 de setembro de 1999. Dispõe sobre as especificações das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999. Disponível em:< [http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/1999\\_Dec\\_Fed\\_3179.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/1999_Dec_Fed_3179.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1967. Disponível em:< [http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/1967\\_Dec\\_Fed\\_221.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/1967_Dec_Fed_221.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1998. Disponível em:< [http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei\\_9605\\_98.pdf](http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/lei_9605_98.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 7.356 de 30 de agosto de 1985. Determina a inclusão de parágrafo no art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 - Lei Orgânica da Previdência Social, regulando a inclusão dos pescadores no regime dessa Lei. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1985. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128219/lei-7356-85> >. Acesso em: 15 ago. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.653 de 12 de fevereiro de 1988. Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7653.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7653.htm)>. Acesso em: 15 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1967. Disponível em: <[http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/1967\\_Dec\\_Fed\\_221.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamentoo/legislacao/federal/decretos/1967_Dec_Fed_221.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Dispõe sobre os Contratos administrativos e Licitações públicas no âmbito do Poder da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. . **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suref/Lei8666-93.pdf>. Acesso em: 17 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 7.679/88. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécie em período de reprodução e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7679.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7679.htm). Acesso em: 19 out. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.643 de 18 de dezembro de 1987. Proíbe a pesca de Cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1987. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7643.htm)>. Acesso em: 19 out. 2004.

CAMARA, E.P.L. **Implicações do padrão atual de utilização dos recursos da Várzea Amazônica na sustentabilidade da reserva de lago**. 1996. 105f Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1996.

CARDOSO, E. S. Geografia e Pesca: aportes para um modelo de gestão. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 14, n.11, p.79-88, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; PINTON, Florence. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In:\_\_\_\_\_. (Org.) **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; NAEA, 1997.. (Série Desenvolvimento, meio ambiente e sociedade). p. 226-302.

CONCEIÇÃO, M. F. C. da; MANESCHY, M. C. **Pescadores, agricultores e ribeirinhos na Amazônia oriental: associativismo e sustentabilidade**. Belém, 2002. Mimeografado

CRUZ, M. E. M. da. **Marajó, esta dimensão de ilha**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1987. 110 p.

DEAG, Jonh M. **O comportamento social dos animais**. São Paulo: EPU, 1981. 113 p.

DIAS, Claudia. Pesquisa qualitativa: características gerais e referências. In: RIBEIRO, Adagenor, Lobato. **Métodos Quantitativos**. Belém: NAEA/UFPA, 2004. p. 1-4. CD.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: USP, 1995. 260 p.

\_\_\_\_\_. **Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: USP, 2002. 597 p.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP, 1994. 163 p.

\_\_\_\_\_. Águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). **Encontro Nacional**, 27., Caxambu. Disponível em: <[http://www.governodoestadopara.pa.gov.br/infraestrutura/sedurb\\_3.asp](http://www.governodoestadopara.pa.gov.br/infraestrutura/sedurb_3.asp)>. Acesso em: 3 nov. 2003.

EGLER, W. A.; SCHAWASSANN, H. O. Liminological studies in the Amazon estuary. **Boletim. Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, p.2-25, 1962. (Nova Série, 1).

EMMI, Marília. Ferreira; ACEVEDO MARIN, Rosa. Elizabeth. A. Crise e rearticulação das Oligarquias no Pará. **Revista Inst. Est. Brasileiro**, São Paulo, n. 40, p.51-68,1996.

EMMI, Marília. Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Ciências e Filosofia/ NAEA/ UFPA. 1988, 196 p. (Coleção Igarapé).

ESPÍRITO SANTO, R. V. **Caracterização da atividade de desembarque da frota pesqueira artesanal de pequena escala na região estuarina do rio Caeté, Município de Bragança- Pará- Brasil**. 2002. 88 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

ESTEVES, F. A. **Fundamentos de Liminologia**. Rio de Janeiro: FINEP, 1988. p. 261.

FABRÉ, Nidia Noemi; ALONSO, Juan Carlos. Recursos ícticos no Alto Amazonas: sua importância para as populações ribeirinhas. **Boletim do Museu paraense Emílio Goleidi**, Belém, v. 14, n. 1, jul., 1998. (Série Zoológica).

FENNY, D.; BERKERS, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, J.M. A Tragédia dos comuns: vinte anos depois. In: ESPAÇOS e Recursos naturais e uso comum. São Paulo: NUPAUB-USP. 2001. 294 p.

FERREIRA, João Carlos Vicente (Org.). **O Pará e seus Municípios**. 2. ed. rev. Belém, 2003.

FERREIRA, P. R. Peixes: Potencial de 1,5 milhões de toneladas. Agroamazônia, Belém: **Revista de agronegócios da Amazônia**, Belém, ano 1, n. 1, p. 52-56, mar. 2002.

FISHER, C.F.A.; CHAGAS, A. L. G.; DONERLLES, L. D. C. **Pesca de Águas Interiores**. Brasília, DF. 1992. (Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Pesca, 2).

FONTENELES FILHO, A. A. **Recursos pesqueiros: biologia e dinâmica populacional**. Fortaleza: Imprensa oficial do Ceará, 1989. 296 p.

FURTADO, Lourdes. G. **Pescadores do Rio Amazonas**. 1988. 905 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. Características gerais e problemas da pesca Amazônica no Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v.6, n.1. p. 41- 93,1990. (Série Antropologia).

\_\_\_\_\_. **Curralista e Rendeiros em Marudá: Pescadores do Litoral do Pará**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pescadores do Rio Amazonas**. Belém: MPEG, 1993. 486 p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA; NUMA, 1997. p. 148-149.

\_\_\_\_\_; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex Fiúza de (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 292 p.

GODELIER, M. A Racionalidade dos Sistemas Econômicos, In: CARVALHO, E. (Org.) **Godelier - Antropologia**. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, mar./abr., p. 57-63, 1995a.

\_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas** v.35, n.3, maio/Jun., p. 20-29. 1995b.

GOULDING, Michel. Amazonian fisheries. In: MORAN, E.F. **The Dilemma of Amazonian Development**. Westview: Boulder Colorado, 1983. p.189-210.

\_\_\_\_\_. **História natural dos rios amazônicos**. Brasília, DF: Sociedade civil Mamirauá: CNPq: Rainforest Alliana, 1997. 75 p.

\_\_\_\_\_.; SMITH, N.J.H.; MAHAR, D.J. **Floods of fortune: ecology and economy along the Amazon**. New York: Columbia University Press, 1996. 193 p.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 93.

HARDIN, G. The Tragedy of the commons. In: DALY, H. **Ecom. Ecol. Ethics**. São Francisco: W. H. Freeman 1980, p. 183-199.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. O extrativismo como Atividade Agrária. In: LARANJEIRA, Raimundo (Org.). **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: LTR, 1999, p. 84-111.

HURLEY, J. **No domínio das águas: história da pesca no Pará**. Belém: Tip. do Instituto D. Macêdo Costa, 1933.

IBAMA. Portaria nº 137 de novembro de 1994. Dispõe sobre o exercício da pesca de lagosta vermelha e lagosta de cabo verde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1994. Disponível em: < [http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/federal/portarias/1994\\_Port\\_IBAMA\\_137.pdf](http://www.cetesb.sp.gov.br/licenciamento/legislacao/federal/portarias/1994_Port_IBAMA_137.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.287 de 20 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1991. Disponível em: < <http://www.lei.adv.br/8287-91.htm>>. Acesso em: 16 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 107 de 27 de julho de 1998. Proíbe a captura e a comercialização de indivíduos das espécies expressas na portaria, na Bacia dos Rios Araguaia/Tocantins, com tamanhos inferiores ao estabelecidos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1998. Disponível em: < <http://www.pescacananea.com.br/legislacaofederal.htm>> Acesso em: 16 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 106 de 27 de julho de 1998. Proíbe a captura de espécies como Pirarucu, Surubim/Pintado, entre outros descritos na portaria que não estiverem com o tamanho especificado na mesma. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1998. Disponível em: < <http://www.pescacananea.com.br/legislacaofederal.htm>>. Acesso em: 16 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 121 de 20 de setembro de 2002. Proibir, nas águas jurisdicionais brasileiras, a captura do mero (*Epinephelus itajara*), por um período de 05 (cinco) anos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2002. Disponível em: < <http://www.pescacananea.com.br/legislacaofederal.htm>>. Acesso em: 16 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 55 de 06 de outubro de 2003, período de defeso da piracema na bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Gurupí. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: < <http://www.pescacananea.com.br/legislacaofederal.htm>>. Acesso em: 16 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 30 de 23 de maio de 2003. Estabelecer normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo território nacional, inclusive competições e cadastros de entidades da pesca amadora junto ao IBAMA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: < [www.ibama.gov.br/cepsul/legislacao.php?id\\_arq=204](http://www.ibama.gov.br/cepsul/legislacao.php?id_arq=204) – >. Acesso em: 16 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 34 de 24 de junho de 2003. Determina período para captura e cativeiro de caranguejo nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: < [www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/.../Port34\\_2003.doc](http://www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/.../Port34_2003.doc). Acesso em: 16 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 51 de 30 de setembro de 2003. Estabelece que nas áreas litorâneas, o uso de tarrafas poderá ser autorizado com base em padrões e critérios técnicos estabelecidos por ato normativo das Gerências Executivas do IBAMA, em cada Unidade de Federação, com anuência prévia da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP) deste Instituto, não sendo permitido o uso destes petrechos em águas estuarinas e continentais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[www.ipef.br/legislacao/bdlegislacao/arquivos/17026.rtf](http://www.ipef.br/legislacao/bdlegislacao/arquivos/17026.rtf). Acesso em: 17 set. 2004.

IBGE. **Anuário estatístico**. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ. **Laticínios no Marajó**, n. 36, Belém, 1971. (Estudos Paraenses)

\_\_\_\_\_. **Estudos Integrados da Ilha de Marajó**. Belém, 1974. (Estudos Paraenses).

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. **Boletim. Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, ano 2, p. 295-339, 1995. (Série Zoologia, 11).

\_\_\_\_\_; ROCHA, V. L. C.; MOTA, S. Considerações sobre a legislação da “Piracema” e outras restrições de pesca da região do médio Amazonas. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. de (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 38-54.

JUNK, W. J. et al. As águas da região amazônica. In: **AMAZÔNIA: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 45-100.

JURANDIR, Dalcídio. **A ilha de Marajó**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1942. p. 77-87.

LEITÃO, W. M., Pesca e políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, ano 2, p.185-198, 1995. (Série Antropologia, 11).

LEONEL, Moura. **A morte social dos rios: conflito, natureza e cultura na Amazônia**. São Paulo: Perspectiva, 1998. 263p.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada à Ciências Humanas**. São Caetano do Sul Harbra, SP, 1987. 392 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. In: \_\_\_\_\_. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Editora Nacional, 1976. p. 19-55.

LIMA, D. M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: UFPA/NAEA, n. 2,v.2. p. 5-31,1999.

\_\_\_\_\_. A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: WORKSHOP SOCIEDADES CABOCLAS AMAZÔNICAS: MODERNIDADE E INVISIBILIDADE, 2002, São Paulo, [Anais...], São Paulo, 2002. P. 27 (Mimeografado).

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M.; COSTA, P. C. da. **Várzeas Flúvio-Marinhas da Amazônia brasileira**: características e possibilidades agropecuárias. 2. ed. Belém: FCAP, 2001. 342 p.

LISBOA, P. L. B. et al. Padrões de diversidade florística na Reserva Ecológica do Bacurizal em Salvaterra, Ilha do Marajó, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 9, n.2. p. 223-248, 1993. (Série Botânica).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Os parceiros do Mar**: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq/ MPEG, 1985, p. 169-170.

LOWE-MACCONNELL, R. H. **Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais**. São Paulo: USP,1987.

\_\_\_\_\_. **Estudos Ecológicos de comunidades de peixes tropicais**. São Paulo: USP, 1999. , p. 352-353.

MAGRATH, D.G, et al. Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: FURTADO, Lourdes.G; LEITÃO,Wilma Marque; MELLO, Alex Fiúza de (Org.). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: CNPQ, 1993. p. 213 - 230.

\_\_\_\_\_. **Varzeiros, geleiros e o manejo dos recursos naturais na várzea do Baixo Amazonas**. Belém: NAEA, 1991. p. 91-125.

MANESCHY, M. C. A Arte do Pescador Artesanal. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém v. 6, n.1, 1990. (Série Antropológica).

\_\_\_\_\_. **Ajuruteua**: uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA/CFCH, 1993.



\_\_\_\_\_. Uma presença discreta: a mulher na pesca. In: INCAO, Maria Angela d'; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. 564 p. (Coleção Eduardo Galvão).

MANNING, Aubrey. **Introdução ao comportamento animal**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977. 354 p.

MELLO, Alex. Fiuza. de. A Tecnologia a serviço da Dominação: os posseiros do Mar In: SEMINÁRIO SOBRE A PESCA ARTESANAL, 1., 1984, Belém, **Anais...** Belém: NAEA/IDESP, 1984, 163p.

\_\_\_\_\_. **A pesca sob o capital; a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: UFPA, 1985. 296 p.

\_\_\_\_\_. Os pescadores da indústria: O complexo de Icoaraci. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. de. (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 389.

\_\_\_\_\_. Capitalismo, pesca e empobrecimento na Amazônia: a contra face da modernização. In: INCAO, Maria Angela d'; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. 564 p. (Coleção Eduardo Galvão).

MERONA, B. de. Pesca e ecologia dos recursos aquáticos da Amazônia. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. de. (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 159-184.

MIRANDA, Vicente Chermont de. Estudo de Região: a ilha de Marajó. **O observador**, Rio de Janeiro: Nacional Artes Graficas, ano 16, n. 189, p.58-65. 1951.

MORAES, A. C. R. Território. **Revista Orientação**, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 5, São Paulo, out. 1984, p. 91.

MÓRAN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 137.

MOREIRA, E. S.; ROCHA, R. M. Pesca Estuarina: uma contribuição ao estudo da organização social da pesca no Pará, **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, ano 1, 1995, p. 57-86. (Série Antropologia, 11).

MOTA, S. **Preservação e Conservação de recursos hídricos**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABES, 1995.

MURRIETA, R. S.S. **O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo amazonas, Pará**. **Revista de Antropologia**, ano 1, n. 41, São Paulo: USP, p. 97-150, 1998.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em Administração**, São Paulo, v.1, n. 3, p.1-5, 1996.

NOGUEIRA, Cristiane Silva. **Território de pesca no estuário marajoara**: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflitos no Município de Salvaterra. Belém, 2005. 1 CD ROM.

\_\_\_\_\_. Relatório sobre as estratégias de pesca em Mangueira. Belém, 2004 (mimeografado).

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 13-37, 1996.

PAIVA, M. P. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. Fortaleza: UFC, 1997. 286 p.

PARÁ. Lei nº 6.627, de 03 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre terminologias e reorganiza níveis de vencimento nos órgãos de Administração direta, autarquias e fundações públicas. **Diário Oficial [do] Estado Pará**, Belém, 2004. Disponível em: <[http://www.age.pa.gov.br/webtools/pp\\_legislacao.jsp?idLegislacao=128](http://www.age.pa.gov.br/webtools/pp_legislacao.jsp?idLegislacao=128)>. Acesso em: 19 out. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.713 de 25 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a Política Pesqueira e Aqüícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aqüicultura e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado Pará**. Belém, 2005. Disponível em: <<http://www.age.pa.gov.br/webtools/listarTipoLegislacao.do?idTipo=6>>. Acesso em: 16 out. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.724 de 2 de fevereiro de 2005. Altera as Tabelas da Lei nºs 6.430, de 27 de dezembro de 2001, e dispositivos da Lei nº 6.013, de 27 de dezembro de 1996, que estabelecem as taxas administrativas e de serviços instituídas pelo Poder Público Estadual. **Diário Oficial [do] Estado Pará**. Belém, 2005. Disponível em: [http://www.sefa.pa.gov.br/LEGISLA/leg/estadual/Taxas/le06724\\_05.htm](http://www.sefa.pa.gov.br/LEGISLA/leg/estadual/Taxas/le06724_05.htm). Acesso em: 19 out. 2004.

PEREIRA, Nunes. **Negros Escravos na Amazônia**: Na Ilha grande de Marajó, um esboço Histórico-Geográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10, Rio de Janeiro, 1952, **Anais...** Rio de Janeiro, 1952, v.3. p. 153 – 185.

RAFFESTINS, C. Por uma geografia do poder. **Geografia Política**, v. 29, p. 131,1993. (Série temas).

RICKLEFS, R. E. **A Economia da natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1996. 470 p.

RODRIGUES, W. Conheça o estado do Pará/Marajó. **Revista Nosso Pará**, Belém, Limitada, n. 2, p. 180, 2003.

RORAIMA. Lei nº 254 de 23 de março de 2000. Disciplina a atividade de pesca esportiva no Estado de Roraima e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de Roraima**, Boa Vista, 2000. Disponível em: <[http://www.servidor.rr.gov.br/bancodeleis/index.php?option=com\\_content&task=view&id=643&Itemid=39](http://www.servidor.rr.gov.br/bancodeleis/index.php?option=com_content&task=view&id=643&Itemid=39)> . Acesso em: 19 out. 2004.

RUFINO, M. L. (ed.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. ProVárzea. Manaus, Ibama, 2004

SALATI, Eneas et al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 327 p.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura Belém: SECULT, 1988.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; JEJU, Michel; MERONA, Bernard de. **Catálogo de peixes comerciais do baixo Rio Tocantins: Projeto Tucuruí**. Manaus: ELETRONORTE, 1984. 82 p

SILVA, M. S. T. da et. al. **Programa de incentivo a criação de búfalos por pequenos produtores**, Pará, PRONAF, 2003. Disponível em: < [http://www.cpatu.embrapa.br/Bufalo/paginas/pronaf\\_bufalos.doc](http://www.cpatu.embrapa.br/Bufalo/paginas/pronaf_bufalos.doc)>. Acesso em: 20 nov. 2004.

SIOLI, Harald. **Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis: Vozes, 1985. 72 p.

\_\_\_\_\_. **General features of the delta of the Amazon. Humid Tropics Research Proceedings, Dacca Symposium**. In: BARTHEM, R. B; GOULDING, M. **Os bagres balizadores: ecologia, migração e conservação de peixes amazônicos**. Tefé, AM: Sociedade Civil Mamirauá; Brasília, DF: CNPq, 1997. p. 381-390.

SIMONIAN, L T. L; NASCIMENTO, J. M. **Açaí reconquista mulheres Amazônicas**. Belém: NAEA, 2004. p. 1-27. (Paper).

SCHWARCZ, Lílian K. M. **Questão Racial e etnicidade**. [19--], p. 267- 325 (Mimeografado).

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 267- 325.

SHEIKH, Pervaze. **Ações para diversificar estratégias de manejo na várzea: perspectivas do manejo sustentável do búfalo na várzea**. Disponível em: <http://www.ipam.org.br/em/manvar/meta2.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2003.

SMITH, N.J.H. **A pesca no rio Amazonas**, Manaus: CNPq/INPA, 1979.

SOUZA, Carlos Henrique Lopes de. **Elementos para a compreensão da territorialidade camponesa na Amazônia:** a experiência dos trabalhadores rurais em Araras em Ubá (Pará). 1994. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

SOUZA, Milena Ramires de. **Etnoconhecimento caiçara e uso dos recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale Ribeira.** 2004. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. f. 28-29.

SPARRE, Per.; VENEMA, Siebren. C. **Introdução à avaliação de mananciais de peixes tropicais:** parte1-manual. Roma: FAO, 1997. 404 p. (Documento Técnico sobre as pescas, 306/1).

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento:** uma dimesão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico.** 1985. p. 85.

SUDAM. **Relatório Preliminar do Município de Soure.** Belém, 1970.

THÊ, A. P.G; MADI, E.F; NORDI, N. Conhecimento local, regras informais e uso do peixe na pesca do Alto-médio São Francisco. In: GODINHO, H.P.; GODINHO, A. L. (Org.). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais.** Belo Horizonte: PCC, 2003. 468 p.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. 9. ed. Manaus: Valer/Edições Governo do Estado, 2000.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves, 1895. 206 p.

VIANNA, João Rodrigues. **A Fazenda Aparecida.** Belém: SECULT: Falangola, 1998. (Lendo os Municípios, n. 2).

SALLES, V. **O negro no Pará:** sob o regime da escravidão. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Belém: SECULT, 1988.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, L. **A família das Mulheres.** Brasília, DF: CNPQ; Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1987.

## APÊNDICES

**APENDICE A – Demonstrativo do local de procedência dos entrevistados**

<b>Nº</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>Local de procedência dos entrevistados/data da entrevista.</b>
01	Marido da Joelma	Bacabal/agosto de 2004
02	Alcindo de Jesus Barros	Barro Alto (passagem)/abril de 2004
03	Maria da Conceição S. dos Santos	Barro Alto (Marinquara)/junho de 2004
04	Mayke Ataíde Teixeira	Barro Alto/2005
05	Paulo Angelin (Pina) (Rio do Saco)	Barro Alto (Passagem)/abril de 2004
06	Salustiano dos Santos	Barro Alto (Passagem)/abril de 2004
07	Ana Lia da Silva	Caldeirão/dez. 2004
08	Isabel Gusmão da Silveira	Caldeirão/dez. 2004
09	Maridalva do Socorro G. da Silveira	Caldeirão/dez. 2004
10	Noemelia Micaela da Silva	Caldeirão/dez. 2004
11	Alaercinho Bentes	Deus Ajude/set. 2004
12	Aldo da Silva	Deus Ajude/set. 2004
13	Aluizio Alcântara	Deus Ajude/set. 2004
14	Antonio Alcântara	Deus Ajude/set. 2004
15	Elton José Oliveira	Deus Ajude/set. 2004
16	Ermito Alcântara	Deus Ajude/set. 2004
17	Francisco Sales Bentes	Deus Ajude/set. 2004
18	Laercio Alcântara	Deus Ajude/set. 2004
19	Marcos da C. de Souza	Deus Ajude/set. 2004
20	Maria José de Souza	Deus Ajude/ago. 2004
21	Raimundo de Souza	Deus Ajude/set. 2004
22	Walter Souza	Deus Ajude/set. 2004
23	Buanergio Lima de Souza	Mangueira (São João)/abril 2004
24	Carmen Ines Lima Gonçalves	Mangueira(mangueiras)/abril 2004
25	Consolação Santos Delfim	Mangueira (São João)/abril 2004
26	Deocleciano Barbosa	Mangueira(Mangueira)/abril de 2004
27	Edilene (Rio do Saco)	Mangueira/ago de 2004
28	Edson de Lima	Mangueira (São João)/julho 2003
29	Elizabeth Lima dos Santos	Mangueira (São João)/abril 2004
30	Emanuel E. Gonçalves Filho	Mangueira (Mangueiras)/abril 2004
31	Francisco Trindade (Rio do Saco)	Mangueira (Nascimento)/ago. de 2004
32	Jaime de Souza Lima Junior	Mangueira (Mangueiras)/dez. 2004
33	Joana Lima dos Santos	Mangueira (São João)/abr. de 2004
34	José Augusto Barbosa	Mangueira (Mangueira)/jun. de 2004
35	Luiz F. Lima dos Santos (Rio do Saco)	Mangueira/ago.de 2004
36	Manoel A. Lima dos Santos (Rio do Saco)	Mangueira (São João) /jun. 2003 e ago.2004
<b>Nº</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>Local de procedência dos entrevistados/data da entrevista.</b>

37	Maria T. Rodrigues Pinheiro	Mangueira (São João)/abr. 2004
38	Maxi M. Rodrigues (Maniçoba)-(Rio do Saco)	Mangueira (São João)/ago. 2004
39	Niceno B. Figueira (Rio do Saco)	MMangueira (Pureza)/ago. 2004
40	Noemia Maria Barbosa	Mangueira (Mangueiras)/abr. 2004
41	Osmar Célio Delfin	Mangueira (São João)/abr. 2004
42	Oscar Santos Delfin (Rio do Saco)	Mangueira/ago. 2004
43	Rui Guilherme Lima dos Santos	Mangueira (Mangueiras)/ago. e dez. 2004
44	Cândido Alberto Nascimento	Mangueira (São João)/abr. de 2004
45	Silvano dos S. Conceição (Frick) (Rio do Saco)	Mangueira (São João)/abr. e ago. 2004
46	Raimundo Barbosa	Mangueira (Mangueiras)/abr. 2004
47	Ivete da Conceição Barbosa	Paixão/2004
48	Milton Rodrigues Barbosa Junior	Paixão/2004
49	Carlos Augusto Figueiredo Pinheiro	Providencia/dez. 2004
50	Claudio Roberto Lima	Providencia/dez. 2004
51	Francisca Sebastiana Lima de Souza	Salvá/jul. 2003
52	Garcindro Benedito de Souza	Salvá/jul. 2003
53	Gecival Lima de Souza	Salvá/jul. 2003
54	Kildari Cesar de Souza Leal	Salvá/jul. 2003
55	Celio José Paraense da Silva	Salvaterra/2004 e 2005
56	Sergio Gonçalves	Salvaterra/2004 e 2005
57	Luiz A. Nascimento Figueiredo	Santa Luzia/ago. 2004
58	Harmin (Barbudo)	Santa Rita (Deus Ajude)/
59	Lucilete S. da Costa (Prop. Da Faz Santa Rita)	Santa Rita (Deus Ajude)
60	Maria de N. Figueiredo Bentes	São Caetano (Siricari)/Nov. 2004
61	Ademar D. Macedo (Diretor da colônia Z-1)	Soure/ago. 2004
62	Marinho P. Correa (Rio do Saco)	Soure/ago. 2004
63	Raimundo E. Brito (Tesoureiro da Z-1)	Soure/ago. 2004
64	Helio B. Figueira (Tec. Da cerca elétrica)	Soure/2003
65	Silvio F. da Silva (escrivão)	Soure/2004

### APÊNDICE B - Questionário 1

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Iniciou na pesca em: \_\_\_\_\_

1- Qual a sua profissão? (se não for vai para a pergunta 3)

\_\_\_\_\_

2- Por quê você é pescador?

\_\_\_\_\_

3- O que você gosta nesta profissão?

\_\_\_\_\_

4- O que você precisa para ser um bom pescador?

\_\_\_\_\_

5- Onde você geralmente pesca?

\_\_\_\_\_

6- Como se formam as turmas? O numero de pessoas?

\_\_\_\_\_

7- No Lago, no verão, como são as turmas?

\_\_\_\_\_

Tamanho da rede usada: ( ) 0,30 ( ) 0,35 ( ) 0,40 ( ) 0,45 ( ) 0,050

Como se dá a partilha?

Nome do consignatário? \_\_\_\_\_

Quanto tempo trabalha pra este consignatário? \_\_\_\_\_

Quando inicia \_\_\_\_\_ (mês) quando termina? \_\_\_\_\_ (mês)

8- Onde você pesca no verão?

( ) Rio do Saco; ( ) Fazenda Santo Antonio;

( ) Fazenda Ribanceira;

( ) R. São Macario; ( ) Fazenda Vitoria (retiro da fazenda Menino Deus);

( ) Rio das Mangueiras; ( ) Fazenda São Sebastião; ( ) Fazenda Dalas;

( ) Mangue; ( ) Lago do Menino Deus;

( ) Lago Rampa (rampinha?);

( ) fazenda Livramento; Igarapé dos patos;

( ) Lago da Curiarana;

( ) Fazenda Silva; ( ) Lago vereza; ( ) Lago Siricari; ( ) Lago Santa Rita;

( ) Fazenda Tocantins; ( ) Lago Santa Rita; ( ) Igarapé Siricari; ( ) Fazenda Boa Esperança;

( ) Fazenda Tapera.

Outros \_\_\_\_\_

Quando inicia \_\_\_\_\_ (mês) quando termina? \_\_\_\_\_ (mês)



Nº de companheiros? \_\_\_\_\_

Como se dá a partilha?

\_\_\_\_\_

Nome do consignatário? \_\_\_\_\_

9- Como se escolhe os locais no rio, aonde colocar a rede?

- ( ) sugestão do companheiro  
 ( ) ordem do arrendatário  
 ( ) sugestão do encarregado  
 ( ) outros \_\_\_\_\_  
 ( ) tentativa

10- Como se escolhe os locais no lago, aonde colocar a rede?

- ( ) sugestão do companheiro  
 ( ) sugestão do encarregado  
 ( ) tentativa  
 ( ) Ordem do arrendatário  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

11- Onde você pesca no inverno?

- ( ) Rio do Saco;  
 ( ) Fazenda Santo Antonio;  
 ( ) Fazenda Ribanceira;  
 ( ) R. São Macario; ( ) Fazenda Vitória (retiro da fazenda Menino Deus);  
 ( ) Rio das Mangueiras;  
 ( ) Fazenda São Sebastião; ( ) Fazenda Dalas;  
 ( ) Mangue; ( ) Lago do Menino Deus;  
 ( ) Lago Rampa (rampinha?);  
 ( ) fazenda Livramento; Igarapé dos patos;  
 ( ) Lago da Curiarana;  
 ( ) Fazenda Silva; ( ) Lago vereza; ( ) Lago Siricari; ( ) Lago Santa Rita;  
 ( ) Fazenda Tocantins; ( ) Lago Santa Rita;  
 ( ) Igarapé Siricari;  
 ( ) Fazenda Boa Esperança;  
 ( ) Fazenda Tapera.  
 Outros \_\_\_\_\_

12- Quando começa o verão?

- ( ) julho ( ) maio ( ) junho ( ) agosto ( ) setembro

O que muda neste período?

\_\_\_\_\_

13- O que é um pesqueiro?

\_\_\_\_\_

14- Há mulher na pesca?

\_\_\_\_\_

15- Você faz ou compra suas redes? De quem?

---

16- Você já viu um mulher pescando?

---

17- O que é panema?

---

18- Quando alguém está com panema?

---

19- Os fazendeiros deixam montar as feitorias na beira da fazenda?

Sim       Não

Porquê?

---

20- Quando as feitorias são montadas?

---

21- Você já teve alguma rede apreendida? Por quem?

Sim     Não

---

22- Você sabe de alguém que teve rede ou barco apreendidos ou que discutiu com os vigias?

Sim     Não

---

23- No lago do Ariri tem muitos fazendeiros que proibem montar barracas. O Senhor (a) já ouviu ou presenciou isso?

Sim     Não

---

24- No rio do sacco há muitos vigias exigindo o pagamento do peixe. O senhor (a) tem conhecimento disso?

Sim     Não

---

---

25- Quais os maiores perigos da pesca?

Jacaré-açú ;  Piranha vermelha;  todas as mencionadas;  a mãe-d'água;

a cobra grande;  não há perigo;

26- Fale sobre as proibições no rio do sacco?

---

27- Qual a sua opinião sobre o pagamento do lago?

---

28- Quando os fazendeiros começam a cobrar pelo rio?

---

---

29- O boi e o búfalo provocam algum dano no rio? No lago?

---

30- Na época da safra quem o senhor acha que lucra mais?

---

---

31- Quem comanda as pescarias na safra?

---

32- Na safra, qual a responsabilidade do:

Feitor: \_\_\_\_\_

Balanceiro: \_\_\_\_\_

Comandante: \_\_\_\_\_

Dos companheiros: \_\_\_\_\_

Geleiro: \_\_\_\_\_